BRACARA AUGUSTA



REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

VOL. LXI N.º 119 (132) ANO DE 2016 (Tomo 1)

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DE REGIONALISMO E HISTÓRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA



VOL. LXI N.º 119 (132) ANO DE 2016 (Tomo 1)

BRACARA AUGUSTA

DIRECTOR

LUÍS ALEXANDRE CABRAL DA SILVA PEREIRA
(Professor da Faculdade de Filosofia de Braga)

CONSELHO DE REDACÇÃO

LUÍS ANTÓNIO DE OLIVEIRA RAMOS
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

AURÉLIO DE OLIVEIRA
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

JOSÉ MARQUES
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

JOSÉ VIRIATO CAPELA
(Professor da Universidade do Minho)

ARMANDO MALHEIRO
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

ANTÓNIO FRANKLIM NEIVA SOARES
(Professor da Universidade do Minho)

MARIA DO CARMO FRANCO RIBEIRO
(Professor Auxiliar do ICS da Universidade do Minho)

MIGUEL BANDEIRA
(Vereador da Câmara Municipal de Braga;
Pelouros: Regeneração Urbana,
Património, Ligação à Universidade
e Planeamento, Ordenamento e Urbanismo;
Professor na Universidade do Minho;
Geógrafo)

COORDENAÇÃO GERAL

PELOURO DA CULTURA

Nota de Apresentação

Tem o leitor entre mãos o volume LXI da revista Bracara Augusta que, pelas suas dimensões, nos vimos obrigados a dividir em dois tomos, tornando-o assim mais facilmente manuseável e evitando a sua mais rápida deterioração.

Como se poderá verificar pelo índice, este volume, como todos os outros, aliás, corresponde ao que se espera de uma revista desta natureza. Todos os artigos, com efeito, se debruçam sobre temas ligados, directa ou indirectamente, à cidade de Braga ou do seu distrito. Chamamos, desde logo, a atenção para o facto de quatro desses artigos se aliarem à celebração de efemérides relevantes.

Referimo-nos, em primeiro lugar, ao extenso trabalho do Doutor Amadeu José Campos de Sousa, "Cinquenta anos a alargar horizontes", no qual historia meio século de vida, completado em 2014, da Escola Secundária D. Maria II. É um contributo muito rico de informações para o conhecimento de um dos mais prestigiados estabelecimentos de ensino da cidade e da região.

O Professor Doutor Manuel Braga da Cruz, com o artigo "No centenário do nascimento de Guilherme Braga da Cruz", junta-se, por sua vez, às comemorações do 1.º centenário do nascimento de seu pai, ilustre catedrático da Universidade de Coimbra e um dos mais ilustres bracarenses do séc. XX. Chama a atenção para o seu riquíssimo currículo académico, os diversos cargos que desempenhou como jurista, o homem íntegro e independente face ao poder político e, aspecto não menos relevante, para a sua personalidade de católico profundamente comprometido com a vida da Igreja.

Também o Dr. Rui Ferreira se associa às efemérides a que a revista dá voz, relembrando, no artigo "A Capela de S. João da Ponte", os 400 anos da sua fundação, em 1616, humilde construção que, não sendo, na sua materialidade, um dos exemplos patrimoniais mais relevantes da cidade, se encontra associado, no entanto, às mais vibrantes e jubilosas celebrações comunitárias bracarenses.

Por seu lado, o Dr. Paulo Oliveira, no artigo "Frei Cipriano da Cruz: oração e arte" recorda a proeminente figura do grande imaginário beneditino de Tibães, prolífico escultor em barro, madeira e pedra e responsável por várias obras de arquitectura, associando-se, deste modo, ao terceiro centenário da sua morte.

Muito gostaríamos de apresentar algum artigo que evocasse também o 1.º centenário do nascimento dos compositores Manuel Faria e Benjamim Salgado. Não foi possível conseguir, até ao fecho da revista, a colaboração de quem falasse com seguro conhecimento destes vultos cimeiros da música sacra bracarense. Esperamos, em próximos números, evocar figuras tão marcantes da música portuguesa do séc. XX e não apenas, convém sublinhar, no campo da música litúrgica.

O Professor Doutor José Marques, para além de retomar a publicação do Arquivo Municipal, edita dois relevantes estudos. Um deles analisa as actas dos capítulos provinciais dos Eremitas portugueses de Santo Agostinho, de 1538 a 1592, encontradas num códice do Arquivo Distrital de Braga. O outro estudo consiste na publicação e enquadramento do inédito regulamento do Colégio da Graça de Coimbra, dos mesmos Eremitas de Santo Agostinho. Faz sentido publicá-lo aqui porque se trata de um manuscrito do Arquivo

Distrital de Braga, assinado por Frei Agostinho de Jesus que, na sequência da sua transferência para Braga, como Arcebispo Primaz, o terá trazido consigo.

O Professor Doutor Franquelim Neiva Soares, no artigo "D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e a cidade de Braga perante a crise dinástica de 1580", apresenta o resultado das suas investigações sobre a posição do santo arcebispo face à crise em que o país mergulhou após a fatídica derrota de D. Sebastião em Alcácer Quibir. Depois de apresentar uma visão geral da situação em que o país ficou, aborda a polémica jornalística de 1866--67 sobre a questão do patriotismo do prelado, analisando seguidamente o renovar da questão desde 1940 até princípios do séc. XXI. Por fim, apresenta a sua própria síntese interpretativa a partir da análise dos documentos do Mostrador, das vereações da Câmara de Braga em 1580-81 e doutra documentação.

O Doutor Eduardo Pires Oliveira escreve sobre a obra de João Antunes, ou melhor, sobre o que dela sobrou, nas cidades do Porto, Braga e Barcelos, e a influência decisiva que teve para a sua vinda o arcebispo D. João de Sousa, nascido em Lisboa em 1647, bispo do Porto durante treze anos, de 1683 a 1696, e arcebispo de Braga de 1696 a 1703.

Também sobre D. João de Sousa escreve o Dr. Nuno Cruz Grancho no artigo "O melhor amigo' de D. João de Sousa. A prata no mecenato artístico nos arcebispos de Braga e de Lisboa (1696-1710)", onde informa que foi a cidade do Porto o centro de produção da quase totalidade das pratas encomendadas, e revelando ao mesmo tempo, a vertente mecenática do arcebispo até agora desconhecida da história da arte.

Do Dr. José Vieira Gomes temos "A arte dos entalhadores de Braga. A concepção e a execução da obra no séc. XVIII", no qual se reavalia o legado vegetalista clássico e medieval ao lado da observação directa dos artistas e a necessidade de estabelecer um diálogo entre os investigadores académicos e os artesãos que ainda trabalham nas poucas oficinas subsistentes, para benefício da ciência e do próprio trabalho artístico.

O Doutor João Paulo Braga com o seu trabalho "Braga na vida e obra de Camilo Castelo Branco" mostra como a cidade se liga intimamente à vida e obra de Camilo e como são numerosas as referências à capital minhota, não só nas cartas e em escritos de natureza autobiográfica, mas sobretudo na sua obra ficcional. Rastreia essas referências, contextualiza-as no ambiente histórico, social e cultural da cidade no século XIX, convocando, ao mesmo tempo, outras vozes da literatura portuguesa da época.

O Doutor José Ferrão Afonso, no seu trabalho "Manuel Luís e a 'Nova Braga' de Frei Agostinho de Jesus", escreve sobre o arquitecto que dominou a arquitectura do Noroeste do país na segunda metade do séc. XVI, e a sua actividade em Braga, sob a protecção de Frei Agostinho de Jesus, o arcebispo que provocou profunda renovação da paisagem urbana de Braga.

Queremos anunciar, desde já, que o próximo número da revista será inteiramente dedicado ao mosteiro de Tibães. É o segundo número monográfico que se publica sob a minha direcção. Resulta de uma colaboração com o GAMT (Grupo de Amigos do Mosteiro de Tibães) que, ao logo de 2015, organizou um curso de seis lições, ministradas por especialistas, que procurou dar a conhecer ainda melhor a casa mãe dos beneditinos portugueses, os monges, a sua vida e obra e, deste modo, incutir nas pessoas o gosto pela salvaguarda do nosso património. Entendemos como muito conveniente, e até mesmo exemplar, esta colaboração entre instituições que à vida cultural se dedicam.

L.S.P.

No centenário do nascimento de Guilherme Braga da Cruz *

No dia 11 de Junho de 1916, nascia em Braga, em casa de seus pais na Praça do Município, em dia de Pentecostes, Guilherme Braga da Cruz, que havia de ser um dos mais ilustres bracarenses do século XX, e cujo centenário, em boa hora, a Câmara Municipal de Braga entendeu comemorar. Jurista de renome, universitário de referência, intelectual católico consagrado, morreria prematuramente, deixando um rasto invulgar de admiração e de respeito, que justificaria mesmo, depois da sua morte, a abertura de um processo de beatificação.

Descendia, pelo lado paterno, de uma antiga família de Tadim, a do Sargento-Mor de finais do século XVIII. Seu Pai, José Maria Braga da Cruz, advogado e notário na cidade, fora deputado católico em plena I República e, mais tarde, no Estado Novo. Terminaria a sua carreira jurídica como Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Contas[1]. Seu avô paterno, José António da Cruz, professor, fundara a Livraria Cruz e desempenhara funções de relevo na cidade, na Câmara Municipal, na Associação Comercial e no Banco do Minho. Descendia do Monteiro-Mor de Santana de Vimieiro que morrera, com seu irmão, Capitão de Ordenanças, à frente das milícias de Braga, na batalha de Carvalho d'Este, contra as tropas napoleónicas[2].

Do lado materno, Guilherme Braga da Cruz recolhia a herança católica dos Perry e dos Allen, misturada com a influência beneditina

---

* O artigo é da autoria do Professor Doutor Manuel Braga da Cruz. Prof. Catedrático da Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Ciências Humanas - Lisboa.

1 Manuel Braga da Cruz, *José Maria Braga da Cruz. O combate de uma vida (1888-1979),* Lisboa, 2004.

2 Manuel Braga da Cruz, "A defesa de Braga na segunda invasão francesa", in *Raízes do Presente. Estudos de História Contemporânea*, Lisboa, Aletheia, 2013, pp. 25-49.

de Tibães. Seu avô materno, Francisco José de Sousa Gomes, também ele bracarense ilustre, e sua importante referência tutelar, fora professor de Química na Universidade de Coimbra e liderara o movimento social católico no entardecer da Monarquia[3].

1. NOTÁVEL ACADÉMICO E JURISTA

Guilherme Braga da Cruz foi um dos mais distintos e premiados alunos do Liceu de Braga. Havia de manter, pela vida fora, as muitas amizades que aí construiu, continuando a ser justificado motivo de orgulho dos seus companheiros. Bem cedo ainda, rumaria a Coimbra, em cuja Universidade se formaria (em 1937) e se doutoraria em Direito (1941), depois de preparar a tese em Paris, onde foi aluno de Olivier-Martin, Noailles, Pierre Petot e Gabriel Le Bras, e em Madrid, onde trabalhou com Gallo Sanchez, como bolseiro do Instituto de Alta Cultura. Sucedeu na cátedra a Manuel Paulo Merêa, fundador da moderna Escola de História do Direito, em que se tornou uma autoridade.

Especializou-se no *Direito de Troncalidade*, tema da sua dissertação de doutoramento e das provas de concurso para professor[4]. Ocupou-se do antigo direito grego e do direito romano (que ensinou), do direito visigótico, do direito hispânico medieval, do direito canónico antigo, do direito português, desde as fases mais recuadas às mais contemporâneas. Comparou o moderno direito privado português e brasileiro e dissertou sobre a influência napoleónica na formação do direito civil português contemporâneo[5]. Escreveu sobre *o movimento abolicionista e sobre a abolição da pena de morte em Portugal*[6]. Deixou incompleta uma *História da Revista de Legislação e Jurisprudência*[7], que é uma autêntica História do Direito nos últimos dois séculos em Portugal, e publicou no fim da vida um muito

---

[3] Manuel Braga da Cruz (Coord.), *Em memória de Francisco José de Sousa Gomes. Homem de Ciência e de Igreja (1860-1911)*, Lisboa, Cruz Editores, 2011.

[4] Guilherme Braga da Cruz, *Direito de Troncalidade e o regime jurídico do património familiar*, 2 vols., Braga, Livraria Cruz, 1941 e 1947.

[5] Guilherme Braga da Cruz, *Obras Esparsas*, 7 vols., Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1979 a 1985.

[6] Guilherme Braga da Cruz, *O movimento abolicionista e a abolição da pena de morte em Portugal (Resenha Histórica),* Coimbra, 1967.

[7] Guilherme Braga da Cruz, *A Revista de Legislação e Jurisprudência. Esboço da sua História*,2 vols., Coimbra, 1975 e 1979.

importante e reconhecido estudo sobre *O direito subsidiário na história do direito português*[8], conferência que proferiu em Madrid, em 1971. As suas lições de *História do Direito Romano*[9] e as de *História do Direito Português*[10] foram coligidas e publicadas por distintos alunos (por Francisco Moniz, as primeiras, por Barbosa de Melo, as segundas). Sonhava vir a escrever uma *História do Direito Português,* para a qual carreara elementos, que a sua prematura morte impediu.

O seu prestígio internacional de historiador do Direito chamaria a atenção de importantes académicos estrangeiros com quem trocou vasta correspondência, entre os quais Franz Wieacker, Hans Thieme, Johannes Michael Scholz, Alvaro d'Ors, Alfonso Garcia-Gallo, Rafael Gibert, Barcia Trelles, Juan Vallet de Goytissolo, Luis Garcia de Valdeavellano, Laureano Lopez Rodó, Manuel Fraga Iribarne, Alfredo Buzaid, Miguel Reale, Waldemar Ferreira, José Pedro Galvão de Sousa, Paul Ourliac, Pierre-Clement Timbal, Georges Vedel, François Perroux, entre tantos outros.

Rapidamente ascenderia, primeiro a Director da Faculdade de Direito, em 1958, depois a Reitor da Universidade de Coimbra, em 1961, tendo ainda ocupado mais tarde as funções de Director da Biblioteca Geral, a partir de 1971.

As suas intervenções sobre os problemas da educação fizeram com que o seu nome fosse falado para Secretário de Estado da Educação no começo da década de 50, ideia a que se opôs o próprio Ministro, para não descapitalizar a Faculdade de Direito de Coimbra. Acabaria por ser convidado para Ministro da Justiça em 1954, convite esse que recusou. Aceitou sim ser procurador à Câmara Corporativa, de que chegou a ser Vice-Presidente, tendo ficado célebres alguns dos seus pareceres, como o que emitiu sobre o projecto de decreto 40.900, que pretendia limitar a liberdade

---

[8] Guilherme Braga da Cruz, *O direito subsidiário na história do direito português*, Coimbra, 1975.

[9] Guilherme Braga da Cruz, *Lições de Direito Romano*, publicadas no decurso do ano lectivo de 1949-50 por iniciativa do aluno Francisco Ludovico da Piedade Moniz (corrigidas pelo professor, autor das mesmas a partir da pág. 267).

[10] Guilherme Braga da Cruz, *História do Direito Português. (Publicação devidamente autorizada, das lições proferidas ao 1º ano jurídico 55-56 pelo Exmo. Sr. Prof. Doutor Braga da Cruz, coligidas por A. Barbosa de Melo),* Coimbra, 1955; e ainda *História do Direito. Lições proferidas ao 6º ano jurídico pelo Exmo. Snr. Professor Dr. Guilherme Braga da Cruz, coligidas por Valentim Lopes e revistas pelo mesmo Exmo. Professor*, Coimbra, 1952.

associativa dos estudantes, e o que redigiu sobre o plano de Formação Social e Corporativa[11].

Jurista eminente, defendeu como advogado de Portugal no Tribunal Internacional de Haia, no pleito movido contra a União Indiana. Coube-lhe a explanação dos direitos históricos de passagem para os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli e a redacção da tréplica à argumentação dos advogados da União Indiana, que contribuíram de forma decisiva, para o vencimento das posições históricas portuguesas. Fê-lo, não aceitando receber por esse monumental trabalho, qualquer tipo de remuneração. Por isso, lhe promoveram os antigos estudantes de Coimbra, uma grande homenagem, em que compareceram, vindos de todo o país, governantes, colegas, alunos e amigos – "a maior homenagem que Coimbra prestou a um homem", na opinião de um conceituado jornalista do *Correio de Coimbra*[12], e na qual Meneres de Campos, em nome dos seus antigos colegas de curso, lhe confessou em público emocionado: "És o melhor de todos nós"[13]!

Pertenceu à Comissão Redactora do Código Civil de 1966, realizando estudos no Direito de Família, que leccionara, em tempos, na Faculdade, sobretudo acerca do regime de bens de casamento, o que lhe valeu ser condecorado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo.

Proferiu conferências sobre múltiplos temas jurídicos e históricos em várias universidades estrangeiras, desde Paris e Madrid a São Paulo. Foi distinguido com doutoramentos "honoris causa" pela Universidade de S.Paulo (a mais antiga do Brasil) e pela moderna Universidade de Navarra, em Pamplona.

Pertenceu à Academia Portuguesa da História e à Academia das Ciências de Lisboa (de que fora também membro seu avô), no plano nacional, e a várias academias internacionais: a Academia Internacional de Ciências Políticas de Paris, a Academia de Legislação de Toulouse, o Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, e a Sociedade Europeia de Cultura de Veneza.

---

11 In Guilherme Braga da Cruz, *Obras Esparsas*, vol. IV, 2.ª Parte, Cimbra, Por Ordem da Universidade, 1985.

12 Urbano Duarte, "Elogio sem lisonja", in *Depoimentos. Guilherme Braga da Cruz, (1916--1977),* Coimbra, Tenacitas, 2006, pp. 363 e ss.

13 In *Discursos proferidos no jantar promovido pela Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra, de homenagem ao Doutor Guilherme Braga da Cruz, no dia 21 de Maio de 1960,* Coimbra, Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra, 1960.

Recebeu inúmeras condecorações nacionais e estrangeiras (Espanha, Itália, Brasil).

2. UM ILUSTRE DEFENSOR DA LIBERDADE DE ENSINO E DA AUTONOMIA DA UNIVERSIDADE

Para além de insigne jurista, Guilherme Braga da Cruz foi um universitário ilustre, dos poucos que, ao longo do século XX, teve um pensamento sobre educação e sobre a Universidade, cuja antiga liberdade e autonomia sempre defendeu. As suas intervenções continuam, ainda hoje, a ser citadas e recordadas, pela acuidade e actualidade do seu pensamento educativo, em matéria de liberdade de ensino e de autonomia universitária. Apesar de o seu ter sido um dos mais curtos reitorados da história da Universidade de Coimbra, foi seguramente dos mais marcantes, razão pela qual o seu nome e a sua autoridade continuam a ser ainda hoje evocados.

Escreveu sobre *A origem e evolução da Universidade*[14], para demonstrar a importância da sua autonomia em face do Estado e dos poderes públicos, "como ponto de partida para a construção de uma universidade nova", pondo em relevo o papel da Igreja na fundação da Universidade. A essa "brilhante conferência", na opinião de Maria de Lurdes Pintassilgo, "se deve o interesse e o entusiasmo" que despertou", em 1953, o I Congresso Nacional da JUC, no qual se distinguiu como "um dos trabalhos mais sérios e profundos"[15].

Em 1962, analisou *O problema da Universidade,* numa famosa entrevista traduzida além fronteiras, *"onde mais uma vez defendeu as ideias, por que sempre lutou, duma universidade institucionalmente autónoma, fiel à sua tríplice finalidade de formação cultural, transmissão do saber e investigação científica, em equilibrada distribuição de funções e em regime de plena liberdade criadora, por antítese a toda a concepção monopolista e dirigista, que tanto prejudicou a sua evolução – em Portugal como lá fora – desde o iluminismo setecentista e do imperialismo napoleónico*"[16].

---

[14] In *Obras Esparsas, op. cit.*

[15] Carta transcrita in Guilherme Braga da Cruz, *Resposta a um Processo de Saneamento*, Lisboa, Cruz Editores, 2015.

[16] *Ibidem.*

Foi em defesa da sua Universidade e da autonomia universitária que travou famosa polémica sobre a história da universidade em Portugal com Marcelo Caetano, Reitor da Universidade de Lisboa. Com efeito, a reivindicação de origens medievais para a Universidade criada pela República, visava a criação da Corporação Universitária sob a égide da Universidade de Lisboa, numa clara tentativa de subordinação da Universidade de Coimbra.

Foi em defesa da liberdade associativa dos estudantes que se opôs ao famoso decreto 40.900, com o Parecer que emitiu na Câmara Corporativa, que justificaria que, anos depois, o seu nome fosse objecto de um abaixo-assinado de milhares de estudantes, pedindo a sua nomeação como Reitor da Universidade. Esse texto – segundo Adérito Sedas Nunes – ficou "entre os documentos básicos da história do pensamento português sobre a universidade"[17]. E foi em nome dessa mesma liberdade associativa, que fez frente à instrumentalização política do movimento estudantil que enfrentou como Reitor, na crise de 1962.

Quando se demitiu de Reitor, dirigiu a Salazar uma carta frontal – que alguém comparou às grandes cartas do século, como a de Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe D. Luis Filipe, ou a de Paiva Couceiro a Salazar – em que, a terminar, antepunha a defesa da Universidade: "A Universidade de Coimbra merecia que V. Exa. a tratasse com menos desprezo. (…) Ouso pedir-lhe, a terminar esta carta, que não desampare… a nossa velha e querida Universidade, para a qual eu idealizei e sonhei tão grandes coisas e que tão ingloriamente V. Exa. me obrigou a abandonar[18]".

Foi, ainda, em nome da defesa da excelência universitária, e contra a degradação da sua qualidade, que se insurgiu contra a Reforma Veiga Simão, de que foi o principal crítico, através do Parecer que deu em nome da Junta Nacional de Educação[19]. Defensor, também ele, ao longo do tempo, de uma reforma do ensino superior, opôs-se à demagogia política da reforma ao tempo empreendida, cujos efeitos negativos previu e denunciou, e que se traduziu num dos maiores processos de estatização do ensino em Portugal.

Mas, a par da autonomia universitária, Guilherme Braga da Cruz foi, em Portugal, um dos mais intrépidos defensores da liber-

---

17 Carta transcrita *ibidem.*

18 *Ibidem.*

19 Guilherme Braga da Cruz, *Reforma do Ensino Superior. Dois anteprojectos de Parecer para a Junta Nacional de Educação*, Coimbra, Cidadela, 1973.

dade de ensino contra o monopólio e o centralismo estatal napoleónico. Ficaram célebres as suas conferências na IV Semana Social Portuguesa, em Braga, em 1952 e, sobretudo, a Conferência proferida nos 25 anos da *Divini Illius Magistri* de Pio XI, na Sociedade de Geografia em Lisboa, em 1955, "*em que defendeu calorosamente, contra a ideologia ao tempo dominante, a solução de uma liberdade activa de educação* ou *liberdade escolar protegida pelo Estado*, por oposição ao *monopólio estadual da educação – tanto da simpatia da "equipa ministerial" da educação ao tempo responsável pela respectiva pasta – e por oposição, igualmente, à chamada liberdade passiva de educação ou liberdade escolar à margem do Estado (forma encapotada e farisaica do monopólio), tanto da simpatia do então chefe do governo*"[20].

A liberdade de ensino fez dele um dos grandes defensores e fundadores da Universidade Católica Portuguesa. Quando a ideia ainda crescia e se discutia o perfil que deveria ter essa nova Universidade, Guilherme Braga da Cruz, foi o promotor, por excelência, da ideia de uma Universidade Católica paralela às Universidades oficiais do Estado, que não fosse mera universidade eclesiástica para a formação do clero, como alguns pretendiam, nem mera universidade supletiva das universidades civis, dando formação católica na área das ciências humanas, para além das ciências sagradas, como era sustentado por outros. O impacto do artigo decisivo que escreveu no começo dos anos 50 sobre a Universidade Católica[21] a construir, seria apontado pelo Cardeal Cerejeira a Salazar como demonstração da exigência da consciência católica portuguesa[22].

Tal não o impediu de ser simultaneamente o grande animador da restauração da Faculdade de Teologia na Universidade de Coimbra, repetidamente reivindicada por moções do Senado e intervenções reitorais (entre as quais as suas)[23].

Seria para essa Universidade Católica, que havia de surgir em Braga em 1967, e havia de se afirmar depois da revolução, que

---

20 In *Obras Esparsas, op.cit.*

21 "Universidade Católica", in *Obras Esparsas, op. cit.*

22 Carta do Cardeal Cerejeira ao Presidente do Conselho de Ministros, de 25 de Março de 1954 (Arquivo do Cardeal Cerejeira na Reitoria da UCP).

23 Cf. Guilherme Braga da Cruz, *Relatório lido na abertura solene das aulas em 16 de Outubro de 1961,* Coimbra, 1961 (Separata de *Estudos*, fasc.VIII, XXXIX (1961); e também Guilherme Braga da Cruz*, Universidade de Coimbra. Ano lectivo de 1961--1962. Relatório lido pelo Reitor da Universidade na abertura solene das aulas, em 16 de Outubro de 1962*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1963.

redigiu o decreto do seu reconhecimento oficial de 1971, que elaborou os primeiros estatutos do Conselho Superior (pioneiro modelo de governação de uma universidade portuguesa com um "Board of Trustees"), e ainda o decisivo parecer da Junta Nacional de Educação que havia de viabilizar o primeiro curso de gestão de empresas no nosso país, que tornaria famosa, desde o começo, em termos nacionais e internacionais, a Universidade Católica Portuguesa[24]. Quando a Universidade foi reconhecida pelo Estado, em 1971, o Cardeal Cerejeira agradecer-lhe-ia essa colaboração com uma carta muito expressiva: *"Não tenho palavras para agradecer a V.Exa. E alegra-me o pensar que o seu nome – que tanto estimo e admiro – ficará para sempre ligado à difícil fundação da Universidade Católica Portuguesa*". E o Reitor Bacelar e Oliveira, dir-lhe-ia em carta, anos depois, em jeito de gratidão que "*poucas são, infelizmente, as pessoas que tenham prestado à UCP, sob o ponto de vista de estruturação jurídica e regulamentar, contribuição análoga à dos magistrais projectos de Vossa Excelência*"[25].

Era aliás nessa Universidade que sonhava terminar os seus dias de professor. Confessou-o, quando em Lisboa, ao terminar a famosa conferência proferida na Sociedade de Geografia sobre "Os direitos da Família, da Igreja e do Estado na Educação", em defesa da liberdade de ensino, defendeu, uma vez mais, a criação da Universidade Católica e confessou de si próprio: "*É para esta Universidade Católica – em cujo seio prouvera a Deus eu pudesse acabar a minha vida de professor –, que eu tenho sonhado tantas vezes (…) a restaurada grandeza da Universidade de outros tempos, fiel á cultura ecuménica do cristianismo, subordinada aos ditames da Hierarquia, institucionalmente autónoma, verdadeira corporação de mestres e escolares, ao serviço da unidade da ciência – o mesmo é que dizer: ao serviço de Deus, nosso supremo Bem e nossa Salvação*"[26].

---

[24] J. P. Bacelar e Oliveira, "Doutor Guilherme Braga da Cruz, Defensor Intrépido e Constante da Liberdade de Ensino", in *Depoimentos. Guilherme Braga da Cruz (1916-1977), op. cit.,* pp. 255 e ss.

[25] Cartas em Arquivo de Guilherme Braga da Cruz, no Centro de Estudos de História Religiosa da UCP, Lisboa. Pastas sobre Universidade Católica.

[26] In *Obras Esparsas, op. cit.*







3. UM CATÓLICO COMPROMETIDO

Guilherme Braga da Cruz era católico, por tradição e educação familiar, mas sobretudo por forte convicção. Era um homem de fé profunda, esclarecida. Dela deu testemunho exemplar com a sua própria vida, constituindo referência unanimemente identificada por todos, mesmo pelos que não pensavam como ele.

Desde cedo militou nos organismos estudantis católicos, tendo presidido à Congregação Mariana do Centro Académico de Braga, superiormente orientado pelos jesuítas de S. Barnabé. Chegado a Coimbra, foi sócio do Centro Académico de Democracia Cristã, de que seu avô fora um dos fundadores, chegando a ser seu Vice-Presidente.

Era conhecida a sua piedade, a sua obediência e espírito de serviço à Igreja. Quando um dia D. Manuel Trindade Salgueiro, Arcebispo de Évora, que o conhecia por dentro, pois fora seu director espiritual quando estudante em Coimbra, teve que o apresentar numa conferência em Lisboa, promovida pelos Institutos Religiosos, sobre a liberdade de ensino, definiu-o com estas palavras:

"Noutros tempos lia-se-lhe nos olhos a candura inocente duma das mais lindas almas que me tem sido dado conhecer. A minha visão era a visão de toda a gente. Rolaram os anos. Embora novo, já à sua roda gravita um mundo buliçoso de nove filhos. O grande cristão de outros tempos é o mesmo cristão de hoje: fé ardente, esclarecida, profunda; vida clara, luminosa, desdobrada à face de Deus e à face dos homens. Coerência harmoniosa entre a vida e a fé. (...) Noutros tempos, por suas palavras e por seu exemplo, como sócio e como dirigente do CADC foi um foco de vida espiritual. Sentia-se Deus em tudo o que dizia e fazia. (...) Na sua presença, muitas vezes me ocorre o que se conta do velho Conde de Montalembert. Ao ver entrar no escritório o seu filho, que havia de ser uma das glórias da Igreja e da França, sempre o ancião tão fidalgo pelo espírito como pelo sangue, sentindo a grandeza desse jovem, de olhos claros como a luz e a alma pura como a virtude, se levantava respeitosamente para lhe falar.

"Enche-me a alma de sentimento igual, quando se aproxima o Dr. Guilherme Braga da Cruz. Pelo seu talento? Pela sua cultura? Pelos seus predicados de pedagogo notável? Principalmente pela

sua claridade de alma, forte, virtuosa, compreensiva, irradiante. Este é o mestre que vamos escutar"[27].

E, no final dessa memorável conferência, ainda hoje válida nos seus argumentos doutrinários e na sua crítica às políticas estatistas de educação, o Cardeal Cerejeira, que a considerou como um "acontecimento histórico", exclamou emocionado, perante os próprios pais que se encontravam entre a assistência:

"*Gloriosos os pais do Dr. Guilherme Braga da Cruz, gloriosa a Igreja de quem se confessou filho!"* [28]

Guilherme Braga da Cruz não limitou o seu magistério ao Direito e à História, mas estendeu-o à Doutrina Social da Igreja, que deu a conhecer em múltiplas conferências e intervenções, sobretudo nas Semanas Sociais Portuguesas, em que participou como orador, desde os ensinamentos sobre a família e o matrimónio, aos ensinamentos sobre o trabalho, passando pelos princípios da liberdade religiosa e da liberdade de educação e, ainda, pelas relações entre a fé e a política.

Na correspondência diplomática da Nunciatura Apostólica para a Santa Sé, na década de 50, o seu nome era apontado por D. Fernando Cento, como um dos leigos mais capacitados para liderar uma eventual organização política dos católicos, após o desaparecimento do Doutor Salazar[29]. Mons. Maximiliano de Fürstenberg, que o conheceu nos anos 60, informou Roma de que ele era "um católico excelente"[30].

Particularmente importante terá sido a conferência que fez em 1966 sobre *Ordem Cristã: seus aspectos sociais e jurídicos*[31], onde, baseado nos documentos do Concílio Vaticano II, ainda não traduzidos em Portugal, e que consultou em latim, defendeu no "Congresso para a Defesa da Civilização Cristã", em Lisboa, a automomia da fé cristã em relação às realidades temporais, que não permitiria uma instrumentalização política da fé. Não compete à Igreja tomar posição perante regimes e facções políticas, nem se deve identificar com a fé uma qualquer organização política.

---

27 D. Manuel Trindade Salgueiro, in *Depoimentos. Guilherme Braga da Cruz (1916-1977), op. cit.*, pp. 297 e ss.

28 *Novidades*, 20 de Março de 1955.

29 Bruno Cardoso Reis, *Salazar e o Vaticano*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, pp. 305-306.

30 Aquivo do Cardeal Cerejeira sobra a UC na reitoria da UCP.

31 In *Obras Esparsas, op. cit.*

Por várias vezes saiu a terreiro para elogiar e defender bispos. Entre outras intervenções congéneres, foi advogado do Bispo da Beira no litígio com o governo, por motivo do encerramento do *Diário de Moçambique*. O seu Parecer sobre Liberdade Religiosa faria doutrina. As peças desse famoso processo seriam mais tarde reunidas em dois volumes, pelo bastonário Carlos Lima, que ofereceu o último à memória de Guilherme Braga da Cruz, "*com uma grande saudade e com o maior respeito que se pode ter por um homem*", acrescentando: "*quem folhear os textos publicados entenderá facilmente estes sentimentos*"[32]. D. Sebastião Soares de Resende, agradecer-lho-ia de Roma, onde estava no Concílio, por fixar "doutrina definitiva sobre o assunto", e "haver alguém que deseja e tenha coragem de defender a doutrina e os direitos da Igreja"[33]. E o Papa Paulo VI agradeceu-lho com uma bênção pessoal manuscrita.

4. NACIONALISTA E MONÁRQUICO

Guilherme Braga da Cruz era um português consciente da grandeza histórica da Pátria, defensor do seu património ultramarino e da sua integração. Tradicionalista por formação e por orientação, entendia que o futuro se devia construir sobre a boa herança do passado, sem descontinuidades. Defendia as liberdades tradicionais. Por isso, sustentou na Câmara Corporativa o carácter electivo das vereações municipais.

Monárquico por tradição familiar e convicção pessoal, fez parte da Federação dos Estudantes Monárquicos Portugueses e da Causa Monárquica, desde os tempos de estudante em Coimbra. Seu Pai, ainda jovem advogado, havia defendido nos tribunais inúmeros monárquicos e católicos perseguidos pela República. Guilherme Braga da Cruz viu seu Pai presidir à Junta Distrital de Braga durante a Monarquia do Norte liderada por Paiva Couceiro, e ser demitido por causa disso do notariado.

Assumiu bem cedo, em 1948, funções de Consultor Jurídico do recém-formado Conselho de Nobreza. Os seus pareceres – recente-

---

[32] A. Carlos Lima, *Aspectos da liberdade religiosa. Caso do Bispo da Beira. Peças de um Processo*, Lisboa, 1970; e A. Carlos Lima, *Caso do Bispo da Beira. Documentos,* Barcelos, Civilização, 1990.

[33] Carta transcrita in Guilherme Braga da Cruz, *Resposta a um Processo de Saneamento*, Lisboa, Cruz Editores, 2015.

mente reunidos em livro póstumo[34] – sobre verificação de títulos e direitos nobiliárquicos, ganharam respeitabilidade e fizeram jurisprudência, continuando por isso a ser citados e invocados ainda nos dias de hoje.

Foi Secretário-Geral do III Congresso da União Nacional, realizado em Coimbra, nas novas instalações da Universidade, não porque pertencesse à organização do Estado Novo, mas por mera indicação do Reitor. Esse Congresso ficou célebre por nele ter sido elaborada a moção que visava restaurar a Monarquia, no ano em que morrera o Presidente Carmona, se procedeu a uma revisão Constitucional, e se revogou a lei do banimento, que permitiu o regresso a Portugal da família real de Bragança.

Participou, activamente, nas Semanas de Estudos Doutrinários, promovidas pela Causa Monárquica, chegando a prefaciar as Actas da segunda. Tornou-se num dos mais respeitados doutrinadores monárquicos, particularmente ouvido pela juventude. Alguém assim o justificou:

"*É o varão justo que dá todo o valor à ideia, e por isso continua a estudar, com o afinco dos primeiros anos e o apetite de quem é amigo da verdade e dela não se encontra ainda saciado, atingido da suficiência".*

"Cerca-lhe a vida uma espécie de auréola, porque ama a candura dos santos. Não perguntem pelos seus feitos: o melhor da sua nobreza está na dignidade das acções de cada dia, exemplares, como fruto de árvore sem moléstia. Honra da Universidade de que foi discípulo e hoje é mestre, alegria da Igreja, no seio da qual testemunha, com humildade, em que consiste servir Cristo na hora que passa: um serviço sem a pecha do servilismo, sem abdicar do melhor das faculdades humanas, embora dentro da mais exacta noção do dever de obediência".

"Não admira que a sua palavra tenha ressonância no coração da juventude. Conserva o timbre dos ideais puros. As raízes da sua fé, vizinhas da realidade actual, não sugam em veios de privilégio, e não sofreram, portanto, o envenenamento de motivos oportunistas, estimulantes de vocábulos sonoros, mas anémicos em eficácia. Quando fala na "suprema honra" de servir a Pátria, e lembra a unidade nacional, digna dos maiores sacrifícios e muito para lá das divergên-

---

[34] Guilherme Braga da Cruz, *Títulos de Nobreza. Pareceres Jurídicos*, Lisboa, Cruz editores, 2011.

cias entre familiares, um singular eflúvio de entusiasmo contagia os ouvintes, porque nenhum duvida que, para Braga da Cruz, servir não é servir-se e dar encerra um valor absoluto para lá de recompensas imediatas. Este desprendimento, pedra de toque das convicções, gera liberdade e facilita a coerência"[35].

Não admira pois que, com esse prestígio, tenha sido convidado pelo Senhor D. Duarte Nuno de Bragança para seu Lugar-Tenente, em 1958, quando era apenas Director da sua Faculdade de Direito. Recusou o convite, com uma impressionante humildade:

"…não devo ser lugar tenente de V.M…. seria um mau serviço que lhe prestaria…". Alegava ser *"homem de estudo"* e não *"homem de acção". "Deixe-me V.M. ser o que sou e servi-Lo naquilo para que Deus me fadou"[36].*

Acabaria, contudo, por aceitar ser Lugar-Tenente, numa conjuntura particularmente crítica, entre 1963 e 1965.

5. DESAPARECIMENTO PREMATURO

Guilherme Braga da Cruz morreu no Porto, com apenas 60 anos de idade, vítima de um aneurisma cerebral. Não faltou quem relacionasse a sua morte prematura com a perseguição que lhe foi movida durante a revolução.

Alguns, que não suportavam a sua superioridade e autoridade, quiseram destrui-lo, no fim da vida, com um infame processo de saneamento. Guilherme Braga da Cruz terminou, porém, os seus dias como professor da Universidade de Coimbra e Director da sua Biblioteca Geral. Por ele dobraram os sinos da velha torre da Universidade que serviu e honrou, e de que seria um dos mais lembrados reitores do século XX.

Houve quem dissesse que Guilherme Braga da Cruz morreu triste, mal tratado na sua própria Universidade, que servira exemplarmente. Disse-me um dia, em carta, citando Charles Péguy, "il n'y a qu'une tristesse: n'être pas des saints".

O Cardeal Patriarca D. José Policarpo chamou-lhe "um justo na cidade", como os invocados por Abraão perante Deus para salvar

---

[35] Urbano Duarte, "Elogio sem lisonja", *op. cit.*

[36] Arquivo de Guilherme Braga da Cruz no Centro de Estudos de História Religiosa da UCP, Lisboa.

Sodoma e Gomorra da destruição. "*Conheci-o num período particularmente difícil da sua vida pessoal: tinha sido "saneado" da sua Universidade de Coimbra. Se houve injustiças sem sentido provocadas pela revolução, esta foi uma delas. Os que trabalhávamos com ele no grupo que preparava os primeiros Estatutos da Universidade Católica, parecíamos mais perturbados do que ele próprio. Nunca tinha presenciado, ao natural, a superioridade de um homem de fé a reagir às adversidades deste mundo. A fé era nele a fonte de uma harmonia que dava à sua vasta cultura o sabor da sabedoria. A paz que nos comunicou, na adversidade e no sofrimento, era fruto do Espírito*"[37].

E Mário Júlio de Almeida Costa, seu discípulo e seu herdeiro na cátedra de História do Direito em Coimbra, sublinhou, após a sua morte, a "superioridade moral" que o caracterizava, que se manifestava "*na capacidade de renúncia, na firmeza de carácter, num apurado sentido do dever. Só se afirmou como homem público e servidor da política na perspectiva mais engrandecida, nobre e isenta que essas qualificações encerram. Solicitado para ser governo, nunca o foi; tendo cómodas situações materiais ao alcance de um desejo, nunca as quis; desempenhando como que plebiscitado a suprema magistratura universitária, deixou-a voluntariamente quando sentiu que não poderia exercê-la conforme os ditames da consciência. Nunca curvou a cabeça perante os poderosos, porque era independente; nunca cultivou ressentimentos porque era um justo; nunca hesitou em dizer a verdade, porque desconhecia mentira, nunca teve emulações, porque estranho à ambição que obnubila o entendimento; nunca se considerou um mártir, porque aceitava com naturalidade as adversidades quotidianas da existência; nunca faltou aos outros com ajuda e compreensão cativante, porque era sensível às dificuldades alheias e possuía a virtude do amor ao próximo; viveu e morreu íntegro"*[38].

A sua morte causou uma enorme onda de consternação, partilhada não apenas por familiares, amigos, colegas e antigos alunos, mas até por muitos que não pensavam como ele, que ele auxiliara em momentos de infortúnio.

---

[37] D. José da Cruz Policarpo, "Um Justo na Cidade", in *Depoimentos, Guilherme Braga da Cruz (1916-1977),* pp. 17-18.

[38] Mário Júlio de Almeida Costa, in *História do Direito e Ciência Jurídica – Homenagem Póstuma a Guilherme Braga da Cruz,* Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1979.

O Presidente da Academia Portuguesa da História, Prof. Veríssimo Serrão, numa das sessões de homenagem que lhe foram prestadas em Lisboa, depois da morte, confessou que "*raras vezes o desaparecimento de uma figura nacional terá causado tamanha amargura, pelos dons excepcionais que exornavam o Prof. Guilherme Braga da Cruz: uma bela inteligência, um nobre carácter e outras virtudes pessoais que dele faziam um varão de Plutarco: A sua formação tinha a marca dos espíritos luminosos em que se conjugam a rectidão e a humildade. O culto dos princípios sagrados e a dádiva generosa para com os outros, ou seja, a busca de um permanente ideal na senda autêntica da Verdade Cristã. Guilherme Braga da Cruz foi assim, para todos seus amigos, colegas e alunos, um verdadeiro paradigma da nobreza antiga. E por isso, a sua perda não se resumiu a um triste evento, porque desde logo foi sentida como verdadeira perda nacional*"[39].

António Almeida Santos, seu antigo aluno e grande admirador, na altura Ministro da Justiça, confessou que o "*respeitava sobretudo no respeito que sempre teve pelas divergências dos outros e pela coerência com que sempre impôs as suas. Vi sempre nele, para além disso, um bom homem e um perfeito patriarca, um como que cidadão romano dos nossos dias*"[40].

Parafraseando Alessandro Cassona, "as árvores morrem de pé", e como elas, alguns homens, com raízes, morrem também levantados ao alto.

Guilherme Braga da Cruz morreu inteiro e de pé, como inteiros e de pé haviam morrido seus antepassados, à frente das milícias de Braga na batalha de Carvalho d'Este; como inteiro e de pé, havia morrido seu Avô, quando liderava o movimento social católico, após a revolução republicana.

Que o exemplo da sua vida perdure e constitua lição para os que vierem depois, lição que ele próprio resumiu na defesa que escreveu no processo de saneamento que lhe moveram: *"Não há dinheiro, não há regalias, não há benefícios, não há honrarias que valham a liberdade e a independência de um homem – que valham a liberdade de dizer "sim" e a liberdade de poder dizer "não", de*

---

[39] Joaquim Veríssimo Serrão, Palavras na Sessão de 9 de Dezembro de 1977, in, *Elogio do Prof. Doutor Guilherme Braga da Cruz,* Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1985, pp. 11-12.

[40] In Guilherme Braga da Cruz, *Resposta a um Processo de Saneamento*, *op. cit.*

cabeça levantada, perante os grandes da terra, sem outros ditames que não sejam os do foro íntimo da sua consciência e os da fria e objectiva serenidade da razão"[41].

O Arcebispo de Braga, D. Eurico Dias Nogueira, que fora seu aluno e o conhecia tão bem, como conhecera a história de seu Avô Francisco José de Sousa Gomes, disse de ambos serem "servos de Deus"[42], e mandou por isso abrir um processo com vista à sua beatificação.

Braga tem sobejas razões para se sentir orgulhosa deste seu filho, que nela nasceu há 100 anos, e se tornou num jurista eminente, num universitário famoso, num doutrinador católico e monárquico de grande reconhecimento, em suma num Homem invulgar, merecedor da consideração e da admiração dos seus contemporâneos, que por tantos modos lha manifestaram em vida e depois dela, e que a Igreja e a cidade de Braga querem erguer para exemplo dos presentes e dos futuros.

---

41 *bidem*.

42 D. Eurico Dias Nogueira, *Para a memória da Universidade Católica Portuguesa em Braga*, Braga, Faculdade de Teologia, 2007, p. 120.

A receção a João Antunes no norte de Portugal: Porto, Braga e Barcelos [1]

EDUARDO PIRES DE OLIVEIRA [2]

Conforme já é bem conhecido, a influência de João Antunes no Norte do país, e mais diretamente no Porto, Barcelos e Braga, para utilizar uma sequência cronológica, tem apenas a ver com uma personalidade, D. João de Sousa, um homem nascido em Lisboa em 1647, no seio de ilustres famílias portuguesas. Durante treze anos, de 1683 a 1696 serviu como bispo do Porto e de 1696 a 1703 como arcebispo de Braga; transitou depois para a diocese de Lisboa.

No último terço do séc. XVII o norte do país oscilava, no que dizia respeito à arquitetura, entre os arquitetos do Porto e os engenheiros militares ligados às fortificações da linha da costa e ribeirinhas das margens do rio Minho. No Porto havia várias personalidades que se desdobravam em diferentes profissões, de padre e "arquiteto", como Pantaleão da Rocha Magalhães, Baltazar Álvares e Joaquim Teixeira Guimarães, de arquitetos e entalhadores, como Domingos Lopes e Domingos Nunes, etc. Ou seja, gente com uma formação ora sólida, ora empírica, que satisfazia uma sociedade essencialmente mercantil e eminentemente prática.

Em Braga e na sua área de influência a situação era muito diferente. Estava bem longe da situação do Porto e, quiçá, do

---

[1] Texto apresentado no colóquio *III Centenário da Morte de João Antunes* (Panteão Nacional, Lisboa, 17 e 18 de Outubro de 2012), co-organizado pelo Panteão Nacional e pelo Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

[2] epoeduardo@gmail.com. Investigador integrado do Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

litoral e raia do Alto Minho. Depois da figura do Padre Geraldo Álvares, com basta obra de arquitetura na primeira metade do séc. XVII e do mestre Francisco Vaz que o acompanhou em várias obras, a situação podia dizer-se caótica. Havia mestres pedreiros, naturalmente; e aparece mesmo um que era chamado de arquiteto, curiosamente com o nome de Domingos Lopes, "da cidade" no dizer de um tabelião, mas de quem apenas conhecemos referência a uma obra, e mesmo essa não executada.

O que é francamente importante em Braga é o facto de que quando surgiu a necessidade de uma obra maior, a cidade não tinha um arquiteto, alguém que o arcebispo fosse capaz de chamar e encarregar de conceber a obra. Gostaríamos bem de saber o que é que terá sentido o arcebispo D. Luís de Sousa quando teve necessidade de mandar fazer a obra maior do seu governo bracarense, a Igreja de S. Vítor (foto 1), e viu que não tinha ninguém capaz de riscar algo semelhante ao que estava habituado a ver e teve que chamar um homem de sólida formação, mas de outra área, da engenharia, Miguel Lescol.

Mas o problema não residia apenas aqui. Depois do risco havia a questão de o passar à prática. E a questão agudizou-se aí porque tiveram que ser homens do Porto a vir para Braga, com tanto sucesso que pouco tempo depois estavam a estender o seu saber a outra área, que embora muitíssimo próxima é bem diferente, a arquitetura. Pascoal Fernandes e Domingos Moreira, foram rapidamente conhecidos como os "mestres de S. Vitor", o que lhes permitiu alforria imediata para desenhar, conceber arquitetura, em que entram obras tão importantes como, por exemplo, o primeiro projeto para a igreja de S. Vicente.

É que a sociedade bracarense era então bem menos avisada que a do Porto, Braga era uma cidade muito menor em população, comércio e, sobretudo, contactos com o exterior. Era uma cidade de uma só cabeça, o arcebispo, o único que vinha de fora, que conhecera algum mundo para além do país, ou que tivera vários contactos com gentes de outros "mundos", o que lhe dava outra abertura. Poderia haver muito dinheiro, mas não sabedoria para o aplicar em situações novas.

Quando entrou nas suas dioceses D. João de Sousa, tinha tanto trabalho a fazer no domínio pastoral que não poderia dar prioridade à questão da renovação artística; nem era essa a sua função. É certo que quis deixar alguns dos meios necessários a

uma certa normalização e renovação, nomeadamente promovendo no Porto e em Braga a publicação das Constituições Sinodais! Além destes verdadeiros manuais, incentivou ainda a publicação do Breviário Bracarense, que a saída para Lisboa impediu que fossem editados com o seu nome.

Apesar do excelente trabalho de Joaquim Oliveira Caetano e Nuno Vassallo e Silva não conhecemos o rol de obras em que D. João de Sousa interveio no Porto. E na diocese de Braga é também muitíssimo difícil contabilizá-las. Isto porque em geral apenas olhamos para os trabalhos de vulto e esquecemos todas as pequenas obras, seja por doações em dinheiro, seja por intermédio da ação dos visitadores, seja por qualquer outra via. Muitas vezes essas pequenas intervenções acabam por ter uma influência tão grande ou maior do que as de grandes dimensões.

D. João de Sousa era um homem que não tinha papas na língua, era incisivo, muito direto mesmo. No convento de Santa Clara, no Porto, foi perentório em não autorizar obras enquanto não viesse o arquiteto que nomeara para elas:

> *E vindome falar gaspar da Sylva para esse effeito lhe respondi que na obra se não havia de por huma so pedra emquanto o dito Arquiteto não viesse…*

E noutra carta acrescenta, agora a propósito de uma questão sobre o modelo das grades:

> *Nesta obra consegue este Mosteiro a maior reputação, e quando a isso Vossa Senhoria, e as suas subditas repugnem hum escrivão com a sua penna ha de vencer a contenda usando eu dos meyos que me são licitos, e hum delles ha de ser mandar nottificar os officiaes não continuem as obras emquanto as grades dos locutorios novos não estiverem postas. Considere Vossa Senhoria se lhe convem ficar tão grande despeza inutil, e as Religiozas mais anciaas desaccomodadas*[3].

---

[3] Biblioteca Nacional da Ajuda (BA), 54-X-28, fól. 1: *Copea para a Abbadessa de Santa Clara sobre suspender a obra*: Santa Crux 31 de Janeiro de 1687; fól. 3: *Copia para a Abbadessa de Santa Clara sobre as grades das janelas dos Dormitorios*, Porto 30? de Setembro de 1688.

Ou, agora em Braga, tendo o Cabido querido avançar com as obras da paroquial de S. Vítor que estavam paradas e iniciar as da sacristia da catedral ainda antes da sua tomada oficial do arcebispado, não teve o menor pejo em nada autorizar:

> *A sanchrestia, e choro não fez nunca a primeira Sé Vacante, depois da aclamação, sendo tão dilatada, nem as que depois houve devião de gardarse para esta, em que fuy nomeado Arcebispo; ... mas por hora não só não hey de aprovar que se fação estas obras, que estão traçadas, mas as hey de impedir emquanto me for possivel; porque nisto satisfaço a aquella obrigação, em que hoje me vejo*...[4]

João Antunes era o arquiteto que D. João de Sousa queria em Santa Clara:

> *... mas para se executar com mayor reforma da Clausura, menor dispendio da comunidade e sem nenhuns deffeitos na arquitetura mandei vir de Lisboa o mais insigne Arquiteto que tem este Reyno, cujos rascunhos Sua Magestade que Deos goarde; e as mayores pessoas deste Reyno aprovão para as obras que mandão fazer; e não me consta que consultem os Arquitectos do Porto, e sem declarar o que tinha prevenido modestamente insinuei que este Arquiteto podia ter occazão de vir a esta Cidade, e que seria conveniente ouvillo*...[5]

O arquiteto veio ao Porto para traçar a obra dos dormitórios. No dia 16 de fevereiro de 1687 estava na cidade invicta, tendo-se dirigido ao Convento *em companhia do Reverendo Pantaliam da Rocha*[6]. Um mês mais tarde o projeto já estava pronto.

---

4 BA, 54-VIII-6, 181: *Carta enviada ao Chantre do Cabido de braga e datada de Lisboa 28 de Junho de 1696*. D. João de Sousa só foi oficialmente nomeado arcebispo de Braga em 24 de Setembro e tomou posse em 14 de Dezembro. FERREIRA, José Augusto – *Fastos episcopaes da Igreja Primacial Bracarense*. Vol. 3. Braga: Mitra Bracarense, 1932, p. 210.

5 BA, 54-X-28, fól. 1-1v: *Copea para a Abbadessa de Santa Clara sobre suspender a obra*. Santa Crux 31 de Janeiro de 1687.

6 BA, 54-X-28, fól. 1-1v: *Copia sobre chegar João Antunes para fazer as plantas*. 17 de Fevereiro de 1687.

D. João de Sousa elogiou-o e comunicou à abadessa que lhe iria ser entregue:

> *... João Antunes vay entregar a Vossa Senhoria as plantas dos dormitorios e mais obras em que aplicou o primor da arte de architectura por me obedecer a mim...*

Como vimos inicialmente houve freiras que quiseram alterar o projeto, o que levou o arcebispo a intervir junto dos pedreiros e abadessa:

> *... se em alguma cousa alterassem a traça de João Antunes os havia de meter no Aljube, e me pareceo dizer a Vossa Senhoria que se na menor cousa permittir que se não obra o que estava disposto, que a obra não ha de continuar...*

o que o levou a

> *... conferir com o Arquitecto João Antunes a forma em que se avião de fazer as janellas dos dormitorios atendendosse a comodidade das Religiozas e evitar a relaxação da clausura...*[7]

Seis anos mais tarde D. João de Sousa voltou a encarregar João Antunes da elaboração para outro projeto no Porto, a capela-mor (foto 2) e retábulo da matriz de Nª Sª da Vitória. A experiência que tivera antes em Santa Clara e, com certeza, outras entretanto acontecidas, levaram-no a dar mais atenção à realidade local que embora podendo estar mais ou menos atenta ao que se fazia noutros locais, tinhas as suas próprias maneiras de sentir. Seis anos mais tarde D. João de Sousa já tinha outra abertura, talvez já não repetisse as duríssimas palavras que afirmara à abadessa de Santa Clara, de que chamara João Antunes para prevenir *embaraços, todos occasionados da imprudencia e imcapacidade do P. Pantaleão da Rocha...* e acrescentava que *se*

---

[7] BA, 54-X-28, fól. 3: *Copia para a Abbadessa de Santa Clara sobre as grades das janelas dos Dormitorios.* 30 de Setembro de 1687.

lhe parecer mais convenientes o que lhe presuadem Gaspar da Sylva, e Pantaleão da Rocha, deme Vossa Senhoria por desobrigado de me escrever mais nesta matéria[8]. São muitíssimo interessantes estas palavras do arcebispo porque nos mostram bem quer o quanto ele estava afastado da arte que se fazia no Porto, quer o apreço em que o Padre Pantaleão da Rocha era tido na sua cidade[9]; ou, também, o quão diferente era o que se fazia em Lisboa e no Porto.

Seis anos mais tarde D. João de Sousa já teve em atenção Domingos Lopes, um dos nomes fulcrais da arte do Porto e Norte deste período; por isso mesmo aconselhou a Manuel Pereira Barreto, mordomo na igreja da Vitória, de o encarregar de fazer *hua planta do tamanho da igreja, e capella mór, com as medidas do comprimento, largura, altura do arco e tamanho da área que fica por detrás da capella mor*[10]. Recebida esta mandou *logo chamar o insigne João Antunes* a quem entregou o projeto. Na execução surgiram pequenos problemas, sinal de que havia outras formas de resolver as questões: *so em ser o forro em arco redondo tem o meu reparo, porque me paresse que não he hoje aqui a moda de mais capricho, conçultarey os Architectos e da sua resposta farei aviso*[11].

Naturalmente, D. João de Sousa quis que João Antunes interviesse no novo retábulo:

> *... o meu apeito (sic) agora he que Vossa Merce mande fazer o rascunho do retabolo chão na forma que João Antunes aprova, e que mo remetta sô delineado nos riscos para aqui lhe mandar fazer os embutidos contrafeitos, e tornar a planta para ver se agrada esta moda...*[12]

---

8 BA, 54-X-28, fól. 2: *Copia para a abadessa de Santa Clara sobre se não tirar so o entulho, mas abriremsse os alicerces que não tinha dado premissão*. Santa Cruz 4 de Fevereiro de 1687.

9 ALVES, Natália Marinho Ferreira – *A Escola de Talha Portuense e sua influência no Norte de Portugal*. Lisboa, Inapa: 2001, p. 52-53, informa-nos que foi *um dos nomes mais relevantes do último quartel do século XVII*.

10 BA, 51-IX-38, fól. 82. Carta de Lisboa, de 20 de Junho de 1693.

11 BA, 51-IX-38, fól. 91. Carta de Lisboa, de 12 de Agosto de 1693.

12 BA, 51-IX-38, fól. 93v. Carta de Lisboa, de 29 de Agosto de 1693.

Mas não era essa a vontade que corria no Porto:

> *... sobre o retabulo ser de marmores contrafeitos reconheço o que a prudencia de Vossa Merce receya de alguns animos menos afectos que na verdade tem menos escolha naquelas materias, cujo capricho não chegou ainda ao Porto*...

mas o bispo continuou

> *... encomende Vossa Merce a imaginario que lhe faça o rascunho do retabollo, como diz João Antunes, e remetamo para que despois se faça o que ahi parecer melhor, mas estou certo que tudo o que se obra ha de ter contraditores*...[13]

Não era, porém, o gosto de João Antunes que os devotos de N.ª S.ª da Vitória queriam. E D. João teve que quebrar para não entrar em choque com os fregueses, embora os acuse de falta de informação. Não perdeu, porém, a vontade de ver um retábulo polícromo:

> *... O Retabolo da cappela mor dezejo seja feito não so com toda a perfeição, mas com a aceytação dos fregueses de melhor votto, estes se virão as obras de mayor grandeza, que hoje se praticão nesta corte, não sey se estarião tão escrupulosos mandeme Vossa Merce o rascunho para eu o ver, e poder aqui mostrar porque isso não tera resolverse depois o melhor, e esta nova moda nunca havia de sahir mais barata porque he certo, que daqui havia de hir o pintor mais insigne, e com as tintas, e outras achegas ha de custar mais, do que os dourados que nem são mais vistosos, nem tem igual duração a respeyto do pô, e humidade dessa terra... e assim mande Vossa Merce fazer todas as prevenções que lhe parecer*...
>
> *Hoje me avizão da pretenção que fazem alguns sogeitos haver de ser o retabolo de marmores, embutidos contra-*

[13] BA, 51-IX-38, fól. 94-94v. Carta de Lisboa, de 5 de Setembro de 1693.

feitos, e eu acolho rezão, porque não estão obrigados â confiança e primor desta obra, mas tenho tanto gosto de que seja à sua vontade que pesso a Vossa Merce mande fazer o dito retabolo de madeira como eles quiserem, e por isso hê escusado o rascunho que tinha pedido...[14]

No Porto, porém, não desarmavam e antes de avançar decididamente para uma renúncia do projeto lisboeta, o mordomo consultou Domingos Lopes que propôs alterações ao retábulo vindo de Lisboa. Confrontado, João Antunes concordou com as alterações; o bispo, porém, continuava a defender o projeto do seu arquiteto:

Veyo João Antunes e lhe mostrey a carta de Vossa Merce com as advertencias de Domingos Lopes tocantes a capella mor de N.ª S.ª da Vitoria com a planta do seu retabulo e lhe pareceu qe nelle se façam as emmendas que declara o seu papel junto, e eu julgo ser conveniente porque as obras de maior grandeza e capricho são riscadas por este sujeito e com tão bom sucesso, como justifica a vista de todos os que as veem postas em pratica e Vossa Merce observara nesta...[15]

Mas novas insistências devem ter chegado do Porto e, pragmático, o bispo acabou por recuar; e aceitou Domingos Lopes em vez de João Antunes:

Do relatorio que Vossa Merce me faz sobre o retabolo de N.ª S.ª da Vitoria, vejo o seu cuidado, e as conveniencias, e deffeitos com que o podem obrar algus officiaes e pello meu votto me parece melhor de todos Domingos Lopes... e se fizer a obra com perfeição sempre fica mais barata ainda que leve mais, e em parte tem rezão de que sendo Diocezano perfira aos que são de fora avendo de ficar com algum entereçe...[16]

---

[14] Biblioteca Nacional da Ajuda, 51-IX-38, fól. 95. Carta de Lisboa, de 19 (antes de) de Setembro de 1693.

[15] BA, 51-IX-38, fól. 98. Carta de Lisboa, de 29 de Outubro de 1693.

[16] BA, 51-IX-38, fól. 105. Carta de Lisboa, de 16 de Janeiro de 1694.

E seria mesmo Domingos Lopes quem executaria o retábulo, embora acreditemos que atendendo a esta carta também se possa entregar-lhe o projeto. A carta foi escrita em Lisboa, em 16 de Janeiro de 1694, e o contrato notarial para a execução da obra foi assinado em 9 de Fevereiro seguinte; infelizmente não transcreve os apontamentos[17]. Hoje nada resta nesta igreja nem da obra de João Antunes, nem da de Domingos Lopes.

Diferente foi a situação da sacristia da Sé de Braga. A história é longa, remonta a D. Luís de Sousa (1677-1690), deve ter passado por Miguel Lescole[18], por um arquiteto de nome Domingos Lopes que o documento notarial que o refere diz ser "*da cidade*", mas de que não temos mais nenhuma referência a alguém com esse nome na Braga daqueles anos, e termina em D. João de Sousa e João Antunes. Pelo meio passam pelo menos duas décadas, períodos de Sé vacante e só no quarto arcebispo se resolve, e isto depois de se mudar o seu local do lado norte para o sul, sem dúvida devido à área que iria ocupar e que do lado norte não estava disponível porque confrontava com outras capelas. Área que existia da parte sul porque defrontava uma velha rua medieval, a da Olaria[19]. Nesta obra estaremos perante uma solução de compromisso, curiosamente entre o exterior e o interior.

A Sé desde há alguns anos que vinha a ser um cadinho, não de experiências mas de vontades de transformação. D. Luís de Sousa e D. José de Meneses tentaram-no através de Manuel Pinto Vilalobos e talvez seja dessa data o sem dúvida seu desenho que se guardava na Academia Nacional de Belas Artes e hoje está em parte incerta (foto 3). Mas foi com D. João de Sousa e, sem dúvida com o seu sucessor D. Rodrigo de Moura Teles, que tiveram lugar as obras maiores.

---

[17] BRANDÃO, Domingos Pinho – *Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade e na diocese do Porto. Documentação. I. Séculos XV a XVII*. Porto: 1983, p. 790-791.

[18] BA, 54-VIII-6, 181: "...*em pessoa com o Engenheiro muitas vezes veyo a pê a esta See tratar desta obra, que hoje [1696] se achara executada se a morte lho não atalhara*..." Referido em SOROMENHO, Miguel – *Manuel Pinto Vilalobos: da engenharia militar à arquitectura*. Lisboa: Universidade Nova, 1991, p. 60 (tese de mestrado não publicada).

[19] OLIVEIRA, Eduardo Pires de – Estudos Bracarenses. 1. As alterações toponímicas (1380-1980). *Museu,* Porto, 3ª série, 1, 1981. Sep. (p. 72).

Já vimos que o arcebispo só interveio na Sé quando achou por bem fazê-lo e não com a urgência que o Cabido reclamava. Aqui a situação era diferente do que acontecera no Porto, em Santa Clara e na matriz de N.ª S.ª da Vitória, a obra era sua. Mas talvez lembrado ou lembrados do que acontecera, sobretudo nesta última, ou o arcebispo ou o seu arquiteto resolveram avançar com uma obra de compromisso muito simbólico: é que se virmos bem – e Robert Smith já o notara[20] – há uma diferença enorme entre a porta de acesso (foto 4), que dá para o transepto da velha Sé, então muito parcamente iluminada e a o seu interior, de uma luz sem par (fotos 5, 6, 7 e 8), de uma luz que sendo bracarense se desconhecia em Braga.

A ideia de uma porta tradicional, quem quer que tenha sido o seu ideólogo, foi magistral. Embora aqui o arcebispo estivesse a "jogar em casa", não lhe convinha ir contra um Cabido demasiado reivindicativo e poderoso. Aquela porta não chocava com a restante Sé que ainda não recebera as alterações de Moura Teles. Fora desenhada com "*o mesmo estilo que se vê nas casas do Engenheiro Manuel Pinto Vilalobos, de Viana do Castelo, e seus reflexos nas velhas ruas bracarenses*"[21]. Se choque houve, foi com a obra do próprio arquiteto.

Em contrapartida, o interior era muitíssimo amplo, maior até que as maiores sacristias do norte do país, as dos conventos beneditinos de Tibães e Santo Tirso, com um volume imenso (17,6 de comprimento x 8,8 de largura x 7.37 de altura). O seu interior, quase vazio, acentuava a dimensão que era magistralmente acentuada por enormes janelas abertas a sul com um forte cavado em diagonal que permitia que toda a luz fosse aproveitada.

Observou-se aqui o primado do lugar; a sacristia só poderia ser mesmo implantada na banda sul, nunca no lado norte. E observou-se também um bom conhecimento dos materiais; embora o contrato notarial nada explicite sobre o tipo de pedra a usar, houve o cuidado de escolher um granito bastante claro; não o granito branco que foi corrente na segunda metade do século XIX, mas mesmo assim um granito bem claro, bem longe da rocha

---

[20] SMITH, Robert C. – A sacristia do Tesouro da Sé Primacial. *Bracara Augusta*, Braga, 24 (57-58), 1972, p. 10.

[21] SMITH, Robert C. – A sacristia do Tesouro da Sé Primacial. *Bracara Augusta*, Braga, 24 (57-58), 1972, p. 10.

cinzenta, tão utilizada na cidade e região. A escolha da pedra tinha agora uma função estética, não apenas a da qualidade do seu grão, ou a das suas potencialidades para a escultura ou molduras de portas e janelas.

E houve mais uma atitude nova, pelo menos. Não sabemos qual era o desenho dos dois retábulos que se defrontavam, nem de que material ou materiais eram feitos pois foram substituídos em finais do séc. XVIII. Não sabemos se eram de embutidos ou de madeira. Mas o mármore foi uma pedra que quase não foi utilizada, apenas uma moldura de cor castanha em volta da pedra sepulcral do arcebispo, um tipo de pedra que apenas se voltará a ver na Sé nas pequenas pias de água benta na entrada principal, bem mais tardias. E os embutidos não tiveram sucesso na região bracarense, em que Maria João Pereira Coutinho[22] apenas recenseou duas peças, uma em Braga, vinda de Lisboa em 1719 (foto 9); e outra em Guimarães.

O Cabido, sempre discordante, ainda levantou quatro questões, mas só ganhou uma: a de transformar os dois vãos situados nas paredes laterais junto da testeira poente em armários, em vez de confessionários, *para se por nelles aquellas pessas de ouro, e prata do Thesouro da See, para com mais facilidade se poderem tirar, para o serviço mostraremsse*[23].

Esta lição da luz seria bem aproveitada, desde logo na Catedral, seria repetida primeiro com a construção de um *zimbório na capela mor*, em Agosto de 1713 e dois anos depois com a abertura de 14 frestas. A catedral passava assim a ser bem diferente. Boaventura Maciel Aranha, biógrafo de Moura Teles, não teve o menor pejo em lhe atribuir esta ideia e de a louvar amplamente:

> *Obra foy sua o excelente zimbório, que está no cruzeiro da Sé Primaz, e as frestas, ou janelas, que estão contiguas á abobeda, que huma, e outra cousa dá a esta famosa Basilica a admirável claridade de que muito carecia*[24].

---

[22] COUTINHO, Maria João Pereira – Alguns exemplos de embutidos marmóreos e escaiola no panorama artístico bracarense. Séculos XVII e XVIII. *Mínia*, Braga, 3ª série, 10, 2002, p. 39-58.

[23] ADB. Mitra (não catalogado).

[24] ARANHA, Boaventura Maciel – *Epitome da vida, e virtudes do Excellentissimo Senhor D. Rodrigo de Moura Telles*... In *Cuidados da vida e descuidos da morte*... Lisboa: Na Officina Pinheirense, 1743, p. 674.

De João Antunes também se aproveitou a ideia das colunas caneladas que se veriam nas capelas laterais da cabeceira que iriam ser todas remodeladas na segunda metade da década de 1710 (fotos 11 e 12). Em contrapartida perdeu-se a tribuna para uma imagem do Senhor da Agonia, situada no fundo do braço do transepto, junto da porta da nova sacristia, cuja planta fora entregue ao arcebispo em Agosto de 1700, juntamente com a da Casa do Tesouro, obra esta que nada tem a ver com a sacristia contígua e que nem exteriormente se consegue perceber que saíram da mesma mão. Mas a verdade é que tinham funções muito, muitíssimo diferentes (fotos 12 e 13).

Diferente, muito diferente é a igreja do Bom Jesus da Cruz, de Barcelos (foto 14), sem dúvida uma obra excelente, mas insólita para a região em que se inseria. Já noutro local escrevemos que é *um edifício fundamental para a arquitectura religiosa bracarense pois é aqui que pela primeira vez aparece no Minho uma igreja de relativamente grandes dimensões, situada no local central de uma povoação importante, sede de uma comarca*[25]. Mas também é verdade que foi uma igreja incompreendida porque embora as igrejas de planta centrada tivessem de novo merecido grande aceitação a partir dos finais do séc. XVII, nenhuma foi concebida com uma tal complexidade.

O que para nós neste texto é importante, é que se por um lado há aqui uma capacidade única para fazer como que um exercício de estilo, por outro há alguns pormenores que nos mostram que quer o arcebispo quer o arquiteto tiveram algum respeito pela região. Ou, então, talvez o arcebispo nunca acreditasse que a igreja poderia vir a ser construída, conforme se pode perceber numa carta publicada por Sousa Viterbo[26].

A documentação não nos permite conhecer como é que em Barcelos aparece o nome de Manuel Fernandes da Silva, se por sugestão da confraria, se por qualquer outra razão. Lembramos que no Porto o nome de Domingos Lopes só surgiu depois de já haver o projeto do retábulo, projeto que os fregueses não aceitaram.

---

[25] OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Estudos sobre o Século XVIII em Braga. História e Arte*. Braga: APPACDM Distrital de Braga, 1993, p. 51

[26] VITERBO, Sousa – *Dicionário Histórico e documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Vol. 3, 2ª ed. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda: 1988, p. 232-233.

Sobre a balaustrada, uma obra tardia, já de 1709[27] (foto 15) e que a leitura do contrato de obra não indica se pertencia ao projeto original ou se, como acreditamos, foi um acréscimo entretanto decidido para dar à igreja um aspeto menos monolítico, há ainda um outro pormenor interessante, o grande motivo decorativo que está nas traseiras da igreja, algo que nos faz lembrar um gosto de inspiração flamenga, sempre muito visível nas molduras das pedras de armas, mesmo em João Antunes, que tanta aceitação teve no norte do país e até datas tão tardias (foto 16); mas esses elementos são ainda mais expressivos nas duas cartelas que ladeiam a porta principal, em que também se vêm flores-de-lis (foto 17). Ambas, porém, com um desenho de uma finura que se pode considerar perfeito. E o mesmo se pode dizer das pinhas que embora tenham sido usadas até à exaustão, nenhuma o foi com um desenho tão delicado.

Estes factos são muito significativos: a igreja do Bom Jesus da Cruz foi uma obra coletiva de uma região em que as freguesias se comprometeram a fazer doações de pedra, de madeira, de barro, etc. Mas nas igrejas das suas freguesias não vemos estes elementos tratados desta forma! O único elemento que parece ter recebido aceitação foi o adro delimitado por plintos encimados por bolas, algo que também se pode ver na igreja do Bom Jesus de Fão, um projeto de autor desconhecido mas executado por Pascoal Fernandes, o pedreiro que contratara a sacristia da Sé de Braga, pai de Manuel Fernandes da Silva[28]. Mas não foi obra de João Antunes, como também não foi a balaustrada, como já referimos, e a cruz e as pirâmides colocadas sobre o templo[29].

Em contrapartida, é extremamente interessante o sucedido com os retábulos. Em 19 de Novembro de 1709, Miguel Coelho, famoso entalhador de Barcelos, assinou um contrato para *fazer*

---

27 Arquivo Distrital de Braga (ADB). Notarial de Barcelos, vol. 789, fls. 81-81v.

28 VINHAS, Joaquim Fernandes – *O Senhor Bom Jesus da Cruz de Barcelos. Quinhentos anos de História*. Barcelos: Real Irmandade do Senhor Bom Jesus da Cruz, 2004, p. 63-64.
ADB. Nota de Esposende, vol. 218, fol. 45-46: *Contrato que fizeram o Muito Reverendo Abade de Fonte Boa e Juiz da Confradia do Bom Jesus de Paredes, de pedraria com Manuel Fernandes [da Silva] e o P. José Fernandes [da Silva] este como fiador de seu pai Pascoal Fernandes da cidade de Braga*.

29 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Barcelos*. Lisboa: Presença, 1990, p. 67.

tres retabulos para a egreja do Bom Jesus desta villa, a saber dois colatrais, e o do altar mor na forma das plantas huma que fez João Antunes de Lisboa e a outra o dito Miguel Coelho. A talha seria ao *moderno*[30]. Se o trabalho de arquitetura foi executado com rapidez, o da talha prolongou-se durante mais de uma década. E algo de estranho deve ter sucedido, algo mais complexo do que refere Carlos Alberto Ferreira de Almeida, para em 1723 Miguel Coelho ser de novo contratado para conceber e executar outro retábulo-mor (foto 18) e em 1736 António Pereira ter desenhado dois novos retábulos laterais que seriam executados por Luís Pereira da Costa. Seria bem difícil compreender o difícil casamento entre um homem que era mestre na talha em madeira e outro que o era sobretudo na de pedra e de um desenho muito diferente. A atitude política de conjugar o que não era conjugável dificilmente poderia resultar de outra forma.

João Antunes foi feliz no norte do país porque realizou várias obras, sendo uma, o Bom Jesus da Cruz, um trabalho de enorme qualidade. Mas foi muito infeliz porque várias das suas obras não subsistiram e, mais grave ainda, não colheram o acordo das populações porque quase não serviram como exemplo. Não pode haver qualquer dúvida que se encontrou perante duas sociedades muito, muito diferentes: Lisboa, onde nasceu e fez a sua vida; e Porto, Braga e Barcelos, onde trabalhou muito pontualmente. Não fosse D. João de Sousa e não teria recebido encomendas nestas terras.

Braga e Lisboa, 6 a 8 de Outubro de 2012

---

[30] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Um retábulo de João Antunes*. In: *I Congresso Internacional do Barroco. Actas*, vol. 2. Porto: Reitoria da Universidade do Porto/ Governo Civil, 1991, p. 635-640; VINHAS, Joaquim Fernandes – *O Senhor Bom Jesus da Cruz de Barcelos. Quinhentos anos de História*. Barcelos, Real Irmandade do Senhor Bom Jesus da Cruz: 2004, p. 80-82, 215.

APÊNDICE

A planta para a Sanchrestia da See de Braga, fez o S. João Antunes com a sua insigne prefeição, porem não se lhe declararão alguas circunstancias, que elle não podia perver e em que agora deve ser consultado para que declare o que achar mais conveniente e responda por escrito.

Vay a Planta de toda a See, e da Sanchrestia, que queria fazer o Reverendo Cabbido esta conforme a planta, havia de ficar a porta no olivel do lagiado da mesma See, e nestes termos a rua, que fica por de traz da Sanchrestia mais alta, que o plano couza de 15 palmos, e nesta forma, se principiou a Sanchrestia, estão levantadas as paredes da parte da rua couza de 18 palmos, do pavimento athe asima, e como esta obra se hade desmanchar, e comessar pela segunda planta. Perguntasse se sera melhor subirse do pavimento da See, para a porta da Sanchrestia dous degraos, e depois do pavimento para a porta para o plano da Sanchrestia, outro degrao, que ao menos vem a vençer 3 palmos de altura da rua, ou o que serâ melhor, para que as janellas fiquem mais altas da dita rua, e como tais não dem menos claridade.

Perguntasse 2º se nos lugares, que na planta nova se reservão para conficionarios se poderão fazer em parte dos vãos, ou em todos elles a modo de almarios com suas portas inteiras, que se abrão, para se por nelles aquellas pessas de ouro, e prata do Thesouro da See, para com mais facilidade se poderem tirar, para o serviço mostraremsse, e porque na caza em sima, que dezião ser para o thezouro, se não mostrarem sitios em que se pusessem. E alem disso tambem porq.

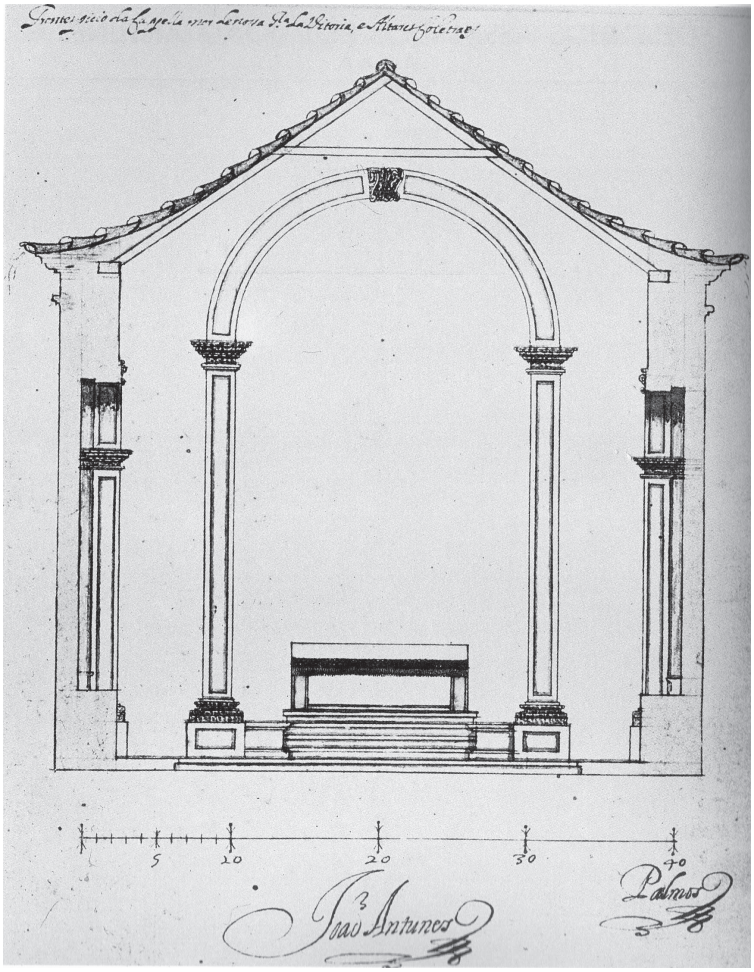
Perguntasse 3º porque no cruzeiro da See da parte da Epistola, junto a porta que havia de ser da Sanchrestia esta hú altar de S. Ouvido com o seu corpo, he pequeno, e couza muy antiga, e por sima delle alto esta na parede firme, e pela exterior hua trebuna em que esta o Senhor Crucificado da Agonia, imagem de muita devoção, mas nem he bem servida, e faz muito uutio (sic) a dita trebuna. Perguntasse se suposto ficar hua casa do thesouro numero 2º para onde se sobe n.º 1 se neste tal sitio se poderá abrir hua trebuna na grossura da parede, que se sirva pela parte de dentro, e esteja fechada com toda a segurança, e estes termos se rascunhe a forma em que há de ser feita, sobre o dito altar na supozição, que a imagem he muy avultada.

Perguntasse 4º se sendo a capela mor da See muito escura, e tendo seus inconvenientes abrirem lhe as janelas, mais baixas, se sera licito guarnecerem todas as paredes, que são de inchearia de alvaade, com oleo, e as colunas e chapiteis fazerem nos de jaspes contrafeitos, e da mesma sorte, todas as mais naves, e colunas da See ou se sera mayor grandeza ficar com a sua antiga obscuridade.

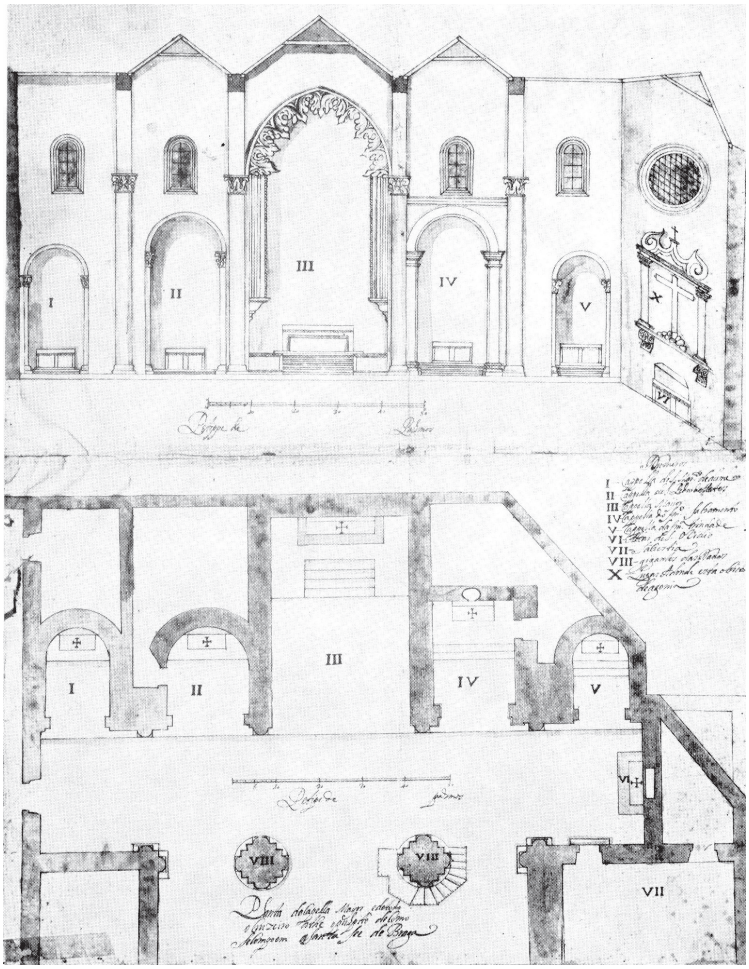
ADB. Mitra (não catalogado)



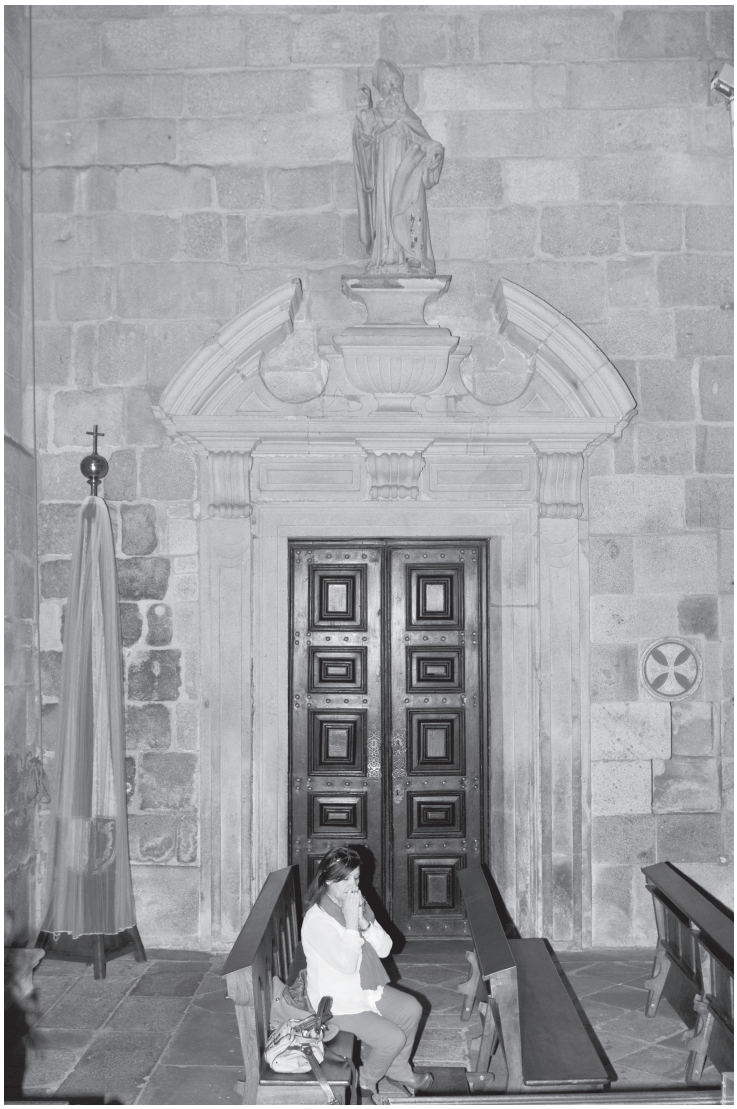
1. Igreja de S. Vítor, Braga



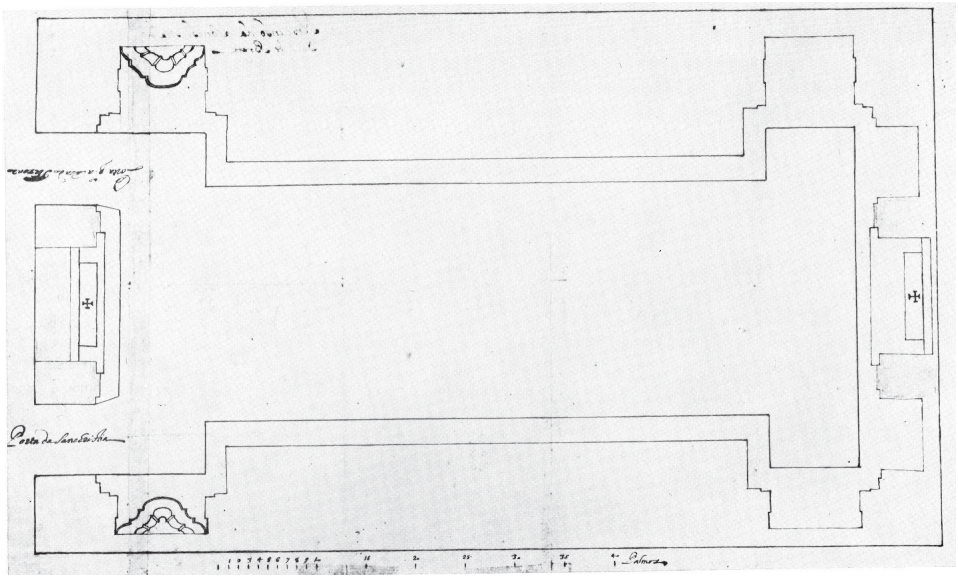
2. João Antunes – Projecto da Igreja de N.ª S.ª da Vitória, Porto. (Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa)



3. João Antunes – Projecto de remodelação da cabeceira da Sé de Braga. (Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa)



4. Sé de Braga. Porta de acesso à sacristia



5. João Antunes – Projecto da sacristia da Sé de Braga (Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa)



6. Sé de Braga. Sacristia. Interior



7. Sé de Braga. Sacristia. Interior



8. Sé de Braga. Sacristia. Lápide do arcebispo D. João de Sousa



9. Igreja do Hospital, Braga. Túmulo de S. João Marcos, 1723



10. Sé de Braga. Porta interior da sacristia



11. Sé de Braga. Capela do Santíssimo Sacramento



12. Sé de Braga. Sacristia. Fachada exterior



13. Sé de Braga. Casa do Tesouro. Fachada exterior



14. Igreja do Bom Jesus da Cruz, Barcelos



15. Igreja do Bom Jesus da Cruz, Barcelos



16. Igreja do Bom Jesus da Cruz, Barcelos



17. Igreja do Bom Jesus da Cruz, Barcelos



18. Igreja do Bom Jesus da Cruz, Barcelos

«O melhor amigo» de D. João de Sousa: a prata no mecenato artístico nos arcebispados de Braga e de Lisboa (1696-1710) *

NUNO CRUZ GRANCHO **

INTRODUÇÃO

Os objectos de prata encomendados na sua quase totalidade por D. João de Sousa, enquanto Arcebispo de Braga, Primaz das Espanhas (1696-1703), tiveram como centro de produção privilegiado a cidade do Porto. Nesse sentido, o presente estudo torna-se revelador dessa outra vertente mecenática até agora desconhecida da historiografia de arte, prestando assim, um contributo para uma mais global percepção, daquele que foi o patrocínio artístico do referido prelado. A documentação existente à guarda da Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, permite-nos uma aproximação dos processos de encomenda, por intermédio do seu mecenas, nomeadamente aos agentes e ourives, tipologias, valores e pagamentos, entre outras informações relevantes no âmbito das artes decorativas.

* Agradecemos a disponibilidade e informação prestada pela Senhora Directora da Biblioteca da Ajuda, Cristina Pinto Basto e à Dr.ª Fátima Gomes, à Dr.ª Fernanda Barbosa do Museu do Tesouro da Sé Primaz de Braga, ao Cónego José Paulo Abreu da Arquidiocese de Braga e à Dr.ª Celina Bastos do Museu Nacional de Arte Antiga.

** Doutorando em Arte, Património e Teoria do Restauro pelo ARTIS-IHA da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: ngrancho@gmail.com.

D. João de Sousa (1647-1710): síntese bibliográfica

> *«Homem de boa vida e costumes capaz de se fiarem delle negócios de importância e segredo, ainda que sejão do Santo Ofício e que de tudo que lhe for encarregado lhe parecer para boa conta e satisfação.»*
>
> (**D. Luís de Sousa**, Bispo de Lamego, 1699)[1]

Natural da cidade de Lisboa, onde foi baptizado no ano de 1647 na freguesia de S. José, D. João de Sousa era filho de Tomé de Sousa – VII Senhor de Gouveia de Riba-Tamega – e de Dona Francisca de Menezes. Consagrado à vida eclesiástica, como sucedia habitualmente com todos os filhos segundos em Portugal, na transição do século XVII para o XVIII, este viria a ser educado por seu tio D. Diogo de Sousa, que assume um papel crucial no *«exercício das virtudes, que depois brilharão de sorte»*.[2] Os seus estudos são feitos na Universidade de Coimbra, em Sagrados Canones, ingressando seguidamente no Colégio de S. Pedro dessa cidade no ano de 1667, percurso este em tudo semelhante ao de seu tio, contando à data com vinte anos de idade.[3]

Concluídos os estudo, torna-se Presidente da Relação Eclesiástica de Évora, por provisão de mercê (datada de 27 de Outubro de 1671) do dito seu tio, então no governo do arcebispado eborense (1671-1678).[4] Ingressou ao serviço do Santo Oficio como Deputado de Évora, cargo que acumulava com o de Arcediago de Santa Cristina da Diocese de Braga (1668)[5]. Mais tarde, não havendo culpa nenhuma sobre o mesmo, ingressou como familiar do Santo Ofício da Inquisição de Coimbra (1670), tornando-se deputado por

---

1 ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, *Diligência de Habilitações de João de Sousa,* fl. 1-13v.

2 A.N.T.T., *D. Diogo de Sousa*, Inventário de bens, 1 Livro, 1678.

3 SOUSA, D. António Caetano, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo XII (Parte II), Coimbra, Atlântida-Livraria Editora, Ld.ª, 1954, pp. 85-86.

4 BIBLIOTECA DA AJUDA, *Documentação Avulsa*, 51-X-10, fl. 7. O tomo de juramento celebrou-se nas casas pontificais, no mesmo dia acima citado, tendo sido atribuída a pensão de mil cruzados por ano ao seu titular, valor este confirmado por D. Diogo de Sousa a 11 de Dezembro de 1672.

5 Trata-se de um benefício rendoso do arcebispado de Braga.

Évora em 6 de Junho de 1670[6]. No ano seguinte tornar-se-ia Presidente da Relação Eclesiástica. Em 1678 toma posse do lugar de Deputado da Inquisição de Lisboa, ao mesmo tempo que se tornava Sumilher da Cortina do Príncipe Regente D. Pedro II.[7]

O seu percurso nas prelaturas do Reino de Portugal, teriam início a 17 de Setembro de 1684, quando faz a sua entrada pública na cidade do Porto, onde permanecera à frente desse governo diocesano entre 1684 e 1696.[8] Seria a partir deste momento que se inicia com maior visibilidade, o patrocínio das obras artísticas – tendo em consideração os estudos produzidos até ao momento – manifestando-se de forma singular no arcebispado de Braga (1696--1703). As esmolas que distribuiu, enquanto prelado do Porto e de Braga, ascendem a um milhão e duzentos mil cruzados em beneficio dos pobres, *«segundo o que constou dos livros de sua casa»*,[9] sendo também de sua iniciativa, enquanto Arcebispo de Braga, as Constituições Sinodais em 1697, e quatro anos mais tarde, o inicio do processo de beatificação de Frei Bartolomeu dos Mártires.[10]

---

6 *Idem. Ibidem.*

7 *idem*, p. 86.

8 *idem. ibidem*.

9 SOUSA, D. António Caetano, *op. cit*., p. 87. Ainda relativamente às esmolas, refere-se nas *Memórias e Documentação para a história ecclesiástica do arcebispado de Braga* – coligidas para trabalhos da Academia Real da História Portuguesa – que em uma visita que D. João realizou às vilas circunvizinhas do Rio Minho e demais praças da raia, deu de esmola dezasseis mil cruzados. B. A., *Documentação Avulsa*, 51-X-10, fl. 29.

10 MATOS, Helena Maria de Araújo de Carvalho, "Estudo sobra a Sé de Braga", in Separata *Bracara Augusta*, Braga, 1960, p. 82.

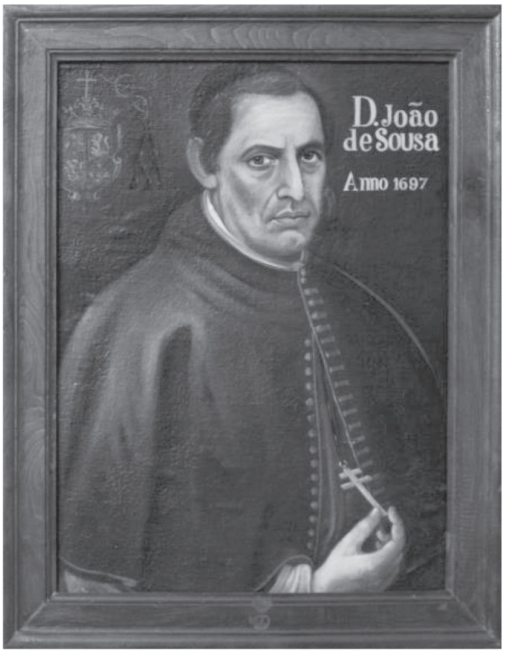


Fig. 1 – Retrato de D. João de Sousa, arcebispo de Braga, 1697.
(Galeria dos Arcebispos – Paço Episcopal de Braga)[11]

Para o Arcebispado de Lisboa seria nomeado em 1703, por D. Pedro II, onde entrou no ano seguinte[12], integrando simultaneamente o Conselho de Estado, constituindo estas as suas últimas nomeações, pese embora a intenção por parte do poder real em o nomear Cardeal, o que nunca chegou a concretizar-se, por ter falecido a 29 de Setembro de 1710. *«Mandouse sepultar na sua humildade na Cathedral, em sepultura raza onde se enterrão os pobres junto a capela de Nossa Senhora da Piedade de terra solta, das suas exequias há hum sermão impreso, onde se relatão as suas virtudes, e se afirma nelle que só de esmolas publicas serão hum*

[11] O autor agradece à Arquidiocese de Braga, a autorização para incluir neste estudo a imagem do retracto de D. João de Sousa, existente no Paço Episcopal de Braga.

[12] Entre a muita correspondência, felicitando D. João de Sousa pela eleição para o Arcebispado de Lisboa, refira-se a título de exemplo a carta de D. António Pereira da Silva, Bispo de Elvas (de 23 de Fevereiro de 1703), onde se pode ler: *«sem embargo do que a minha Pátria perca em V.ª Illm.ª hum tão grande prelado, e a pobreza tanto amparo, que venha para a coroa»*.

milhão, e quatro centos, e setenta e tantos mil cruzados»[13]. Deixou por herdeiro seu sobrinho D. Tomé de Sousa, conde do Redondo.[14]

Desde dos trinta anos de idade que D. João de Sousa, demonstrava alguma proximidade ao poder real[15], mas também à própria Igreja, muito particularmente ao Santo Oficio, o que em certa medida poderá justificar a presença de inúmeras personalidades, as quais na sua maioria, iriam deter uma intervenção directa em todos os processos de encomenda que aqui apresentamos, alguns dos quais julgamos constituírem mesmo uma novidade na historiografia de arte nacional. O seu relacionamento oficial, mas também pessoal, com as individualidades religiosas, politicas e diplomáticas portuguesas contemporâneas, permitiu-lhe ter uma posição além-fronteiras – por intermédio de agentes eclesiásticos e diplomáticos – nos centros de produção artística por excelência, nomeadamente em Itália[16].

Parece-nos pois evidente, que o interesse demonstrado por este prelado em apostar no patrocínio de inúmeras campanhas de obras, bem como na aquisição de peças artísticas, foi certamente determinada pelo seu contexto familiar, pelo seu percurso eclesiástico e, por alguma protecção régia, factores evidentes na documentação conhecida.

Ficaria na memória colectiva como *«naturalmente afavel, e carinhoso para os subditos como que se fes de todos muito amado, sem jâ mais mostrar cansado, ou aflição com os negócios, que com*

---

13 BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, *Catálogo de Manuscritos*, Cod. 141, fl. 29. Veja-se a respeito das cerimónias fúnebres M.J.P.C, p. 461.

14 *idem.,* p. 87-88.

15 Esta aproximação ao poder real, e de D. Pedro II muito concretamente, pode ser visível na mercê feita a D. João de Sousa pelo referido monarca, da quarta parte dos frutos do arcebispado de Évora, o qual se traduzia em duzentos mil reis de pensão anual, segundo o mencionado no inventario de bens feito na cidade de Lisboa, aos 19 dias de Dezembro de 1705. Veja-se B. A., *Documentação Avulsa*, 54-X-36 (98), fl. 5.

16 COUTINHO, Maria João Pereira, "D. João de Sousa (1647-1710), bispo do Porto, arcebispo de Braga e de Lisboa. Vida e acção mecenática", in Separata da Revista *Armas e Troféus*, 2012, p. 467. Essas relações com Itália, foram maioritariamente no sentido de resolução de assuntos eclesiásticos junto da cúria romana, mas também ofertas destinadas a D. João de Sousa, nomeadamente a estátua de S. Francisco, enviada em Dezembro de 1703. Como nos refere Teresa Leonor Magalhães do Vale, não se conhecem encomendas de obras de arte por parte deste eclesiástico, remetendo assim, os exemplos conhecidos, para iniciativas dos seus agentes em Roma. Para um maior aprofundamento destas questões veja-se VALE, Teresa Leonor M., *A Escultura Italiana em Portugal no século XVII,* Casal de Cambra, Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, S.A, 2004, pp. 51-54.

elle se tratavão».[17] Um *«prelado grande em tudo Pai dos pobres»*[18], gastando *«toda a renda (…) que para si andava muito humilde nos vestidos, e mandandoos consertar, como se fora um pobre homem, não tinha alfayas e ornatos no seu palácio, que tudo despendia com os pobres e a familia era muito limitada para a grandeza de um Arcebispo Primaz»*.[19]

O Mecenato artístico de D. João de Sousa no governo do arcebispado bracarense: a nova sacristia da Sé Primaz de Braga

«Esta semana vierão doze carros que conduzirão para Braga o resto dos móveis que aqui se achavão assim de V.ª Illm.ª como da familia sô alguma couza precisa ficar para hir nas antevesperas da minha retirada que será com a breveidade possivel».[20] Dava desta forma conhecimento, o Cónego Vicente Coelho Borges[21] em Feve-

---

17 B. N. P., *Catálogo de Manuscritos*, Cod. 143, fl. 59.

18 *idem,* fl. 28v.

19 *idem*, fl. 29.

20 B. A., *Documentação Avulsa*, 54-VIII-15, (n.º 32), fl. 1-1v.

21 O cónego Vicente Coelho Borges foi comissário do Santo Oficio, conforme o constante no seu processo datado de Julho de 1694, o qual nos disponibiliza informação relevante desde logo a título pessoal. Natural da freguesia de S. Nicolau, este era filho legítimo de António Coelho Pinhão – ourives da prata e familiar do Santo Oficio da Inquisição de Lisboa – e de sua mulher Maria dos Reis, moradores na Rua dos Ourives da Prata, na freguesia da Madalena da cidade de Lisboa. Num outro documento extraído do livro de Assentos de Baptismos da paróquia de Santa Maria Madalena de Lisboa, a fólio 36, refere-se ter sido baptizado aos 30 de Janeiro de 1650, tendo como padrinhos Filipe Dinis, e o cura padre Francisco Campos. Sabemos ter ingressado na Universidade de Évora, onde desenvolveu estudos em Artes e Teologia, e foi assistente no serviço do Ilustre arcebispo de Évora, D. Diogo de Sousa, segundo refere o sacerdote de missa siciliano Dom Pedro Calabrês. O mesmo Vicente Coelho Borges surge mencionado como bacharel na cidade de Évora, por ocasião da diligência para ser provido e tomar posse do dito benefício. Julgamos coincidir com a sua passagem por Évora, o conhecimento efectivo de D. João de Sousa, embora seja apenas na esfera do governo eclesiástico portuense, que encontramos uma relação de grande proximidade entre ambos, tendo inclusive residido no Paço Episcopal do Porto à data do presente processo. Era segundo as diversas testemunhas constantes *«pessoa de boa vida, costumes, juiso e capacidade»* para se lhe confiar *«negócios de importancia e segredo»*. Em síntese, a presença do Cónego Vicente Coelho Borges, na esfera dos governos eclesiásticos de D. João de Sousa, reveste-se da maior importância para o entendimento das influencias detidas pelas relações familiares, como sucede neste caso concreto, permitindo a transmissão de artistas e membros de clero, para ingressar nos séquitos dos príncipes da Igreja, como ocorreu com D. João e D. Diogo de Sousa. Vicente Coelho Borges era filho de António Coelho (Pinhão), ourives da prata

reiro de 1697, alguns meses antes de D. João de Sousa entrar oficialmente no arcebispado bracarense. Nomeado a 17 de Abril de 1696 arcebispo de Braga, cargo de que tomou posse 14 de Junho de 1696, pelo seu representante António Alvares Sequeira, provisor desse arcebispado e cónego magistral da Sé de Braga, ficando reservada a sua entrada oficial naquela cidade, para a tarde de 29 de Junho do ano seguinte.[22]

A doação artística à cidade de Braga, foi no contexto das suas prelaturas, aquela que mais interesse suscitou, tendo esta sido iniciada ainda enquanto Bispo do Porto, ao proceder a obras de adaptação na Quinta da Vilaça, já que passaria a desempenhar a função residencial pelo período de tempo em que ali permaneceu.[23] A continuação da obra da Igreja de S. Victor, iniciada em 1686, pelo seu antecessor D. Luís de Sousa, sob a direcção do mestre pedreiro Pascoal Fernandes, constitui outra das suas concretizações.[24] A esta, devemos juntar a reforma protagonizada na *«capela dos Arcebispos de pedraria como ao presente estâ e suposto a aperfeisuou seu subsesor Arcebispo D. Rodrigo de Mourateles»*[25], para além, de ter

---

da cidade de Lisboa a quem o arcebispo de Évora entregou inúmeras encomendas que justificarão pelo seu interesse, um estudo próprio da nossa parte. A correspondência trocada entre ambos, evidencia a protecção por parte deste prelado, relativamente ao filho de António Coelho, nomeadamente na responsabilidade pelos estudos do mesmo na universidade de Évora, conforme já tivemos oportunidade de referir. Por outro lado, transparece o facto comum a todos os intervenientes, de pertencerem ao Santo Oficio da Inquisição, o que nos leva a pressupor constituir essa uma espécie de garantia na confiança esperada *inter pares*, e por conseguinte, a pertença a essa instituição, uma possibilidade profissional. Profissional. Como nos refere ainda Francisco Bethencourt, os mais elevados cargos do Santo Oficio, estavam destinados a pessoas próximas ao poder real – garantindo uma certa cooperação entre a Coroa e a Igreja – e simultaneamente, em cargos de maior prestígio da instituição, a nomeação para os lugares cimeiros da carreira eclesiástica. É esta mesma lógica que encontramos na junto de quem detinha os lugares da base hierárquica da dita instituição – ocupados muitas vezes por ourives – que aí encontravam a real possibilidade de poder ascender à esfera do alto clero português.
Veja-se A. N. T. T., *Habilitações do Santo Oficio*, Conselho Geral, Habilitações, Vicente, Maço 2, doc. 33, fl. 1, 7v, 15v-16, e ainda ARQUIVO DA SÉ DE ÉVORA, *Fundo do Cabido da Sé* (1672-1692), Mç 2, fl. 2 e 5.

22 *idem,* fl. 28v. A entrada de D. João de Sousa no seu novo arcebispado, seguia aquela que era a tradição cerimonial eclesiástica, para esta tipo de acontecimentos. Nesse sentido procedeu-se à habitual entrega das chaves da cidade, acto simbólico que ocorreu na Porta Nova, pela mão de Alexandre de Paiva Marinho, vereador mais velho do Senado da Câmara, e Juiz de Fora.

23 COUTINHO, Maria João Pereira, *op. cit*., 2012, p. 465.

24 *idem. ibidem*.

25 *idem. ibidem*.

procedido à reconstrução da capela-mor da colegiada da vila de Viana.[26]

Todavia, a encomenda da sacristia da Sé catedral, seria a obra por excelência levada a efeito pelo arcebispo de Braga, D. João de Sousa, e certamente uma das mais emblemáticas alguma vez patrocinada pela sua pessoa. Antecedia esta, uma tentativa fracassada em 1690, quando Domingos Jerónimo Ferreira na qualidade de provedor geral da Mitra, em sede vacante, assina um contrato com o mestre pedreiro Manuel Carvalho, pela quantia de 2.780 reis, comprometendo-se este último, a realizar a obra no prazo de dois anos. Era o risco de autoria do bracarense Domingos Lopes, que auferiu pela planta doze mil reis.[27]

Depois de D. José de Menezes (1692-1696), uma figura sem relevância no âmbito do mecenato artístico, seguir-se-ia D. João de Sousa à frente da cátedra, abandonando o dito projecto, e realizando um novo contrato a 28 de Abril de 1696, firmado pelo Cónego Vicente Coelho Borges e dois mestres de pedraria, Pascoal Fernandes e Manuel Fernandes da Silva, pai e filho, respectivamente. Era referido na escritura, a autoria do risco do arquitecto João Antunes,[28] tendo todo este projecto por base a sacristia construída por D. Diogo de Sousa (1505-1532), naquela que foi a antiga capela de S. Martinho erigida no século XIV.

---

[26] B. N. P., *Catálogo de Manuscritos*, Cod. 143, fl. 59.

[27] SMITH, Robert C., "A Sacristia do Tesouro da Sé Primacial", in Separata da Revista *Bracara Augusta*, Vol. XXIV, Braga, 1972, 1972, pp. 3-4.

[28] *idem.,* pp. 5 e 7. O arquitecto João Antunes exerceu a sua actividade no estrito ciclo da Casa Real, tornando-se Arquitecto das Obras Militares em 1697, vindo a substituir Francisco da Silva Tinoco, dois anos mais tarde. O desempenho de tão elevados lugares permitia-lhe não apenas dar uma resposta imediata às soluções que lhe eram exigidas, mas também ser ele próprio intérprete de um gosto, questões justificativas do protagonismo alcançado por este arquitecto, na opinião de Miguel Soromenho. Veja-se SOROMENHO, Miguel, *Manuel Pinto de Villalobos. De Engenheiro Militar à arquitectura, Lisboa*, (Dissertação de mestrado em História de Arte Moderna, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), Lisboa, FCSH, 1991, pp. 67 e 69.



Fig. 2 – Aspecto geral da sacristia *nova* da Sé de Braga, c. 1696-1701[29]

A nova sacristia da Sé de Braga, constitui-se por isso mesmo, como uma das mais emblemáticas campanhas de obras protagonizada nesta cidade na transição do século XVII para o XVIII, ainda muito marcada pela austeridade contra-reformista.[30] O conhecimento entre encomendador e artista, havia-se já iniciado nos tempos em que D. João de Sousa fora bispo do Porto, entendimento solidificado em Braga e, que permitiu a sua continuidade, posteriormente em Lisboa. Contribuíra por certo, para este bom entendimento, a contemporaneidade entre ambas as personalidades, factor certamente facilitador da comunicação entre D. João de Sousa e o *insigne* João Antunes.[31]

Entrando naquelas que foram as preocupações do prelado bracarense no que às artes decorativas diz respeito, aplicadas ao espaço da sacristia, Robert Smith relativamente aos arcazes, encontrou apenas similitudes na perspectiva da sua distribuição espacial, nomeadamente com algumas das mais emblemáticas sacristias da capital – Sé, S. Vicente, Santo Antão, São Roque e basílica de Mafra – mas também com o exemplar pertencente a S. Martinho de

---

29 O autor agradece à Sé de Braga, a autorização para incluir neste estudo a imagem da Sacristia e, das ferragens do arcaz, existentes no dito espaço.

30 SMITH, Robert C., *op. cit,* pp. 7-8.

31 SOROMENHO, Miguel, *op. cit,* p. 67; veja-se ainda para a propósito do bom entendimento entre D. João de Sousa e João Antunes, o estudo de CAETANO, Joaquim Oliveira, SILVA, Nuno Vassallo e, "Breves notas para o estudo do Arquitecto João Antunes" in Separata da Revista *Poligrafia*, n.º 2, Porto, 1993, pp. 151-171.

Tibães, datado de 1683.[32] Preenchem os dois arcazes da Sé de Braga, a totalidade do comprimento lateral da sacristia, compondo-se por seis grupos, cada qual com três gavetas.

Fruto de investigações mais recentes, Miguel Soromenho, refere que em 1700 em virtude do avanço dos trabalhos da sacristia nova, D. João de Sousa procede à encomenda dos arcazes, tendo solicitado ao abade da Igreja de S. Nicolau, que se informasse de um *emchambrador* da cidade do Porto, que executasse com bastante perfeição. Refere-nos ainda, o mesmo autor, que antes de se iniciar os trabalhos, mandava o dito prelado que o mestre ali se deslocasse para delinear as madeiras do Brasil, de modo a terem tempo suficiente para secarem.[33]

Para estes mesmos arcazes, encontramos alguma documentação, nomeadamente para o trabalho de ferregens, as mesmas que Robert Smith descrevia de *«admiráveis puxadores e escudetes de latão dourado, compostos de arabescos das mesmas pequenas folhas que ornam os discos centrais»*,[34] concluindo ser esta tipologia rara nas igrejas de Portugal.[35] Quanto aos padrões, afirmava o mesmo historiador de arte serem ambos derivados das gravuras ornamentais alemãs do século XVI, ainda que evoluídas à semelhança da arte azulejar portuguesa de seiscentos, de arabescos muçulmanos.[36]



Fig. 3 – Espelho com asa, apresentando decoração vazada (c. 1700-1701), tipologia de ferragem pertencente aos arcazes da nova sacristia da Sé de Braga.

---

32 SMITH, Robert C., *op. cit,* pp. 13-14.

33 O mesmo abade de S. Nicolau da cidade do Porto, receberia ainda a encomenda de um palio de oito varas para a mesma catedral, no ano de 1701, encontrando-se já a sacristia concluída de pedreiro. Confira-se SOROMENHO, Miguel, *op. cit,* p. 69.

34 SMITH, Robert C., *op. cit,* p.14.

35 *idem. ibidem.*

36 *idem.,* p. 13.

Em carta de D. João de Sousa para Manuel Mendes Vieira, abade da Igreja de S. Nicolau da cidade do Porto, informa o primeiro que «*Leva o portador a amostra da ferragem de hua das gavetas dos caixões, que Francisco Pechirim mandou vir de Inglaterra, estâ feita com igual perfeição ao meu serviço, e assim se deve mandar continuar para trinta e seis gavetas, sô com a diferença, que os enganços (?) que prendem as […]/ […] de ser de ferro, como V. m. adverte porque os de latão, não tem duração.»*.[37] Continuam as advertências por parte do encomendador agora com as fechaduras as quais *«hão de ser irmãs e abrirem-se com a mesma chave, e hão de vir quatro para que se algua quebrar suprirem as outras, e nos dias de concurso servirem todas para mais promptamente se abrir as gavetas»*.[38]

Por fim, refere ser o preço desta ferragem inferior ao que se pedia em Portugal, ainda que obrada com a maior perfeição. Recomende-se brevidade a Francisco Pechirim e *«que logo se lhe mandara entregar a quantia, que elle arbytrar por conta desta encomenda, a respeito de quatro mil, e quinhentos cada gaveta, quando se não se da algua couza do dito preço»*.[39] Como conclui Adelina Valente num estudo de sua autoria, a existência de ferragens de modelos ingleses no mobiliário português é baste frequente neste período, reflectindo uma aderência generalizada aos ornatos metálicos importados.[40]



Fig. 4 – Espelho com escudete, apresentando decoração vazada (c. 1700-1701), tipologia de ferragem pertencente aos arcazes da nova sacristia da Sé de Braga.

---

37 B. A., *Inventario*, 51-IX-40, fl. 44.
38 *idem. ibidem*.
39 *idem. ibidem*.
40 Cf. VALENTE, Adelina, "Albuns Ingleses de Ferragens para mobiliário do Acervo da Biblioteca Municipal do Porto", in SOUSA, Gonçalo Vasconcelos, (dir.), *Matrizes de Investigação em Artes Decorativas*, Porto, CITAR-UCP, 2010, p. 58.

Acrescia ainda, a intenção de D. João de Sousa enriquecer este novo espaço, contemplando ainda a encomenda de espelhos e pinturas, vontade expressa na missiva escrita ao Prior de Vila do Conde em Junho de 1701:

> *«Remetto a V. m. as plantas da sanchristia, hua de hum dos topos, a outra de hum lado, para que V. m. veja os ditos espelhos que são necessarios para os dittos dois lados, o tamanho dos vidros, e forma das guarniçoins, que se lhe mandão pôr, os quais handem ser dourados, ou de tintas contra fazendo as madeiras que se querem emitar, nos quatro paineis dos topos e lados, se handem fazer tão bem as madeiras com os relevados que vão riscados, e assym estes, com os dos espelhos se deixa tudo a eleição, e maior capricho do official, e nas ditos quatro vãos se lhe handem pôr huns paineis, que se handem obrar câ no Reyno, e de todo esta obra mandará V. m. primeiro fazer orsamento como se declara, para constar de despeza que poderá fazer, e esta entregar-se primeiro quando não dezagrade»*[41]

Relativamente aos espelhos anteriormente aludidos, trata-se dos mesmos já referidos por Robert Smith e Miguel Soromenho, autores que atribuem uma proveniência dos mesmos do norte da Europa, o primeiro apontando Inglaterra, enquanto o segundo refere a Antuérpia. Segundo este último autor, sabemos ter tido a dita encomenda como intermediário Manuel Fernandes Braga, agente do prelado bracarense no porto de Viana.[42]

Os espelhos como ambos os autores referem, nunca chegaram ao seu destino, devido a contingências de percurso[43], as quais levaram D. João de Sousa já na qualidade de arcebispo de Lisboa a comentar com José Fernandes Braga, em Abril de 1704 *«não sinto tanta ruina, que experimentou a embarcação que os trazia»*[44] e refere ainda *«da impressão dos Breviarios me faça aviso do que tou devedor, para com toda a pontualidade a mandar satisfazer (…) e*

---

41 B. A., *Inventários*, 51-IX-40, fl. 86.
42 SMITH, Robert C., *op. cit,* p.14 e, SOROMENHO, Miguel, *op. cit,* p. 69.
43 *idem. ibidem*.
44 B. A., *Inventários*, 51-IX-40, fl. 215v.

como houver ocazião não deyxe de se conduzir os breviários pois são tão uteis para o serviço da minha Igreja».[45]

Acrescente-se ainda a encomenda para a Sé de Braga de um conjunto de *«ornamentos vermelhos para os Pontificais, e festas de segunda Classe, e dias duplex»*[46], procedendo no ano de 1700 a dois outros conjuntos que se confia ao fabriqueiro Reverendo Cónego Manuel Alvares Dias e, pagos por mão de António Carvalho Prego. Um primeiro, que constitui-se por um ornamento de veludo preto, pelo qual se pagou em Abril de 1700, a quantia de 460.845 reis[47], juntamente com um *«pano franjado de oiro»*[48] por 301.104 reis. Por fim, em Maio desse mesmo ano, um palio de oito varas de brocado de ouro branco no total de 443.838 reis, como se refere em um outro recibo passado em nome Manuel de Lima e José da Fonseca, os mesmos que assinam o recibo da encomenda anterior.[49]

Este enriquecimento da catedral e, da atenção com que D. João de Sousa cuida da obra da sacristia, muito particularmente, encontra uma parte da sua fundamentação, no facto de ser toda esta construção, um espaço idealizado pelo mencionado prelado para o acolher *post mortem*, ainda que saibamos que essa vontade viria a ser substituída, mais tarde, por um outro espaço bastante mais humilde na Sé de Lisboa.[50]

Processos de encomenda: D. João de Sousa, a prata e os ourives

Iniciamos este capítulo com uma referência ao baú que guardava algumas peças de prata, como se aludia no inventário de bens de D. Diogo se Sousa – a 21 de Março de 1651 – destinados a seu sobrinho herdeiro. Estamos seguramente perante as primeiras peças de prata do futuro Primaz de Braga, que apenas se assumiria legi-

---

45 *idem*. fl. 216.
46 B. A., *Documentos Avulsos*, 54-XIII-19 (70), fl. 1.
47 *idem*, fl. 1-1v.
48 *idem*, fl. 1.
49 *idem. ibidem*, fl. 1.
50 COUTINHO, Maria João Pereira, *op. cit*, p. 466. Num documento existente nos reservados da Biblioteca Nacional de Portugal, refere-se que na sepultura mandada fazer por D. João de Sousa na sacristia da Sé de Braga, «se meteu depois o caixão com os ossos do dito prelado de D. João Martins, não obstante o epitáfio». Ver B. N. P., *Catalogo dos Manuscritos*, Cod. 143, fl. 40.

timo proprietário das mesmas em 1678, ano em que se assinalara a morte de seu tio.

Possuiria então com apenas quatro anos de idade *«quatro castiçais quatro piviteiros duas salvas de bastiains dourados, e outros dous brancos hum vazo dourado que serve da comunhão houtro vazo branco pera lavatorio da comunhão hua estante de prata hua cruz com seu pee duas salvas e hum Evangelho de S. João, huas galhetas com seu prato, um pao de abano (?), e hum ponteiro dous frasquinhos, e a caixa de hostias do qual baul com toda a prata fasso doação ao ditto meu sobrinho João de Sousa»*.[51]

A educação que recebera do seu tutor, como já aqui tivemos oportunidade de referir, detivera uma importância expressa ao longo da sua vida, e nas mais diversas ocasiões, como exemplifica os termos em que D. João de Sousa, arcebispo de Braga, se dirigio a seu sobrinho Tomé de Sousa de Castelo-Branco Coutinho e Menezes, por carta datada de 11 de Março de 1700, conselho bastante esclarecedor quanto aos princípios que o regiam e, simultaneamente demonstrativo do entendimento que fazia da aquisição de peças de prataria.

> *«vos nunca gastaceis mais do que tivesseis, e que sobrejandovos o apliqueis em couza que possa conservar, e acrescentar o rendimento da Caza, ou em prata por que he movel muito limpo, em todos os dias e em muitas ocaziões hê o melhor amigo para hum seguro emprestimo, e sobre tudo fareis o que mais se conformar com os vossos dictamos»*.[52]

O ano de 1697, aquele em que procede à entrada oficial no seu novo arcebispado, é coincidente com as primeiras referência encontradas, dando-se inicio a um conjunto de encomendas com o

---

[51] A. N. T. T., *D. Diogo de Sousa*, Inventário de bens, 1 Livro, 1678, fl. 45v e, B. A., *Inventário*, 51-X-10, fl. 243. Uma parte das peças constantes na relação mencionada, acreditamos terem correspondência com a relação dos bens de D. João de Sousa mandara elaborar em 1705, por provisão de Sua Majestade e executada por Nicolau Torres Cordeiro. Entre elas encontramos uma salva de bastiães dourados, uma estante de prata, um par de galhetas e respectivo prato e um ponteiro. Herdaria D. João de Sousa, para além da relação das peças de prata acima mencionadas – as quais por sua morte passarão para seu irmão, que constituía juntamente consigo, os dois únicos herdeiros – as vestimentas com as armas de seu tio, as quais como fez questão de declarar, foram compradas com o dinheiro da Mitra.

[52] B. A., *Documentação Avulsa*, 54-V-27 (1)

objectivo de renovar e enriquecer aquela que viria a ser a sua cátedra nos próximos sete anos, permanência amplamente compensada pela obra artística legada pelo referido eclesiástico. O seu legado como fez questão de deixar escrito, resultou da administração das *«suas rendas o que fizera com tanta atenção e igualdade, que não poderão os pobres ter justa queixa, nem os seus sucessores terão de se escandalizarem»*.[53]

As primeiras noticias que nos chegam, encontram-se na correspondência trocada entre o Cónego Vicente Coelho Borges e D. João de Sousa, em Fevereiro de 1697, antecedendo assim a sua entrada no arcebispado. Faz-se referência a uma primeira encomenda empreendida para a Sé de Braga (à data sede vacante) referindo ter sido contactado por um ourives portuense, informando-o de ter a seu cargo uma banqueta e umas galhetas, encomendadas pelo Cabido de Braga. Mais informou o dito cónego, tratar-se de obra que totalizava mais de dois mil cruzados, tendo-se apenas pago 400 mil reis, pretendendo o referido ourives saber se terminava a obra, ou se lhe pagava pelo trabalho feito.[54]

A indicação seria no sentido de se terminar toda a obra constante da relação *«que V. m. me faz da prata com aquella perfeição com que vem costuma haver se em tudo»*[55], levando a querer terem existido encomendas de prata anteriores a esta – possivelmente quando á frente da diocese do Porto – ainda assim trata-se da primeira resultante da investigação por nós empreendida. Diga-se *«aos officiaes, que acabem a banqueta para o altar-mor desta seé, e tão bem o peé da Cruz, e que as bolas para as lampadas e galhetas não são necessarias, nem lhes recuzão isso, e que ajustados nesta forma, e fazendo se a dita obra com breveidade pagará quem dever»*.[56] Relativamente às galhetas, não tivemos qualquer outra informação, o que leva a interrogarmo-nos quanto à sua concretização.

---

[53] B. A., *Documentação Avulsa*, 54-XI-36 (98), fl. 4v.

[54] B. A., *Documentação Avulsa*, 54-VIII-15, n.º 32, fl.1v. A encomenda da prata acima referida deve ser vista conjuntamente com a pretensão do cabido, logo após a morte do arcebispo D. José de Menezes (1690-1696), ter pensado em proceder à reforma da sacristia, para além de outros melhoramentos, de que é exemplo as cadeiras para a capela-mor, alegando-se serem as existentes muito mal lavradas. Ver SOROMENHO, Miguel, *op. cit*, pp. 67-68.

[55] B. A., *Inventário*, 51-IX-39, fl. 49.

[56] *idem. ibidem*.

Já relativamente à resposta dada pelo prelado quanto à feitura de uns castiçais, de que foram enviados os respectivos riscos em 1697, sobre os quais Tomás Correia[57] «*não se atreve a votar por não mostrar que fala com paixão».*[58] Estas peças que a documentação deixa transparecer serem alegadamente trabalho do afamado ourives lisboeta, não são na opinião do cónego Vicente Coelho Borges *«obra que depois de feita satisfaça a V.ª Illm.ª não tenha aquela vista»*.[59]

Tomás Correia, trabalhou em contexto religioso e civil, no decorrer de todo o seu percurso como ourives da prata, duas realidades que D. João de Sousa teve oportunidade de conhecer, desde logo pelo aludido risco dos castiçais, quer posteriormente, já na qualidade de arcebispo de Lisboa, com um conjunto de peças para uso civil.[60] Estamos pois diante de um artista com invulgar sentido de

---

[57] Tomás Correia era ourives da prata, natural de Belém, morador em Lisboa, casado com Ana Maria (natural do Paço do Lumiar), de que houve descendência. Era o dito ourives filho de Guilherme Prulim, (natural de Bristol, Inglaterra) e de Domingas Correia, ambos moradores em Belém. Por intermédio do auto de fé privado, por crime de bigamia, de que era acusado seu filho, Manuel Alvares Correia – à data com 45 anos de idade – natural e morador da cidade de Lisboa, Escrivão da Câmara da Paraíba e casado com Francisca da Silveira, tendo sido sentenciado com abjuração leve, instrução na fé católica, penitencias espirituais e, pagamento de custas. Tinha ainda Tomás Correia uma filha, Teresa Maria Josefa, conforme nos informa a diligência de habilitação como pretendente a ama no Paço. Na correspondência trocada entre D. João de Sousa, arcebispo de Lisboa, e o Prior da Igreja de Santa Maria Madalena da cidade de Lisboa, no ano de 1710, refere-se um terceiro filho do ourives Tomás correia e de sua mulher Ana Maria. Este era natural da freguesia de Santa Maria Madalena, sendo seus pais de *sangue limpissimo*, que vivem da arte de ourives da prata, referindo serem na rua os de melhor tratamento e procedimento. Refere o dito prior quanto ao habilitado *«he sujeito de bastantes esperanças assim no estudo de gramatica, que frequenta, como na boa vida, e virtudes em que se vay educando»*.Veja-se A. N. T. T., *Tribunal do Santo Oficio*, Manuel Alvares Correia, filho de Tomás Correia, Inquisição de Lisboa, Proc. 11227; A. N. T. T., *Tribunal do Santo Oficio*, Concelho Geral, Habilitações de Mulheres, Mç. 5, doc. 11 e, B. A., *Documentação Avulsa*, 54-VIII-20 (376), fl. 1.

[58] B. A., *Documentação Avulsa*, 54-VIII-15 (118), fl. 2v. Existe um desenho de um castiçal na Biblioteca da Ajuda, que embora não esteja assinado nem nos forneça qualquer outra informação – para além do peso que o mesmo viria a atingir – interroga-se se não será este o risco enviado por Tomás Correia a D. João de Sousa, conforme vem referido na documentação dada a conhecer neste estudo. Ver para o aludido desenho a seguinte referência B. A., *Documentos Avulsos*, 54-X-29 (194).

[59] *idem., ibidem*.

[60] Segundo Alexandra Braga, existe a possibilidade de Tomás Correia ter colaborado na oficina de João Frederico Ludovice, o qual nos seus primeiros anos em Portugal, como se sabe, desenvolveu trabalhos como ourives. O próprio Tomás Correia, tinha ele próprio os seus contactos na Corte permitindo-lhe desenvolver trabalhos para uma clientela ela própria conhecedora, com uma vontade própria quanto ao que pretendia

composição e funcionalidade, à qual devemos somar uma irrepreensível capacidade técnica, patente das obras produzidas por este artífice, como nos refere Leonor d'Orey.[61]

A renovação das peças de prata, que tantas vezes sacrificou outras existências, dentro de uma lógica de renovação do gosto, prática habitual no decorrer dos tempos, fica também perceptível no contexto do que foram as encomendas de D. João de Sousa. A eleição das peças a fundir pertencentes ao Tesouro da Sé de Braga – constantes no rol feito em Julho de 1698 – diz que *«mandamos tirar as pessas de prata que asima se declarão com as suas confrontaçois e pezo, que tinhão, as quais por haver muitos annos, que dellas se não uza por inuteis e quebradas, e sem nenhum prestimo, para o serviço da Igreja, as mandâmos fundir, para se obrarem delles»*.[62] Pesou o referido conjunto cento e vinte quatro marcos, quatro onças e quatro oitavas, destinados para oito castiçais grandes e outras peças necessárias para o culto divino.[63]

É o mesmo Tomás Correia, que vamos encontrar referido por António Carvalho Prego, Procurador na cidade de Lisboa do Cabido bracarense, numa carta endereçada a D. João de Sousa, a propósito da retenção na alfândega de Lisboa dos damascos e mais ornamentos, bem como das diligencias feitas para se conseguir o

---

e, por isso, também ela mais exigente. A sua obra parece-nos ter seguido as tendências da ourivesaria portuguesa desde da segunda metade do século XVII, por um lado distinguindo-se pela forma, onde prevaleciam as superfícies lisas, simultaneamente com uma tendência para uma certa exuberância decorativa, já mais dentro de uma linguagem estilística de maior proximidade ao Barroco. São exemplificativos dessa coexistência, a encomenda do estojo de viagem que pertenceu ao bispo de Lamego D. Nuno Álvares Pereira, com as peças a evidenciarem a marca TC, ou a banqueta e as três sacras feitas para o convento das Chagas de Lamego, e actualmente no Museu de Lamego. Refira-se ainda, neste mesmo espaço museológico, o turíbulo, piviteiros, naveta, caldeirinha e hissope atribuídos também eles ao ourives Tomás Correia. Veja-se BRAGA, Alexandra, "Píxide", in RESENDE, Nuno, (coord.), *O Compasso da Terra. A Arte enquanto caminho para Deus*, Vol. I, lamego, Diocese de Lamego, 2006, p. 210; QUILHÓ, Irenes, SANTOS, Reynaldo dos, *A Ourivesaria nas Colecções Particulares,* Lisboa, s/ ed., 1971, p. 21 e, RIBEIRO, Agostinho, (coord), *Museu de Lamego,* Lisboa, IPM, 1998, p. 71.

61 OREY, Leonor d', *Ourivesaria. Fundação Ricardo Espirito Santo e Silva*, Lisboa, FRESS, 1998, pp. 76, 170-178 e 184-185 e, BRAGA, Alexandra, "Píxide", *op. cit.*, p. 210.

62 B. A., *Documentação Avulsa*, 54-XIII-19 (73), fl. 1. Entre as peças constantes na referida lista, podem-se ver um prato ovado dourado, um outro redondo liso, um gomil parcialmente dourado (que tinha como asa uma bicha), dois turíbulos grandes (um deles muito velho), dois turíbulos mais pequenos, um jarro parcialmente dourado, uma cruz de panela redonda, dois castiçais pequenos e lisos e, outros quatro grandes.

63 *Idem. Ibidem*.

decreto real, no sentido de se desbloquear a situação, e se proceder à imediata devolução, por os mesmos serem para culto divino.[64]

E refere a propósito da prata que *«esse negocio se tem assoalhado de sorte por esta cidade principalmente a prata, que me tem vindo fallar muita gente nessa prata e ontem veio huma peçoa pedir o rol della que cuido hé couza do Arcebispo e com effeito lá a tem ainda porque Thomas Correa lhe deu parte para ver se queria alguma cousa, o que mais se procurarão forão umas salvas de bastioens e tambem o Bispo de Hispona*[65] *foi fallar com Tomás Correa que queria huma com que lhe hei de mandar mostrar o rol para que saiba está dedicada ao Thesouro da Sé»*.[66]

Julgamos tratar-se das mesmas peças pertencentes à Sé de Braga, que ficou do espólio do senhor arcebispo D. Luís de Sousa (1677-1690), o mesmo espolio que se encontrava em depósito, ao qual D. João de Sousa se referia: *«e eu com tão cobiça delle como se não houvesse»*.[67] Assim, e depois de separada da *«que tocou ao seu herdeiro, que judicialmente se lhe julgou, e de que esta entregue»,*[68] como explica D. João de Sousa, esta *«se vendeu na dita cidade pello ourives Tomas Correa e o seu procedido importou dous contos, nove centos, quarenta, e oito mil e sincoenta reis, que com outras remessas de dinheiro mandâmos»,* se encomendou de outros ornamentos.[69] A este respeito comentava António Carvalho Prego que *«esta tarde estou esperando Thomas Correa que quer ver se lhe podem gastar as Armas sem defeito das pessas»*.[70]

A partir de Julho de 1698 e até Novembro de 1701, a correspondência passa a ter como destinatário privilegiado Manuel Mendes Viera, abade de S. Nicolau da cidade do Porto, o qual vai desem-

---

64 B. A., *Documentação Avulsa*, 54-VIII-27 (3), fl. 2.

65 Era à data Bispo de Hipona D. Frei António Botado.

66 B. A., *Inventário*, 51-IX-39, fl. 77v.

67 B. A., *Inventário*, 51-IX-39, fl. 15.

68 B. A., *Documentação Avulsa*, 54-XI-36 (92), fl. 1.

69 *idem. ibidem*. A mesma documentação refere ainda ter-se encomendado na mesma cidade de Lisboa um ornamento inteiro de veludo carmesim lavrado e guarnecido a ouro, e um outro de damasco carmesim para servir na Sé. Outros dois ornamentos de damasco branco e outro carmesim destinavam-se à Igreja de S. Victor, para além de outras peças não especificadas, as quais com outras despesas totalizava o valor de 1. 150.435, excedendo a despesa em 61.505, valor que será pago com o primeiro dinheiro que se enviará.

70 B. A., *Inventário*, 51-IX-39, fl. 77v. A remoção do emblema heráldico, constituía-se como um processo perfeitamente lógico, tendo em conta a intenção de venda dessas mesmas peças, e que neste caso em concreto, deveria remeter para o emblema heráldico de D. Luis de Sousa, seu antigo proprietário.

penhar o papel de intermediário de D. João de Sousa junto dos ourives da prata naquela cidade, nomeadamente na escolha destes, no acompanhamento dos trabalhos, pagamentos e respectiva entrega. Esta documentação, bastante enriquecedora para o estudo da encomenda de prataria em Portugal em final de seiscentos, inicio de setecentos, permite desde logo varias considerações quanto à pessoa do seu encomendador, mas também do seu intermediário.

Começando por este último, a escolha de Manuel Mendes Vieira, prende-se desde logo com três importantes factores, um primeiro que se relaciona com o facto da Igreja de S. Nicolau da dita cidade, encerrar à data destas encomendas, a sede da confraria de Santo Eloy[71]. Em segundo, e relacionado com a questão anterior, o vasto conhecimento do dito abade quanto à produção de prataria na cidade do Porto e, em terceiro a sua condição de eclesiástico secular, o que pressupõe um conhecimento profundo das peças, e da sua função nas celebrações religiosas.

Relativamente ao encomendador D. João de Sousa, arcebispo Primaz, é interessante o reconhecimento expresso por este, das qualidades do seu agente, enaltecendo o zelo, a pontualidade, o afecto depositado na condução do processo e, por se disponibilizar sempre em «*acudir tanto pelo meo credito».*[72] Por tudo isso *«se tenho couza em que lhe possa dar gosto, porque me hade achar com grande bondade.»*.[73] A confiança reconhecida ao outro, tornava-se fundamental num processo onde o seu agente detinha, também ele, um papel crucial no resultado final de cada peça.[74]

Ainda assim, D. João de Sousa não se satisfazia com o simples facto de disponibilizar os meios para a sua concretização, intervindo de forma muito concreta em todo o processo de encomenda. As peças remetidas para o seu agente, com o objectivo de servir de modelo

---

71 Recentemente construída, ao tempo de D. João de Sousa, e às expensas do Bispo D. Nicolau Monteiro, ali ficou sedeada a confraria de Santo Eloy, que em 1691 se encontrava falida, havendo por essa mesma razão, necessidade de se renovar os seus estatutos. Veja-se para esta questão: SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e, *A Joalheira no Porto, no tempo dos Almadas,* Porto, CITAR, 2008, pp. 73-74.

72 B. A., *Inventários*, 51-IX-40, fl. 118.

73 *idem. ibidem*.

74 Como constava do regimento da relação eclesiástica, ordenado por sua pessoa no ano de 1700, dizia no que aos agentes dizia respeito e «*porque sejão muitos os negocios que temos pertencentes a nossa Mitra»#,* pelo que convinha que *«sejão elles pessoas de sã consciencia, muita inteireza, verdade e praticas em negocios, porque saibão procuralos»*. Veja-se B. N. P., *Catálogo de Manuscritos*, Cod. 11127, fl. 532.

aos oficiais, eram na generalidade das vezes acompanhadas de indicações reforçando características, ou alertando para as alterações a realizar, assegurando uma margem de erro mínima na sua confecção.

Assim aconteceu em Julho de 1698, quando procede à encomenda de dois turíbulos de globo para a Sé de Braga, remetendo a Manuel Mendes Vieira para amostra, um outro *«com a differença que se há de pôr em baixo hua forma de pé soldado em que faça assento adequado a porporção dos thuribulos, nelles hão de servir as cadeas, que vão nos dos thuribulos velhos mais pequenos; porque ainda estão fortes»*.[75] Após a conclusão destes, devia-se dar seguimentos aos castiçais e, finalizado o primeiro deve-se dar a ver ao arcebispo Primaz, para que possa verificar se corresponde ao pretendido, ou se encontra alguma falha, e caso acresça alguma prata que se faça um cofre *«na forma de rascunho»*.[76]

As demonstrações de alguma familiarização com todas estas práticas naturais de processos de encomenda, por parte de D. João de Sousa, são perceptíveis em episódios diversos, e que aqui ilustramos com o *«mandar raspar o ouro dessas pessas douradas pela muita antiguidade, que tem deve ser de mais quilates, que agora o da ley e nesta mesma conformidade quero que dele se faça a obra, sem que lhe bote liga»*.[77]

No tocante ao pagamento *«Em hum sacco vão mil cruzados»,*[78] ditando a sua experiência que *«que V.M. receberá, e deixará estar em sy, pera por conta dos feitios hir dando ao ourives o que for merecendo conforme o luzimento da obra»*. No tocante aos recibos *«os recibos e quitações serão feitos em meo nome para que em nenhum tempo possa ter V. S. embaraço nessa superintendencia»*.[79]

Foram os oficiais escolhidos pelo abade de S. Nicolau, para a realização desta encomenda Francisco e Manuel Ribeiro e Azevedo[80],

---

75 B. A., *Inventário*, 51-IX-39, fl. 77v.

76 *idem. ibidem.*

77 *idem. ibidem.*

78 *idem. ibidem.*

79 *idem. ibidem.*

80 Manuel Ribeiro de Azevedo era natural e morador na cidade do Porto, tendo Marcos Ribeiro Queirós – ourives da prata – e Isabel de Azevedo, como seus pais. Teve carta de Familiar do Santo Oficio datada de 27 de Setembro de 1703. Julgamos ser pela coincidência do nome, irmão de Francisco Ribeiro de Azevedo, imediatamente acima mencionado. Veja-se SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e, "Alguns ourives do ouro e da prata do Porto, Familiares do Santo Oficio (1617-1734)", in Separata da Revista *Poligrafia*, n.º 4, Porto, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1995, pp. 5961.

conforme o recibo assinado a 12 de Julho em como haviam recebido a quantia de cento e vinte e dois marcos menos uma oitava de prata velha, limpa de madeiras e outros metais.[81]

Relativamente à intenção de se mandar obrar os castiçais e os turíbulos para a Sé de Braga, manifestada por D. João de Sousa, como já aqui tivemos oportunidade de enunciar, encontramos a conta apresentada de forma bastante minuciosa, oferecendo-nos informações bastante relevantes. Desde logo, apresenta-se a despesa assinada por quatro mãos, levando-nos a pressupor estarmos perante um trabalho de equipa, de que faziam parte, os dois artífices referidos anteriormente, acrescidos de outros dois Manuel Moreira[82] e Luís Rocha, todos ourives activos na cidade do Porto, nesse ano de 1699.[83]

Ainda assim, podemos estar na presença de um trabalho da oficina de Manuel e Francisco Ribeiro e Azevedo, trabalhando os demais para a respectiva dupla. Contribui para essa possibilidade, o facto da recepção da prata enviada pelo arcebispo, ser apenas feita pelos dois primeiros, assim como, pela atribuiçãode trabalhos manifestamente menores a Manuel Moreira e Luís da Rocha.

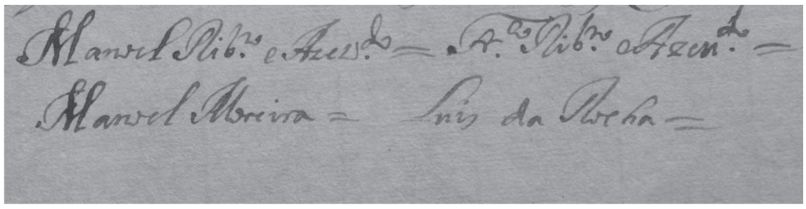


Fig. 5 – Assinaturas constantes do documento original, respeitantes aos ourives da prata: Manuel Ribeiro e Azevedo, Francisco Ribeiro e Azevedo, Manuel Moreira e Luís da Rocha

---

81 B. A., *Documentação Avulsa*, 54-XI-36 (92), fl. 1.Um recibo de 12 de Julho, assinado pelos ourives acima mencionados, dando conhecimento da quantia – de cento e vinte e dois marcos menos uma oitava de prata velha – entregues por ordem de D. João de Sousa, para que se faça dois turíbulos e oito castiçais. Do peso da prata já se havia retirado a madeira, mas não se advertiu o ourives, de outros metais, pelo que de abateu do peso inicial um parafuso grande de latão e, muitas soldaduras de estanho, totalizando o peso acima referido.

82 O ourives da prata Manuel Moreira, encontra-se referenciado por Gonçalo Vasconcelos e Sousa, num concerto de um cálice empreendido para a Misericórdia do Porto no inicio de setecentos. Na opinião do autor, deve tratar-se do ourives Manuel Moreira Lopes, embora como acontecia na generalidade dos casos, não eram tratados pelo primeiro e último nome, para evitar precisamente eventuais equívocos. Confira-se SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e, *Arte e Devoção. A Ourivesaria na Colecção da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Porto, S. C. M. P., 2013, pp. 17-18 e 25.

83 B. A., *Documentação Avulsa*, 54-VIII-19 (72), fl. 1-2.

Inicia-se a conta com os três itens da prata velha recebida, seguidos do peso das peças obradas, ficando-se em divida em pouco mais ou menos um marco, cinco onças e quatro oitavas. Desta retirou-se ainda todos os metais como soldaduras, parafusos de ferro e latão, somando à parcela anterior outros dois marcos, quatro onças e seis oitavas, somando assim a quantia em dinheiro de 24.018 reis.[84]

As colunas levaram vinte e quatro marcos de prata subida, cada, marco quatrocentos reis, totalizando 9.800 reis. A este valor soma-se de feitio das mesmas, que a 2.400 reis cada marco, totalizavam os quarenta e um marcos menos oito oitavas, o valor de 99.800 reis. Pelo trabalho dos castiçais, com cento e vinte e quatro marcos menos uma onça, o valor de 167.220 reis. Valor bastante inferior seria cobrado pelo feitio dos dois turíbulos que importaram apenas em 8.000 reis. À despesa apresentada acrescia o custo feito com miudezas, assim por oito ferros com suas tarrachas pagou-se 2.100 reis, pelas buchas de madeira 2.600 reis e pelas canastras utilizadas para transporte da prata velha a quantia de 300 reis.[85]

A vontade expressa pelo Ilustríssimo Senhor Arcebispo Primaz D. João de Sousa, em que se lhe mostrasse logo que se terminasse o primeiro dos castiçais, levaria a que este fosse devolvido com a indicação que se fizesse nova arandela por não estar a seu gosto, a qual deveria ser acrescentada com folhas. Pelo feitio da primeira acrescentou-se 2.200 reis, pela sua decoração, outros 5.000.[86]

O ourives Manuel Moreira seria ainda ressarcido de 82.595 reis pelo resto do pé da cruz que fez para o Altar mor da Sé de Braga, e por duas bolas feitas para os lampadários – mas que não servirão – em tempo de sé vacante, assim como um remate que se mandou quebrar recebeu mais 14.000 reis pelo trabalho.[87]

Por fim duas outras despesa, uma primeira feita com Julião Pereira, pelo concerto feito na cruz em prata pertencente ao altar-mor da mesma Sé, e pelo ouro colocado, pelo que se pagou 43.350

---

84 *idem. ibidem.*
85 *idem.,* fl. 1v.
86 *idem. ibidem.*
87 *idem. ibidem.*

reis. Outros 1.000 reis foram entregues a João da Costa[88], entalhador, pela madeira para o pé da cruz e concerto do caixão.[89]

Totalizava a conta a pagar por mão de reverendo Manuel Mendes Vieira – abade de S. Nicolau – o valor 460 mil e 123 reis, onde se inclui o peso dos oito castiçais em cento e vinte e quatro marcos e meio, duas onças e duas oitavas e dos dois turíbulos de onze marcos e meio, duas onças e duas oitavas, sendo o valor do marco, aquele anteriormente referido.[90]

Uma outra carta de D. João de Sousa dirigida ao abade da Igreja de S. Nicolau *«pera ajustar a obra dos piviteiros»*, refere que se faça *«com aqueles officiaes, que a podem fazer com mayor perfeição das mesmas mãos, ainda que sejão mais caros os feitos e que estes se paguem por hum preço certo por cada piviteiro»*[91], constituía esta a segunda encomenda deste prelado no ano de 1699. A preocupação demonstrada por um preço que fosse justo, levá-lo-ia a sublinhar que o pagamento se não fizesse *«por marcos, por que com isso se evita carregarem-nos de prata»*[92] e embora este não houvesse *«de faltar, porque mando fundir outros quatro piviteiros antigos, que terão o mesmo peso, que terá necessario, hê prata velha, muito fina, e por isso, quero que haja toda a deligencia, e*

---

88 O entalhador João da Costa, surge aqui mencionado pelo desempenho do seu ofício, ainda que sem qualquer relevância do ponto vista artístico como atesta a documentação acima mencionada. Julgamos tratar-se do mesmo mencionado por Natália Correia Alves, como residente na cidade do Porto (entre 1701 e 1707), e mais tarde Viela dos Gatos (1712) e Padrão de Belmonte (1721). Estão-lhe atribuídas inúmeras obras na cidade do Porto, mas também em Arouca e Marco de Canavezes. Veja-se ALVES, Natália Correia, *A Arte da Talha no Porto na época barroca (Artistas e Clientelas. Materiais e Técnicas)*, Vol. I e II, (Dissertação de Doutoramento em História da Arte, apresentado à Faculdade de Letras do Porto), Porto, FLP, 1986, pp. 23 (I) e 13 (II), e ALVES, Natália Correia, *Dicionário de Artistas e Artífices do Norte de Portugal*, Porto, CEPESE, 2008, p. 83. Num outro estudo de autoria de Sílvia Ferreira, encontramos o referido entalhador a residir junto de São Miguel de Alfama, e a continuar o retábulo do Rei Salvador do Mundo, na Sé de Lisboa por volta do ano 1685, trabalho que desenvolvia em conjunto com o mestre emsamblador António Rodrigues. Veja-se FERREIRA, Sílvia, *A Talha Barroca em Lisboa (1670-1720). Os Artistas e as Obras*, (dissertação de doutoramento em História, especialidade de Arte, Património e Restauro), Vol. II, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009, pp. 222-225.

89 *idem. ibidem*.

90 *idem. ibidem*.

91 B. A., *Inventário*, 54-IX-39, fl. 170.

92 *idem. ibidem*.

cautela, para que os ourives a não troquem, ou a não enchem de liga».[93]

A mesma preocupação fazia-se notar numa outra missiva trocada com Manuel Mendes Viera nesse mesmo ano, por ocasião do envio pelo portador de oitenta e seis marcos e quatro onças, aproximadamente, para obrar os quatro piveteiros para a Sé bracarense. Numa bolsa de couro, vão mais cento e cinquenta mil reis para que se fosse pagando aos oficiais. A confiança no seu intermediário permitia-lhe deixar à consideração deste o feitio dos mesmos, sem esquecer *«que eu quero a melhor obra, ajustada toda pello rascunho que vay de Lisboa, excepto naqueles tres dedos, que lhe mandão tirar de altura»*.[94] Concluídos os quatro novos piveteiros feitos para a Sé, estes serviram pela primeira vez em dia de Nossa Senhora, *«com a asseitação do Reverendo Cabbido, e demais concurso porque foi dia de Pontifical»*.[95]

Esta realidade da encomenda de prataria, com recurso ao risco de um ourives de Lisboa, a ser executado por um outro do Porto, poderia estar relacionado com questões do foro económico, não fosse esse facto contraditório com as afirmações de D. João de Sousa, na disponibilidade financeira sempre demonstrada. Deste modo, podemos estar perante uma opção pessoal, mais consentânea com o gosto então vigente na corte, podendo justificar a opção de um modelo enviado de Lisboa, possivelmente de Tomás Correia, com que havia já uma relação de âmbito profissional, inclusive com o envio do desenho para uns castiçais, como aqui já tivemos oportunidade de referir.

Desta segunda encomenda para a Sé de Braga, pedia-se ainda a realização de três bolas para os lampadários da capela-mor – em forma de rascunho – uma maior e duas mais pequenas, permitindo conjecturar a existência de três lampadários, onde o central assumiria maiores proporções. Estas já se haviam mandado fazer no Porto aos mesmos oficias que realizaram o pé da cruz, encargo que recordamos ter sido realizado pelo ourives Manuel

---

93 *idem. ibidem*. Embora não tenhamos nenhuma informação nesse sentido, acreditamos serem os 4 piveteiros velhos, dados para se fazerem outros quatro novos, os mesmo que integravam as peças de prata herdadas de seu tio D. Diogo de Sousa, conforme o inventário de bens mandado fazer pelo mesmo no ano de 1678. Veja-se A. N. T. T., *D. Diogo de Sousa*, Inventário de Bens, 1 Livro, 1678, fl. 45v.

94 B. A., *Inventario*, 54-IX-39, fl. 172v.

95 B. A., *Inventário*, 54-IX-40, fl. 39v.

Moreira, nesse mesmo ano de 1699. E quanto ao que havia o abade de pagar a esses ou a quaisquer outros *«não sendo por marcos de lavor levantado e não lisas»*[96], Assim como, *«consultar se o dito tamanho das bollas lhe parecer proporcionado»*.[97]

Numa outra carta escrita para o abade de S. Nicolau, refere D. João de Sousa ter mandado continuar um cofre para o enterro do Senhor na Sexta-feira *«mas em quanto aqui se descobre algua prata, para se unir com os quatro marcos, que sobjarão mandame V. m. a planta, ou rascunho, que eu cuido esta em seo poder, para eu ver se hâ algua couza que se lhe acrescentar, ou diminuir»*.[98]

Todas estas encomendas, que decorrem em paralelo com a campanha de obras da nova sacristia, como já tinha referido Miguel Soromenho, ao mencionar aquela, que em nossa opinião constitui a única referência conhecida para uma encomenda no âmbito da ourivesaria da prata, protagonizada pelo arcebispo de Braga D. João de Sousa. O autor, apenas refere a encomenda feita ao abade de S. Nicolau de um palio de oito varas para a Sé de Braga, porém a documentação por nós analisada, permite-nos outros dados que não podemos deixar de referir, pelo esclarecimento que permite a respeito do mesmo.[99]

Assim, na missiva datada de 9 de Setembro de 1700, enviada pelo prelado a Manuel Mendes Vieira, pedia-se para um palio de oito varas *«havendo por hora seis»*[100], que se mandasse fazer *«duas do tamanho, e em tudo feito de planta junta, e para se fazer com as medidas mais certas, vão os tres canudos primeiros, e o rematte de sima»*[101], e para esta obra leva João Carvalho cem mil reis e uma porção de prata. Que esta *«se faça com breveidade, porque tenho tenção de que se obrem mais uns calices, que são muito necessarios para a see»*[102].

A 15 de Agosto de 1701, D. João de Sousa agradecia o cuidado aplicado à obra de uns castiçais, os quais esperava fossem perfeitos, manifestando alguma ansiedade quando refere *«não pode esperar por elles, a todo o tempo que estiverem acabados, manda*

---

96 B. A., *Inventario*, 54-IX-39, fl. 173.
97 *idem. ibidem*.
98 B. A., *Inventário*, 54-IX-40, fl. 40.
99 SOROMENHO, Miguel, *op. cit.*, p. 69.
100 B. A., *Inventário*, 54-IX-40, fl. 44.
101 *idem. ibidem*.
102 *idem. ibidem*.

V. m. fazer hum caixãozinho em que os traga qualquer carteiro dos que vem a Braga»[103]. Para a dita obra levava o portador cento e vinte mil reis. Pede ainda no que à despesa diz respeito, que o ourives apresente dois róis, um deles sem estar assinado *«porque este não serve mais do que para clareza minha»* e, um segundo para *«ajustamento de contas que heide ter com o fabriqueiro»*[104], formalidade esta última que tinha como propósito tratar com o fabriqueiro a prata a disponibilizar por este para a obra dos cálices e, o dinheiro com que o arcebispo haveria de concorrer.

A missiva trocada precisamente um mês depois, mantendo sempre o mesmo remetente e o mesmo destinatário – não se conhecendo nenhuma em sentido inverso – para além de referir o cumprimento da questão da apresentação das contas por parte do ourives, refere que o fabriqueiro *«elle e os mais companheiros se agradarão tanto da perfeição desta obra que querem, e eu lhes acho razão em mandar fazer dous castiçais mais irmãos inteiros dos dito quatro, para servirem com elles o nosso coro, ou todos seis alguns delles no altar»*.[105] A pretensão de dois outros castiçais, iguais aos quatro já realizados para servirem nos feriados na capela mor da Sé, levava a pedir-se ao abade que visse junto do mesmo ourives, se esse pretende continuar a dita obra pelo rascunho que tem em sua posse.

Pese embora a pontualidade a que estava habituado D. João de Sousa, no cumprimento por parte do abade de S. Nicolau da cidade do Porto e, o gosto que tinha no cuidado que este último colocava nas encomendas, levava-o ainda assim, a solicitar brevidade, por serem os mesmos necessários para a sacristia, que dizia estar em estado avançado, ou seja, praticamente concluída.[106]

O cuidado colocado na questão das contas por parte do arcebispo D. João de Sousa, nomeadamente na exactidão requerida aos ourives na apresentação dos róis de despesa, permitia sobretudo, uma mais fácil confirmação dos valores correspondentes a cada item, possibilitando simultaneamente, detectar eventuais erros, na explanação feita. É esse receio que se viria a constatar como tivemos oportunidade de verificar na carta dirigida ao dito abade de S. Nicolau, com data de 29 de Novembro de 1701, aludindo ao erro de contas que houve relativamente aos cálices.

---

[103] B. A., *Inventário*, 54-IX-40, fl. 99.
[104] *idem. ibidem*.
[105] B. A., *Inventário*, 54-IX-40, fl. 105v.
[106] *idem. ibidem*.

Começando por agradecer a perfeição e pontualidade na execução dos seis cálices, pelo que muito lhe agradecia diz o arcebispo de Braga, *«pella conta, recibo que o ourives deo soma e despeza duzentos e tres mil, quinhentos e noventa reis me Revendo o Reverendo Fabriquiero lhe achou erro de conta contra a fabrica; porque dis importa cento ointeta e sinco, mil, seis centos e sessenta reis como V. m. vera pela maneira incluza, e o ourives deve restituir a V. m. dezasete mil nove centos reis, co-/ mo parece, e tão bem fazer recibo na forma de rascunho incluzo, e o mesmo fabriqueiro, e da mesma sorte quando houver de dar o de custo dos castiçais»*.[107]

Esta constitui a totalidade da correspondência por nós analisada, que nos permite um conhecimento daquela que foi a encomenda de prataria protagonizada por D. João de Sousa, enquanto Arcebispo de Braga. Pese embora, esta constitua a maioria da documentação, para um período balizado entre 1697-1701, não podemos deixar de fazer menção a duas outras referências, constantes no inventário de bens de D. João de Sousa, datado de Novembro de 1705. É na qualidade de arcebispo de Lisboa (1703-1710), que vai proceder a estas encomendas, agora no contexto civil.[108]

---

[107] B. A., *Inventario*, 54-IX-40, fl. 118.

[108] A. N. T. T., *D. Diogo de Sousa*, Inventário de bens, 1 Livro, 1678, fl. 45v. Refira-se aindas as encomendas artísticas realizadas em 1705, destinadas à Igreja de São Pedro de Penaferrim. Como se verifica na documentação analisada, D. João de Sousa dá instruções muito precisas ao vigário da referida igreja, nomeadamente, para proceder à feitura de um caixo de madeira de pinho da Flandres, para a sacristia. Devia este ter 14 panos de comprimento, *«na forma e grandeza do rascunho que vai»,* com o número de quatro gavetões dos lados, para os *«cálices e outras fábricas»*. Remeteu-lhe um ornamento de Damasco *«com os claros brancos, e sebastos vermelhos com guarnições retrós na mesma forma para servir das duas cores»,* completo de: frontal de altar-mor e dois colaterais, manga da cruz, pano de pulpito, duas planetas (casulas), duas dalmáticas com manípulos de estolas, dois véus de cálices, duas palas, bolsas de corporais, três alvas, seis cordões. Enviou ainda duas toalhas de comunhão, duas do lavatório da sacristia, informando ainda que estar-se-á a proceder à manufactura do ornamento roxo para servir no Advento da Quaresma. Numa outra missiva datada de 17 de Junho de 1705, remete ao mesmo vigário três frontais roxos, com os claros de seda roxa listrada, sebastos de Damasco e guarnições de cor de ouro, duas bolsas de corporais com suas palas e dois véus, o livro da visita e a planta para o caixão da sacristia, que há-de mandar fazer de pinho da Flandres, e que será feito pelos carpinteiros desse Paço» (Sintra?). Nova encomenda de paramentos e realizada em Agosto desse mesmo ano, que incluia uma capa de pluvial branca de cetim ou tafetá, com uma guarnição de ouro muito delgada e sua estola, pagando-o mas alertando José da Fonseca, porque *«cuida que se paga mais do que merecem»,* e que se lhe remeta uma toalha branca, na mitra simplex. Veja-se B.A., *Manuscritos,* 51-IX-40, fl. 124 e 244v-245 e 250.

Das pratas inventariadas em 1705, que remetemos o seu levantamento para anexo (Tabela n.º I), apenas aqui analisaremos aquelas constantes numa certidão datada de 1711, que sendo um ano após a sua morte, haviam sido naturalmente encomendadas em vida de D. João de Sousa, à frente do arcebispado de Lisboa. Esta mesma certidão, feita pelo ourives Tomás Correia, o que lhe confere a autoria das mesmas, incluía *«dezasseis prattos de cortar de pratta»*[109], feitos por ordem do Senhor Padre António Machado da Motta. Pesavão pelo que constava na dita certidão vinte e oito marcos, cinco onças e duas oitavas e meia, que valendo em dinheiro 5.600 reis cada marco, somaram 160.520 reis. Acrescia ainda de feitio cada prato 2.200 reis, prefasendo todos os dezasseis 35.200, totalizando 195.720 reis.

Terminava Tomás Correia com duas outras alusões, uma primeira referente a um frasco redondo de prata que pesava dois marcos seis onças e seis oitavas, valendo cada marco em dinheiro 5.600 reis. Acresce ainda o trabalho de feitio do dito frasco 7.000 reis, o que somava na totalidade 22.920 reis. A segunda, refere-se ao desfazer *«hua salva de prata lavrada que esta lançada no inventario de prata branca e em lugar desta se fez a caldeirinha com os copos»*[110], ambos constantes do inventario mencionado.

---

[109] *idem*, fl. 60.
[110] *idem*. fl. 60v.

Notas conclusivas:

Do conjunto das inúmeras encomendas aqui em análise, verificamos desde logo dois universos distintos: o religioso e o civil, constituindo-se este último em número inferior, levando-nos ao encontro do que já aqui referimos, tratar-se maioritariamente de um legado pio, mesmo no que à ourivesaria da prata diz respeito. Constatamos de igual modo, tendo em conta o presente estudo, serem estas na sua maioria peças de uso quotidiano – se exceptuarmos a banqueta – mesmo no que se refere ao conjunto empreendido no tempo em que foi arcebispo de Lisboa (1703-1710). Por outro lado, a base documental em que nos baseamos, sendo decorrente quase exclusivamente do conjunto de correspondência trocada entre D. João de Sousa e o seu encarregado na cidade do Porto, Manuel Mendes Viera e, não nos tendo deparado com eventuais respostas remetidas ao dito prelado, devemos atribuir a esta investigação um carácter de orfandade.

A dificuldade de distinguir diversos conjuntos de encomenda, constitui uma das limitações derivadas dessa lacuna documental, uma vez que a informação de que dispomos não é suficientemente esclarecedora, tanto mais quanto as missivas referem simultaneamente peças já em execução e peças que se deseja executar. Apenas uma encomenda podemos referir com segurança, por se conhecer o rol de despesa apresentado. As demais, apenas podemos agrupar cronologicamente, conforme se pode verificar em tabela anexa (I).

Estas encomendas – processadas paralelamente com a campanha de obras da nova sacristia bracarense – na sua quase maioria na cidade do Porto, expectável pela proximidade geográfica, mas também por nela existir, na transição do século XVII para o XVIII, uma qualificada mão-de-obra que poderia corresponder, àquele que era o gosto e exigência de D. João de Sousa, Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas. Lisboa, apresenta-se como outro dos centros privilegiados, desde logo para venda de peças de prata – como ocorreu com o legado de D. Luís de Sousa – mas assumindo também um papel de vanguarda na perspectiva estilística, sendo a Corte para ambos os casos, um factor determinante.

Comprova esse mesmo papel assumido por Lisboa – no estabelecimento de um estilo oficial – o facto de alguns riscos serem daí provenientes e, executados por ourives da cidade do Porto, reflectindo por parte de D. João de Sousa, a procura de uma actualização do gosto, em conformidade e para uma maior proximidade à Corte, na qual passaria a residir em permanência a partir de 1703.

A encomenda assume-se como o único modelo de aquisição, o que nos leva a pressupor tratar-se da prática habitual em Portugal no final de seiscentos. Igualmente interessante para a prossecução das inúmeras peças, é a frequência com que se procede à fundição de objectos velhos e inúteis para o serviço da Igreja, como a documentação foi revelando em certos casos, de forma muito explícita.

Nota-se ainda, quanto ao douramento das peças, assumir o referido processo quase sempre valores superiores, comparativamente a outros trabalhos de encomenda especificados pela documentação, nomeadamente o trabalho de execução das próprias peças. Todavia a ausência da indicação do valor em dinheiro da porção de ouro e, por outro, a despesa com a sua aplicação, não nos permite ser mais conclusivos, neste aspecto.

Para a questão dos pagamentos, para além da prata e dinheiro oriundos dos processos referidos, provinham de igual modo de verbas de dinheiro vivo transportadas pelos seus portadores, podendo inclusive, resultar um pagamento de todas estas variantes. Note-se ainda, a significativa variação do valor por cada marco de prata, que no ano de 1701 ascendia a 2.400 reis na cidade do Porto, bastante distanciado dos 5.600 reis cobrados em Lisboa em 1710.

Igualmente notório, parecem-nos os vários contributos para a execução de peças, onde o risco ou até mesmo as peças remetidas aos ourives, serviam de modelos, podendo ser acrescido de observações no sentido de eventuais alterações a proceder. Contudo, constitui-se como o mais decisivo de todos os intervenientes directos nestes processos de encomenda, a pessoa de D. João de Sousa, demonstrando uma condução de todas as respectivas etapas, sinónimo de uma acumulação de experiências que só podiam ser resultado de uma maturidade neste tipo de encargos.

No que concerne aos ourives, encontramos apenas dois tipos de alusões, uma primeira referindo-se aos artífices como oficiais, categoria que se situa entre mestres e aprendizes. Contudo, dado considerarmos a hipótese de Manuel e Francisco Ribeiro e Azevedo, deterem oficina própria – embora a documentação seja completa-

mente omissa quanto a esta questão – pelo que podemos estar perante dois mestres, uma vez ser condição indispensável a titularidade desse cargo. Julgamos mesmo constituir a não especificação uma prática comum, sendo exemplo, as alusões feitas ao ourives Tomás Correia, sem que se lhe atribuía qualquer categoria profissional hierárquica, distintiva.

Relativamente ao conjunto de todos os seus intervenientes, sobressai na generalidade dos casos, o facto de se constituírem estes como familiares do Santo Oficio, o que deixa transparecer ser esta instituição uma plataforma de contactos artísticos e eclesiásticos de grande relevância em Portugal seis-setecentista.

Terminamos com uma chamada de atenção para o facto de ser a realidade das encomendas de ourivesaria da prata de D. João de Sousa, bastante mais vasta que as referencias encontradas na correspondência do referido prelado, existente na Biblioteca da Ajuda. Analisando a tabela (II), verificamos a existência no ano de 1705, de peças que não constam entres aquelas aqui analisadas, algumas herdadas de seu tio D. Diogo de Sousa e, outras que possivelmente passaram a integrar o seu património, algumas das quais por via de aquisições realizadas em outros momentos do seu percurso individual.

TABELA I

Objectos de prata resultantes das encomendas realizadas por D. João de Sousa (1697-1710)

Peça	Peso	Valor da prata/ouro	Valor pago	Valor total da despesa	Observações
Banqueta				400.000 reis	1697 Porto, Ourives desconhecido
Galhetas					
Castiçais (desenho)					1697 Lisboa, Tomás Correia
Castiçais (8)					1698 Porto, Ourives desconhecido
Turíbulos (2) Feitio Miudezas			 8.000 reis 5.000 reis		1698-1699 Porto, Ourives Francisco Ribeiro e Azevedo e Manuel Ribeiro e Azevedo
Castiçais Alterações	24-00-00		 7.200 reis		1698-1699 Porto, Ourives Francisco Ribeiro e Azevedo
Castiçais				120.000 reis	1701 Porto, Ourives Manuel Moreira
Pé da Cruz e bolas (3) para os lampadários Remate que quebrou			 14.000 reis	82.595 reis	
Concerto da Cruz e douramento Madeira e concerto o caixão				43.350 reis	1698-1699 Porto, Ourives Julião Pereira Porto, Entalhador João da Costa
Piveteiros Feitio	86-04-00		150.000 reis		1699 Porto, Ourives desconhecido
Bolas (3) para os lampadários					Porto, Ourives desconhecido
Cofre				100.000 reis e uma porção de prata	Porto, Ourives desconhecido
Varas (2) de Palio					1700 reis Porto, Ourives desconhecido
Cálices (6)				185.660 reis	Porto, Ourives desconhecido
Pratos de cortar (16) Feitio	28-05-2,5	Valor/ marco: 5.600 reis Valor total: 160.520 reis	 Unidade: 2.200 reis Total: 35.200 reis	195.720 reis	1710-1711 Lisboa, Tomás Correia
Frasco resdondo Feitio	02-06-06	Valor/ marco: 5.600 reis	 7.000 reis	22.920 reis	1710-1711 Lisboa, Tomás Correia

TABELA II

Objectos de prata constantes do inventário de bens de D. João de Sousa, 1705

Peça	Peso	Valor da prata/ouro	Valor pago	Valor total da despesa	Observações
Bens Patrimoniais [Prata dourada da capela] fl. 57					
Hum bago de prata com o cacho dourado	13-02-8,5	74.510 reis	Feitio: 35.000 reis Douramento: 11.000 reis	Despesa total: 120.510 reis	
Hum calix de pratta lavrada com patena, e colherinha	02-05-03	14.960 reis	Feitio: 6.000 reis Douramento: 7.200 reis	Despesa total: 28.160 reis	
Humacustodia da comunhão dourada	02-04-00	4.000 reis	Feitio: 8.000 reis Douramento: 12.200 reis	Despesa total: 24.200 reis	
Hum pratto e duas galhetas de pratta douradas	03-07-07	22.320 reis	Feitio: 9.000 reis Douramento: 9.200 reis	Despesa total: 40.520 reis	Herança de D. Diogo de Sousa
Hum pratto gomil de prata dourada	09-03-2,5	52.920 reis	Feitio: 20.000 reis Douramento: 40.000 reis	Despesa total: 112.920 reis	
Hua estante de pratta dourada	09-00-4,5	50.790 reis	Feitio: 20.000 reis Douramento: 25.000 reis	Despesa total: 95.790 reis	Herança de D. Diogo de Sousa
fl. 57v					
Dous salvas de prata dourada irmãs de pee alto	09-06-04	54.950	Feitio: 20.000 reis Douramento: 30.000 reis	Despesa total: 104.950 reis	
Hum ponteiro de prata dourada	05-00-07	4.120 reis	Feitio: 2.000 reis Douramento: 2.000 reis	Despesa total: 8.120 reis	Herança de D. Diogo de Sousa
Dous castissaes de pratta pequenos dourados que servem de allumiar em lugar de palmatoria e o engaste evano	01-02-1,5	7.130 reis	Feitio: 5.000 reis Douramento: 6.000 reis	Despesa total: 18.130 reis	
Humapalmetoria de pratta dourada com huathizoura	02-05-03	15.000 reis	Feitio: 5.000 reis Douramento: 5.000 reis	Despesa total: 25.000 reis	
Duas ambulas de pratta douradas dos sanctosoleos	07-00,1,5	5.030 reis	Feitio: 4.000 reis Douramento: 5.000 reis	Despesa total: 14.030 reis	
Hua taça lavrada de bastioens dourada e pee alto	01-07-07	11.160 reis	Feitio: 8.000 reis	Despesa total: 19.160 reis	

Peça	Peso	Valor da prata/ouro	Valor pago	Valor total da despesa	Observações
[Prata do servisso]					
fl. 58					
Hum pratto de pratta de Agoas mãos	07-01-4,5	40.290 reis	Feitio: 8.000 reis	Despesa total: 48.290 reis	
Hum gomil de pratta do mesmo pratto	05-01-04	29.050 reis	Feitio: 6.000 reis	Despesa total: 35.050 reis	
Hum talher de pratta quintando com salleiro canelleiro e, sucareiro Pimenteiro, e duas galhetas	16-05-03	91.480 reis	Feitio: 25.000 reis	Despesa total: 116.480 reis	
fl. 58v					
Duas duzias de colheres, e duas duzias de garfos de prato a frencesa	08-06-05	49. 860 reis	Feitio: 14.400 reis	Despesa total: 63.860 reis	
Doze facas com seos cabos de pratta		12.780 reis	Feitio: 2.400 reis	Despesa total: 15.180 reis	
Doze tigellas de pratta com suas tapadinhas	03-07-07	134.320 reis	Feitio: 36.000 reis	Despesa total: 170.320 reis	
Duas salvas de pratta irmãs lisas e pee alto	12-03-01	69.380 reis	Feitio: 12.000 reis	Despesa total: 81.380 reis	
Hum pucaro de prata dourada com seus esmaltes	01-05-03	9.410 reis	Feitio: 12.000 reis Douramento: 5.000 reis	Despesa total: 107.790 reis	
Hua Bacia de pratta de barbear	05-06-07	32.820 reis	Feitio: 20.000 reis	Despesa total: 52.820 reis	
Hum jarro de pratta que serve com a bacia	04-03-00	24.500 reis	Feitio: 6.000 reis	Despesa total: 30.500 reis	
Hua caldeirinha de pratta com sua aza que serve de caminho dentro do mesmo jarro com quatro copos dous de pelle de lixa e dous lisos, hum salleiro pimenteiro e tapadoura	06-04-07	37.020 reis	Feitio: 15.000 reis	Despesa total: 52.020 reis	Ourives da prata Tomás Correia
Quatro candieyros de pratta co peés de pao	16-08-04	95.590 reis	Feitio: 19.000 reis	Despesa total: 114.590 reis	
fl. 59					
Seis castiçais de prata outavados	12-00-07	69.060	Feitio: 10.500 reis	Despesa total: 79.560 reis	
Doze prattos de pratta de meia cozinha	72-01-00	400.900 reis	Feitio: 30.000 reis	Despesa total: 430.900 reis	
Vinte e quatro prattos pequenos	53-05-02	301.400 reis	Feitio: ?	Despesa total: 301.400 reis	

Peça	Peso	Valor da prata/ouro	Valor pago	Valor total da despesa	Observações
[Declaração de Pratta que acresceo athe hoye 23 de Março de 1709]					
Huma crux de pratta dourada de pée alto serve no Altar e quatro castissaes de pratta douradas da mesma medida e feitio do peé da crux	27-10-00	151.900 reis 68.200 reis (ouro)	Feitio: ? Douramento, azougue (?) e cor: 25.000 reis Abrir as armas: 600 reis Madeiras: 1.200 reis Botões e tarrachas: 1.250 reis	Despesa total: 248.150 reis	
fl. 60					
Duas salvas de pratta irmãs lisas e peé alto *Hum buly de pratta*	06-09-10	40.780 reis 6.100 reis	Feitio: 8.000 reis Feitio: 3.500 reis	Despesa total: 58.380 reis	
Hua caldeirinha de pratta	01-02-06	7. 520 reis	Feitio: 3.000 reis	Despesa total: 10.520 reis	
Hua tampa da ditta caldeirinha, catiçal e salleyro tem de pratta		18. 670 reis	Feitio: 5.000 reis	Despesa total: 23.670 reis	
Dous copos para dentro da caldeirinha e a Aza della		10. 310 reis	Feitio: 2. 000 reis	Despesa total: 12.310 reis	
[Certidão de Thomas Correa da pratta que fes ao Senhor Arcebispo que mais acresceo, 6 de Março de 1711]					
dezaçeis prattos de cortar pratta	28-05-02	16.520 reis 5.600 reis/ marco	Feitio total: 35.200 reis Feitio: 2.200/ unidade	Despesa total: 51.720 reis	Ourives da prata Tomás Correia
Pesa o frasco de pratta redondo	02-06-06	15.920 reis 5.600 reis/ marco	Feitio:7. 000 reis	Despesa total: 22.920 reis	Ourives da prata Tomás Correia

APÊNDICE DOCUMENTAL

B. A., *Inventário*, Carta para o Abade de S. Nicolau [Porto?] respeitante aos piviteiros para a Sé de Braga, 1699. 51-IX-39, fl. 172v-173.

Para o Abbade de S. Nicolau tocante aos piviteiros

Para se fazerem os quatro piviteiros desta Seé leva o/ portador oitenta e seis marcos [...],[110] e quatro onças/ de prata velha muito. fina que [...][111] a pedir a V. S. não deixe/ trocar aos officiaes e lhe poder V.S. hir dando parte e Rezer-/ var a mais que vai já fundida pera que assim lhe faça menos/ apetite: e nos feitios ajuste V. S. o que lhe parecer na sup-/ posição de que eu quero a melhor obra, ajustada toda pello/ rescunho que vay o de Lisboa, excepto naquelles tres/ dedos, que lhe mandão tirar da altura, cuido que a respeito/ dos catiçaes: ultimamente V.S. aceitou isto como fora/ fl. 173/ por melhor, e assim. de que se obre com mais brevidade, e estando/ o primeiro piviteiro feito o mandarey buscar pera o ver, e tam-/ bem averiguar se he necessario mais algua quantia de prata/ vão mais na bolça de couro, cento e cincoenta mil reis, que V. S./ deixará em seu poder pera se hirem pagando os feitos/ e não faltará com que se acabam de se satisfazer____huas/ tres bollas pera os lampadarios da capella mor determino/ que se fação hua maior, e duas iguaes mais pequenas na for-/ ma do rascunho; porem não averiguo ainda se desse/ tamanho serão grandes ou pequenos: já se tinhão mandado/ fazer nessa cidade pellos mesmos afficiaes que fizerão o peé da/ Cruz, saiba V. S. se está ainda em ser o que tinhão princi-/ piado, o que lhes hão de dar de feitio a elles, ou a quaes quer outros/ não sendo por marcos do lavor levantado, e não lizas como/ tambem consultar se o dito tamanho das bollas lhe parecer/ porporcionando, e V. S. perdoe estas muitas instancias, que sup-/ ponho lhe não dezagradarão por serem pera o culto, e serviço de a deos/ elle guarde a V. S. Braga, 15 de Novembro de 1699.

B. A., *Inventário*, Carta para o Abade de S. Nicolau [Porto?] respeitante aos piviteiros para a Sé de Braga, 1699. 51-IX-39, fl. 170.

Pera o Abbade de S. Nicolau o tocante aos
Piviteiros que se mandou fazer pera a Seé de Braga

Considero o trabalho que V. S. tem tido pera ajustar a obra dos piviteiros/ e sendo so para o culto divino podia tolerar-se a minha impertinen-/ cia: Res-pondendo a esta ultima informação que V. S. me dá, digo/ que ajuste V. S. com

[110] Foi impossível a transcrição devido à deterioração do documento original.
[111] Foi impossível a transcrição devido à deterioração do documento original.

aqueles officiaes, que a podem fazer com mayor/ perfeição das mesmas mãos, ainda que sejão mais caros os feitos/ e que estes se paguem por hum preço certo por cada piviteiro. E não/ por marcos, por que com isso se evita carrgaremnos de prata;/ esta não há-de faltar/ porque mando fundir outros quatro piviteiros antigos, que terão o mesmo peso, que terá/ necessario, hê prata velha, muito fina, e por isso, quero que se haja com toda a deli-/ gencia, e cautela, pera que os ourives e não troquem, ou a não encham de liga. Não/ pode ir pelo correio brevemente a remeterei com o dinheiro que for necessario, pera os feiti-/ os, e eleva o mesmo portador a bolça de couro, em que vierão os papeis de que/ fico entregue com todo o resguardo e a V. S. agradeço esta deligencia desejando/ eu com igual servir [m…], cuja pessoa deos guarde. Braga, 12 de Setembro de 699.//

B. A., *Inventario*, Para o Abade de S. Nicolau [Porto?] a respeito dos castiçaes e outras obras para a Sé de Braga, 1698, 51-IX-39, fl. 77v.

Pera o Abbade de S. Nicoalu tocante aos castiçaes
E mais pera a Seé 6 de Julho de 1698

Leva o portador nessas canastras a prata que refere a memoria junta/ de que V. S. mandará logo obrar dous thuribulos de globo, como esse/ que vay para amostra, com a differença que se há de pôr em baixo hua/ forma de pé soldado em que faça assento adequado a porporção dos/ thuribulos, nelles hão de servir as cadeas, que vão nos dos thuribu-/los velhos mais pequenos; por que ainda estão fortes, e depois se/ entrará logo com os castiçaes, acabando se hum somente pera me/ vir amostrar, e ver se estâ a meu gosto, ou advertir a falta, que/ tiver____toda esta prata peza cento, vinte, e quatro mar-/ cos, quatro onças, e quatro outavas, que V. S. mandará ahy repezar/ e se houver algua diminuição será por minha conta, e pella do/ ourives mandar raspar o ouro dessas pessas douradas pera muita/ antiguidade, que tem deve ser de mais quilates, que agora o da ley/ e nesta mesma conformidade quero que della se faça a obra, sem/ que se lhe bote liga; e se sobejar algua se obrará o cofre na/ forma do rascunho, que la está para servir na procição do enterro/ na sexta feira santa____Em hum sacco vão mil/ cruzados, que V. S. receberá, e deixará estar em sy, pera por/ conta dos feitios hir dando ao ourives o que for merecendo/ conforme o luzimento da obra. os recibos e quitações se-/ rão feitos em meu nome para que em nenhum tempo possa ter/ V. S. embaraço nessa (‘) superintendencia____e outro sello (?)/ que leva por sinal hua cruz mandará V. S. entregar a José P. Monteiro da Silva; por que a elle toca esta remessa____/ Leva (?) uma obra que quero fazer na capella mor desta/ seé há de ser necessario hum pouco de óleo, alvayade (?), almagre (?)/ e [Zara…] saiba V. S. se estas drogas se acharem ahy na primeira/ mão, e o vallor que tem, respeitando o que se há de tomar quan-/ tidade, de que avizarey certamente pera se fazer este emprego que/ Deos guarde a V. S. Braga 6 de Julho de 1698.//

B. A., *Documentação Avulsa,* Conta dos castiçais feitos para a Sé de Braga, por mando de D. João de Sousa, arcebispo de Braga, 54-XIII-19 (72), fl. 1-2.

Conta dos castissais, que fizemos para a see Prima-/ zial de Braga por mandado do Illm.º Senhor Arccebispo/ Primaz

Recebemos em 12 de Julho cento, e vinte e dous/ marcos hua oitava e meya de prata em/ pessas velhas, que constão de hum rol assinado por sua/ Illm.ª//

Recebemos mais em outras pessas quarenta e dous/ marcos, e seis oitavas//

Recebemos mais em outras pessasdes marcos, e/ duas onças.//

Igual quantia, que recebemos faz soma de cento, e/ setenta, e quatro marcos, e duas onças e meia, e/ meia oitava.//

Pezarão os oito castissais cento, e sesenta, e quatro/ marcos, e meyo, e duas onças, e duas oitavas.//

Pezarão os dois Thuribolos onze marcos, e meio/ e quatorze oitavas.//

que tudo faz soma de cento, e setenta e seis mar-/ cos menos meya oitava.//

Dos quais abatida a Receita se resta dever para o/ pezo hum marco, e sinco onças, e quatro oitavas/ e meya// fl. 1v/

Mais se deve de dezfalcos, que teve toda a prata/ em muito estanho que trazia em soldaduras, e parafuzos/ de ferro e latam, e outras couzas, de que vai a mostra/ dous marcos, e quatro onças, e seis oitavas, que juntos/ com a quantia assim fazem quatro marcos, e duas on-/ças, e duas oitavas, e meya que a dinheiro fazem_____24$018

Nas colunas vão vinte e quatro marcos, e meyo de prata subida, que valem mais cada hum marco quatro cen-/ tos reis e faz soma de_____09$800

De feitio de cento e vinte, e quatro marcos, menos hua/ onça para os castiçais a mul, e trezentos e sincoenta im- /porta_____ 167$220

De feitio de quarenta e hu marco manos oito oitavas/ e meia, que pezão as colunas e dous mil e quatro centos/ reis o marco importa_____ 99$800

De feitio dos Thuribolos oito mil reis_____08$000

Custarãoos os oito ferros com suas tarrachas_____ 02$100

Custarão as buxas de Madeira_____ 02$600

Custarão as canastras_____ 00$300

Papel e fio de vella _____ 00$240

Tornouce a fazer de novo a randela do primeiro castiçal/ que foi para Sua Illm.ª ver emportara o feitio della_____-_____ 002$200

Por acrescentamento das folhas que por ordem de Sua Illm.ª/ se fizerão nas arendelas mais do que mostrava o risco/ sinco mil reis_____ 005$000

Faz soma o que se restava a dever de trezentos, e deza-/ nove mil e cento e setenta e oito reis_____319$178[112]

[112] A soma de todas as parcelas daria 313$178 e não o valor constante no documento original.

Os quais recebemos do Illm.º Senhor Arcebispo Primaz por/ mão do Reverendo Senhor Manuel Mendes Vieira Abbade de S. Nicolao//

Mais recebeu o ourives Manoel Moreira oitenta e dous/ mil e quinhentos e noventa e sinco reis de resto/ do pe da cruz que fez para o Altar mor da dita see _____ 82$595

O qual tambem recebeo quatrorze mil reis pelo traba-/ lho que tinha tido em huas bolas, que não servirão para os/ lampadarios, os quais se mandarão fazer na see/ vacante, e em hum remate que se mandoou quebrar em/ as despezas, que fez no caminho quando levou o pe/ da cruz_____ 14$000

O ourives Julliam Pereira recebeo quarenta, e tres mil, e/ trezentos e sincoenta reis de concerto, que fez na cruz do Altar mor em prata, e ouro, que lhe pos _____ 43$350

Ao entalhador João da Costa destostois de madeira/ para o pe da cruz, e concerto do caixão em que foi _____ 1$000

Soma toda a quantia quatro centos, e sessenta mil, e cento/ e vinte, e tres reis _____ 460$123

E por cada hum ter recebido o que lhe toca nos asinamos/ aqui no Porto 24 de Mayo de 1699 anos//

Manuel Ribeiro Azevedo = Francisco Ribeiro de Azevedo

Manuel Moreira = Luis Rocha

B. A., *Documentação Avulsa,* Pezo da prata que se tirou do Thezouro da Sé de Braga, ano de 1698. 54-XIII-19 (73), fl. 1.

Pezo da prata que se tirou do Thezouro da Sé/ Braga//

	Marcos	Onças	Oitavas
# Hum prato ovado, que foi dourado, que pezo	4	7	6
# Hum prato redondo lizo, que pagou	6	1	1
# Hum gomil em partes dourado, de que servia de aza hua bicha que pezou	7	5	4
# umThuribolo grande muito velho, que pezou	6	2	0
# Outro Thuribolo grande que pezou	5	7	2
# Dous Thuribolos mais pequenos que pezão	14	0	0
# Hum jarro em partes dourado que pezou	2	5	4
# Hua cruz de panella redonda que pezou	10	4	0
# Dous castissais pequenos lisos que pezarão	9	2	4
# Quatro castissais grandes, que pezarão	47	4	7
Peza toda esta prata	124	4	4

Do Thizouro da nossa See mandamos tirar as pessas de prata que asima se declarão/ com as suas confrontaçois e pezo, que tinhão, as quais por haver muitos annos, que dellas se não/ uzava por inuteis e quebradas, e sem nenhum

prestimo, para o serviço da Igreja, as man-/ dâmos fundir, para se obrarem delles oito castissais grandes, e outras pessas de que necessi-/ tava o culto divino, as quais pessas de prata pezarão Cento e vinte e quatro marcos/ quatro onças, e quatro oitavas; e por esta descarga damos, por desobrigado de dar/ conta dellas ao Padro sachristão Custodio Araujo, para as haver entregue a nos/ Braga 3 de Julho de 1698.//

B. A., *Documentação Avulsa*, Segundo pezo que se lhe achou no Porto. 54-XIII-19 (74), fl. 1.

Segundo pezo que se lhe achou no Porto

Fycão em nosso poder Cento e vinte e dous marcos menos hua oitava, e meya/ de prata que o Illm.º e Reverendissimo Senhor D. João de Souza Arcebispo Senhor de Braga/ Primaz das Espanhas mandou se nos entregarsse em pessas velhas que constão/ de hum Rol por Sua Illm.ªasinada em 3 de Julho deste anno de 1698; a qual/ prata hê para della se fazerem oito castissais, e dous Thuribolos, a ordem do ditto/ Illm.º Senhor, e declarando, que o ditto rol fazia menção de que pezava a sobre ditta/ prata cento e vinte e quatro marcos e quatro onças, e quatro oitavas, mas almas de madey-/ ra, que pezão dous marcos e quatro onsas e cinquo oitavas e maneira que não/ advertio o ourives, que a pezou, e assim, se achou hum parafuzo grande de latão,/ e muitas soldaduras de estanho, o que ao depois se abatera seu desfalco; e para que em/ todo o tempo conste em como a ditta prata nos foi entregue, nos obrigamos/ a dar satisfação della, fizemos este por hum de nos escripta e por ambos asina-/ dos hoje no Porto 12 de Julho de 1698, Francisco Rybeiro e Azevedo/ Manoel Rybeiro e Azevedo//

B. A., *Inventários*, 51-IX-40, fl. 39v-40.

Para o Abbade de S. Nicullao

Posso segurar a V. M. que sempre recebi as suas cartas com grande gosto pelo que/ conheço que V. M. tem, em acudir ao que pode ser do serviço de Deos, e depois dis-/ so animar tudo o que me toca, e nesta supposição tenho confiança, para não deixar/ estar ociozo o animo de V. M. ____ João Carvalho empregou os quatro pivitei-/ ros novos para a See, que logo servirão dia de Nossa Senhora, com asseitação do Reverendo Cabbido, e/ demais concurso porque foi dia de Pontifical se h~e certo, que naquillo, em que V.M. ti-/ ver parte, hê de engrandecer mais o culto Devino ____ No correio recebi as contas/ desta obra, e dos mais que tuinhão vindo, e por evitar guardar diversos recibos,/ mandei fazer outra conta, de que mando a V. M. a copia, para que o faça assim pe-/ los mesmos officiais, e de como receberão de V. M. porque serve isto para descarga de/ fl. 40/ todos ____ No mesmo rol, se faz menção de que mando continuar hum cofre para/ o enrterro do Senhor; na sesta feira, mas em quanto

aqui se decobre algua prata, para se unir com/ os quatro marcos, que sobjarão mandame V. M. a planta, ou rascunho, que eu cuido esta em/ seo poder, para eu ver se hê algua couza que lhe acrescentar, ou deminuir ____ A san-/ cristia, que tenho mandado fazer (…) 19 de Agosto de 1700//

B. A., *Inventários*, Aditamento a sobredita do Abbade de S, Nicullao da cidade do Porto, 51-IX-40, fl. 44-44v.

Aditamento a sobredita do Abbade de S, Nicullao da cidade do Porto

Como V. M. há de ser o reformador do culto divino desta see, lhe pesso que para hum/ palio que há de ter oito varas, havendo por hora so seis, manda V. M. fazer duas do/ tamanho, e em tudo feito de planta junta, e para se fazer com as medidas mais/ certas, vão os tres canudos primeiros, e o rematte de sima, por conta desta obra, leva João/ Carvalho cem mil reis, e hua pequena de prata, que peza, o que se declara a margem, e avizeme/ V. M. promptamente/ e dexembargo que se faça com breveidade, porque tenho tenção de que se obrem mais uns calices, que são/ muito necessarios para a see, Perdoe V. M. tanto impertinencia que ella hé so lho/ fl. 44v/ pagar, e guarde a V. M. Braga 9 de Setembro de 1700//

B. A., *Inventários*, Para o Abbade de S. Nicullao Mendes Vieira, 51-IX-40, fl. 99.

Para o Abbade de S. Nicullao Mendes Vieira

Com esta retiro tenho obrado grande melhoria, se Nossa Senhora for servido continualla/ procurarei aplicalla no seu serviço ____ Agradeço a V. M. o cuidado com que/ mandou aplicar a obra dos castiçais, e espero que venha muy perfeita, ____ o portador/ vay a essa cidade á hum negocio, e leva cento e vinte mil reis para ajustamento dos castiçais,/ mas não pode esperar por elles, a todo o tempo que estiveram acabados, mande V. M./ fazer hum caixãozinho em que os traga qualquer carteiro dos que vem a Braga/ dois rois hade V. M. mandar fazer ao ourives, hum sem elle assinar, e na mês-/ ma forma em que fes a obra, porque este não serve mais do que para clareza min-/ há, e outro para ajustamento de contas que eu heide ter com o fabriqueiro, a respeito da pratta que elle dâ, e dinheiro com que eu concorro, e assym convem vir com esta/ formalidade, e outro rol que tão bem pedia comvem vir com esta/ formalidade, e outro rol que tao bem pedia, se se puder emendar, o remetta V. M. / quando não, não importa já nada ____ V. M. perdoe estas impertinencias, po-/ rem todas são encaminhadas para o serviço da Iggreja, e de que V. M. tem tanto zello. Deos guarde a V. M. Villaça, 15 de Agosto de 1701//

B. A., *Inventários*, Para o Abbade de S. Nicullao tocante aos 4 castiçais que se fizerã para a seê, e 2 que novamente se mandão fazer, 51-IX-40, fl. 105-105v

Para o Abbade de S. Nicullao tocante aos 4 castiçais que se fizerão para a seê, e 2 que novamente se mandão fazer

Este correio não tive carta de V. M., e não tenho serteza de que V. M. se/ recolhesse de sua jornada, em que espero tenha bom sucesso, e se res-/ titua com aquella saude que lhe dezejo ____ os quatro castiçais/ para servirem nos dias feriados na capella mor da Seê, chegarão com a/ pontualidade com que V. M. dispoem tudo, e o rol das contas ajustado pelo/ ourives com aquella clareza que eu queria, e convinha para as contas/ fl. 105v/ do Reverendo Fabriqueiro, elle e os mais companheiros se agradarão tanto da per-/ feição desta obra, que querem, e eu lhes acho rezaão em mandar fazer/ dous castiçais mais irmãos inteiros dos ditos quatro, para servirem/ com elles os nossos do coro, ou todos seis alguns [d…s] no altar/ veja S. M. se o mesmo official quer continuar esta obra pello/ rascunho que lhe ficou, e logo hira em patacas ou pexa tudo o que/ podera importar este, e os feitio, e peça a V. M. queria encar-/ garsse desta encomenda, porque tenho gosto da sua affectuação/ supponho que nos calices se vayb trabalhando, porque são bem necessarios/ para a sanchristia, e esta tão bem vay em bom estado, V. M. per-/ doe tantas impertinencias com que o molesto, mas se não conhecer o/ zello que tem no culto divino, não havia de ter confiança para isso/ Deos guarde a V. M. Villaça 15 de Setembro de 1701.//

B. A., *Inventários*, Para o Abbade de S. Nicullao tocante aos calices que se fizerão para a Seê e erro de contas que houve, 51-IX-40, fl. 118.

Para o Abbade de S. Nicullao tocante aos calices que se fizerão para a Seê e erro de contas que houve

Agradeço a V. M. dorme tão boas novas suas as quais espero me/ continue sempre com aquella saude que lhe desejo ____ os seis cali-/ces novos vierão obrados com aquella perfeição que se podia desejar, o que se deve ao cuidado que V. M. poem em tudo que toca ao culto divino de que dou/ a V. M. agradecimento, como o tão bem por V. M. acudir tanto pelo meo credito/ como vejo na pontualidade com que mnado satisfazer o resto que se devia dos ditos calices; ____ Pella conta, recibo que o ourives deo soma a/ despeza duzentos e tres mil, quinhentos e noventa reis, e Revendoa o/ fl. 118/ Reverendo Fabriqueiro lhe achou erro de conta contra a fabrica; porque dis importa cento/ oitenta e sinco mil, seis centos e sessenta reis como V. M. vera pela maneira inclu-/ za, e o ourives deve restituir a V. M. dezasete mil nove centos e trinta reis, co-/ mo parece, e tão bem fazer recibo na forma do rascunho incluzo, eo mesmo/ fabriqueiro, e da mesma sorte quendo houver de dar o do custo dos castiçais, que/ espero se fação com breveidade possivel. O portador desta vay com menos

preça do que João de Carvalho leva os vinte/ tres mil quinhentos e noventa reis que V. M. ultimamente deo para se acabar de/ satisfazer o custo dos castiçais, e o que o ourives hesta a dever, Restituirá e/ outra occazeão, veja S. M. se tenho couza em que lhe possa das gosto, porque/ me hade achar com grande bondade. Deos Guarde a V. M. Braga 29 de Novembro de 1701.//

B. A., *Inventários*, Aditamento a sobredita carta do Abade de S. Nicolau da cidade do Porto, **51-IX-40, fl. 47**

Aditamento a sobredita carta do Abade de S. Nicolau
da cidade do Porto//

Como V. M. há de ser o reformador do culto divino desta ´seé, lhe pesso que para hum/ palio, que hade ter oito varas, havendo, por hora so seis, mande V. M. fazer duas do/ tamanho, e em tudo do feitio da planta junta, e per se fazer com as medidas mais/ certas, vão os tres canudos primeiros, e o rematte de sima, por conta desta obra, leva João/ Carvalho cem mil reis, e hua pequena de prata, que peza, o que se declara á margem, e avizeme/ V. M. das maes que poder importava o pezo, é feitio, pera tudo se satisfazer, promptamente/ e desejo, que se faça com breveidade, porque tenho tenção de que se obrarem mais huns calices, que são muito necessarios para a see. Pedroe V. M. tanta impertinencia, que ella hé só de lho/ fl. 44v/ pagar he guarde a V. M. Braga 9 de Setembro de 1700//

A Capela de São João da Ponte

RUI FERREIRA [1]

Resumo: A Capela de São João da Ponte não é, seguramente, um dos exemplares patrimoniais de maior relevo no contexto do incomensurável rol de igrejas, capelas ou oratórios existentes na cidade de Braga. Talvez no âmbito dos espaços associados a uma mais iminente religiosidade popular obtenha particular protagonismo, dado que os templos mais afastados do núcleo urbano tenderiam a deter menores recursos e, porquanto, apresentarem menos relevantes expressões artísticas. Não é seguramente o caso da Capela de São João da Ponte. Dado ter-se tornado epicentro das mais relevantes celebrações comunitárias bracarenses, facilmente se perceberá que aqui caíssem mais esmolas e mais proeminentes fossem os "irmãos" das suas confrarias. Por isso mesmo, a Capela de São João Baptista, erigida em 1616 "além da Ponte de Guimarães" obtém peculiar relevância social, mas também patrimonial e histórica. É um dos inequívocos lugares da memória de Braga, cenário propício de lembranças e afetos, que justificam uma abordagem devidamente perlongada, particularmente no ano em que se assinala o quarto centenário da sua edificação.

Palavras-chave: São João Baptista; Ponte de Guimarães; Porco Preto; Casa das Lajes.

[1] Mestre em Património e Turismo Cultural; Doutorando em Estudos Culturais pela Universidade do Minho; Presidente da Associação de Festas de São João de Braga.



Imagem 1 – Perspetiva exterior da Capela de São João da Ponte [Alexandre Ribeiro/WAPA]

A ORIGEM

Para abordarmos a origem que presidiu ao surgimento de um espaço de culto em honra de São João Baptista nos terrenos da antiga Coutada dos Arcebispos temos que recuar ao biénio 1614--1615 e tentar interpretar os acontecimentos relacionados com este lugar.

Primeiramente convém referir que a capela não é anterior à época que lhe é atribuída. Ao contrário do que alguma historiografia do século XIX e XX quis fazer crer, a capela de São João da Ponte não está na lista daquelas que o arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532) mandou edificar nos seus ímpetos reformistas. A maior prova relativa ao ano de fundação desta ermida encontramo-la na

sessão do Senado da Câmara de 23 de maio de 1615, na qual, a propósito da corrida do porco, se diz o seguinte:

> *"quanto ao porco preto que se (corresse) não saísse pela cidade, nem com a bandeira, e que se o ouvesse hua missa na ermida que dizem se fazia à ponte de Guimarães ou em S. João do Souto desta cidade"* [2]

A partir desta breve referência sabemos que a capela estava a ser construída de raiz junto à Ponte de Guimarães e que seria devotada ao Batista, dado que se ponderava celebrar missa ali ou na paroquial de S. João do Souto. Aliás, na verga da porta principal do templo é observável a data da sua construção: "ANNO DE 1616".

Outro dos argumentos a corroborar a fundação seiscentista é o já citado mapa de Braga datado de 1594. Nesse documento não há qualquer referência a uma ermida neste recinto, mas já se fala da existência de uma fonte, a mesma que ainda hoje subsiste no parque interior, com as armas de fé do arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus. Por mais imprecisões que o mapa possa deter, não deixa nunca de representar os espaços de culto, as fontes ou os cruzeiros, pelo que é difícil afirmar que se possa ter esquecido de representar a capela de S. João da Ponte.

Outro dos dados relevantes relativamente à fundação da capela é a sua orientação. Os templos construídos até meados do século XVI ainda obedeciam ao cânone que obrigava a uma implantação Oriente-Ocidente. Através deste dado conseguimos, em muitos casos, aferir a respeito da ancestralidade de um espaço de culto, dado que as reedificações tendiam a não alterar a orientação dos templos. Em Braga temos muitos casos de templos reedificados no período barroco, mas que mantiveram a sua primitiva configuração. São disso exemplo os casos de Guadalupe, Senhora-a-Branca, S. Victor ou S. Vicente. Ora, a Capela de São João da Ponte foi erigida com uma orientação exatamente perpendicular ao que era canónico até ao Concílio de Trento, pelo que é arriscado conjeturar a sua pré-existência anterior a 1616.

Esclarecida que está a questão da data, é relevante abordar o motivo do orago. Porquê São João Baptista? Porquê neste lugar?

---

[2] AMB – Livro de Atas da Câmara Municipal de Braga, n.º 30 (2 janeiro 1613 – 15 Julho 1615), caixa n.º 14, fol. 133v./134.

A resposta a estes questionamentos coloca-nos na rota da especulação histórica, contudo detemos argumentos válidos para uma explicação conclusa.

O orago é dedicado a São João Batista, um dos santos mais populares da Igreja Católica, que detinha em Braga uma paróquia, desde o século XII, e uma das festas estatutárias municipais mais citadas desde o século XV.

A única vinculação anterior a 1616 que liga este local a uma invocação, ainda que resumida, a São João Baptista, é a realização da Corrida do Porco Preto. Anualmente, e durante pelo menos um século, o epicentro dos festejos ao Santo Percursor era o atual recinto de São João da Ponte. Num tempo em que ainda não havia qualquer espaço de culto neste lugar, os bracarenses, animados pela intensa competição protagonizada por moleiros e sapateiros, deslocavam-se em massa até este pitoresco local, o mesmo onde outrora se curaram os afetados pela peste de 1570 e o mesmo espaço onde, anos mais tarde, D. Frei Agostinho de Jesus haveria de construir uma fonte. Como propriedade da Mitra, o recinto era de acesso público, não se observando qualquer tipo de urbanização na sua área. A popularidade da corrida acabou por ser o fenómeno indutor do crescimento dos festejos sanjoaninos, por isso mesmo o lugar onde tinha lugar a contenda haveria de ficar necessariamente vinculado ao Santo de cujas celebrações era fundamento.

Até 1614 a Corrida do Porco Preto observou-se neste lugar sem qualquer impedimento significativo. Foi precisamente neste ano que se despoletou uma alteração significativa ao formato da iniciativa. A Bandeira Oficial da Cidade, onde vigorava a imagem de Nossa Senhora, foi proibida no acompanhamento dos cortejos que integravam as dinâmicas da Corrida, retirando assim o seu cunho oficial a este momento. A popularidade da iniciativa contrastava com o ambiente crescentemente competitivo e turbulento que ia grassando no desenrolar da Corrida. A acrescer a isto tínhamos ainda a participação de um animal que não primava pelo garbo. Isso mesmo ficou lavrado na Sessão do Senado da Câmara de 18 de Junho de 1614:

> *"não convinha (…) lavrarem a bandeira de Nossa Senora na vespora & dia de São João e juntam te o porco como tee agora se costumava o que era muito indecente e*

geralmente reprovado em todo este reino (...)hem lugar do tal acompanhamento se maudasse dizer huã Missa cantada na Igreja de São João do souto desta Cidade"[3]

Esta deliberação municipal não terá sido pacífica, já que se propõe uma "Missa cantada" em substituição do acompanhamento da Bandeira de Nossa Senhora. O costume apelidado pelo Senado da Câmara como "indecente" e "reprovado" acabou por despoletar uma necessidade que, a nosso ver, terá dado origem ao desejo de erigir um espaço de culto no preciso local onde decorreria a contenda.

Tal como já citamos anteriormente, um ano depois, mais precisamente a 23 de maio de 1615, o Senado da Câmara deliberava que a eucaristia prévia à Corrida poderia decorrer ou na Paroquial de S. João do Souto, onde decorrera no ano transato, ou "na ermida que dizem se fazia à ponte de Guimarães".

Não podemos naturalmente deduzir que o motivo do orago desta nova capela ser S. João Batista fosse o facto de aqui se dar a corrida do porco preto, evento que marcava o ritmo dos festejos até meados do século XVII, mas é um poderoso argumento em favor dessa tese.

A localização da capela neste lugar poderá estar ainda vinculada à fixação crescente de populações junto ao rio Este, nomeadamente os moleiros, os mesmos "oficiais" que se mobilizavam para festejar São João Baptista como contendores da célebre Corrida do Porco Preto.

Dado que se situava ainda fora do perímetro urbano no século XVII, esta zona necessitaria de um espaço de culto para servir as populações. Para percebermos o porquê do surgimento de um local de culto num território que, aparentemente, se situava distante do centro cívico de Braga, temos que analisar os diversos sinais de urbanização a sul das muralhas medievais da urbe arquiepiscopal a partir dos finais do século XVI. O rio Este seria o fator motriz para esta fixação população assinalável, nomeadamente os ofícios que lhe estavam associados: moagem, irrigação, lavagem e curtumes. A confirmar o surgimento de núcleos populacionais nesta área está o aparecimento das fontes da Coutada dos Arcebispos (1588-1594), de Santo Adrião (1636) e dos Galos (1639). Acrescente-se a este

---

[3] AMB – Livro de Atas da Câmara Municipal de Braga, n.º 30 (2 janeiro 1613 – 15 Julho 1615), caixa n.º 14, fol. 115-116.

dado o nascimento de outros dois lugares de culto nas redondezas da quinta dos Arcebispos, para além da capela de S. João da Ponte: Santo Adrião em 1576 e Santa Justa em 1618.



Imagem 2 – A Capela de São João da Ponte e o seu terreiro em 1916 [Arquivo Aliança | Museu da Imagem]

A FUNDAÇÃO

A data da edificação da capela, apesar das dúvidas levantadas por Senna Freitas, é comummente aceite como sendo 1616, contudo desconhecia-se a quem pertenceu a iniciativa da sua construção, bem como datas e nomes referentes ao seu surgimento.

Eis que, no *Tombo dos Bens e Propriedades Foros Rendas e Pençoins pertencentes à Confraria de São João Baptista sita no fim*

da Ponte de Guimarains suburbios desta Cidade de Braga – feito no anno de 1766 surge a informação relativa à fundação da capela:

> *"Esta Confraria fora erecta por autoridade ordinária e principiara em sua devoção no ano de mil e seiscentos e quinze aos vinte e um de Maio, sendo então Juiz Bernardo de Carvalho de Azevedo, Alcaide-Mor que foi desta cidade e que esta Igreja era hoje própria desta Confraria a cuja administração estava o fabricá-la e que nela estava todo o direito sem pertencer a terceiro, somente sim há tradição que esta Igreja fora algum dia, e em tempos antigos, da Casa das Lages, que ocupara o dito Alcaide-Mor de que se deverá a seus sucessores. Na sua Casa, que hoje ocupava o Senhor Jerónimo da Cunha de Soutto Mayor e Mendonça, fidalgo da Casa de Sua Majestade e professo na Ordem de Cristo e a possuíra já seus pais e avós Pedro da Cunha de Souttomayor, fidalgo da Casa Real e Alcaide-Mor desta cidade e Jerónimo da Cunha de Souttomayor, fidalgo da Casa Real e professos na Ordem de Cristo, Alcaide-Mor que foi também nesta cidade e que com efeito seus antes possuidores cederam a dita Igreja à dita Confraria com a condição de esta a fabricar do necessário como hoje fabrica ficando-lhe só o direito da sepultura que hoje tem e conserva a Casa na capela-mor da mesma Igreja"*[4]

Após atentada análise a este excerto, conseguimos aceder a dois dados fundamentais. O primeiro refere-se à constituição da Confraria de São João da Ponte. Foi instituída a 21 de Maio de 1615 e teve como primeiro Juiz Bernardo Carvalho de Azevedo. O segundo elemento histórico relevante, ainda que citado como sendo "tradição", é atribuir-se a iniciativa da construção da capela à família Sottomayor, residente e proprietária da Casa das Lajes, localizada na margem direita do rio, localizada a escassas dezenas de metros da Capela de São João da Ponte.

Se já surgiam como referenciais de relevo na abordagem historiográfica à Capela de São João da Ponte as datas de 18 de Junho de 1614, momento em que é proibido o acompanhamento da

---

[4] Cf. Apêndice documental.

Bandeira Oficial da Cidade na Corrida do Porco Preto, e o dia 23 de Maio de 1615, como confirmação da edificação de uma ermida além da Ponte de Guimarães, detemos agora uma outra referência temporal de enorme significado. Foi precisamente dois dias antes da confirmação documental relativa à construção da Capela de São João da Ponte, a 21 de Maio de 1615, que foi oficialmente fundada a Confraria de São João Baptista, tendo como seu primeiro Juiz o ilustre Bernardo Carvalho de Azevedo, que fora Alcaide-Mor da cidade. Sabendo nós que a capela ainda estava em construção, mas que prova-velmente já preparada para o culto, dado que já se ponderava celebrar lá a missa que antecederia a Corrida do Porco Preto em 1615, significa que a Confraria fora instituída com o intuito de se responsabilizar pelas dinâmicas litúrgicas ali instituídas. Não sobram dúvidas, pois, sobre a proeminência desta corporação religiosa no âmbito do surgimento e vitalidade da Capela de São João da Ponte. O facto do seu primeiro Juiz ser membro influente da comunidade poderá ser indicador da relevância desta edificação no contexto social e histórico. Habitualmente os espaços de culto implantados fora das áreas urbanas surgiam ou associados à iniciativa individual de abastadas famílias ou a corporações de modestos oficiais. O facto de o primeiro Juiz da Confraria de São João da Ponte ser membro destacado da comunidade corrobora a relevância então conferida aos atos devocionais ou lúdicos relacionados com a figura de São João Baptista.

No que concerne à construção da capela e à iniciativa provinda da família Sottomayor, podemos conjeturar que o direito de exclusividade de sepultura na Capela-mor, conforme aventado no documento acima descrito, deverá provir de um significativo patrocínio conferido pela família para a concretização desta edificação. Contudo, colocamos em dúvida se a titularidade da mesma era efetivamente detida pela família Sottomayor. O facto da Confraria de São João da Ponte ter sido instituída ainda durante as obras de edificação da capela, bem como o facto de os terrenos serem propriedade da Mitra, poderá indiciar que a iniciativa da sua construção partira da corporação religiosa que estaria já em formação quando se iniciou a empreitada. A proximidade geográfica com a Casa das Lajes poderá ter permitido um confortável donativo da parte da família Sottomayor, tendo como contrapartida a exclusividade da utilização da capela-mor para sepultura dos membros da família.

Recorde-se que a Casa das Lajes, também conhecida como Casa da Serra, existiu até à segunda metade do século XX na extremidade sul da antiga rua Pai Manta, hoje rua Conselheiro Lobato. Localizada junto às margens do rio Este, tem origem no século XVI, vindo devidamente representada no *Mappa das Ruas de Braga*, datado de 1750.

Independentemente da questão da posse da capela, é um facto que a família Sottomayor teve uma influência decisiva na sua edificação. Despoletada em 1615, tal como atestado documentalmente, a capela só viria a inaugurar oficialmente o seu culto no ano seguinte, tal como está bem claro na lápide que encima a portada principal. Não nos custa crer que a sagração da nova capela tenha decorrido precisamente no dia 24 de Junho, dado o orago ao qual foi inicialmente devotada.

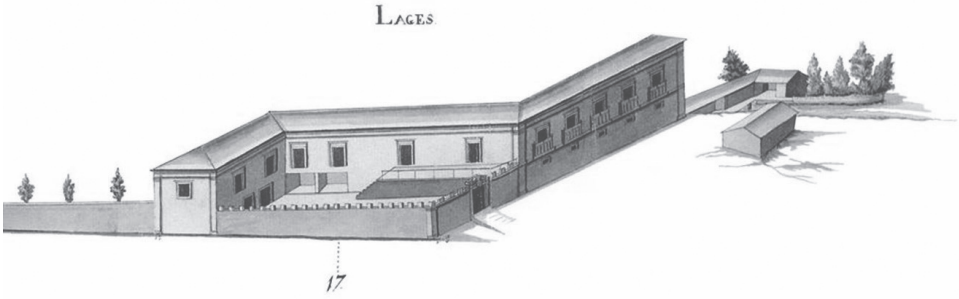


Imagem 3 – Representação da Casa das Lajes no Mappa das Ruas de Braga (1750)

CORPORAÇÕES

A relevância social e religiosa de um espaço de culto pode ser aferida a partir de variadíssimos indicadores. Um dos mais relevantes é o número de corporações religiosas que foi capaz de gerar no seu seio, bem como o poder económico e a influência social dos seus membros. Partindo deste pressuposto somos levados a concluir a respeito da importância de que se revestia a Capela de São João da Ponte.

Como vimos acima, a corporação instituidora foi a Confraria de São João da Ponte, fundada a 21 de Maio de 1615, ainda antes de se observar a sagração do altar. Devotada a São João Baptista, o santo que trazia os bracarenses àquele local a cada 24 de Junho, a confraria estabeleceu o orago e, possivelmente, foi a responsável pela edificação da capela. Recorde-se que, segundo o já citado

Tombo de 1766, a propriedade fora entregue à Confraria pela família Sottomayor só após a edificação da capela, não precisando contudo o ano exato em que decorreu essa mesma doação. Como já vimos, é bem provável que esta tese não sustentação, dado que a própria confraria havia sido ereta ainda antes da abertura oficial do templo ao culto. Provavelmente, alguns dos membros da família donatária integrariam a Mesa da Confraria, facto que justificaria o próprio surgimento da mesma.

Certo é que a Confraria de São João Baptista foi a primeira corporação a ser erigida na Capela de São João da Ponte, além de ser a mais que plausível administradora do espaço. A sua festa anual, segundo informações constantes do Livro de Estatutos de 1791, estava instituída obviamente a 24 de Junho, dia da celebração litúrgica do nascimento de São João Baptista, contando com "missa cantada a música ou canto ou órgão, armação e fogueira de véspera, e luminárias e algum estrondo que a noticie na cidade"[5].



Imagem 4 – Folha de rosto do primeiro Livro de Estatutos da Confraria de Nossa Senhora do Parto (1648)

[5] Cf. *Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora do Parto, São João Baptista e São Cristóvão* de 1791, fl. 32 v.

A segunda corporação a instalar-se no templo foi a Confraria de Nossa Senhora do Parto, instituída no ano de 1648. As devoções marianas, como sabemos, ocupam um lugar de primordial relevo no seio do cultual católico. Particularmente relevantes eram as devoções vinculadas à fertilidade e ao parto, pois estes eram momentos de especial risco na vida das mulheres. Dado que os cuidados elementares de saúde e higiene que hoje dispomos, não eram realidade nesta época, o número de gravidezes mal sucedidas era elevado e o culto a devoções ligadas a este âmbito era frequente. Expectação, Parto, Bom Despacho, Ajuda ou Ó completam o rol das advocaturas de Nossa Senhora neste âmbito devocional. Por isso mesmo, não admira que venham a surgir na cidade de Braga diversos núcleos de veneração mariana com este propósito. A Confraria de Nossa Senhora do Parto veio a tornar-se, por isso mesmo, numa das mais influentes corporações sediadas na Capela de São João da Ponte, plausivelmente devido à popularidade desta invocação junto das mulheres que ali buscavam consolo. A celebração anual de Nossa Senhora do Parto decorreria “em uma das oitavas de Natal”.

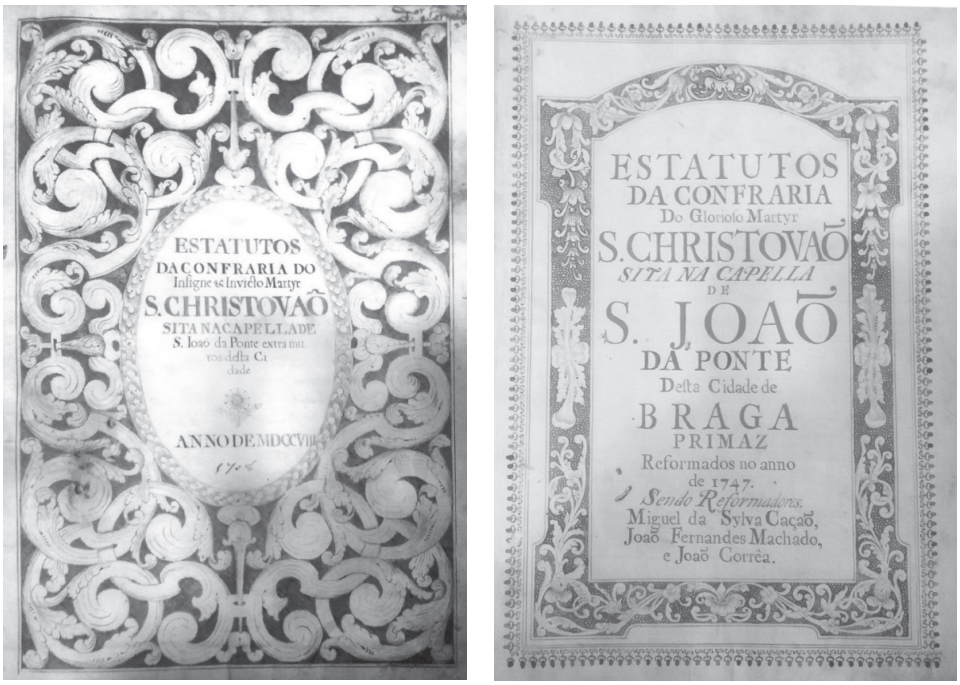

ESTATUTOS
DA CONFRARIA DO
Inligne ss Invicto Martyr
S. CHRISTOVAÕ
SITA NA CAPELLA DE
S. João da Ponte extra mu
ros desta Ci
dade
ANNO DE MDCCVIII
ESTATUTOS
DA CONFRARIA
Do Glorioso Martyr
S. CHRISTOVAÕ
SITA NA CAPELLA
DE
S. JOAÕ
DA PONTE
Desta Cidade de
BRAGA
PRIMAZ
Reformados no anno
de 1747.
Sendo Reformadores
Miguel da Sylva Caçaõ,
Joaõ Fernandes Machado,
e Joaõ Corrêa.

Imagem 5 – Folhas de rosto dos Estatutos da Confraria de S. Cristóvão, datados de 1708 e 1747

A Confraria de S. Cristóvão foi a terceira a instalar-se na Capela de São João da Ponte. Presumivelmente fundada em 1708, data dos seus primeiros estatutos, inspira-se na devoção a um mártir do século III, cujo nome aparece sucessivamente associado à lenda que narra o atravessamento de Jesus Menino no leito de um rio de fortes correntes. O seu nome deriva do grego *Christo+Phorus*, que significa portador de Cristo, facto que acabou por associar o seu culto à Festa do Corpo de Deus, dado que era este o único cerimonial em que era transportado o sagrado viático pelas ruas das localidades. A sua popularidade no nosso país deriva precisamente da presença de evocações de S. Cristóvão na procissão do Corpo de Deus. Advogado dos que sofriam de fastio, acabou por ver enraizado o seu culto na Capela de São João da Ponte, possivelmente devido à narrativa da travessia do rio, já que este templo se localizava na margem de um curso de água. A sua festa anual estava instituída no "domingo mais próximo à Festa de S. Tiago"[6] ou a 25 de Julho[7] (), sendo celebrada com "Missa Cantada com Órgão", "sermão" e "fogueira na véspera".

A última corporação a ser citada como residente na capela é a Confraria ou Irmandade das Almas, que terá sido fundada na primeira metade do século XVIII, seguindo uma tendência muito evidente nos espaços de culto da cidade de Braga. Grande parte dos templos detinha uma corporação cujo objetivo era o fomento da devoção às Almas, muito em voga nos séculos XVII e XVIII. A Capela de São João da Ponte também instituiu a sua Confraria das Almas, tendo para o efeito incorporado sobre o arco cruzeiro *hum quadro das Almas,* ainda hoje existente nas dependências da capela.

Apesar de, ao longo do século XIX e XX, terem sido introduzidas outras devoções na capela, de que são exemplos paradigmáticos Santa Felicidade e o Senhor da Saúde, o número de corporações não adensou. Apresentamos um quadro síntese com as corporações instituídas na Capela de São João da Ponte.

---

6 Cf. *Estatutos da Confraria de S. Cristóvão de 1708*, fl. 12.

7 Cf. *Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora do Parto, São João Baptista e São Cristóvão de 1791*, fl. 32 v.

Designação da corporação	Ano de fundação
Confraria de S. João Baptista	1615
Confraria de Nossa Senhora do Parto	1648
Confraria de S. Cristóvão	1708
Irmandade das Almas	≥ 1753

No ano de 1791 foi deliberado unir as três corporações que coabitavam na Capela de São João da Ponte. Segundo consta no prólogo do Livro de Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora do Parto, São João Baptista e São Cristóvão, esta união aconteceu porque "mostrou o tempo que as três Confrarias juntas não só impedião o aumento de cada huma dellas mas também diminua a devoção aos fieis pelo embaraço que cauzava a tantos homens". De fora desta união ficou a Irmandade das Almas, cuja natureza e função estava mais voltada para a dimensão devocional. É também importante referir que o surgimento do oratório das Alminhas, colocado junto ao tabuleiro da Ponte de Guimarães, transferiu sobremaneira os atos de culto desta corporação para o exterior da capela, facto que terá originado esta exclusão da união promovida entre as três mais antigas corporações.

A união das confrarias, promovida no ano de 1791, foi momento decisivo, dado que permitiu uma concentração de meios humanos e financeiros em torno de uma mesma corporação. A renovação dos retábulos do interior da capela dá-se precisamente na fase imedia-tamente posterior a esta união. Da mesma forma, supomos que a construção do campanário e da casa da confraria tenha decorrido nesta fase. A fisionomia da Capela de São João da Ponte como hoje a conhecemos derivará plausivelmente do período 1790-1815.

São João Baptista ou Nossa Senhora do Parto?

No dia 10 de Junho de 1939, o afamado jornalista Magalhães Costa publicava um artigo de abertura da edição do Diário do Minho, do qual era diretor, em que se propunha abordar as solenidades religiosas que se faziam em Braga por altura do São João. Nesse artigo, invocando a designação da Confraria de Nossa Senhora do Parto e de São João Baptista, bem como a colocação da imagem

mariana em posição privilegiada no retábulo-mor da Capela de São João da Ponte, refere que a mesma capela é dedicada a Nossa Senhora do Parto e não a São João Baptista, como seria senso comum pensar-se. Esta dúvida, levantada sem qualquer suporte documental, acabou por disseminar-se em algumas opiniões e argumentações posteriores, mantendo vivo algum ceticismo a respeito da questão do orago.

Outra das sustentações desta afirmação baseava-se na designação adotada pela corporação responsável pela capela após a fusão das três confrarias ocorrida em 1791: Confraria de Nossa Senhora do Parto, São João Baptista e S. Cristóvão. A ordem da nomeação dos oragos obedecerá certamente, não à antiguidade e relevância dos mesmos, mas ao critério "teológico" que, ao longo da história da Igreja Católica, foi relevando a figura da Mãe de Deus (*Theotokos*) como situando-se num patamar mais elevado relativamente aos restantes homens e mulheres virtuosos.

Estas dúvidas, legítimas perante os factos apresentados, não detêm qualquer sustentação quando confrontadas com a documentação existente nos arquivos documentais da Capela de São João da Ponte, bem como com os descritivos mais ancestrais a respeito deste espaço de culto. A colocação da imagem de Nossa Senhora do Parto em destaque na tribuna terá sido iniciativa avulsa de algum devoto e escrupuloso pároco, que considerando que a Mãe de Deus está obviamente numa posição hierárquica superior à da plêiade dos santos, resolveu inverter a posição das imagens já citada em documentação do século XVIII. Em 1758 se dizia que a "Capella de S. João Bautista" detinha no seu "maior" Altar "a Imagem do dito Santo". Portanto, o Santo Percursor foi sempre o protagonista entre as devoções instituídas.

Partindo de qualquer análise à documentação das confrarias outrora sediadas na capela, obtemos ainda mais relevantes confirmações. No primeiro Livro de Intenções da Confraria de Nossa Senhora do Parto se lê a 2 de fevereiro de 1699: "na Capela de São João da Ponte aonde esta extituyda a confraria de nossa Sra do parto". Ou ainda na folha de rosto da mais antiga versão dos Estatutos da Confraria de S. Cristóvão "sita na capella de São João da Ponte extramuros desta Cidade". Portanto, as próprias confrarias instituídas na Capela após a fundação da mesma reconheciam na sua mais precoce documentação a designação oficial do templo, bem como o seu orago.

O argumento que nos permite inferir apoditicamente a atribuição do orago a São João Baptista é, todavia, a fundação da Confraria de São João Baptista em 1615, ou seja, ainda antes da Capela ser solenemente aberta ao culto. Ora, se a primeira corporação a instalar-se no templo era devotada a São João Baptista e se o mesmo sempre foi denominado de "Capela de São João da Ponte", são exíguas as possibilidades para questionar o culto primacial aqui fundado. Por isso mesmo, não se verifica qualquer fundamento para questionar a titularidade do orago de São João Batista na Capela de São João da Ponte.



Imagem 6 – A Capela de São João da Ponte em postal de cerca de 1910

A Capela no século XVIII

Nas Memórias Paroquiais de 1758, inserida na caraterização da então recentemente fundada paróquia de S. José de S. Lázaro, a capela de S. João da Ponte já é descrita com particular pormenor, sendo os primeiros dados relevantes disponíveis acerca do seu interior:

> *"Nesta Freguesia (S. José de S. Lázaro) além da Ponte de Guimaraens, e no meio de hum fermoso bosque, se acha a Capella de S. João Bautista, excellente-*

mente ornada. Tem tres Altares, o maior com a Imagem do dito Santo, e sua Confraria, e dous collateraes, o da parte da Epistola dedicado a S. Christovão, com sua Confraria; e sobre o arco hum quadro das Almas, com sua Confraria, que lhe mandão dizer muitas Missas. Aqui se faz huma grande feira todos os annos no dia do Santo"

Ressalte-se a referência à "grande feira" que a capela e o seu entorno acolhiam "todos os annos" no dia de S. João Batista, ou seja, a 24 de Junho. Esta referência faz entrever que não se tratava de uma feira insignificante no contexto do calendário anual da cidade de Braga, tratando-se já de um dos núcleos inevitáveis dos festejos sanjoaninos que tinham, como sabemos, particular relevância na paróquia vizinha de São João do Souto. Trata-se da afirmação inequívoca da existência de dois núcleos dos festejos, já no ano de 1747-51, data em que foram publicados estes textos, por intermédio do Padre Luís Cardoso, no seu "Dicionário Geográfico".

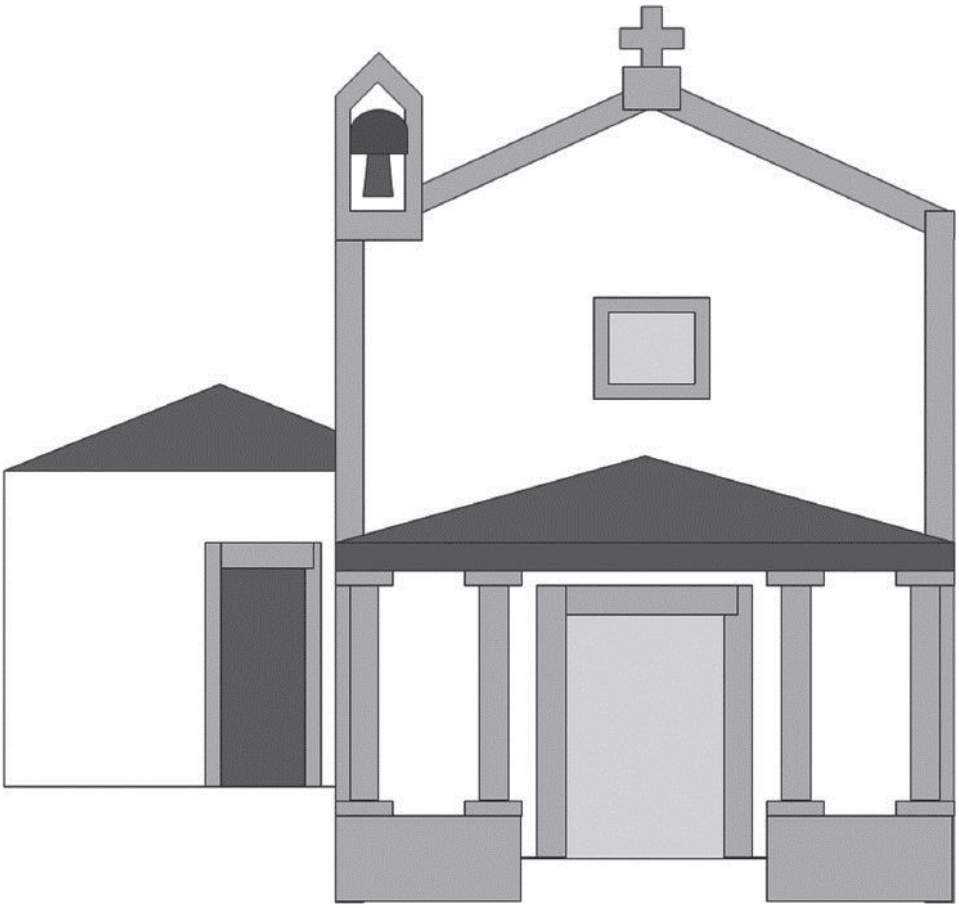
Outro dado que poderemos inferir desta descrição é a cate-go-ri-zação da capela como estando "excellentemente ornada". Tal afirmação, independentemente da veia subjetiva que poderá transportar, aponta para a existência de um conteúdo decorativo, litúrgico e devocional de particular relevo, o que significa que esta-remos diante de confrarias sedimentadas na cidade do ponto de vista social e económico. Nenhum lugar de culto "excellentemente ornado" estaria fundado numa confraria de simples agricultores, sem posses ou influência na vida social da comunidade. Este dado acaba por servir de complemento à realização da "grande feira" em honra de S. João Batista, dado que esta era inteiramente da responsa-bilidade da Confraria de S. João da Ponte, e exigiria poder económico, afluência significativa de devotos, e influência no seio das forças vivas da cidade.

Outro apontamento digno de nota a respeito da fisionomia da Capela de São João da Ponte em meados do século XVIII é-nos oferecido pelo já citado Tombo de 1766. O interior do templo, como já vimos na descrição do *Dicionário Geográfico*, apresenta a capela-mor como detendo um retábulo onde surgia, ao centro, a imagem de Nosso Senhor das Angústias, sendo acompanhada do lado da Epístola pelo patrono do orago, São João Baptista, estando do lado do Evangelho uma imagem de Nossa Senhora da Conceição. O altar tinha um "frontal de damasco" e umas "credências de madeira",

estando junto do sacrário uma relíquia de São João Baptista embutida numa "custódia antiga de sotam dourado". Ainda na capela-mor, colocadas em suas peanhas, estava uma imagem de Santo António e uma outra representando São João Baptista. O teto era "muito bem pintado", contendo "molduras retocadas de ouro". No corpo da capela estavam dois altares colaterais, cada um com sua confraria, "à parte da Epístola está o de S. Cristóvão com o Menino ao ombro", à parte do Evangelho "se acha colocada a Sagrada Imagem da virgem Nossa Senhora com a invocação do Parto". No cimo do arco cruzeiro estava "um quadro das almas" e o teto era "de pinturas e bancos dourados". Ao meio do corpo do templo estava uma porta travessa e "à mão esquerda", sua pia de água benta.

A feição exterior da capela seria praticamente igual à atual. Ladeando a porta principal a capela apresentava "duas frestas com grades de ferro". À frente o "seu coberto levantado em colunas com assentos em volta". O frontispício apresentava "sua cruz e sua fresta que dá luz". A grande diferença relativamente à fisionomia atual era o campanário, então inserido na fachada da capela "com seu sino". Além da estrutura da capela, apenas é citada uma "sacristia ao lado do Evangelho com sua porta para a Igreja e outra para fora dela".

A partir deste minucioso descritivo ficamos ainda a saber que o aspeto exterior da capela era substancialmente diferente do atual. Se a capela em si terá mantido a primitiva configuração, inclusive com o alpendre, as dependências vão ser substancialmente aumentadas. A icónica torre-campanário, que sobrepuja dois pisos e se expande numa das laterais da capela, foi construção oitocentista. O interior da capela foi igualmente revestido com novos retábulos revestidos a dourado e delineados em estilo neoclássico, presumivelmente armados nos primeiros anos do século XIX.



Reconstituição do aspeto exterior da Capela de São João da Ponte em meados do século XVIII



Imagem 7 – Retábulo-mor da Capela de São João da Ponte [Foto: Rui Pires]

Arquitetura e Arte

Como vimos acima, a fisionomia exterior da capela apenas foi alterada na sua lateral nascente, onde atualmente se encontra o duplo campanário assente sobre os dois pisos nos quais se integram as dependências da capela e sacristia. Esta ampliação deve ter sido levada a efeito no período 1795-1805, altura de avultados investimentos da parte da corporação erigida sobre as três confrarias sediadas no templo.

De arquitetura singela e sem significativos elementos decorativos de nota, a capela afirma-se a partir da sua peculiar torre com dois campanários e do alpendre com as suas três águas, que lhe estende a área do corpo da capela e confere um aspeto característico.

O interior apresenta outros fatores de atratividade relativamente à singeleza da fachada. Os retábulos de traça neoclássica pingados de dourado conferem uma particular imponência ao interior, completados pelos belos azulejos-tapete setecentistas que revestem as paredes do templo, colocados aqui, em 1919, por intermédio do Cónego Manuel Aguiar Barreiros. Tanto estes azulejos como os que se encontram a adornar o alpendre são provenientes da antiga igreja do convento dos Remédios, demolida em 1911 e cujo espólio enriqueceu sobremaneira este templo.

Os altares laterais, o altar-mor, o púlpito e os sanefões são em estilo neoclássico e contêm imagens religiosas de boa execução. No retábulo do altar-mor encontra-se, ao centro, a imagem do patrono, S. João Baptista, encimando a tribuna; do lado esquerdo está a imagem de Nossa Senhora do Parto; do lado direito observa-se a agigantada imagem de S. Cristóvão, uma das que mais devoção popular atrai a este templo. Adossada ao altar-mor está uma urna envidraçada onde se encontra a imagem de Santa Felicidade Mártir, cuja devoção estava na origem da segunda maior romaria anual a esta capela.

No corpo da ermida encontram-se três retábulos neoclássicos onde se veneram as imagens de Santo António; da Imaculada Conceição particular imponência ao interior, completados pelos belos azulejos-tapete, esta concebida nas oficinas do famoso escultor bracarense João Evangelista Vieira e para cá trazida em dezembro de 1916; e a imagem do Senhor da Saúde, que provém do cruzeiro que D. Diogo de Sousa mandou construir e que esteve colocado nas Carvalheiras até ser desmantelado em 1911. Este último altar é o

mais recente e foi oferecido em outubro de 1912, por um devoto industrial de Arcos de Valdevez.

Destaque-se ainda nicho com a imagem do Menino Deus, em tamanho natural, com origem numa oferta devota dos finais do século XIX. Ao fundo observa-se o coro alto onde estava um interessante órgão, que dizem ser proveniente do Mosteiro de Tibães, para aqui trazido em 1916 depois de ter sofrido uma reconstrução.

Por último, resta destacar, o magnífico arcaz que se encontra na sacristia e ainda uma série de objetos pertencentes ao espólio das antigas confrarias aqui sediadas, que se encontram expostos numa vitrina em uma das salas anexas.

No exterior há ainda a registar a parede traseira, onde se encontra um nicho entre colunas torsas suportando a imagem de S. João encimada pelas armas de S. Francisco, tudo transferido também da igreja do convento dos Remédios.

No adro fronteiro à capela está um paredão recortado por meia dúzia de escadas que dão acesso ao adro, e sob o qual se encontram quatro grades de madeira sustentadas, cada uma, por duas colunas torsas, sem capiteis. Estes elementos vieram da fachada da igreja do Convento dos Remédios, demolida em 1911 e cujos despojos foram trazidos maioritariamente para o parque da Ponte.

Quando o parque da Ponte estava a ser delineado, em 1912, chegou também a pensar-se na construção de uma nova capela, em estilo neomanuelino, que iria substituir a atual. O projeto era da autoria do arquiteto António Augusto Gonçalves, de Coimbra e fez furor na imprensa de então. Apesar do mecenato do abastado Júlio de Amorim Lima, nunca o projeto chegou a ir avante.

No adro da Capela de São João da Ponte existiram, até ao século XIX, pequenos fornos, semelhantes aos que se podem ver, hoje, na Falperra, e que serviam para, nas alturas festivas, assar o carneiro ou o anho especialmente por altura das Festas de São João. Estes fornos encontram-se representados numa gravura azulejar que se observa, juntamente com outras gravuras, no interior da Casa da Câmara, revestindo as paredes das escadas de acesso ao piso nobre.



Imagem 8 – Retábulo da Imaculada Conceição [Foto: Rui Pires]



Imagem 9 – Retábulo de Santo António [Foto: Rui Pires]



Imagem 10 – Retábulo do Senhor da Saúde [Foto: Rui Pires]



Imagem 11 – Retábulo do Menino Deus [Foto: Rui Pires]

O ARRAIAL DE S. JOÃO DA PONTE

Ó meu São João da Ponte,
Ó meu belo marinheiro,
Levai-me na vossa barca
Para o Rio de Janeiro.

O epicentro das festas de São João de Braga é, ainda hoje, o parque de S. João da Ponte, onde se localiza uma capela cujo orago celebra o patrono da festa. Convém recordar, antes de mais, que era em S. João da Ponte que se realizava, pelo menos desde o século XVIII, uma feira de gado que traria até à cidade a população rural do município, que aproveitaria esta oportunidade de negócio, para também usufruir dos festejos. Estamos, portanto, diante de um arraial eminentemente popular.

À imagem do que acontece nos nossos dias, o recinto de S. João da Ponte era primorosamente decorado com bandeiras, arcos de romaria e uma "vistosíssima iluminação na fronteira do templo, avenidas e jardim"[8]. Quanto ao arraial, que se realizava na madrugada de 24 de junho, "decorria animadíssimo" e prolongava-se até de madrugada, não faltando bandas a animar os romeiros, fogo de artifício, e os tradicionais comes e bebes. No dia 24, pela manhã, decorria a missa e sermão.

Não podemos separar o crescimento e afirmação dos festejos, mais significativo a partir de finais da década de 1870, do plano para transformar o recinto em torno da capela numa espécie de parque da cidade, algo que veio a efetivar-se na segunda década do século XX. Esta vontade, firmada no desejo de muitos bracarenses influentes, nomeadamente os que constituíam a mesa da confraria de S. João da Ponte, iniciou-se em 1882 com um conjunto de melhoramentos, sob orientação de Joaquim da Costa Rebelo, que visavam tornar o recinto num local mais atrativo.

Em 1855, o São João ainda era tido simplesmente como "um dos melhores araiaes nos suburbios desta cidade"[9]. Diz-nos ainda um jornal referente ao ano de 1858, que "ha annos que se passa melhor na noite de S. Pedro, na Ponte, do que na de S. João; porque n'aquella costuma haver uma concurrencia mais escolhida"[10].

---

[8] Cf. *Commercio do Minho*, 19 de junho de 1877.
[9] Cf. *O Bracarense – periódico político e literário*, 12 de junho de 1855.
[10] Cf. *O Bracarense – periódico político e literário*, 29 de junho de 1858.

Recorde-se que, para além das festas sanjoaninas, o recinto de S. João da Ponte acolhia as festas de Santa Felicidade, assinaladas nos dias 28 e 29 de junho e com direito a um concorrido arraial. Independentemente desta análise jornalística ser um mero exercício de subjetividade, expressando as preferências pessoais de quem analisa, não deixa de ser significativo o facto das festas de São João não serem, à época, consideradas já as maiores festas da cidade. Por outro lado, a notícia informa-nos também a respeito do tipo de pessoas que frequentavam as sanjoaninas. A "concurrencia mais escolhida" permite-nos afirmar que as classes mais baixas da população apreciavam mais o São João que a festa de Santa Felicidade, um dado que veio a confirmar-se decisivo no crescimento e sedimentação das sanjoaninas, apenas alguns anos após.

Apesar de se localizar num subúrbio da cidade, o facto de ser cada vez mais encarado como um local de lazer, transfigurava o lugar de S. João da Ponte aos olhos dos bracarenses. Recorde-se que a outra festa que rivalizou com o São João pelo trono de maior festividade bracarense era precisamente a romaria do Espírito Santo, que tinha como palco o mais importante monumento de Braga: o Bom Jesus do Monte. Jamais poderemos isolar, por isso, o contexto físico onde tomavam parte os festejos, da própria natureza e configuração dos mesmos.

Para chegar ao recinto de S. João da Ponte tornava-se necessário percorrer uma longa e estreita artéria, constituída pela unidade das ruas das Águas (a norte) e a da Ponte (a sul) que, perfazendo pouco mais de um quilómetro ininterrupto de casario e gente, se encontrava engalanada com bandeiras e grisetas durante os dias da festa. A importância desta artéria para a cidade, e as suas próprias caraterísticas, não pode ser menosprezada na nossa análise. Diz-nos um cronista bracarense que, pelos anos 30, "a rua que ia dar à Ponte era tão estreita que as pessoas iam como que levadas pelo ar e sempre corriam o risco de sujar os fatos com a gordura que caía dos pavios acesos nos copinhos de papel que formavam as iluminações e enfeitavam a cidade" (ASPA, 1999). Esta ambiência particular funcionaria também como um atrativo à participação no arraial sanjoanino. Nos nossos dias, continua a ser esta artéria a principal via dos festejos, elo essencial entre o parque da Ponte – onde está sediada a festa iminentemente popular – e a avenida Central, o centro nevrálgico de Braga.

O elemento mais caraterístico deste arraial eram as rusgas. Na noite de 23 para 24 de junho, vindos das aldeias circundantes ou simplesmente da própria cidade, os romeiros desciam a atual avenida da Liberdade, cantando e dançando, com o farnel à cabeça e envergando trajes festivos. Ao atingirem o recinto de São João da Ponte, o seu primeiro e significativo ato era a visita à capela do santo patrono. Convém recordar, que a romaria, na sua essência tinha um sentido eminentemente espiritual. E o romeiro fazia questão de o efetivar. Só depois se entregavam às devoções mais carnais.



Imagem 12 – A capela de S. João da Ponte e a sua envolvente durante as festas de São João de 1917 [Arquivo Aliança | Museu da Imagem]



Imagem 13 – Perspetiva do recinto de São João da Ponte durante as Festas de 1917 [Arquivo Aliança | Museu da Imagem]

O dia 24 de junho, o dia próprio da festa, era marcado pela feira de gado bovino e cavalar, um acontecimento que veio a marcar decisivamente o ritmo dos próprios festejos. Acreditamos que esta seja a mesma feira que já era citada nas Memórias Paroquiais de 1758. A feira integrava frequentemente um concurso pecuário, que acabava por ser determinante no esboçar do perfil do romeiro que frequentava este arraial. Dada a sua importância, mantida ao longo de décadas, chegou a ser concedido por diversas vezes um subsídio do Governo central para cobrir os custos do prémio a atribuir ao agricultor vencedor. Até ao surgimento da AGRO em 1971, a feira de gado de S. João da Ponte constituía-se como um fator de agregação dos produtores agrícolas da região do Entre-Douro-e-Minho, entretanto transferidos para a renovada organização. Entretanto, a feira franca sanjoanina continuou a realizar-se, tendo tido a sua derradeira edição no ano 2000.

Era também muito disputada a corrida anual à marcação de lugares no arraial de S. João da Ponte. A enchente de romeiros constituía-se como oportunidade soberana de negócio que os comerciantes não queriam desaproveitar. Doceiros, botequineiros e petisqueiros eram os principais pretendentes. Em 1923, o preço do metro quadrado no arraial da Ponte era de 3 mil reis, um valor significativamente alto para a época.

Dada a aglomeração de pessoas no recinto de S. João da Ponte, e também o elevado nível de excessos cometidos em ocasiões festivas, eram frequentes as desordens durante a realização do arraial sanjoanino. Rixas, discussões, esfaqueamentos e até mortes estão registadas na secção noticiosa dos periódicos que se sucediam a esta quadra festiva bracarense. Porém, o mais frequente era mesmo os roubos protagonizados pelos chamados carteiristas. Em 1886 foram presos pela polícia 20 larápios.

Por isso mesmo, a segurança dos romeiros exigiu até reforço de guardas civis, recrutados ao Porto, e a vigilância da parte da infantaria do quartel de Braga[11]. Nesta sequência, um dado significativo era o consumo de vinho, caraterística fundamental do espírito festivo. Em 1891, só no arraial de S. João da Ponte, consumiram-se 16.399 litros de vinho. Mais de quatro décadas após, em 1934, contabilizaram-se 28.390 litros.

[11] Cf. *Commercio do Minho*, 24 de junho de 1893.

Os Quadros Bíblicos



Imagem 14 – Exibição dos Quadros Bíblicos nas margens do rio Este nas Festas de 1917 [Arquivo Aliança | Museu da Imagem]

Outro dos atrativos fundamentais entretanto acoplados ao arraial sanjoanino da Ponte são os quadros bíblicos. Nas festas de 1881 foi inaugurada a exposição no rio Este, em cima de uma rocha, das imagens de Cristo e São João, representando a cena do batismo no Jordão[12]. Em 1889 foi acrescentada a imagem de S. Cristóvão, cuja devoção está fortemente vinculada à capela de S. João da Ponte. Entretanto, em 1882, o quadro do batismo foi enriquecido com as imagens de apóstolos e outros figurantes desta cena bíblica[13]. Ainda hoje subsistem, encontrando-se ao cuidado da Confraria de São João da Ponte.

---

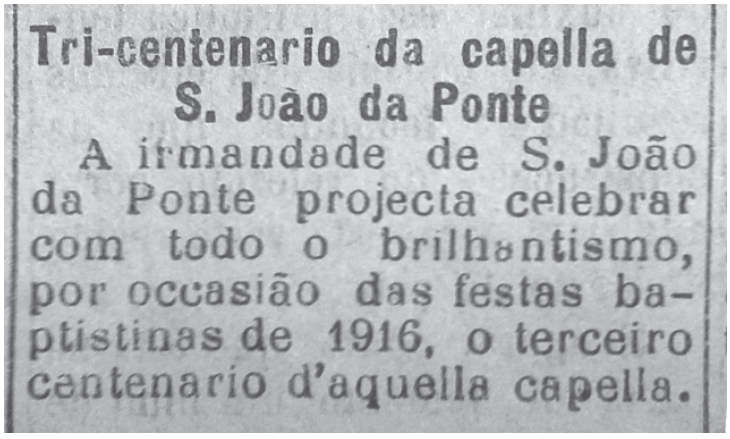
[12] Cf. *Commercio do Minho*, 28 de junho de 1881.
[13] Cf. *Commercio do Minho*, 27 de junho de 1882.



Imagem 15 – Imagem de São João Baptista da Ponte transportada processionalmente durante as comemorações dos 400 anos da Capela [Foto: WAPA]

As comemorações do tricentenário da Capela

Há precisamente um século, a Confraria de São João da Ponte preparava grandes celebrações para assinalar os trezentos anos da edificação da sua capela. Além de solenes instrumentais de cariz litúrgico, a corporação inaugurou um pequeno órgão de tubos, hoje desmontado nas dependências da capela. Contudo, o mais relevante momento referente a esta efeméride foi a aquisição de uma nova imagem da Imaculada Conceição, concebida nas oficinas de João Evangelista Vieira e galardoada com uma distinção no certame de arte sacra que decorreu durante as Festas de São João desse ano.


Tri-centenario da capella de S. João da Ponte

A irmandade de S. João da Ponte projecta celebrar com todo o brilhantismo, por occasião das festas baptistinas de 1916, o terceiro centenario d'aquella capella.

Imagem 16 – *Commercio do Minho*, 29 de Julho de 1915

Apêndice Iconográfico



Designação: São João Baptista Menino
Época: Século XVIII
Autor: desconhecido
Material: madeira e policromia
Estatura: 17 cm
Localização: sala anexa à sacristia



Designação: Alegoria a São João Baptista
Época: Século XVIII
Autor: desconhecido
Material: madeira e policromia
Estatura: 32 cm
Localização: sala anexa à sacristia

Abençoar o parto

Conta se que esta pequena imagem de Nossa Senhora do Ó, conservada até hoje no espólio da Capela de São João da Ponte, estava associada aos atos devocionais da Confraria de Nossa Senhora do Parto. É tradição constante que a imagem era especialmente cedida às mulheres que se previa entrassem em trabalho de parto, com o intuito de abençoar esse momento delicado da sua existência. Sempre que as parturientes, devotas de Nossa Senhora do Parto, solicitavam a presença da imagem junto da Confraria, a mesma era cedida a título de empréstimo. Levada para a casa das mulheres que entrariam brevemente em trabalho de parto, era devolvida à Confraria, regressando ao seu lugar na capela. Os partos que foram assistido por esta pequena imagem mariana, conta-se, obtiveram sempre especiais graças!



Designação: Nossa Senhora do Ó
Época: Século XVIII
Autor: desconhecido
Material: madeira e policromia
Estatura: cerca de 20 cm
Localização: sala anexa à sacristia

Os meninos de São Cristóvão

Como há pouco referimos, a devoção a S. Cristóvão (Christophorus) propagou se, essencialmente, a partir do momento em que foi introduzida a Festa do Corpo de Deus nas dinâmicas religiosas da Igreja Católica. Em Portugal a celebração alcançou dimensão pública particularmente a partir do século XIV. A simbologia do "portador de Cristo" atribuída a São Cristóvão acabou por vinculá lo às celebrações do Corpus Christi. Segundo consta em sucessivas atas do Senado da Câmara de Braga ao longo do século XVI, era incumbência dos fregueses de Ferreiros a condução da imagem de S. Cristóvão na procissão do Corpo de Deus. Esta imagem teria avantajadas dimensões, tal como é tradição constante descrever se o santo, pelo que a representação do Menino Jesus que traria aos ombros da imagem seria efetuada por uma criança selecionada para o efeito. Por isso mesmo, anualmente era grande a disputa para saber quem seria o Menino de S. Cristóvão nesse ano!



Designação: S. Cristóvão
Época: Século XVIII
Autor: desconhecido
Material: madeira e policromia
Estatura: cerca de 25 cm
Localização: sala anexa à sacristia



Imagem 17 – Tela das Almas, sobre a qual foi instituída uma confraria no século XVIII

Ostensório de São João Baptista

Este é o mesmo relicário que vem citado no Tombo de 1766 e que estaria colocado então no retábulo-mor, junto ao sacrário: “de meio dele (sacrário) uma relíquia do mesmo Santo colocada em sua custódia antiga de sotam dourado entre vidraças”.



Designação: Relicário Ostensório de São João Baptista
Época: Século XVII
Autor: desconhecido
Material: Talha dourada
Estatura: cerca de 20 cm
Localização: sala anexa à sacristia

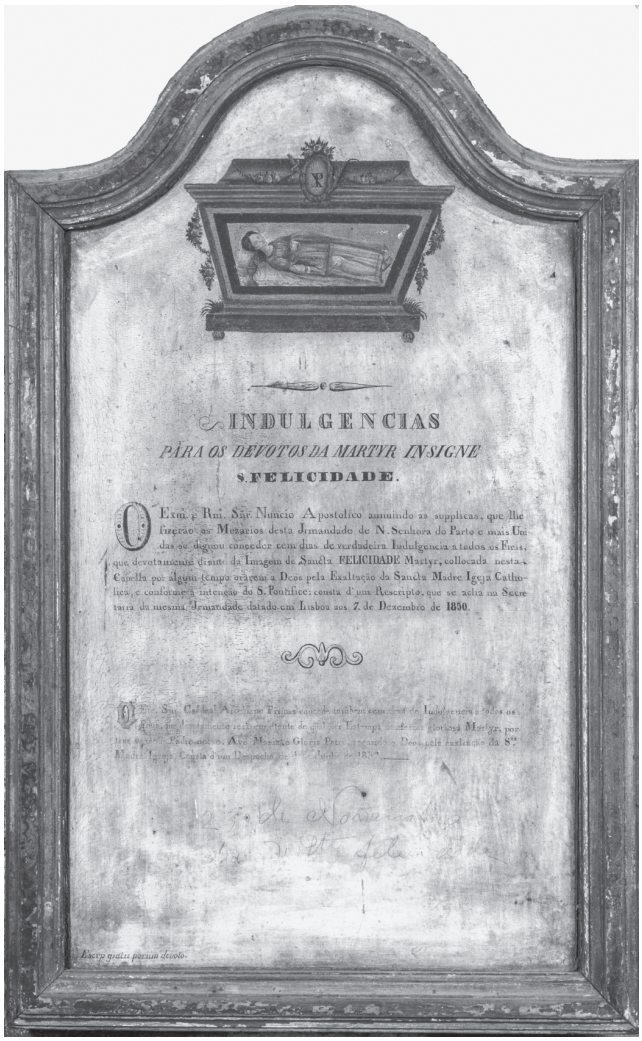


Imagem 18 – Quadro de Indulgências para os devotos de Santa Felicidade, datado de 1850

Santa Felicidade é uma das devoções instituídas na Capela de São João da Ponte no século XIX. Este culto memora uma das mártires das perseguições romanas movidas na cidade de Cartago. Grávida de uma criança, deu à luz na véspera da sua execução, ocorrida no ano 203 perante as feras. A sua representação está em destaque no balcão inferior do retábulo-mor com uma estátua jacente inserida em uma vitrine. Apesar do dia litúrgico se assinalar a 7 de março, era celebrada anualmente na véspera e dia de S. Pedro com uma grande romaria.

Apêndice Documental

TOMBO DOS BENS E PROPRIEDADES FOROS RENDAS E PENÇOINS PERTENCENTES À CONFRARIA DE SÃO JOÃO BAPTISTA SITA NO FIM DA PONTE DE GUIMARAINS SUBURBIOS DESTA CIDADE DE BRAGA – FEITO NO ANNO DE 1766

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e sessenta e três anos aos vinte e nove dias do mês de Agosto do dito ano, nesta Igreja de São João Baptista que está situada estrada em meio junto à ponte de Guimarães subúrbios desta cidade de Braga Primaz das Espanhas, limites da freguesia de São José de São Lázaro que em outro tempo foi da freguesia de São Victor extramuros da mesma cidade (…) esta Confraria fora erecta por autoridade ordinária e principiara em sua devoção no ano de mil e seiscentos e quinze aos vinte e um de Maio, sendo então Juiz Bernardo de Carvalho de Azevedo, Alcaide-Mor que foi desta cidade e que esta Igreja era hoje própria desta Confraria a cuja administração estava o fabricá-la e que nela estava todo o direito sem pertercer a terceiro, somente sim há tradição que esta Igreja fora algum dia, e em tempos antigos, da Casa das Lages, que ocupara o dito Alcaide-Mor de que se deverá a seus sucessores. Na sua Casa, que hoje ocupava o Senhor Jerónimo da Cunha de Soutto Mayor e Mendonça, fidalgo da Casa de Sua Majestade e professo na Ordem de Cristo e a possuíra já seus pais e avós Pedro da Cunha de Souttomayor, fidalgo da Casa Real e Alcaide-Mor desta cidade e Jerónimo da Cunha de Soutto-mayor, fidalgo da Casa Real e professos na Ordem de Cristo, Alcaide-Mor que foi também nesta cidade e que com efeito seus antes possuidores cederam a dita Igreja à dita Confraria com a condição de esta a fabricar do necessário como hoje fabrica ficando-lhe só o direito da sepultura que hoje tem e conserva a Casa na capela-mor da mesma Igreja para a mesma Casa e família a arbítrio seu sem nenhum outro terceiro poder ter o uso dela nem a Confraria direito para a dar a alguém por ser *in solidum* da dita casa e possuidores dela e declararam outrossim que a dita Confraria digo que esta Confraria tenha suas graças e privilégios pontifícios que lhe concedeu Sua Santidade Benedito XIV pelos anos de mil

setecentos e cinquenta e quatro com a data de vinte e sete de Abril cuja graça foi publicada por autoridade ordinária em dezasseis de Abril de mil e setecentos e cinquenta e cinco anos e se acha transcrita na Tábua da Igreja como esse Doutor Juiz do Tombo exarou, pela qual consta que qualquer sacerdote secular ou regular que celebrar Missa em qualquer dia nesta Igreja sendo daquelas que por instituto da Confraria são dever missadas se digam pela alma de qualquer confrade e aproveitem como ditas em Altar privilegiado e isto em qualquer dos da dita Igreja declarando juntamente que para o inventário não duvidavam dar a cargo à fabrica dinheiros a juro convencidas que se pagam à Confraria, o que visto por ele Doutor Juiz do Tombo procedeu à descrição da Igreja:

Achou ser esta já obra antiga em seu edifício no exterior e interior e que neste se via ter sua capela-mor com seu arco cruzeiro; o corpo da Igreja à proporção; na capela-mor tem sua fresta com vidraça e uma porta para a sacristia com seu supedâneo de madeira, o Altar com seu frontal de damasco e suas credencias de madeira, tem seu retábulo ao moderno dourado com seu sacrário e de meio dele uma relíquia do mesmo Santo colocada em sua custódia antiga de sotam dourado entre vidraças; no meio do retábulo e mais posterior dele se acha em um nicho com vidraças e de novo colocada a sagrada imagem de Nosso Senhor das Angústias e dentro, mesmo ao lado da Epístola, a Imagem do padroeiro da Igreja, o Senhor São João Baptista e dentro mesmo ao lado do Evangelho, a Sagrada Imagem de Nossa Senhora da Conceição; exteriormente, mas no mesmo retábulo à parte da Epístola em uma peanha se acha Santo António e em outra, à parte do Evangelho, se acha outra imagem de São João, mas de pequeno vulto, e todas as referidas bem estofadas encarnadas à proporção de suas invocações; o teto da mesma capela-mor se vê muito bem pintado com molduras retocadas de ouro e do mesmo teto junto ao arco-cruzeiro pende sua lâmpada bastantemente donosa; ainda que de sotam o Altar tem seus castiçais de estanho, sua sacra e por cima do Altar corre sua coberta de couro, para resguardo da toalha e cobrir a pedra de ara; do arco-cruzeiro para baixo, no corpo da Igreja, estão dois altares colaterais; à parte da Epístola está o de S. Cristóvão com o Menino ao ombro, imagem bem estofada e colocada no meio do retábulo em um nicho com vidraças, o retábulo é muito bem dourado, tem seu altar em que se celebra com frontal pintado; à parte do Evangelho existe outro altar colateral na mesma forma, com seu frontal de seda com retábulo dourado e no meio, entre vidraças, em um nicho se acha colocada a Sagrada Imagem da virgem Nossa Senhora com a invocação do Parto; cada um dos referidos altares tem sua lâmpada de sotam; no meio do corpo da Igreja se acha uma porta travessa e tem sua principal no

adito da Igreja, digo no adito da mesma Igreja com seu coberto levantado em colunas com assentos em volta; em o frontispício sua cruz e sua fresta que da luz, com seu sino e campanário; o teto da Igreja é de pinturas e bancos dourados e no mesmo frontispício tem duas frestas com grades de ferro e dentro, à mão esquerda, sua pia de água benta; no cimo do arco cruzeiro está um quadro das almas, que também tem sua confraria, que também igualmente as tem os altares colaterais; exteriormente tem esta Igreja sua sacristia ao lado do Evangelho com sua porta para a Igreja e outra para fora dela; tem além disto esta Igreja uma via-sacra que fabricaram os devotos do Senhor das Angústias que principia nesta Igreja e finaliza na capela de Santo Adrião; dentro da sacristia tem esta confraria duas guarda-roupas para os seus títulos e ornamentos…"

Bibliografia

BELLINO, Albano – Archeologia Christã, Lisboa, 1900.

CAPELA, José Viriato; FERREIRA, Ana Cunha - Braga Triunfante ao tempo das Memórias Paroquiais de 1758. Braga: 2002.

CAPELA, Martins – Em Lembrança da extincta Igreja dos Remédios, Braga, 1913.

CARDOSO, Luiz - Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas. Lisboa: na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1747-1751. [Cópia pública em http://purl.pt/13938].

COSTA, Luís – Braga: roteiro histórico e monumental extra-muros, Braga, Edições APPACDM, 1998.

CUNHA, D. Rodrigo da – História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga. Reprodução fac-similada com nota introdutória de José Marques. Tomo II. Braga, 1989.

FERREIRA, José Augusto – Fastos Episcopaes da Igreja Primacial Bracarense (século III – século XX). Tomo III. Braga: Mitra Bracarense, 1932.

FERREIRA, Rui – O São João é de Braga. Braga: Junta de Freguesia de S. Lázaro, 2013.

FREITAS, Bernardim José de Sena – Memórias de Braga. Braga: Imprensa Catholica, 1890.

LOPES, Cândida – Retalhos da História de Braga, Braga, Associação Famílias, 1994.

MARTINS, Augusto – Braga Antiga, Edições Rosa Martins, Braga, 1971.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de – Arte religiosa e artistas em Braga e sua região (1870-1920), Braga, Edições APPACDM, 1999.

PEIXOTO, Inácio José – Memórias Particulares. Braga: Arquivo Distrital/Universidade do Minho, 1992.

PINHEIRO, Luís – Alminhas, nichos e cruzeiros de Portugal – Minho, 1957.

PINTO, Sérgio da Silva – Guia de Braga: Arte e Turismo, Câmara Municipal de Braga, Braga, 1959.

RIO, João Pereira do – Memórias do Parque de S. João da Ponte (Esboço histórico e descritivo), Braga, Tipografia Notícias do Norte, 1925.

THADIM, Manoel José Silva – Época dos Annaes e Memórias bracarenses. Ed. Fac-simile.

VIEIRA, Domingos, frei – "Diccionario dos Varões Illustres em lettras e Virtudes, que florecerão nesta Provincia de Portugal..." In: Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal: 1256-1834 – edição da Colecção de Memórias de Fr. Domingos Vieira, OESA. [antot. e compil.] Carlos A. Moreira Azevedo. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2011.

Arquivos Consultados:

Arquivo da Paróquia de Santo Adrião

Arquivo Municipal de Braga

Arquivo Distrital de Braga

Arquivo Aliança – Museu da Imagem

Jornais Consultados:

O Bracarense – (1855-1869)

Commércio do Minho – (1873-1921)

Correio do Minho – (1910-1930)

A Propaganda – (1910)

Diário do Minho – (1922-1984)

Regulamento do Colégio da Graça de Coimbra

JOSÉ MARQUES *

INTRODUÇÃO

A publicação do *Regulamento do Colégio da Graça,* dos Eremitas de Santo Agostinho, situado na Rua da Sofia, da cidade de Coimbra, até agora desconhecido, exige um breve enquadramento histórico-cultural que permita situá-lo no contexto conimbricense do século XVI. Como ponto de partida para a nova realidade que, gradualmente, foi transformando urbanística, social e culturalmente esta cidade impõe-se ter presente e realçar a transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra e a sua fixação definitiva, aí, em 1537.

Além das conhecidas motivações que levaram D. João III a determinar essa mudança definitiva, quando o Renascimento humanístico estava em pleno desenvolvimento, impõe-se ter presente que a Europa estava profundamente agitada pelas doutrinas religiosas propagadas por Martinho Lutero, a partir de 1517, que já tão graves convulsões sociais tinham causado, bastando citar as revoltas de Wittenberg (1522), a guerra dos camponeses (1524-1525) e as diversas perturbações políticas e sociais, que prosseguiram na Alemanha, até à Paz de Augsburgo, em 1555, sem esquecermos as diversas manifestações reformistas verificadas noutros pontos da Europa, que é desnecessário enumerar[1].

---

* Prof. Catedrático (ap.) da Faculdade de Letras do Porto.
O autor não escreve segundo o dito Acordo Ortográfico.

1 Sobre estes e outros aspectos similares, veja-se LLORCA, P. Bernardino, S. J., *Manual de História Eclesiástica,* 4.ª edição, Barcelona-Madrid, etc., 1955, pp. 450-469.

A mudança da Universidade para Coimbra, repercutiu-se também em diversas Ordens Religiosas, que, pretendendo que alguns dos seus membros mais jovens, na sua formação, pudessem beneficiar da frequência do ensino universitário, logo pensaram na fundação de colégios indispensáveis para a concretização deste objectivo, animados também por um espírito de reforma católica, que já se fazia sentir entre nós, anos antes do Concílio de Trento, cuja primeira fase se iniciaria, apenas, em 1545.

O impacto desta nova realidade cultural em Coimbra, entre outros aspectos, ficou bem marcado na toponímia urbana, bastando recordar o eloquente testemunho conservado na designação da Rua da Sofia, onde estavam implantados vários colégios, com relevo para o Colégio da Graça, dos Eremitas de Santo Agostinho, que, agora, particularmente, nos interessa. A preocupação da reforma pré-tridentina dos Eremitas de Santo Agostinho, entre nós, documenta-se já, em 1535, ano em que chegaram a Portugal Frei Francisco de Vilafranca e Frei Luís de Montoya, incumbidos dessa nobre missão, que, a partir de 1538, podemos acompanhar pelas actas dos capítulos provinciais da Ordem, nas décadas seguintes.

Nesse projecto de reforma, o primeiro passo dos Eremitas de Santo Agostinho consistiu na construção de um colégio da Ordem, em Coimbra, concretizado no Colégio da Graça, de que o grande responsável foi Frei Luís de Montoya, tendo-nos deixado um minucioso registo no *«Libro das obras del Collegio»,* conservado no Arquivo Distrital de Braga, com a cota *Ms*. 1019, revelador das diversas fases da obra – iniciada a partir de Março de 1543 –, que permite traçar uma visão global da construção deste Colégio e da igreja anexa, revelando, ao mesmo tempo, os nomes de outros mestres, até há pouco ignorados, que, além de Diogo de Castilho, ficaram ligados a este grandioso empreendimento, ainda hoje admirado em Coimbra[2].

Entre os antigos alunos deste Colégio, evidenciou-se Frei Agostinho de Jesus e Castro, que, além de ter sido duas vezes Provin-

---

[2] MARQUES, José, Frei Luís de Montóia e Diogo de Castilho na construção do Colégio da Graça de Coimbra. Segundo o «Libro das obras del Collegio», in *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património,* I Série. Vol, VII-VIII, Porto, 2008-2009, pp. 231-278. Muitos desses nomes encontram-se nos vinte e dois contratos que, dada a sua importância, transcrevemos, como apêndice documental, neste estudo (pp. 265-278).

cial, por incumbência papal, exerceu importante missão ao serviço da Igreja, na Alemanha, como visitador dos mosteiros da Ordem a que pertencia e a que tinha estado ligado Martinho Lutero. Não admira, por isso, que, no momento oportuno, tivesse sido elevado a Arcebispo de Braga, funções que exerceu entre 1590-1609.



Fig. 1 – Fachadas da Igreja e do Colégio da Graça – Coimbra

1 – O Regulamento e aspectos conexos

Sendo Vigário Geral da Ordem, deu ao Colégio de Graça de Coimbra, o *Regulamento,* que agora prende a nossa atenção, ajudando-nos, de certo modo, a penetrar no interior desta comunidade de Eremitas de Santo Agostinho e a compreender a articulação da sua vida interna com a frequência das aulas da Universidade por alguns dos seus alunos e outras exigências pedagógicas nos cursos nele ministrados.

Embora se trate de um documento essencial para a história desse Colégio conimbricense, consideramos que a sua publicação na Revista *Bracara Augusta*, tem pleno sentido, pois se trata de um importante manuscrito do Arquivo Distrital de Braga / UM, assinado pelo mencionado Frei Agostinho de Jesus, que, na sequência da sua transferência para Braga, como Arcebispo Primaz, terá sido trazido por ele – ou por seu mandado –, bem como outra documentação importante da Ordem a que ele pertencia, o mesmo tendo acontecido com o «Libro das obras», as Actas dos Capítulos provinciais[3], realizados a partir de 1538, e alguma correspondência trocada com o Prior Geral da Ordem, Frei Cristóvão de Pádua (*Patavinus*).

Estas brevíssimas notas, destinadas a situar o *Regulamento* do Colégio da Graça, que nos apraz revelar e tornar acessível, não só aos estudiosos desta Ordem, mas também a quantos se interessam pela importância histórica dos colégios conimbricenses, no âmbito da vida da Universidade portuguesa, fixada em Coimbra, no século XVI e nos tempos seguintes, permitem-nos observar que, em contraste com o desenvolvimento dado ao estudo do Renascimento, da Universidade, do Colégio das Artes e de tantos outros aspectos da vida cultural nesta cidade, a preocupação com a inventariação e análise dos regulamentos ou regimentos[4], que facultariam um melhor conhecimento da vida interna destas comunidades, na sua articulação com o ritmo normal da docência universitária e da sociedade urbana, parece-nos ter sido bastante descurada. É certo que o grande mestre que foi José Sebastião da Silva Dias, a quem a Cultura Portuguesa tanto deve, em 1978, publicou o *Regimento escolar de Santa Cruz de Coimbra (1537),* que tinha descoberto, em 1969. A importância por ele atribuída à descoberta e publicação desse documento ficou registada na primeira frase da nota introdutória à sua edição: – *«É uma preciosidade o texto que hoje se traz a lume»*[5]. E não é difícil surpreender a mesma sintonia de pensamento da parte dos responsáveis pela edição deste volume, tendo decidido apresentá-lo, em jeito de abertura, reservando-lhe as páginas iniciais: 1 a 26.

---

[3] As disposições destas *Actas* podem ser consultadas, neste mesmo volume da *Bracara Augusta,* pp. 285-422.

[4] Apesar de se poder discutir os conceitos destes dois termos, optámos pelo de *Regulamento*.

[5] Cf. *BIBLOS*. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. XLV, 1969 (publicado em 1976), p. 1.

Não conseguimos informações sobre a publicação de outros regimentos ou regulamentos de colégios conimbricenses, dispondo, apenas, da referência arquivística dos *Estatutos* do Colégio de S. Paulo, cujo original pergaminháceo se conserva na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Nestas circunstâncias, o *Regulamento* do Colégio da Graça assume também grande importância, não só para o conhecimento das preocupações dos responsáveis maiores da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho com a formação intelectual dos seus estudantes e da vida interna desta comunidade, que, de certo modo, reflectia o que se passava noutras casas da Província portuguesa, mas também para quem pretender fazer um estudo comparativo entre os diversos colégios aqui sedeados.

Após estas breves notas destinadas a situar o Colégio da Graça e o seu *Regulamento,* no contexto histórico-cultural em que ambos surgiram, embora em datas distintas, impõe-se descrevê-lo. Trata-se de um pequeno caderno cartáceo, sem qualquer título, constituído por catorze folhas, de 210 x 145^{mm}, resultantes da dobragem de sete fólios, estando as duas primeiras em branco e sem qualquer numeração; por sua vez, as doze seguintes, numeradas, a lápis, em tempos recentes, estão integralmente escritas, embora a última tenha sido utilizada, apenas, no rosto, encerrando-se essa página com as assinaturas de Frei Agostinho de Jesus – como Vigário Geral –, e dos seus quatro colaboradores, nesta outorga de tanta importância para a vida comunidade.

2 – Data

Este conjunto normativo, expressamente, destinado ao Colégio da Graça de Coimbra, além de não apresentar qualquer título – falha que decidimos colmatar atribuindo-lhe o de *Regulamento –,* também *não está datado*, pelo que, ensaiámos atribuir-lhe uma data crítica, que nos ajude a situá-lo num espaço cronológico que os elementos aduzidos permitam aceitar sem reservas, embora fique sempre aberta a possibilidade de, face a novos dados, se proceder a reajustamentos ou, mesmo, fixar a desejada data exacta. Sabemos que Frei Agostinho de Jesus foi eleito duas vezes provincial dos Eremitas de Santo Agostinho, em Portugal: a primeira, no capítulo provincial, reunido em Vila Viçosa, em 1570, e a segunda, no capí-

tulo provincial, celebrado em Lisboa, no domingo da oitava da Ascenção, de 1582. Embora se trate de datas importantes na vida deste prestigiado Eremita de Santo Agostinho, não permitem atribuir ao *Regulamento* em estudo qualquer data, porque ele assinou: Frei Agostinho de Jesus, ***Vigário Geral*****,** dignidade que estava acima da de Provincial. Percorrendo, porém, o códice cartáceo: A – 44 do *Fundo Monástico-Conventual* do Arquivo Distrital de Braga / UM, na fl. 105 r, logo no início das *Actas* do capítulo dos Eremitas da província de Aragão, reunido em 18 de Outubro de 1586, aí transcritas, encontrámos a indicação de que foi presidido pelo *«Reverendus Pater Frater Magister Augustinus de Jesu* ***vicarius generalis*** *eiusdem ordinis in provintia Portugalie.*

Não dispomos de qualquer designação específica dos signatários deste *Regulamento,* que Frei Agostinho de Jesus assinou em primeiro lugar e como *Vigário Geral*. Dos outros quatro, pelo que nos é dado conhecer de Frei Jerónimo da Cruz, Frei Francisco de Cristo e Frei Egídio da Apresentação, através das *Memórias* reunidas por Frei Domingos Vieira, OESA, sabemos que eram figuras altamente prestigiadas, tanto dentro da Ordem, como na actividade docente na Universidade de Coimbra. Em relação a outro signatário, que figura em penúltimo lugar, a leitura do seu nome oferece algumas dúvidas, dado o deficiente estado do original. Apesar disso, optámos pela Leitura de *Doutor Sebastião* [Toscano] – *Doctor Sebastianus* [*Toscanus*] –, até porque, entre os sete religiosos com o nome de *Sebastião,* constantes do *Diccionário dos Varões Illustres,* elaborado pelo referido Frei Domingos Vieira, OESA e integrado nas já citadas *Memórias*, atendendo aos limites cronológicos das respectivas vidas, só o do Doutor Sebastião Toscano, falecido em 13 de Junho de 1580, no Convento da Graça em Lisboa, coincide, parcialmente, com o período de vida em que Frei Agostinho de Jesus já era e utilizava o título de Vigário Geral, que lhe tinha sido atribuído pelo Geral da Ordem, Tadeu Perusino, por carta dada em Roma, em 22 de Setembro de 1579, designando-o Provincial e Vigário Geral Reformador da Província Eremítica da Alemanha Superior[6].

Atendendo a estas circunstâncias, cremos poder situar o *Regulamento* do Colégio da Graça de Coimbra, no segundo trimestre de

---

[6] Sobre esta temática veja-se: *Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal (1256-1834). Edição da Colecção de Memórias de Fr. Domingos Vieira. OESA*, Carlos A. Moreira Azevedo (Ed.literário), Lisboa, CEHR, 2011, pp.86-87 e 308-312. Veja-se também a nota 12 deste artigo.

1580, antes de 13 de Junho desse ano, e não hesitamos afirmar que este quarto signatário ombreava em prestígio com os três acima referidos.

3 – Título

O facto de este importante documento não possuir qualquer título, dadas as características concretas das suas disposições, directamente centradas neste Colégio conimbricense, levou-nos a designá-lo *Regulamento,* de preferência a «regimento». Dado que apresentaremos a sua tradução integral, por uma questão de brevidade, julgamos desnecessário tentar resumir aqui o essencial das suas disposições, que, além de se traduzir numa certa repetição, não dispensaria a consulta do texto integral.

Como ficou sugerido e agora explicitamos, na apresentação deste *Regulamento,* após esta breve nota introdutória, aparecerá, a sua tradução integral, seguida da transcrição latina, ilustrada com o retrato de D. Frei Agostinho de Jesus e a primeira e última páginas fac-similadas do original, contribuindo, assim, para lhe dar a projecção cultural que merece. Com efeito, se a tradução integral se impõe, dada a progressiva ignorância do latim, a transcrição latina poderá ser útil para quem desejar conferir e avaliar da fidelidade da tradução. A reprodução da primeira e última páginas do original, além de permitir vislumbrar a natureza e qualidade da sua escrita, levou-nos a prescindirmos do projecto inicial de o apresentar em *fac-simile,* pois raros seriam os seus eventuais utilizadores. No entanto, estas opções constituem uma oportunidade para se verificar o enorme atentado que a drástica redução do ensino das Humanidades Clássicas (latim e grego), nos ensinos secundário e superior, e, em particular, do latim e da paleografia, representam contra as bases da nossa Cultura.

A intenção e preocupação dominante que nos tem acompanhado é colocar ao dispor dos interessados o conteúdo integral deste *Regulamento,* cujo minucioso articulado nos dispensámos de repetir. Mesmo assim, cremos oportuno recordar as temáticas dominantes em cada um dos seus oito capítulos, que nos aproximam do quotidiano e do ritmo anual da vida deste Colégio, no plano interno e nas suas relações com a Universidade.

Na análise deste *Regulamento,* não deveremos perder de vista que a actividade do Colégio se orientava, antes de mais, à formação dos seus alunos, dentro do espírito da pré-reforma católica, que, em 1535, tinha conduzido a Portugal Frei Francisco de Vilafranca e Frei Luís de Montoya, sem descurar a preparação cultural, típica do período do Renascimento e a dimensão missionária que animava os Eremitas de Santo Agostinho, vindo a propósito recordar que foi no seu primeiro provincialato que Frei Agostinho de Jesus, providenciou ao envio dos primeiros religiosos da Ordem para as missões do Oriente, em 1571[7].

4 – Conteúdo

Com estas perspectivas, é compreensível que, no quotidiano da comunidade colegial, as disposições relativas à celebração e vivência do culto e do ofício divino ocupassem o primeiro lugar, como Frei Agostinho de Jesus e os seus directos colaboradores tiveram o cuidado de sublinhar. Para além da prática religiosa, as disposições aí expressas traduzem bem a importância dada à Liturgia, na Ordem e na vida diária desta comunidade, e as principais orientações devocionais inculcadas aos seus membros, nomeadamente, a devoção a S. José e a Nossa Senhora (capítulo I).

Numa comunidade como esta, onde a observância da disciplina é indispensável para criar o ambiente propício ao estudo e à reflexão, era absolutamente necessário conservar o silêncio, cuja prática e outras normas imprescindíveis ficaram regulamentadas no capítulo II.

A vida da comunidade e as dos seus membros estavam convenientemente cronometradas ao longo do ano, segundo os períodos que podemos classificar de Inverno (desde o dia de S. Remígio até à Páscoa) e de Verão (da Páscoa até ai dia 1 de Outubro), actividades minuciosamente descritas no *horário,* que preenche o capítulo 3.º do *Regulamento.*

Tratando-se de um Colégio, destinado à formação intelectual dos seus membros, convém ter presente que havia alunos que

---

[7] MARQUES, José. D. Agostinho de Jesus e as missões do Oriente, *Diário do Minho – Parábola,* de 1989. 08. 23. p. 3. Sobre esta temática veja-se também o nosso estudo: Eremitas de Santo Agostinho nas nas Missões do Oriente, *Revista da Faculdade de Letras. História*, II Série, vol. XIV, Porto 1997, pp. 247-270.

frequentavam o Curso de Artes e outros que se dedicavam ao estudo da Sagrada Teologia e disciplinas anexas. Do programa do Curso de Artes, em que predominava o ensino da Filosofia, com a menção das disciplinas e matérias a ensinar, exames, actividades académicas, professores e exames ocupa-se o capítulo 4.º.

Por sua vez, o capítulo 5.º trata do ensino da Teologia neste Colégio e dos alunos que frequentavam as aulas de Sagrada Teologia na Universidade, incluindo também as recomendações específicas quanto ao ensino destas matérias no Colégio e às normas a observar pelos alunos que frequentavam este curso na Universidade, bem como outras advertências oportunas para a vida em comunidade.

O capítulo 6.º não ostenta um título que condense o essencial do seu conteúdo, mas, após leitura atenta, julgámos poder atribuir-lhe o título, que apresentamos entre colchetes rectos – [*Das disputas literárias*] –, aí se encontrando, além das disposições necessárias sobre a preparação destes actos académicos e as suas realizações, orientações concretas quanto à presença dos professores e aos cuidados que os alunos de Teologia e de Filosofia deveriam ter em não se comprometerem com a exposição e defesa de *«sentenças paradoxais ou falsas e erróneas, ofensivas de ouvidos pios».* E estas recomendações ampliavam-se, ordenando que nenhum colegial defendesse conclusões fora do Colégio a não ser aquelas que se costumavam tratar na Universidade ou no dia do doutoramento, para cujas defesas eram selecionados os mais idóneos, a juízo do Padre Prior e do professor da disciplina.

Além das aulas a que os alunos assistiam, no Colégio ou na Universidade, o Colégio era para todos local de estudo, de reflexão e de revisão das matérias, a fazer, de acordo com o que estava fixado no capítulo 7.º.

O ritmo da observância das normas da vida comum e de quanto o *Regulamento* estabelecia no plano lectivo era exigente e cansativo, acrescendo que, durante os meses de Verão, sobretudo, a partir de Julho, o calor que, habitualmente, se fazia sentir em Coimbra, obrigava a suspender a vida comunitária neste Colégio, para o período de férias, que se prolongava de 1 de Julho a 1 de Outubro. Nestas circunstâncias, Frei Agostinho de Jesus e os seus colaboradores directos, signatários das disposições regulamentares a que temos aludido, no capítulo 8.º declararam o período de férias, entre as datas indicadas, nada prescrevendo para esses meses,

mas deixando a sua organização ao critério do Rev.do Padre Provincial, com a recomendação de que o tempo de férias servisse *«também para se tratar da saúde dos estudantes»*.

Esperamos que esta súmula do conteúdo dos oito capítulos deste *Regulamento* estimule à sua leitura integral, para um melhor conhecimento do Colégio da Graça de Coimbra, e à publicação e confronto crítico dos *regulamentos* e *estatutos* de outros colégios da Lusa Atenas.

II
Tradução

(Fl. 1)

CAPÍTULO I
Da celebração do ofício divino

O ofício divino, no nosso colégio de Coimbra, celebre-se, tanto no coro como nas missas, na forma e no rito seguidos nos conventos, não cantado, mas somente lido, cuidadosa e pausadamente. Todavia, nas festas do Natal do Senhor, Ressurreição, Ascensão, Pentecostes, Epifania, Corpo de Deus e nas festas da Santíssima Virgem, isto é, da Conceição, Natividade, Purificação, Anunciação, Assunção, o ofício será cantado no coro, tanto nas primeiras e segundas vésperas como na missa. E assim se fará também na festa do bem-aventurado nosso Pai [*Santo*] Agostinho e de S. Nicolau Tolentino e na festa de Todos os Santos. A Vigília do Natal do Senhor e a sua santíssima noite celebrar-se-ão como nos conventos da nossa Ordem e da mesma forma o Tríduo da Semana Santa. Nessa semana, nos dias em que se lê a Paixão do Senhor, a missa cantar-se-á como em todos os domingos (fl. 1v) e dias de festa. Acrescentamos também o dia de Todos os Fiéis Defuntos e o dia do funeral de qualquer *irmão* e, além disso, quando aqui vier alguma procissão solene e ainda os funerais de religiosos e de seculares. Queremos, além disso, que a festa de S. José seja celebrada solenemente neste nosso colégio, ao menos no domingo seguinte, com missa cantada e pregação pública. Como é costume, aos sábados, cantar-se-á também a *Salve Rainha* em honra de Nossa Senhora, com as orações habituais. Determinamos, além disso, que nos dias mais solenes, antes da missa, os colegiais se reúnam no coro para cantar a hora de tércia, não obstante terem rezado, de manhã cedo, no coro, as horas até à noa, como é costume.

No início das aulas, em 1 de Outubro, cantar-se-á a missa do Espírito Santo e também no início do curso de Artes ou da Sagrada Teologia.

Fora dos dias indicados é absolutamente proibido cantar no coro ou na missa, mas, apenas, ler cuidadosa e pausadamente, como se disse.

Ao ofício divino, lido ou cantado, assistirão todos os colegiais, exceptuando-se, apenas, os professores e preceptores.

No nosso colégio, celebrar-se-á missa conventual todos os dias e dir-se-á também uma missa por alma de D. João III, rei de Portugal, (fl.2) que fundou o colégio e o dotou de rendas anuais. Como é costume da nossa Província, os colegiais cumprirão também o serviço religioso que lhes for pedido pelo sacristão, e sem licença ou dispensa do prior não se dispensarão de cumprir o que lhes tiver sido pedido.

Todos os residentes neste colégio deverão confessar-se, pelo menos, três vezes por semana, no tempo abaixo estabelecido, de contrário sejam castigados pelo prior. Comungarão nos dias determinados pela Ordem. Acrescentamos também que, no dia de S. Remígio[8], tanto os teólogos como os filósofos comunguem na missa do Espírito Santo pelo feliz êxito dos estudos, o mesmo devendo fazer no início e na conclusão do Curso das Artes.

CAPÍTULO II
Do silêncio e outras observâncias regulares a conservar no colégio

Quanto às disposições regulamentares, queremos que no colégio de Coimbra se observem todas, excepto as que não é possível harmonizar com o estudo, as quais dispensamos a favor dos estudantes. No demais, queremos que os estudantes observem rigorosamente o silêncio nos lugares do costume, nomeadamente, no coro, na sacristia, no dormitório, no refeitório.

(Fl. 2 v.) Mais: estabelecemos que, da festa de S. Remígio até ao dia 15 de Março, se guarde silêncio desde o toque das dez da noite, segundo a ordem do tempo a determinar mais abaixo, até às sete da manhã do dia seguinte: e da mesma forma desde a Invenção da Santa Cruz até à festa da sua Exaltação guardar-se-á silêncio depois do meio-dia, desde o toque após o jantar, até à uma hora da tarde.

Ninguém entrará nos quartos particulares dos irmãos sem ordem do prior <*fora do tempo de silêncio*>. Exceptuamos, entretanto, os quartos dos professores e dos prefeitos: mas advertimos que entrem nas suas

---

[8] A memória litúrgica de S. Remígio celebrava-se, então, no dia 1 de Outubro, destinado, no *Regulamento*, para o início das aulas, como era usual, noutras regiões estrangeiras. Actualmente, a memória deste santo bispo de Reims, França, celebra-se em 13 de Janeiro. Grato ao Doutor Joaquim Félix de Carvalho pela informação.

celas sem tumulto nem barulho e que não abusem da faculdade concedida. Se, porém, alguém entrar na cela de algum colegial, sem autorização do prior, aplique-se-lhe a pena prevista nas nossas constituições: 2. p. c. 7.

Desde o toque das cinco horas para o estudo, até ao romper do dia seguinte, absolutamente ninguém entrará no quarto de outrem, excepto no do prior; e durante o tempo de recreio, depois da ceia, não é permitido entrar nas celas dos professores que estão fora do dormitório nem falar familiarmente com eles.

Queremos que os enfermos e os acamados sejam visitados pelos irmãos durante a doença; (fl. 3) mas, de noite e no período de silêncio, só com autorização do prior.

Faça-se capítulo no colégio, nos dias determinados na constituição da Ordem, mas seja muito breve para não interromper ou complicar o horário mais abaixo apresentado.

A leitura no refeitório far-se-á como prescreve a nossa constituição; apesar disso, mandamos que todas as quintas-feiras, à ceia, depois da leitura da Bíblia, se leia o regulamento do colégio de Coimbra para que todos o conheçam.

CAPÍTULO 3.º [9]
Do horário

Os colegiais levantar-se-ão às cinco horas da manhã, desde o dia de S. Remígio até ao domingo de Páscoa, mas nas quartas e sextas-feiras da quaresma, se tiverem de ir às aulas à Universidade, levantar-se-ão às quatro horas. Do domingo de Páscoa até ao dia 1 de Outubro, nos dias em que têm de ir às aulas levantar-se-ão às quatro horas, à mesma hora que se levantarem os colegiais: os presbíteros, para celebrarem pela ordem estabelecida pelo prior, reunindo-se os outros no coro para rezarem o ofício divino, desde a prima até à nona, inclusive, regressando os irmãos aos seus quartos, (fl. 3 v.) após a conclusão.

No inverno, tocar-se-á às sete horas para os teólogos que vão às aulas à Universidade, e no verão, às seis. Após o toque, reúnam-se, rapidamente, no capítulo, para rezarem as orações ao Espírito Santo e à Santíssima Virgem Maria e, feita a comemoração do bem-aventurado nosso pai S. Agostinho, sairão para as aulas. Quem não assistir a estas orações, recitá-las-á, de joelhos, no refeitório.

---

[9] A partir do capítulo 3, inclusive, a numeração dos capítulos prossegue em numeração árabe.

Para os que devem assistir às aulas de Teologia ou de Filosofia no colégio, no inverno, tocar-se-á às oito horas e no verão às sete horas; dado o sinal, reunir-se-ão para a oração habitual, mas, se algum não assistir, cumprirá a pena acima prescrita.

Os teólogos que tiverem aulas no colégio, no inverno, estarão aí das oito às dez, e os filósofos das oito às dez e meia, porém, no verão, os teólogos estão aí das sete às nove e os filósofos das sete às nove e meia. Após o toque para jantar, os estudantes reúnam-se, imediatamente, mas, nos dias de jejum, o sinal para cear será dado às onze horas.

(Fl. 4) – Depois do jantar, os colegiais reúnam-se com o prior ou com aquele que o prior disso incumbir, no local indicado, para discutirem alguns casos de consciência. Por mês, discutirão, pelo menos, três casos que algum teólogo propuser, que trará ao colégio já meditados e discutidos, não só para mais fácil e rapidamente se chegar à sua resolução e explicação, mas também encerrar as controvérsias e as discussões. Aos casos apresentados responderá quem o Prior mandar.

Durante o ano, tocar-se-á para o ofício de vésperas à uma da tarde, por esse mesmo toque lembrando aos teólogos a saída para as aulas na Universidade. Para as aulas da tarde, dadas no colégio, no inverno, tocar-se-á às duas horas, e, no verão, às duas e meia. No inverno, os alunos estarão nas aulas das duas às quatro e meia e, no verão, das duas e meia até às cinco horas.

De 1 de Outubro até ao dia 15 de Março, das cinco da tarde até às sete horas, tanto os estudantes de teologia como os de filosofia, e todos os outros alunos do colégio, após o toque, continuarão nos seus quartos (fl. 4v) aplicados ao estudo. E nos dias em que não houver ceia no convento ou as habituais repetições ou explicações das lições, continuarão até às sete horas e meia.

Se, porém, alguém, neste tempo destinado ao estudo, costumar andar em público e a passear fora da cela, seja corrigido e admoestado pelo venerável Prior. Mas se, corrigido e admoestado, persistir no mesmo costume, seja admoestado e notificado pelo mesmo venerável Prior, perante os padres do Conselho, mas se não aceitar, poderá ser expulso do colégio. Se, porém, continuar contumaz no mesmo, o venerável Prior comunicará ao reverendo padre Provincial a sua contumácia para, finalmente, segundo o juízo do mesmo reverendo padre Provincial ser posto fora do colégio.

Queremos que os estudantes permaneçam nos seus quartos particulares, não só durante este tempo especialmente destinado ao estudo, mas também nos outros tempos do ano e que não andem pelo convento gastando, inutilmente, em colóquios e conversas e outras frivolidades o tempo destinado ao proveitoso estudo e fazendo o contrário sejam gravemente punidos pelo Prior.

Quando tocar às sete ou sete e meia, (fl. 5) conforme o período do ano acima estabelecido, terminem os trabalhos nocturnos. Uma vez terminados, a critério do venerável Prior, dar-se-á algum tempo para a oração, durante o qual queremos que os sacerdotes se confessem para, quando se levantarem de madrugada, estarem melhor preparados para celebrarem as missas.

Durante esse tempo, também os não sacerdotes confessarão os seus pecados, pelo menos, três vezes por semana, o que o venerável Prior do colégio, com sumo cuidado, fará cumprir.

Terminada esta oração mental comum <e as confissões dos irmãos>, realizar-se-á aquela cerimónia religiosa que está estabelecida nas constituições da nossa Ordem. Terminados estes actos, tocar-se-á para a ceia ou para a colação. No fim da ceia, nos dias de costume, os estudantes reunir-se-ão para a revisão das lições, após a qual, haverá recreio, até às dez horas, para os irmãos conversarem; durante este tempo de recreio, colocar-se-ão duas lâmpadas no salão para que, se ali quiserem conversar, aí o possam fazer mais comodamente; será, então, permitido ir às celas dos professores que moram fora do dormitório ou a outro local público e decente. E o venerável padre Prior cuidará de advertir os irmãos de que convivam como religiosos e que, então, não andem em locais suspeitos, mas permaneçam em público, (fl.5v) pois quem procede mal odeia a luz.

No resto do tempo, desde o dia 15 de Março até ao dia 1 de Agosto, este horário será fixo. Assim, às cinco da tarde, tocar-se-á para a ceia ou colação. Depois da ceia, haverá recreio durante meia hora; às sete horas, tocar-se-á para o ofício de matinas, no fim do qual farão o que acima foi determinado.

Para o tempo de férias não estabelecemos horário, mas deixamos a sua ordenação ao arbítrio do venerável Prior, recomendando, entretanto, que tenha em consideração o estado do tempo e a saúde dos irmãos.

CAPÍTULO 4.º
Do Curso de Artes, dos estudantes e dos seus exames

O Curso das Artes, segundo o costume da Universidade, começará no dia 1 de Outubro e durará três anos, de forma a que, durante ano e meio, se dê todo o curso de lógica e no resto do tempo se ensine a filosofia, declarando que sob o nome de Filosofia incluímos os *oito livros da Física,* os quatro *Do Céu,* os dois *Da Geração e Corrupção*, o segundo e terceiro dos *Meteoros* e *Da Alma* com a introdução (fl. 6) da *Ética* tanto quanto o professor quiser. Queremos que o texto de Aristóteles seja lido

e explicado aos alunos, na íntegra, e que nele se fundamentem as questões habituais, em cujo tratamento, dentro do possível, o professor será breve.

Concluído o curso das Artes, no quarto ano seguinte, os filósofos terão dois cursos: um de Teologia, outro de Metafísica, que serão ministrados no colégio, de manhã ou de tarde, como o Prior e o regente entenderem. A aula de Metafísica durará do início do quarto ano até ao mês de Maio, exclusive.

A *dialéctica* ensinar-se-á por esta ordem: primeiro, exponham-se os rudimentos e as bases da dialéctica, isto é, os termos, as suposições, as ampliações, as designações, as exposições, e algumas outras coisas que se costumam antepor, em cujo ensino se gastarão, no máximo, três meses, de forma a que as *Instituições* de Porfírio se comecem no início do Advento; uma vez terminadas, ler-se-ão os *Predicamentos* de Aristóteles, e depois os *Dois livros da Interpretação. Os primeiros Analíticos* ler-se-ão assim: do primeiro livro leiam-se os dez primeiros capítulos, com o 2.º capítulo do*"De inventione medii"*[10], o livro seguinte tome-se todo e leia-se na íntegra. De-(fl. 6v)pois, leiam-se, na íntegra, os *Dois livros Analíticos*. Do primeiro livro dos *Tópicos* leiam-se os lugares donde se tiram os argumentos para provar que os raciocínios sofísticos se tomam das *sumas e* leiam-se aquelas que S. Tomás considerou consentâneas com a doutrina aristotélica. Pedimos, porém, ao Reverendo Padre Provincial e aos Definidores que tenham o cuidado de, mais de um ano antes de começar o curso das Artes, prevenir o irmão que o leccionará para que mais preparada e reflectidamente inicie o seu ensino.

Determinamos, para se cumprir sem qualquer excepção, que todos os estudantes de Artes façam um exame, a realizar no fim do terceiro ano, pela festa do Pentecostes, sendo, então, examinados sobre toda a *Lógica* de Porfírio e de Aristóteles, com uma questão filosófica escolhida dos livros de toda a Filosofia, conforme o professor indicar. Serão examinados por dois doutores ou *doutos* mestres de Artes, ligados a eles e a nós pela amizade, mas o terceiro examinador será algum dos doutores *apresentados,* bacharéis ou leitores, do próprio colégio; mas se algum destes faltar, será outro irmão douto que o Prior e os padres do conselho designarem. Do seu número nunca fará parte o professor de Artes.

Neste exame, as decisões serão tomadas por votos secretos, expressos por AA e RR, e depois, o venerável Prior e o terceiro examinador, eleito de entre os nossos, com outros três padres eleitos pelo Conselho, em conjunto, sob juramento, contarão os votos de (fl. 7) cada

---

[10] Isto é: «*Como encontrar o termo médio*», a utilizar nos silogismos. Sobre esta temática, veja-se REMER, Vincentius, S. J., *Logica Minor*, 7.ª ed., Romae, 1947, 125-126.

um dos estudantes. Os votos serão examinados e julgados pelo venerável Prior e pelos padres do Conselho; se, porém, algum dos conselheiros for estudante, não será admitido a ver os votos que lhe digam respeito. Os padres do conselho que tiverem julgado os votos serão obrigados, sob juramento, a guardar silêncio sobre o assunto. Se alguém for reprovado por maioria de votos será liminarmente excluído do número dos estudantes e transferido pelo reverendo padre Provincial para algum convento da Ordem, nunca mais sendo admitido neste colégio.

Queremos que ao começar o curso das Artes se faça oração pública, o que se fará também ao iniciar o exame dos estudantes, função que será confiada pelo venerável Prior, a conselho do próprio leitor das Artes, a algum irmão versado na língua latina.

CAPÍTULO 5.º
Da aula de Teologia e dos estudantes da Sagrada Teologia

Queremos que neste nosso colégio de Coimbra nunca faltem os que se dediquem ao estudo da Teologia, tanto mais que as verbas do colégio destinadas aos estudantes de Teologia são avultadas. (Fl. 7 v.) Os teólogos assistam pelo menos a duas aulas na Universidade, de manhã ou de tarde; de manhã, se algum dos nossos aí leccionar Teologia antes do meio-dia; de tarde, se algum dos nossos aí leccionar de tarde. Se houver dois irmãos professores públicos, ensinarão, publicamente, Teologia nas escolas do colégio, um de manhã e outro de tarde; os colegiais assistirão a estas quatro primeiras aulas de Teologia. Se houver apenas um, haverá só uma aula, de manhã ou de tarde, cujo professor o Provincial nomeará, quanto antes. Os colegiais só assistirão às aulas das cadeiras trienais se algum nosso irmão reger alguma delas.

Nas lições de Teologia terão, sobretudo, três cuidados:

– Primeiro, que a aula dada no colégio seja diferente da que os alunos ouvem na Universidade, cuja escolha pertencerá ao venerável Prior e ao próprio docente;

– Segundo, que se siga a estrita e comum via de S. Tomás e Gil, podendo também citar e expor outros, especialmente, nossos doutores, devendo tomar de entre eles as que lhes parecerem mais concordes com a via e (fl. 8) doutrina comum. As questões discutíveis que devem ser tratadas de forma problemática tomem-se, de forma imparcial, não aderindo a nenhuma das partes, mas deixando cada uma na sua opção.

Terceiro, os testemunhos da Sagrada Escritura devem ser interpretados conforme o sentido da Igreja e dos Santos Padres, cujas sentenças serão veneradas e piamente expostas, introduzindo os próprios Padres com as devidas honras.

Determinamos que os teólogos não saiam do colégio de Coimbra antes de concluírem os quatro anos curriculares de Teologia, a não ser que o reverendo Provincial e os Definidores pensem de outra forma, face quer às vantagens quer às oportunidades oferecidas à Província, após cada um ter concluído os oito meses curriculares. Por isso, os teólogos frequentarão as aulas da Universidade, desde o início de Outubro até à festa de S. João, sendo livre, depois, frequentá-las ou não, mas se faltar alguma coisa do costumado *curriculum* anual, então serão obrigados a frequentá-las para o completar.

Quando os teólogos saírem do colégio de Coimbra, levarão ao reverendo Provincial certidões autênticas e assinadas dos cursos de Teologia que fizeram, do prior, professores e leitores, comprovativas (fl. 8 v.) da sua preparação para o exercício da pregação e da confissão.

Queremos que os estudantes de Teologia, que frequentam a Universidade, vão e regressem a casa todos juntos e em silêncio. A ninguém é permitido afastar-se do grupo dos irmãos, tanto à ida como no regresso, e nem o Prior do colégio poderá dar licença para isso a algum colegial. Mas se, por necessidade, lhe for pedida, o Prior dê-lhe, antes, licença de não ir à aula.

Na Universidade, dentro do possível, estejam juntos e, depois de entrar, ninguém saia quer para passear quer para pedir ou falar de benevolência ao professor, mas se surgir alguma necessidade, poderá sair com um companheiro.

Os colegiais assistirão sem interrupção tanto às aulas na Universidade como no colégio, a não ser por doença ou algum assunto, cujo interesse muito lho impeça, cabendo a avaliação do impedimento ao Prior, de tal forma que fora do caso de doença ou de suma necessidade não dispense ninguém de ir às aulas da Universidade ou do Colégio.

Se além, sem licença do Prior, faltar à aula, (fl. 9) sentado no chão, durante toda a refeição, comerá, apenas, pão e água.

O padre confessor não será obrigado a ir às aulas, a não ser que surja algum caso de extrema necessidade ou for tempo de jubileu.

CAPÍTULO 6.º
[*Das disputas literárias*][11]

No colégio, haverá disputas literárias todas as semanas, tanto sobre temas teológicos como filosóficos, e os teólogos proporão conclusões para discutir, aos domingos de tarde, e os filósofos, nos habituais dias feriados do estudo, à mesma hora. Ninguém aceitará conclusões com

[11] Subtítulo omisso no texto.

lugar e ordem da defesa, nem será permitido a qualquer que seja alterar a ordem e o seu lugar, a não ser por legítimo impedimento, comprovado pelo padre Prior; no entanto, a natureza desse impedimento não interferirá, depois, na ordem das questões a desenvolver, em cuja discussão se utilizarão, pelo menos, duas horas; a estas disputas assistirão todos os teólogos, três dos quais, no mínimo, serão arguentes: e queremos que isto esteja, exclusivamente, a cargo do padre Prior para que ele, se os teólogos se desleixarem, (fl. 9v) lhes ordene, publicamente, que são obrigados, pela respectiva ordem, a argumentar e a defender.

Advertimos os intervenientes que nas disputas actuem com moderação, se abstenham de gritos, movimentos e gestos menos decentes, fujam da obstinação, procurem fazer surgir e alcançar a verdade do assunto em discussão antes pela força dos argumentos do que pelo esforço da teimosia. Por isso, mandamos-lhes que, percebida a solução, obedeçam, prontamente, a quem preside à disputa e deêm lugar a que outros discutam, e fazendo o contrário sejam punidos gravemente.

Os teólogos incumbidos da defesa das teses teológicas propostas, só começarão a fazê-la após a profissão da fé católica, que se costuma fazer nas escolas, e depois de invocadas a protecção da Santíssima Trindade Pai e Filho e Espírito Santo – enquanto se faz o sinal da cruz sobre a fronte –, da Virgem Mãe, do bem-aventurado nosso pai [*Santo*] Agostinho e implorado o apoio de algum outro santo escolhido como especial patrono neste acto académico e depois de se assegurar da benevolência de toda a assistência, solicitada por esta ordem: primeiro, a do prelado assistente, depois, do presidente dos doutores e professores, concitando, por fim, a (fl.10), compreensão de todos os circunstantes, o que farão também os que, nas disputas de filosofia, forem defensores, omitindo, porém, as invocações e a profissão de fé. Do mesmo modo e pela mesma ordem, solicitarão também benevolência os arguentes das teses propostas.

Nas suas teses, tanto os teólogos como os filósofos procurarão defender a doutrina comum e não aceitarão defender sentenças paradoxais ou falsas e erróneas, ofensivas de “ouvidos pios”. Por isso, determinamos e mandamos tanto aos teólogos como aos filósofos que depois de terem conversado com os seus professores sobre as teses, as apresentem ao padre Prior do colégio para as aprovar e, se for necessário, levem-nas a corrigir, e uma vez aprovadas e corrigidas e assinadas pelo presidente, afixem-nas nas portas da Escola de Letras dois dias antes da assembleia.

À disputa de filosofia preside o professor de Artes tal como à de teologia preside o professor de Teologia se ensinar Teologia no colégio. Mas se não houver aula de Teologia no colégio, queremos que presida à disputa o doutor mais novo de Teologia, mas se não houver nenhum

doutor, confiar-se-á a presidência à solicitude e funções do *apresentado,* mas se não se apresentar ninguém nem estiver presente algum bacharel, o presidente seja escolhido pelo Prior do colégio.

(Fl. 10 v.) Os doutores e *apresentados* ou graduados assistirão sempre às disputas literárias, não só para dignificarem o acto académico, mas também para com as suas objecções estimularem e abrilhantarem a disputa literária. Contudo, o poder e a autoridade para dirimir as controvérsias pertencerá, apenas, ao presidente, e nenhum outro doutor ou *apresentado* se poderá arrogar tal poder e autoridade. Contudo, neste caso os doutores, com modéstia e a devida reverência, poderão manifestar a sua opinião, mesmo que o assunto seja muito difícil de explicar.

Nenhum colegial defenda conclusões fora do colégio, a não ser aquelas que costumavam tratar-se na Universidade nos dias feriados, ou nas vésperas ou no dia do doutoramento, para cuja defesa se escolherá sempre quem seja idóneo, a juízo do Padre Prior e do professor, o que também se observará quando tiverem sido entregues aos nossos colegiais algumas teses de filosofia ou de teologia para refutar fora do colégio; para cómoda e dignamente se resolver o assunto sejam enviados pelo Padre Prior doutores competentes, a juízo do professor. Também será permitido aos nossos colegiais chamar quaisquer outros para as disputas literárias, tendo para isso obtido autorização do Prior e assegurado o consentimento do professor.

Contudo, no fim de cada trimestre, (fl.11) haverá no colégio disputas solenes e públicas, quer para os filósofos quer para os teólogos, em que o defensor não será um qualquer tirado à sorte, mas quem o padre Prior e o professor designarem. Esta função será sempre confiada a um mais velho.

CAPÍTULO 7
Das repetições e conferências literárias

Determinamos que as lições diárias de teologia e de filosofia, dadas pelos professores, se repitam à hora acima marcada, mesmo que num dia tenha havido, apenas, uma lição: repitam-se, por ordem, por qualquer colegial, sumariamente, isto é, escolhendo os capítulos mais importantes que serão explicados de forma abreviada e deixe-se espaço para as argumentações e defesas, em cujos desenvolvimentos se utilizará o tempo como está estabelecido.

O colegial que deixar de fazer a repetição literária no seu lugar e pela ordem lhe couber, não estando legitimamente impedido, seja severamente punido, e do mesmo modo aquele que não comparecer à repetição, ou preterir a função de arguir.

Às revisões de filosofia presida o próprio professor ou algum teólogo que na filosofia tiver sido o 1.º, a designar pelo padre Prior juntamente com o leitor, com o consentimento do reverendo padre Provincial. Para as teológicas proceder-se-á da mesma forma, (fl. 11v) se a aula de Teologia tiver lugar no colégio, mas quanto à sua presidência observar-se-á a ordem estabelecida para a presidência das conclusões.

As revisões literárias desta natureza no nosso colégio terão a seguinte duração: as teológicas, do início de Outubro até ao fim do mês de Maio, e as de filosofia, até ao fim do meês de Junho.

CAPÍTULO 8
Das férias e das saídas dos estudantes para fora do Colégio

Porque a experiência demonstra que o tempo de verão, em Coimbra, é incómodo para os estudantes, para evitar as doenças que, então, costumam surgir por causa do calor, determinamos que, de futuro, todos os anos, os estudantes façam férias no estudo e no exercício das letras, pelo que, durante as férias, no colégio, não haverá actividades escolares.

O tempo de férias vai de 1 de Julho até 1 de Outubro, exclusive, durante o qual haverá interrupção das aulas de teologia e de filosofia, bem como de todas a outras actividades literárias. Todavia, os teólogos que ainda não tiverem concluído o curso continuarão a ir às aulas à Universidade até o curso acabar para concluírem o sobredito 4.º ano. Este tempo de férias foi determinado não só para utilidade do colégio, mas também para se tratar da saúde dos estudantes, pelo que pedimos, encarecidamente, ao reverendo padre Provincial que trate disso com muita diligência e humanidade.

Mandamos aos colegiais de Coimbra que, quando forem recebidos nos colégios que lhes forem designados, procurem dar testemunhos de probidade, piedade e de toda a honestidade, como candelabros que um dia serão colocados na Igreja para levar a luz aos outros; pratiquem, então, o que ouviram aos superiores.

No tempo lectivo, durante a semana, os alunos terão feriado unicamente à quinta-feira, a não ser que na mesma semana ocorra alguma festa com feriado nas escolas; nesse dia, ser-lhes-á concedido honesto descanso do estudo; no tempo lectivo, de forma nenhuma, será permitido aos colegiais faltar às aulas ou sair para fora, a não ser que surja algum caso de necessidade, mas por casos de necessidades entender-se-ão: quer a doença do próprio colegial, quer a doença dos pais, quer algum assunto de utilidade para o próprio colegial, quer outro respeitante aos pais, a juízo do Conselho.

Frei Agostinho de Jesus, Vigário Geral
Frei Jerónimo da Cruz, Prior do Colégio e Regente
Frei Francisco de Cristo
Doutor Sebastião[12] [Toscano]
D(outor) Frei Egídio da Apresentação.

[12] Leitura duvidosa, dado o deficiente estado da escrita no original. Apesar da referida dificuldade, optámos por esta leitura, tanto mais que, entre os sete religiosos com o nome de *Sebastião,* constantes do *Diccionário dos Varões Illustres,* elaborado por Frei Domingos Vieira, OESA e integrado nas suas já citadas *Memórias*, atendendo aos limites cronológicos das respectivas vidas, só o do Doutor Frei Sebastião Tocano, falecido em 13 de Junho de 1580, no Convento da Graça em Lisboa, coincide com o período de vida em que Frei Agostinho de Jesus já era e utilizava o título de Vigário Geral, que lhe tinha sido atribuído pelo Geral da Ordem, Tadeu Perusino, por carta dada em Roma, em 22 de Setembro de 1579, designando-o Provincial e Vigário Geral Reformador da Província Eremítica da Alemanha Superior, depois, também Vigário Geral da Província Portuguesa. Atendendo a estas circunstâncias, cremos poder situar o *Regulamento* do Colégio da Graça de Coimbra, no segundo trimestre de 1580, antes de 13 de Junho desse ano.
Sobre as biografias destes signatários, veja-se a *Collecção* das citadas *Memórias,* editada por Carlos A. Moreira Azevedo – *Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal (1256-1834,* Lisboa, Univ. Católica Portuguesa-CEHR, 2011: sobre: – Frei Agostinho de Jesus, pp. 86-87, 308-312; – Fr. Jerónimo da Cruz, pp. 388-400; – Fr. Francisco de Cristo, pp. 370-371; – o Doutor Sebastião Toscano, pp. 466-468; Doutor Fr. Egídio da Purificação, 363-364.

III
(*Regulamento do Colégio da Graça – Coimbra*)

A. D. B., *Monástico-Conventual* – Cota: A – 42- A.)



Fig. 2 – D. Frei Agostinho de Jesus e Castro. – Galeria do Paço Arquiepiscopal de Braga.

Transcrição

(Fl. 1

CAPUT I
De officio divino persolvendo

Divinum officium tam in choro quam in missis ea forma et ritu in collegio nostro Conimbricensi persolvatur, qua forma et ritu in conventibus persolvi consuevit: nisi quod officium non cantabitur sed legetur duntaxæ

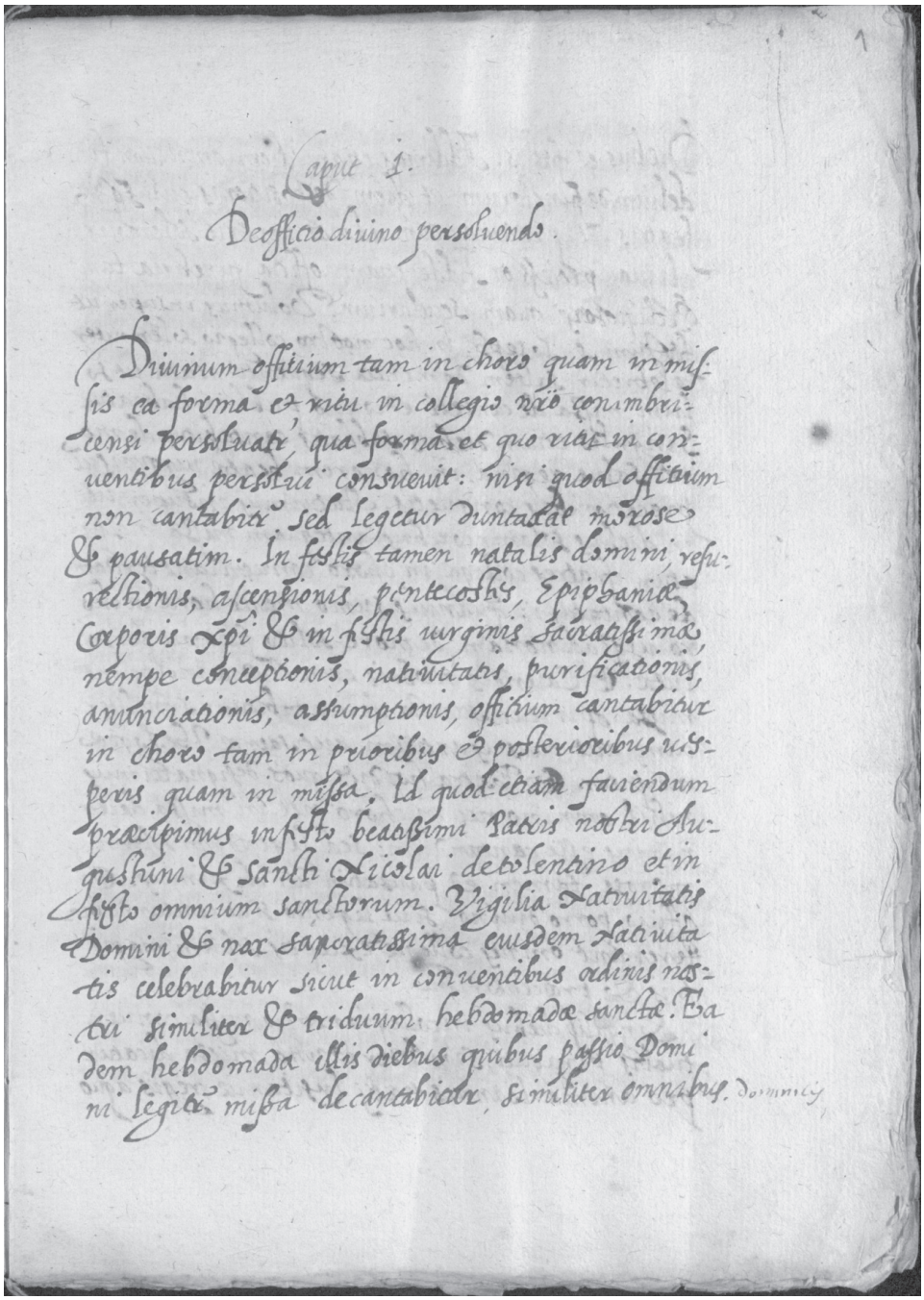
morose et pausatim. In festis tamen Natalis Domini, Resurrectionis, Ascensionis, Pentecostes, Epiphaniæ, Corporis Christi et in festis Virginis Sacratissimae nempe Conceptionis, Nativitatis, Purificationis, Anunciationis, Assumptionis, officium cantabitur in choro tam in prioribus et posterioribus vesperis quam in missa. Id quod etiam faciendum praecipimus in festo beatissimi Patris nostri Augustini et Sancti Nicolai de Tolentino et in festo Omnium Sanctorum. Vigília Nativitatis Domini et nox sacratissima[13] euisdem Nativitatis celebrabitur sicut in conventibus Ordinis nostri similiter et triduum Hebdomadae Sanctae. Eadem hebdomada illis diebus quibus passio Domini legitur, missa decantabitur similiter omnibus <dominicis> (fl.1v) diebus et festis. Addimus etiam diem Omnium Fidelium Defunctorum et diem depositionis cuiusque fratris et praeterea cum ad nos venerit solemnis aliqua processio. Adde etiam officia funebria tam religiosorum quam secularium. Volumus insuper et festum Sancti Iosephi in hoc nostro collegio solemniter celebretur saltem dominica sequenti ita tamen ut solum missa decantetur et concio publica habeatur. Singulis etiam diebus sabbatis cantabitur de more *Salve Regina* in honorem Beatae Virginis cum precationibus consuetis. Statuimus insuper ut in diebus solemnioribus antequam missa incipiatur, fratres collegae in choro conveniant tertiam decantaturi: quamvis summo mane horae in choro usque ad nonam de more solito fuerint persolutae.

Calendis Octobris cum studia incipiunt missa Spiritui Sancto decantabitur: similiter cum aut cursus Artium aut Sacrae Theologiæ incipitur.

Extra hos dies quos designavimus nihil omnino nec in choro nec in missa decernimus esse cantandum: sed legendum solum morose tamen et pausatim uti diximus.

---

[13] Corrigida de: *San**c**ratissima.*



Capite 1.

De officio diuino persoluendo.

Diuinum officium tam in choro quam in missis ea forma et ritu in collegio nro conimbricensi persoluatur qua forma et quo ritu in conuentibus persoluj consueuit: nisi quod officium non cantabitur sed legetur duntaxat morose & pausatim. In festis tamen natalis domini, resurrectionis, ascensionis, pentecostes, Epiphaniæ Corporis xpi & in festis virginis sacratissimæ nempe conceptionis, nativitatis, purificationis, annunciationis, assumptionis, officium cantabitur in choro tam in prioribus & posterioribus vesperis quam in missa. Id quod etiam faciendum præcipimus in festo beatissimi Patris nostri Augustini & sancti Nicolai de tolentino et in festo omnium sanctorum. Vigilia Nativitatis Domini & nox sacratissima eiusdem Nativitatis celebrabitur sicut in conuentibus ordinis nostri similiter & triduum hebdomadæ sanctæ. Eadem hebdomada illis diebus quibus passio Domini legitur missa decantabitur, similiter omnibus Dominicis

Fig. 3 – *Regulamento*, fl. 1 r.

Officio porro divino sive legendo sive cantando intererunt omnes collegæ exceptis solum magistris et praeceptoribus.

Singulis diebus in collegio nostro missa conventualis peragatur, similiter et una missa dicatur pro anima Ioannis tertii Lusitaniæ regis, a quo (fl. 2) collegium ipsum et conditum est et reditibus annuis donatum. Singulis etiam diebus collegæ iuxta Provinciæ nostræ consuetudinem sacrum facient sibi a sacrista demandatum, neque a faciendo sacro sibi demandato nisi de licentia et facultate prioris supersedebunt.

Omnes huius collegii habitatores de exomologesim peccatorum facient ut minimum ter in hebdomada, idque tempore infra praestituto, secus a priore puniatur. Sacrum vero Domini nostri Corpus participabunt diebus ab Ordini præfinitis. Addimus praeterea *Remigralia*, quod re pro felici studiorum auspicio tam theologi quam dialectici ad missam Spiritus Sancti sacrum Domini Corpus percipient. Similiter cum Cursus Artium aut incipitur aut conplectitur.

CAPUT II
De silentio ac coeteris regularibus observantiis in collegio retinendis

Quod attinet ad regulares observantias, eas volumus omnes in collegio Conimbricensi observari, iis exceptis quæ coïre cum literario studio minus possunt in quibus et nos in gratiam studentium dispensamus. Coeterum silentium in locis consuetis nempe in choro, in sacristia, in dormitorio, in refectorio stricte volumus ab studentibus observari.

(Fl. 2) Item a festo Sancti Remigii usque ad decimum quintum diem mensis Martii silentium servandum statuimus a signo dato hora decima noctis iuxta ordinem temporis infra præscribendum usque ad septimam horam sequentis diei: itidem ab Inventione Sanctæ Crucis usque ad festum Exaltationis eiusdem pomeridianum silentium servabitur signo post prandium dato uque ad horam primam post meridiem.

Ad privata fratrum cubicula nulli citra prioris facultatem patebit aditus <*extra tempus silentii*>. Excipimus interim magistrorum et præceptorum cubicula: admonemus tamen fratres ut sine tumultu aut strepitu illorum cellas ingrediantur: nec facultate sibi concessa abutantur. Si quis vero non obtenta a priore facultate cellam alicuius collegae fuerit ingressus subiat pænam in nostris constitutionibus. 2. p. c.7. taxatam.

Omnino autem a signo quinta hora ad studium dato usque in sequentem diem absolutis horis antelucanis nulli ad cubicullum alterius, nisi solius prioris patebit ingressus excipimus tamen illud tempus quod fratribus indulgetur post cænam ad animo[*s*] recreandos isto non licebit cellas magistrorum extra dormitorium degentium ingredi et cum eis familiariter confabulari.

Infirmos etiam et in lectulo decumbentibus volumus a fratri-(fl.3)bus levandæ ægritudinis gratia interdiu visitare: nocturno vero et tempore silentii non nisi de facultate prioris.

Capitulum fiet in collegio illis diebus quos constitutio Ordinis præscribit, quod tamen brevissime absolvetur ne ordo temporis infra scriptus interrumpatur aut præpediatur.

Lectio mensæ erit secundum ritum nostrarum constitutionum; volumus tamen ut singulis quintis feriis ad cænam post lectionem Bibliæ collegii Conimbricensis instituta legantur ut omnibus innotescant.

CAPUT 3[14]
De ordine temporis

Collegis surgendum est hora quinta a die S. Remigii usque ad dominicam Resurrectionis, tempore tamen quadragessimali quartis et sextis feriis si eundum est ad scholas quarta hora excitabuntur. A dominica vero in Resurrectione usque ad kalendas Octobris, diebus iis quibus adeundæ sunt scholæ surgendum est hora quarta simul ac igitur collegæ surrexerint præsbiteri quidem ad faciendum sacrum ordine a priore præscripto, cæteri vero ad chorum divinum[15] officium persoluturi convenient, dicetur autem officium a prima usque ad nonam inclusive quo peracto fratres se se in (fl. 3v) sua cubicula recipient.

Porro hyberno tempore theologis scholas publicas adituris dabitur signum hora septima, æstivo vero hora sexta. Dato signo in capitulo quam citissime convenient et præcibus Spiritui Sancto adhibitis adiuncta Virginis Sacræ et Beati patris nostri Augustini commemoratione ad scholas vadent. Quicumque vero huiusmodi præcationi non interfuerit prædictas præcationes in refectorio genuflexo recitabit.

Domi audituris, sive Theologiam sive Dialecticam, hiemali quidem tempore dabitur signum hora octavam, æstivo vero hora septima: qui ipsi statim ab edito signo convenientes, præcationem consuetam præmittent, cui si quis non interfuerit penam subibit superius taxatam.

Theologi domi audientes ab octava usque ad decimam erunt in gymnasio literário, dialecti vero ab octava usque ad decimam cum dimidia idque hiemali tempore, æstivo vero tempore theologi a septima usque ad nonam, dialectici vero a septima usque ad nonam cum dimidia manebunt in literário gymnasio. Mox dato signo ad prandendum studentes convenient, nisi quod diebus quibus ieiunium observatur signum hora undecima ad cenandum dabitur.

---

[14] A partir do capítulo 3, inclusive, a numeração dos capítulos prossegue em numeração árabe.

[15] No original: *devinum.*

(Fl. 4) A prandio collegæ omnes simul cum priore, vel cum aliquo alio cui prior id negotii demandaverit in loco uno convenient, casus aliquos qui dicuntur conscienciæ excussuri. Excutientur autem tres ut minimum casus quos theologorum quisque mensibus singulis proponet quos casus ille iam meditatos et excussos domo afferet, ne facilior sit et expeditior casuum resolutio et explicatio et controversiis ac concertationibus locus præcludatur. Respondebit autem ad casus propositos ille cui prior imperaverit.

Ad officium vespertinum persolvendum per totum annum signum dabitur hora prima pomeridiana quo eodem signo theologi profectionis ad scholas publicas admonebuntur. Ad domesticas prælectiones easque vesperarias audiendas hyemali quidem tempore hora secunda, Verno vero secunda cum dimidia collegæ signo dato convocabuntur. In gymnasio vero hiemali tempore manebunt a secunda usque ad quartam cum dimidia, aestivo autem, a secunda cum dimidia usque ad horam quintam.

A kalendris Octobris usque ad decimum quintum diem mensis Martii a quinta pomeridiana usque ad septimam horam studentes tam theologiæ quam dialecticæ: et cœteri omnes collegii conventuales signo dato in suis se cubi-(fl.4v)culis continebunt studiis incumbentes. Diebus tamen quibus non cænatur in conventu aut consuetæ lectionum repetitiones seu reparationes non habentur se continebunt usque ad septimam horam cum dimidia.

Quod si quispiam hoc tempore studiis assignato in publicum prodire consueverit et extra cellam divagari corrigatur et admoneatur a venerabili priore. Quod si correctus et admonitus in eadem consuetudine persisterit[16] coram patribus consilii ab eodem venerabili priore admoneatur cum denuntiatione quod si non reciperit sit a collegio expellendus. Quod si contumax in eodem permanserit venerabilis Prior reverendo patri Provinciali eius contumaciam significabit ut tandem de arbítrio eiusdem Reverendi Patris Provincialis a collegio eiiciatur

Non solum aut hoc tempore speciatim studiis destinato verum etiam aliis anni temporibus volumus ut studentes intra privata cubicula se contineant, neque per monasterium divagentur tempus studiorum profectui destinatum in colloquiis et confabulationibus et aliis frivolis occupationibus inaniter consumentes, secus facientes graviter a priore punientur.

Cum sonuerit septima aut septima cum dimidia (fl. 5) iuxta ordinem superius præscriptum pulsabitur ad solvenda nocturnalia. Quibus persolutis certum aliquod tempus iuxta venerabilis prioris arbitrium dabitur orationi, quo tempore volumus ut sacerdotes peccatorum suorum confessionem faciant ut sint paratiores summo mane cum surrexerint ad missas celebrandas.

---

[16] Corrigido de: *prestiterit*.

Eodem etiam tempore non sacerdotes confitebuntur peccata sua ad minus ter in hebdomada[17], quod ipsum venerabilis prior collegii summo studio curabit observandum.

Finita autem communi hac mentali oratione <fratrumque confessionibus> servabitur religiosa illa ceremonia quæ in Ordinis nostri constitutionibus est instituta. Quibus rebus peractis ad cænam sive ad collationem dabitur signum. Finita autem cæna studentes diebus consuetis ad lectiones repetendas convenient qua lectionum repetitione peracta se se recreabunt fratres et mutuo confabulabuntur usque ad decimam horam quo confabulationis tempore duæ lucernæ ponentur in aula magna ut si qui voluerirt illic confabulari comodius ibi possint illud facere: liberum tamen erit ad cellas magistrorum extra dormitorium degentium ire vel ad alium locum publicum et decentem. Et venerabilis pater prior curabit admonere fratres ut simul religiose conveniant et ne in locis suspectis et publico semotis eo tempore reperiantur nam (fl. 5 v) qui male agit odit lucem.

Reliquo tempore nempe a decimo quinto die Martii usque ad kalendas Augusti hic ordo temporis immutabitur. Nam simul ac quinta sonuerit signum dabitur ad cænam sive collationem. A cæna disputationibus per dimidiam horam vacabitur; septima cum sonuerit matutinum officium persolvatur quo persoluto fient illa que supra diximus.

Feriarum vero tempore nihil certum de tempore præscribendum duximus sed omnem temporis ordinem arbitrio venerabilis prioris committimus admonentes interim ut in salubritatis temporis et valetudinis fratrum summam habeat rationem.

CAPUT 4
De Artium cursu de que iis qui artibus student et de ipsorum examine

Cursus Artium kalendris (*sic*) Octobris auspicabitur iuxta universitatis consuetudinem et trienio conficietur, siquidem ut anno cum dimidio cursus universæ dialecticæ absolvatur reliquo tempore philosophia prælegatur porro Philosophiæ nomine contineri declaramus *Octo libros phisicorum*, *De cælo* quatuor, *De generatione et corruptione* duos, *Meteora* et *De anima* secundum et tertium cum præfactio-(fl. 6)ne *Ethica* quantuncunque præceptori placuerit. Omnino autem Aristotelis textum prælegi et enarrari auditoribus volumus et super ipsum solitas quæstiones fundari, in quibus tractandis præceptor, quoad fieri poterit, dabit operam brevitati.

Confecto Artium curriculo, anno quarto subsequente dialectici duas audient prælectiones, unam Theologiæ, alteram Metaphisicæ quæ aut

---

[17] A seguir estão cortadas estas palavras: *scilicet, secundis quartis feriis et sabatis.*

mane aut vesperi domi audie[*n*]tur iuxta quod priori et regenti visum fuerit. Durabit autem hæc lectio Metaphisicæ ab inicio quarti anni usque ad mensem Maium exclusive.

Porro dialectica hoc ordine tradetur, ut primum prælegantur rudimenta et pæludia dialecticæ, nempe, termini, suppositiones, ampliationes, appellationes, exponibilia, et quædam alia quæ præponi consueverunt, in quibus prælegendis duo ut plurimum menses consumentur ita ut *Institutiones* Porphirii sub initium adventus incipiantur, quibus finitis legentur *Prædicamenta* Aris[totelis], deinde *De interpretatione libri duo*. *Priora Analytica* sic legentur ut de priori libro legantur decem prima capita cum 2^{us} capite *"De inventione medii"*[18], posterior vero liber integer sumatur, tamen prælegatur. Pos-(fl. 6v)teriorum vero *Analyticorum* uterque liber integer prælegetur. *Topicorum* vero liber primus loci vero ex quibus sumuntur argumenta ad probandum ex sumulis petentur captiones sophisticæ legentur illae quas consentanee doctrinæ aristotelicae tradidit Divus Thomas. Obsecramus autem Reverendum Patrem Provincialem atque diffinitores curent ut Artium cursus incipiendus ante ipsius inceptionem anno integro fratri prælecturo demandetur ut paratior et meditatior ad ipsum prælegendum accedat.

Statuimus inviolabiliter observandum ut hi qui artibus student unum subeant examen: quod subibunt ad finem anni tertii iuxta festum Pentecostes, quo tempore examinabuntur de universa Porphirii et Aris[totelis] *Logica* cum problemate philosophico delecto ex libris totius Philosophiæ prout præceptor assignaverit. Examinabuntur autem a duobus doctoribus sive Artium magistris doctis quidem illis et nobiscum amicitia coniunctis, tertius vero examinator erit aliquis ex doctoribus præsentatis bacchalaureis aut lectoribus ipsius collegii; quod si aliquis istorum defuerit aliquis alius frater doctus quem prior cum patribus consilii designaverit. Ex quorum numero nunquam erit Artium prœceptor.

Hoc in examine suffragia occulta per AA et RR ferentur suffragabuntur autem venerabilis Prior et tertius examinator qui ex nostris eligetur cum tribus aliis quos patres consilii elegerint, qui omnes iureiurando obstricti suffragia de unoquoque studentium sin-(fl. 7)gulatim ferent. Quæ suffragia venerabilis Prior cum patribus consilii inspiciet et expendet si tamen forte acerderit ut aliquis ex consiliariis sit ex numero studentium non admittetur ad inspicienda suffragia quæ de illo ferentur. Patres vero consilii qui suffragia expenderint tenebuntur iurerurando silentium super hac re observare. Si quis vero a maiori suffragatium parte fuerit repudiatus omnino a studentium numero excludetur: et ad aliquem Ordinis conventum a reverendo patre Provinciali ablegabitur nunquam amplius ad collegium admittendus.

---

[18] Isto é: «*Como encontrar o meio*», a utilizar no silogismo. Sobre este assunto, veja-se REMER, Vincentius, S. J., *Logica Minor*, 7.ª ed., 1947, pp. 125-126.

Visum est nobis ut antequam cursus Artium incipiatur publica habea-tur oratio id quod volumus fieri etiam cum examen studentium incipitur quod orandi munus alicui fratri in língua latina versato demandabitur a venerabile Priore de consílio ipsius lectoris Artium.

CAPUT 5M
De lectione Theologiæ: deque iis qui sacræ Theologiæ student

Volumus ut in collegio hoc nostro Conimbricensi nunquam desint qui actu in Theologiæ studium incumbant quando quidem collegii reditus potissimum sint studentibus Theologiæ assignati. (Fl.7v) Theologi in scholis publicis duas ut minimum audient prælectionis sive matutinas sive vespertinas; matutinas quidem si aliquis ex nostris publice hora ante meridiana. Theologiam prælegerit, vespertinas vero si aliquis ex nostris hora pomeridiana Theologiam publice legent in scholis si duo fuerint fratres publici prælectores, quorum unus mane, alter vesperi Theologiam fuerit interpretatus, collegæ quatuor primarias Theologiæ lectiones audient. Si semel idque aut mane aut vespere audient unicamTheologiæ lectionem, cuius prælectorem Provincialis quam diligentissime curabit providere. Triennalium cathedrarum prælectiones non audient collegæ nostri, nisi frater noster aliquis cathedram huiusmodi aliquam rexerit.

Prælectoribus Theologiæ tria maxime curæ erunt:

– Primum, ut domestica lectio sit differens ab ea quam collegæ audiunt in scholis, cuius electio ad venerabilem Priorem et ad prælectorem ipsum pertinebit;

– Secundum, ut tritam et communem D. Thomæ et Ægidii viam sequantur, interim tamen doctores alios nostros præsertim citent et exponant, et ex illis sumant quæ cum communi via (fl. 8) et doctrina videantur magis congruere. Problematicas porro quæstiones problematice tractandas suscipiant neutri parti pertinaciter adhærentes, sed utranque partem in sua probabilitate relinquentes.

– Tertium, ut Sacræ Scripturæ testimonia accomodate ad Ecclesiæ sensum et Sanctorum Patrum interpretentur, quorum etiam Patrum sententias venerabuntur pie easdem exponendo et ipsos Patres cum præfactione honoris allegando.

Decernimus ut theologi ex collegio Conimbricensi non amandentur prius quam quatuor Theologiæ curricula confecerint nisi aliter reverendo Provinciali et Deffinitoribus visum fuerit iuxta Provinciæ oblatas aut utilitates aut occasiones curriculorum unumquodque octo mensibus integris absolvetur. Unde theologi ab inicio mensis Octobris usque ad festum Divi

[19]Ioannis scholas publicas frequentabunt deinceps liberum erit adire scholas aut non adire secus si de curriculo anni consueto aliquid defuerit, nam ad illud explendum tenebuntur scholas publicas adire.

Cum theologi ex Conimbricensi collegio fuerint amandati curricula Theologiæ quæ peregerunt, prioris, magistrorum, ac prelectorum Theologiæ auctoritate comprobata et obsignata deferent ad reverendum Provincialem cum eorundem testimo-(fl. 8v)nio de ipsorum sufficientia ad munus prædicationis et confessionis obeundum.

Volumus ut Theologiæ studentes qui publicas scholas adeunt, omnes simul cum silentium vadant et omnes etiam eodem modo simul domum redeant. Nulli liceat a conventu fratrum sive eundo sive redeundo discedere neque ad illud prior collegii possit collegæ alicui licentiam dare. Si vero necessitas oblata illud postulaverit, det illi potius prior facultatem non eundi ad lectionem.

In gymnasio publico omnes simul quantum fieri possit consideant neque ex eo quispiam post ingressum egrediatur sive deambulandi sive rogandi sive loquendi præceptoris gratia si tamen necessitas naturalis ingruerit, assumpto comite, egredi licebit.

Collegæ sine intermissione intererunt lectionibus sive publicis sive domesticis, nisi aut morbo aut negotio aliquo, cuius ei maxime intersit præpediatur, cuius impedimenti iudicium penes priorem esse volumus ita tamen ut extra casum aut infermitatis aut summæ necessitatis nulli collegæ potestatem faciat non eundi ad lectionem sive publicam sive domesticam.

Si quis non impetrata a priore facultate præ-(fl.9)lectioni non affuerit, pane et aqua sedens in terra per totam mensam reficiatur.

Collega confessor institutus confessionibus audiendis a lectionibus non avocabitur, nisi casus aliquis summæ necessitatis extiterit aut iubilei tempus affuerit.

CAPUT 6[m]

Literariæ disputationes tam in theologicis quam in dialecticis singulis hebdomadis in collegio habebuntur ac theologi quidem conclusiones ad deserendum proponent diebus dominicis hora pomeridiana, dialectici vero diebus de more a studio feriatis, eadem hora. Ullas conclusiones suo quisque loco et ordine suscipiet defendendas, neque liberum erit cuipiam ordinem et locum suum intermittere nisi legitimo impedimento a Patre Priore comprobando retardatus quod genus impedimenti cum intervenerit sequens ordine causas disserendi proponet in quibus excusiendis duæ ut

---

[19] Esta palavra foi iniciada pelas letra *Ih,* que foram cortadas, para utilizar esta forma.

minimum horæ insumentur; his disputationibus intererunt omnes theologi ex quibus ad minus tres argumentabuntur: et hoc volumus omnino esse curæ patri Priori ita se ut si id a theologis neglectum (fl. 9v) fuerit publice illis præcipiat ut suo ordine argumentari et instare teneantur.

Admonemus disputaturos ut modeste in disputationibus agant a clamoribus, motibus et gestibus minus decentibus abstineant pervicaciam fugiant rei de qua agitur veritatem vi argumentorum potius quam pervicaci contentione excutere et obtinere contendant. Quocirca præcipimus eis ut eius qui disputationi præest solutione percepta continuo acquiescant et aliis ad disserendum locum relinquant secus facientes gravius puniantur.

Theologi de rebus theologicis assertiones habentes ad probandas propositas assertiones aggredientur, facta primum fidei catholicæ protestatione in scholis fieri consueta, deinde invocato Sanctissimæ Trinitatis Patris et Filii et Spiritus Sancti præsidio, interim signo crucis fronte munita et Virginis Matris, sanctissimi domini nostri Augustini et alterius alicuius sancti quem sibi in actione illa literaria specialem patronum elegerunt implorato suffragio postremo considentium omnium benevolentia capta, quæ hoc ordine captabitur, ut primum prœlati assidentis deinde presidentis doctorum et magistrorum, ac demum om-(fl. 10)nium circunstantium benevolentia concilietur, id quod etiam faciendum præcipimus iis qui dialecticas assertiones susceperint defendendas, omissa invocatione et fidei protestatione. Hoc eodem modo et ordine captabunt benevolentiam et illi qui contra propositas assertiones argumentantur.

Curabunt tam theologi quam dialectici ut doctrinam communem in suis assertionibus defendant neque velint sententias aut paradoxas aut falsas, et erroneas, ac piarum aurium offensivas ad defendendum suscipere. Quocirca præcipimus et mandamus tam theologis quam dialecticis ut postea quam cum prœceptoribus suis de assertionibus comunicaverint, assertiones ipsas collegii patri Priori recognoscendas et si opus fuerit emendandas deferant, et ita recognitas et emendatas præsidentisque signo obsignatas gymnasii literarii valvis duobus diebus ante congregationem literariam assignant.

Disputationi dialectæ præsit Artium prælector quemadmodum et theologicæ Theologiæ præceptor si domi Theologia prælegatur. Quod si nulla fuerit domi Theologiæ prælectio, volumus ut doctor iunior Theologiae disputationi præsideat, quod si nullus doctor fuerit, id curæ et muneris *præsentato* demandabitur, quod si nullus præsentatus et bacalaurius affuerit, præsidens a Priore collegii eligatur.

(Fl. 10v) Disputationibus literariis doctores et præsentati aut graduati semper interserint, non solum ut præsentia sua literariam actionem exornent, verum etiam ut refutationibus suis literariam pugnam exacuant et incendant. Dirimendi tamen controversias potestas et authoritas penes præsidentem erit solum, neque aliquis alius sive doctor sive præsentatus

hanc sibi potestatem et authoritatem arrogaverit. Poterunt tamen doctores hac in re suam sententiam cum modestia et debita reverentia pronunciare etsi quid difficilimum fuerit explicare.

Nullus collegiarum conclusiones extra domum sustineat, nisi eas quæ haberi in Universitate consueverunt diebus, *scilicet,* feriatis, aut in vesperiis, aut in die doctoratus ad quas habendas idoneus semper patris Prioris et præceptoris iudicio eligatur, id quod etiam curabitur cum assertiones aliquae sive dialecticæ sive theologicæ collegis nostris ad refutandum extra domum traditæ fuerint ad quam rem commode et ex dignitate præstandam doctores a patre Priore mittentur præceptoris tamen iudicio comprobati. Licebit etiam collegis nostris alios quoscunque ad disputationes literarias accersere, facultate tamen Prioris impetrata et præceptoris voluntate explorata.

Nihilominus tertio quoque mense solemnes (fl.11) et publicæ disputationes sive dialecticis sive in theologicis in collegio habebuntur quas sustinebit non quilibet ex ordine consequens sed quem pater Prior et praeceptor dessignaverit. Hoc siquidem muneris semper est provectori demandandum.

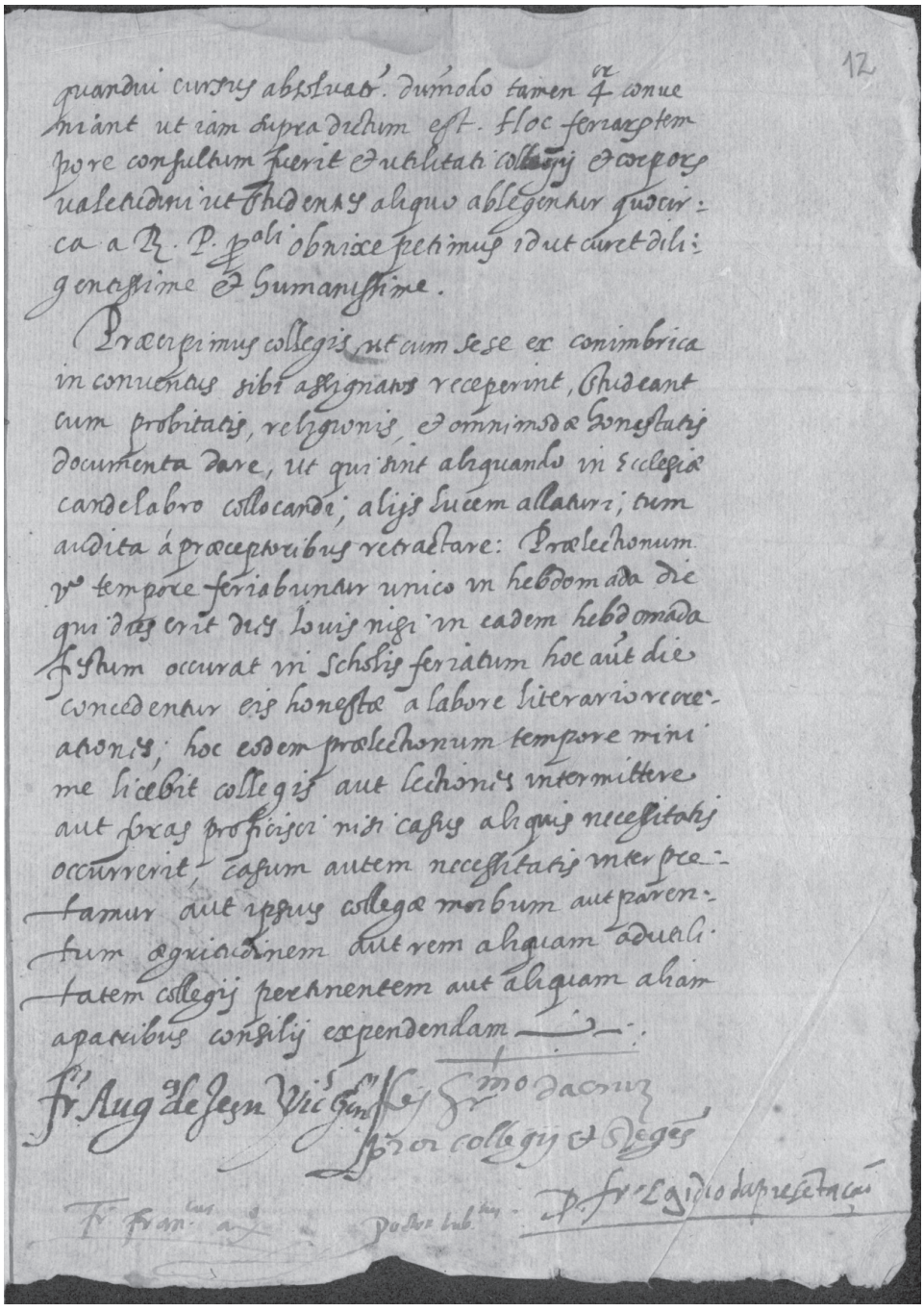
CAPUT 7
De reparationibus et conferentiis literariis

Statuimus ut lectiones sive theologicæ sive dialecticæ a prœceptoribus auditæ diebus singulis repetantur hora superius designata et si unica lectio ea die habita fuerit: repetentur autem ab unoquoque per ordinem collega idque sumatim hoc est insigniora capita deligendo ea quæ summatim explicabuntur et argumentationibus et refutationibus locus relinquatur, in quibus rebus explendis tempus secundo praescriptum insumetur.

Collega qui rectracionem literariam sibi loco suo et ordine obvenientem non legitime impeditus prætermiserit, severius puniatur, similiter et ille qui repetitioni non interserit, aut argumentandi viam prætermiserit.

Reparationibus dialecticis præceptor ipse præsideat, vel aliquis ex theologis qui in dialecticis 1º profecerit designandus a patre Priore simul cum lectore cum consensu tamen reverendi patris Provincialis. Theologicis simi-(fl. 11v)liter si prælectio theologica domi fieret simillter fuerit servabitur in hac præsidentia ratio præscripta in præsidentia conclusionum.

Reparationes huiusmodi literariæ in collegio nostro theologicæ quidem durabunt ab initio mensis Octobris usque ad finem mensis Maii, dialecticæ vero usque ad finem Junii mensis.



quarum curas abstinuat. dumodo tamen 4 conue
niant ut iam dictum est. Hoc feriato tem
pore consultum fuerit Ecclesiæ collegij et corpo
ris valetudini ut Chirurgus aliquo adhibeatur quæri
ca a R. P. Prob obuiæ fecimus ut curet dili
genter et humanissime.

Præcepimus collegis, ut cum sese ex conimbrica
in conuentus sibi assignatos receperint, studeant
cum probitatis, religionis, et omnimodæ honestatis
documenta dare, ut qui sint aliquando in Ecclesia
candelabro collocandi; aliis lucem allaturi; tum
audita á præceptoribus retractare: Prælectionum
vt tempore feriabuntur unico in hebdomada die
qui dies erit dies Luis nigri in eadem hebdomada
festum occurrat vt scholis feriatum hoc aut die
concedatur eis honesta a labore literario recre-
ationis; hoc eodem prælectionum tempore mini
me licebit collegis aut lectionis intermittere
aut scholas profitentibus nisi casus aliquis necessitatis
occurrerit, casum autem necessitatis interpre-
tamur aut ipsius collegæ morbum aut paren-
tum ægritudinem aut rem aliquam aduersi-
tatem collegij pertinentem aut aliquam alia
a patribus consilij expendendam.

Fr Aug de Jesu Vic Gen
Fr Mo Jacinto
Prior collegij et Regens
Fr Fran
Doctor Lub
P. fr Egidio da presentação

Fig. 4 – *Regulamento,* fl.12 r.

CAPUT 8
De feriis, et de studentium extra collegium profectionibus

Quoniam experimento compertum est œstivum tempus esse Conimbricæ studentibus incommodum statuimus ad vitandos morbos qui eo tempore propter aeris intemperiem evenire consueverunt ut annis singulis studentes a perpetuo literarum studio et exercitio ferientur, quo feriarum tempore, nullus in collegio gymnasicas exercitationes esse volumus.

Porro feriarum tempus incipit a kalendis Iulii usque ad kalendas Octobris exclusive, quo tempore fiet prælectionum tam theologicarum quam dialecticarum atque adeo cætererum omnium exercitorum quæ ad literas pertinent intermissio. Theologi tamen qui annuum cursum nondum plene confecerunt tandiu scholas publicas adibunt (fl. 12) quandiu cursus absolvatur, dummodo tamen 4^{or} conveniant ut iam supra dictum est. Hoc feriarum tempore consultum fuerit et utilitati collegii et corporum valetudini ut studentes aliquo ablegentur quocirca a Reverendo Patre Provinciali obnixe petimus id ut curet diligentissime et humanissime.

Præcipimus collegis, ut cum sese ex Conimbrica in conventus sibi assignatos receperint, studeant cum probitatis, religionis, et omnimodæ honestatis documenta dare, ut qui sint aliquando in Ecclesiæ candelabro collocandi, aliis lucem allaturi; tum audita a præceptoribus retractare. Prælectionum vero tempore feriabuntur unico in hebdomada die qui dies erit dies Iovis nisi in eadem hebdomada festum occurrat in scholis feriatum hoc autem die concedentur eis honeste a labore literario recreationes: hoc eodem prælectionum tempore minime licebit collegis aut lectiones intermittere aut foras proficisci nisi casus aliquis necessitatis occurrerit, casum autem necessitatis interpretamur aut ipsius collegæ morbum aut parentum ægritudinem aut rem aliquam ad utilitatem collegii pertinentem aut aliquam aliam a patribus consilii expendendam.

Frater Augustinus de Jesu, Vicarius Generalis.
Frei Geronimo da Cruz, Prior Collegii et Regens.
Frater Franciscus a Christo.
Doctor Sebastianus[20] [Toscanus].
D(octor). Frei Egidio d'Apresentação».

[20] Leitura duvidosa, dado o estado do original

Manuel Luís e a «Nova Braga» de Frei Agostinho de Jesus

JOSÉ FERRÃO AFONSO *

INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XVI, a arquitetura do Noroeste do País será dominada, ao longo de cerca de quarenta anos, pela figura de Manuel Luís (act. 1558-1604). Este mestre, que foi referido em primeiro lugar por Magalhães Basto (BASTO,1997: I, 390), teve lugar de destaque nos estudos empreendidos por Carlos Ruão sobre a arquitetura maneirista da região (RUÃO, 1996: 201-209) e mereceu um artigo monográfico de José Ferrão Afonso. Nesse trabalho, é feita referência à sua atividade em Braga, junto de Frei Agostinho de Jesus (1588-1609), o prelado que, entre os finais do século XVI e o início do seguinte, operou uma profunda renovação da paisagem urbana bracarense (AFONSO, 1997). Outros artigos do autor abordaram a obra de Manuel Luís e a sua ação em Braga de forma parcial (AFONSO, 2009) (AFONSO, 2012); visto que a investigação entretanto desenvolvida sobre o mesmo tema revelou novos factos, julgou-se oportuna a presente publicação.

Manuel Luís

Não se conhece documentação que adiante os nomes dos oficiais que trabalharam com Francisco de Cremona (act. 1525-ca.1547), o mestre italiano de D. Miguel da Silva, no programa

* Investigador do Citar/Artes da UCP/CRP e do CEAU da FAUP.

monumental empreendido na Foz do Douro entre ca. 1525 e os meados do século (MOREIRA, 1988). Eles, porém, deveriam estar associados a Diogo de Castilho, o homem que pode ter feito a ponte entre D. Diogo de Sousa e o seu primo em primeiro grau D. Miguel da Silva, quando este, recém-chegado de Roma, necessitou de mão-de-obra especializada para a realização desse programa. Terá sido esse o caso de João Fernandes, nome de um pedreiro que foi o provável pai de Manuel Luís. Um oficial com o mesmo nome surge, em 1517 e 1518, a trabalhar sob as ordens de João de Castilho em Santa Maria de Belém, de onde se deve ter deslocado para o Porto com o biscainho. Casado com Catarina Luís, reside já na rua dos Canos dessa cidade pelo menos desde 1540. É possível que Manuel Luís tenha feito a sua aprendizagem, junto do pai, na Foz do Douro; concluído este programa nos meados do século, terá seguido Diogo de Castilho para Coimbra. Na verdade, nesta cidade surge em 1544 um pedreiro chamado Manuel Luís a trabalhar, sob as ordens do *trasmerano,* no Colégio da Graça (CRAVEIRO, 1990: I, 478).

Se admitirmos que o pedreiro que trabalhava na Graça com Castilho em 1544 será o futuro mestre das obras Manuel Luís, ele poderia ser o mesmo que, no ano de 1558, surge pela primeira vez no Porto, assinando como testemunha de um ato notarial efetuado na rua das Flores; no mesmo ano, é nomeado enfiteuta da casa que fora de Catarina Luís e João Fernandes na rua dos Canos. Indica-se então a sua morada na rua de São Miguel e, por essa altura, era já casado com Joana Vaz, filha de um pedreiro de Ourense, João Vaz, que terá igualmente trabalhado em Santa Cruz de Coimbra, e de sua mulher Constança Fernandes.

O regresso de Manuel Luís ao Porto deverá ser enquadrado em obras importantes como a igreja de São Salvador de Bouças e a *villa* de Santa Cruz do Bispo. Se, na primeira, está documentalmente comprovada a direção dos trabalhos por João de Ruão a partir de 1559, na segunda, quase contemporânea, apenas poderemos supor, por razões estilísticas e pela proximidade do estaleiro de Bouças, que uma boa parte dos oficiais que aí trabalharam fossem originários de Coimbra. No mesmo ano, Manuel Luís é documentado como mestre da nova Casa da Misericórdia da rua das Flores (BASTO, 1997: I, 390) cuja igreja conclui em 1568. Pela mesma época, uma outra igreja de Misericórdia, a de Braga (1560-1565), terá tido a sua participação (RUÃO,1996: 202), bem como a matriz de São Martinho de Penafiel (1559-1571). Logo depois, em 1565, está à frente de um

programa patrocinado pelo bispo D. Rodrigo Pinheiro, o prelado que empreendera a construção da *villa* em Santa Cruz do Bispo, a capela de Nossa Senhora de Agosto. Na assinatura do contrato de obra, celebrado nesse ano com Manuel Luís, está presente João de Ruão, que declara expressamente a qualidade do projeto.

Numa primeira fase da sua carreira, Manuel Luís será, por tudo o que ficou dito, o grande propagador da arquitetura coimbrã de Diogo de Castilho no Porto e, com ela, das gravuras flamengas, popularizadas a partir dos meados do século por João de Ruão. Ainda no Porto, está ligado à fundação do Colégio Jesuíta de São Lourenço em 1573 (RUÃO, 1996: 205), demonstrando as suas capacidades de engenheiro, que serão também postas à prova na construção do cais da Ribeira (1575), no forte de São Filipe na Porta Nova de Miragaia (1586) (RUÃO, 1996: 206) e no projeto, em colaboração com o engenheiro militar António da Costa, de construção de um cais entre a Ribeira e os Guindais, iniciado apenas em 1593 (RUÃO, 1996: 207).

Pela mesma época, é possível que tenha trabalhado na obra do mosteiro de Grijó, dos Cónegos Regrantes, de que viria a ser mestre, em 1581, o seu genro Gonçalo Vaz. Documentada está a sua participação na construção da igreja de Nossa Senhora da Vitória (1576), erguida no local da antiga sinagoga, obra que viria a abandonar. Entretanto, fora do Porto, projetou em 1567 a transformação da igreja matriz de Ponte de Lima num espaço com três naves (SILVA,1971:199-200). Esse programa, patrocinado pelo próprio Frei Bartolomeu dos Mártires, não seria, porém, construído por ele, dado que os vereadores limianos não concordaram com o preço estipulado. Seguiram-se outras obras no arcebispado de Braga; muito possivelmente é seu o projeto para a igreja do convento dominicano de Santa Cruz de Viana (i. 1566), dadas as semelhanças morfológicas existentes entre ele e Ponte de Lima, bem como a proximidade de Manuel Luís aos dominicanos. As mesmas características morfológicas surgem, aliás, num outro programa dos pregadores. Com efeito, em 1581 Manuel Luís está à frente do convento de São Gonçalo de Amarante, cuja área conventual estava, em boa parte, já erguida desde 1554, tendo o seu último mestre sido um provável parente seu, Pêro Fernandes, também com anterior prática coimbrã. Em São Gonçalo, a ação de Manuel Luís foi, essencialmente, erguer a nova capela-mor, no local onde se encontrava a antiga ermida medieval que albergava o túmulo do Santo, e transformar a igreja salão de três

naves, encomendada por D. João III, possivelmente a Miguel de Arruda, num espaço contra-reformista com capelas laterais comunicantes.

Em 1584, sendo mestre das obras de São Gonçalo, é chamado ao Porto, para dar início à capela-mor da igreja da Misericórdia (1584-1589) (BASTO, 1997: II,120), que seria uma das suas mais importantes obras. Nela pôde atualizar um projeto, provavelmente datado da década de quarenta, em que sistematizou a utilização do grotesco flamengo de Vredeman de Vries. Na capela, com um plano, rematado em abside semicircular, que tinha antecedentes na igreja de São Pedro de Ferreira, a arquitetura articulava-se com a pintura sobre madeira de Diogo Teixeira, diretamente encaixada no retábulo pétreo da abside, numa aproximação à pintura mural românica, e a escultura de Gonçalo Rodrigues colocada em nichos (fig. 1).

Manuel Luís foi sempre designado mestre-pedreiro ou mestre--das-obras e a sua arquitetura resulta de uma complexa e intrincada rede de influências que inclui Francisco de Cremona e, por via dele, um modo italiano que deve a Alberti e Francesco di Giorgio, a tradição medieval, Diogo de Castilho, João de Ruão e o Renascimento coimbrão e, no final da sua carreira, a tratadística de Serlio, muito por interposição das gravuras flamengas de Vredeman de Vries. Manuel Luís e Cremona, sendo as duas figuras dominantes da arquitetura do século XVI no Noroeste, correspondem a dois graus de difusão da cultura material que se desenvolve, a partir do final da Idade Média, com os Descobrimentos, a implementação das trocas e do consumo e se associa à primeira globalização e a novos modelos económicos. Numa época em que os objetos são os transportadores de ideias, eles vão atuar como aquilo que habitualmente é identificado com ideologia, podendo moldar formas de comportamento e de pensar (MUKERJI,1983:15). Assim, o facto de a arquitetura da época ser simultaneamente uma condicionante física e uma representação ideológica dá-lhe um poder particular sobre as ações humanas. O cosmopolitismo construtivo que D. Miguel da Silva e o seu mestre introduziram no Norte foi fulcral para a difusão da cultura material do Renascimento em Portugal e não apenas pela sua evidência granítica. O pensamento racional que a dominou terá um momento fundador na perspetiva geométrica, baseada nos mecanismos da visão e responsável maior pelo desencriptar do anamorfismo simbólico/teológico medieval. Porém, essa cultura incluiu também a difusão da tratadística humanista, possível pela descoberta recente da imprensa

e da gravura, bem como o cálculo racional, a geometria e as novas conceções espaciais materiais, também baseadas na perspetiva, a elas associadas.

No Noroeste português, contudo, o fugaz brilho italiano, de que estava ausente o sedimento das relações estruturais, rapidamente deslizou sobre uma longa tradição cultural e construtiva e, com Trento, reativaram-se princípios, enraizados na Idade Média, de uma arquitetura simbólico-teológica. Desse modo, o purismo cosmopolita e normativo de Cremona decantou-se no "neogótico" do ornamentalismo flamengo e em formas de espacialidade imaterial tradicionais. Elas, na realidade, nunca tinham saído de cena, já que o italiano foi praticante de uma monumentalidade grave e desornamentada, da qual o espaço material e mensurável, criado pela utilização da ordem arquitetónica, esteve ausente. Manuel Luís, como herdeiro maior de Cremona, prosseguiu esse caminho, mas foi igualmente o responsável pela divulgação no Norte das gravuras flamengas, associadas a uma mutação significativa no tipo de comércio internacional tradicional. O carácter dúctil, não normativo, supranacional e, de certa forma, supratemporal das gravuras de Vredeman de Vries enquadrava-se bem no cerzir constante entre o antigo o novo, o "erudito" e o "popular", o geral e o particular que pautou os propósitos estéticos, teológicos e políticos de Trento e do Estado confessional.

Frei Agostinho de Jesus e Braga

No início de 1589, Frei Agostinho de Jesus, cujo nome secular era Agostinho de Castro, foi sagrado arcebispo de Braga em Lisboa. Nesta cidade tinha nascido em 1537 e professara na Graça, em Coimbra, em 1555, ano em que a igreja desse Colégio foi concluída. É possível que aí tivesse sido seduzido pelas questões relativas à arquitetura e à sua importância para a Reforma Católica e, mesmo, que tivesse conhecido Manuel Luís, o que poderia justificar colaborações futuras. Seria prior da Graça por duas vezes, duas vezes provincial e duas vezes vigário geral da Província de Portugal da sua Ordem, os Eremitas de Santo Agostinho. Esteve em Roma e na Alemanha, tendo sido nomeado no cargo de Provincial e Vigário Geral da Província Eremítica d'Alemanha Superior em 1579. Regressou a Espanha em 1582, onde, entre outros cargos, foi nomeado Delegado, Comissário, Visitador, Corretor e Reformador da sua Ordem em Castela

e Portugal. Regressou a Portugal e partiu para a sua nova cidade em 19 de Fevereiro de 1589, após a sua sagração arcebispal, e aí fará a sua entrada pública em 8 de Março de 1589. Entre estas duas datas, e a caminho da cidade dos arcebispos, fez a sua entrada solene no Porto (CUNHA, 1989: II, 406).

Entre 1589 e 1591, Frei Agostinho convidou Manuel Luís para se dirigir a Braga, onde viria a desempenhar o cargo de "mestre das obras do arcebispo" até à sua morte em 16 de Outubro de 1604 ou, conforme é nomeado no mais antigo rol de pagamentos da sua casa (1597): "Manuel Luís mestre das obras de nossa caza e do nosso mosteiro de Nossa Senhora do Populo e das mais que lhe mãodarmos". Com um ordenado de cem mil réis anuais, o mestre estava ao mesmo nível dos mais bem pagos da casa arcebispal: o vedor João Novelli e o tesoureiro Simão Gavião[1]. Não há notícia de que esse cargo, com uma forte componente institucional, tenha existido anteriormente em Braga – embora João de Castilho possa ter desempenhado um papel semelhante em relação a D. Diogo de Sousa – e, à falta de documentação, nem se sabe ao certo quais as competências exatas que o seu detentor exercia. Pelas indicações constantes dos róis dos moradores da casa arcebispal, poder-se-á pensar que os empreendimentos, não diretamente associados ao arcebispo, estariam fora da sua tutela. Seria esse o caso das obras camarárias, pois, como se verá adiante, Manuel Luís executou a obra do chafariz do campo de Santana, e do aqueduto que para aí conduzia a água, por arrematação. Porém, isso parece ser desmentido, por exemplo, pelas vedorias que, na qualidade institucional de "mestre das obras do arcebispo" efetuou à obra da igreja da Misericórdia de Guimarães em 1600 (PINHEIRO, 1931: 74-78) e 1602. Nesta última, elogia, num documento oficial, o trabalho desenvolvido por Gonçalo Lopes na igreja, intitulando-se "mestre de obras da cidade de Braga" (RUÃO, 1997: 207). É, portanto, razoável pensar que o papel de Manuel Luís tivesse um espectro bem mais alargado e ele fosse o responsável pelas várias transformações urbanas empreendidas por Frei Agostinho na sua cidade. Inclusive, pode ter tutelado obras a que estivera ligado e que decorriam no arcebispado, como São Gonçalo de Amarante e São Domingos de Viana, ajudando a resolver problemas, mantendo sob controlo os projetos iniciais e contribuindo para a sua unidade estilística. Essa ação poderá ter-se ainda,

[1] Arquivo Distrital de Braga, *Corpo Cronológico*, 2265, 1597, Julho 8.

como se verá, alargado a algumas Misericórdias e instituições monásticas.

A chamada de Manuel Luís deve ser, por conseguinte, enquadrada no contexto do governo de Frei Agostinho, cuja atividade pastoral e política foi intensa. Os seus contemporâneos salientam que ele foi o responsável por uma série de empreendimentos, que só tiveram paralelo na *renovatio urbis* levada a cabo por D. Diogo de Sousa quase um século antes. Ambos tiveram um antecedente em Nicolau V que, nos meados do século XV, iniciou uma profunda intervenção em Roma e via na promoção da arquitetura pelos dignatários eclesiásticos, fosse ela sagrada ou profana, uma forma de melhor cumprir os seus deveres para com Deus. Assim, Frei Agostinho fundou os conventos do Pópulo e do Salvador; construiu a capela do Santíssimo Sacramento na Sé e um hospital para clérigos pobres; criou vários equipamentos urbanos, incluindo um campo onde se corriam touros, situado no denominado "campo do arcebispo", após ter reintroduzido as touradas na cidade, no seguimento da sua proibição por Bartolomeu dos Mártires em 1568; ergueu os açougues fora de muros, entre as portas Nova e dos Maximinos; construiu uma alfândega e diversas fontes públicas e mandou erguer uma nova ala nos Paços Arcebispais (FERREIRA,1932: III,103-105). A tudo isso, poder-se-á acrescentar que se interessou pela abertura de pelo menos uma "rua nova" e se preocupou, igualmente, com o bom financiamento das obras públicas da cidade[2].

Na época da Europa das capitais, Frei Agostinho pretendeu dar à sua cidade o brilho de uma capital católica, como refere D. Rodrigo da Cunha:" D. Diogo de Sousa pudera fazer de Braga cidade, porém D. Frei Agostinho fizera dela corte" (CUNHA, 1989, II: 441). A formação das cortes regionais será um dos *topoi* do Portugal do tempo da monarquia dual e, em Braga, foi acompanhada pela renovação da imagem da cidade, importante como afirmação senhorial, arma contra reformista e, segundo Gonçalo Portocarrero, objetivo apropriado a vencer definitivamente Toledo na longa disputa sobre a primazia das Espanhas. Com efeito, a posição e pretensões de Braga tinham, desde 1580, sido perigosamente postas em causa (PORTOCARRERO, 2010: 71). Por esse motivo, a escolha de Manuel Luís justifica-se, não só por ser o mais importante mestre pedreiro do Noroeste, como

[2] Arquivo Histórico Municipal de Braga, Livro 25, "*Livro dos acórdãos do ano de 1591 ate 1592",* 1591, Janeiro 29, fl. 14.

também pela sua larga experiência, pelo seu domínio da arquitetura pós-humanista e das questões de engenharia, sobretudo as que se prendiam com o abastecimento de águas. A possibilidade de Frei Agostinho ter conhecido Manuel Luís em Coimbra e ainda o facto de o mestre portuense ter anteriormente trabalhado na arquidiocese de Braga, em obras que decorriam ainda, não terão sido também estranhos a essa opção.

Pode-se, portanto, falar, em Braga, como no Porto, de um movimento de "petrificação": a aposta em grandes campanhas construtivas, cujas arquiteturas, pela sua descarada presença na paisagem urbana, tinham esgotado, pelo menos em teoria, antigas capacidades de indefinição simbólica. A "petrificação" foi essencial para a integração da cidade na História dogmática pós-tridentina; escusado será dizer, portanto, que ela não se socorreu apenas da arquitetura, mas apelou a outros níveis de representação artística. Assim, Frei Agostinho teve também a colaboração de, pelo menos, mais dois artistas para além de Manuel Luís: o ourives António Dias[3] e o escultor Gonçalo Rodrigues (act. 1577-1613) (AFONSO, 2014: 48) sobre o qual Vítor Serrão escreveu um estudo monográfico (SERRÃO, 1998).

A criação de uma nova iconografia urbana seria um importante aliado e complemento da "petrificação", surgindo nesse contexto a encomenda arcebispal da gravura de Braunio (1594) (fig. 2). Nela, a topografia urbana é distorcida, de modo a criar a nova imagem urbana pretendida por Frei Agostinho (BANDEIRA, 2000: 47). Essa imagem tem analogias com a *Roma Quadrata* e representa a cidade, de forma propagandística, como vencedora da heresia e do paganismo. O termo *Roma Quadrata* tinha um significado ritual e formal, relacionando-se este último com a forma como o espaço intramuros da Cidade Eterna foi dividido em quatro partes iguais. Por sua vez, o ritual fundacional, que a designação revelava em Roma e se associou à cidade romuleana, será cristianizado. No fundo, o que estava em causa era criar uma variante da visão augustiniana da Jerusalém Celeste; por isso, dois eixos, perpendiculares entre si, cruzam-se, ao centro, junto de uma Sé expressivamente representada. Um deles, na direção nascente poente – Rua do Sousa/Rua Nova do Sousa – tinha sido criado por D. Diogo de Sousa; o segundo, no

[3] ADB, Indice do Cabido, volume I. *Lembrança das obras em que o arcebispo de Braga D. Frei Agostinho de Jesus despendeu o dinheiro do sinodático. Ano de 1594*, fl. 91.

sentido sul-norte – atuais Rua D. Gonçalo Pereira (antiga da Erva), e de Santo António (antiga rua Nova da Misericórdia) – fora reforçado por Frei Bartolomeu dos Mártires com a construção do Colégio de São Paulo e do Seminário. O decumano e o cardo da cidade reformada são interpretados na gravura de forma a articular os grandes núcleos religiosos, novos ou antigos: a Sé, cujas grandes dimensões estão longe de ser resultado da objetividade racional de um levantamento de tipo albertiano, o Seminário, o Colégio de São Paulo e os conventos de Nossa Senhora do Pópulo e do Salvador, entre outros. O desenho aspira, portanto, a uma já barroca noção de síntese e a vontade de transformação da paisagem urbana tem pontos de contacto com a que fora lançada em Roma a partir de Sixto V.

A «Nova Braga» – *Noua Bracarae Auguste Descriptio* – fundou-se na História, mas alterou-a; ela resulta da deslocação do cardo e do decumano da antiga cidade romana, bem como o seu cruzamento no *Forum*, para Nordeste, centrando-os na Sé. Portanto, a cidade augustiniana de Frei Agostinho, como a cidade de D. Diogo de Sousa antes dele, necessitou de uma autoridade sancionada pela sucessão histórica dos grandes antecessores, cujos retratos o arcebispo mandou executar (CUNHA, 1989, II: 412). Em 1594, "treze ou catorze" deles, pintados por Gaspar Ferreira, estavam para ser colocados na sala grande do Paço Arcebispal. A encomenda arcebispal incluiu igualmente imagens dos doze "prelados Sanctos bracharenses". Em Vila do Conde, estavam cinco arcebispos, já pintados; mais cinco conservavam-se na capela dos Paços Arcebispais e ainda um outro aguardava em casa de Gonçalo Rodrigues, "escultor do dito Senhor", a sua vez de receber pintura. Essas imagens deveriam ser colocadas em peanhas nas colunas da Sé, com os seus nomes inscritos e guarda-pós sobre as cabeças[4].

Nos processos de refundação urbana, geralmente associados a uma nova ordem político-religiosa, outro elemento com um papel muito importante serão as relíquias. D. Diogo de Sousa sabia-o, conhecendo bem a sua capacidade ritual, associada a fatores identitários, de criação de centralidades e de agregação social e urbana. Frei Agostinho, mais uma vez, seguiu-lhe as pisadas: trouxe,

---

[4] "Item tem Gaspar Ferreira pintor treze ou catorze retratos dos Santos Arcebispos que forão desta Santa See que Sua Senhoria mandava por na sala grande destes passos arcebispais..." ADB, Indice do Cabido, volume I. *Lembrança das obras em que o arcebispo de Braga D. Frei Agostinho de Jesus despendeu o dinheiro do sinodático. Ano de 1594*, fl. 91.

de Dume, a relíquia de São Martinho que colocou na Sé em 1606 e tentou fazer o mesmo com a de São Torcato, mas a população dessa freguesia, a norte de Guimarães, impediu-o (FERREIRA, 1932: III, 87). Para as cabeças-relicário de São Martinho e Santiago Interciso, Frei Agostinho encomendou intervenções ao seu ourives privativo, António Dias[5] e, tendo igualmente em mente o fortalecimento da autoridade arcebispal e do prelado que a representava, ordenou a reconstrução da capela de São Geraldo, o incansável lutador pela autonomia metropolita. O chamamento feito a frei Jules Roman, cronista mor da sua ordem, para que escrevesse a história dos arcebispos (FERREIRA, 1932: III, 77), a quem ordenou que fosse à Galiza estudar a ponte dos Césares, na Vila do Padrão, (DUARTE, 2000: 103, n.24), teve precedente, igualmente, em D. Diogo de Sousa, que fizera encomenda idêntica a André de Resende, correspondida, cerca de 1526, num poema épico, hoje perdido, intitulado *De Bracarensis urbis antiquitate et laudibus*. O seu objetivo era comum: demonstrando a antiguidade da cidade, justificar as ações do presente.

O Campo de Santana

Ao contrário da empresa de D. Diogo de Sousa, a de Frei Agostinho incide do exterior para o interior, a partir dos campos abertos pelo seu antecessor no início do século XVI. Em 5 Setembro de 1591, Manuel Luís já se encontra em Braga, sendo fiador de dois pedreiros, Simão Gonçalves e Domingos Pires, numa obra que estes contrataram no mosteiro franciscano feminino de Nossa Senhora dos Remédios (AFONSO, 1997: 18), fundado em 1544 junto do hospital de São Marcos e demolido entre 1908 e 1911. Para além de fiador, Manuel Luís deve ter sido também o autor da traça da obra empreendida, que constava de um papel assinado por todos os intervenientes: a construção de umas "secretas", no canto do dormitório e encostadas à cerca[6]. A obra incluiu-se, no seguimento da grande reforma das Ordens iniciada por D. Manuel e prosseguida por D. João III, na dignificação da arquitetura religiosa recomendada por Alberti. Indica-se então que Manuel Luís é mestre-de-obras e residia em Braga, não se afirmando se detinha já o cargo de mestre das

---

5 Idem, ibidem.

6 ADB, Nota Geral, *Livro 76*, fl. 115vº, 1591, Setembro 5.

obras do arcebispo. No mesmo ano, no colégio jesuíta de São Paulo, houve algumas consultas que resultaram em alterações ao projeto, tendo sido chamados, para as efetuar, arquitetos do Porto e Guimarães. Desconhece-se a identidade desses projetistas, mas o de Guimarães poderia pertencer à família dos "Lopes", sendo provavelmente Gonçalo Lopes, e o do Porto poderia ser Manuel Luís (RUÃO,1996:177), já então, possivelmente, a residir na cidade e investido no seu novo cargo. Com efeito, Manuel Luís habitou na rua de D. Gualdim, em habitação emprazada pelo Cabido, a partir desse ano de 1591.

Como se referiu, não se sabe ao certo quais as exatas competências que o cargo atribuía a Manuel Luís; aliás, ele só surge, na documentação relacionada com uma obra específica, com a designação de "mestre das obras do arcebispo" em 1597. Obra que, aliás, foi paradigmática das intenções de Frei Agostinho e da forma como lidou com a herança do seu antecessor D. Diogo de Sousa, integrando-a na «Nova Braga» reformada. Nesse ano, a confraria de Santana, instalada na capela poligonal ereta por D. Diogo de Sousa no campo do mesmo nome, solicitou autorização episcopal para o seu acrescento, através da construção de um corpo de igreja. O programa urbano de D. Diogo era tocado num dos seus mais fortes símbolos, em que se sintetizavam o colecionismo antiquário, os "estudos do antigo" e a cultura arquitetónica do humanismo. Contudo, a capela não seria destruída, apenas integrada na nova História; como em São Pedro do Vaticano, a antiga planta circular passou a ser a capela-mor de uma igreja de corpo retangular. Os trabalhos são iniciados em 1601, mas em 1604, pouco antes da morte de Manuel Luís, ainda não estavam concluídos, faltando construir o alpendre; este viria apenas a ser contratado em Março desse ano (AFONSO, 1997:19).

A intervenção no Campo de Santana será completada com a construção, em 1595, de uma nova alfândega, junto à Porta do Souto[7]. Ela substituiu a "Alfandega Velha", de que se conhece o contrato de pedraria, efetuado em 1585 com Diogo Gonçalves (RUÃO, 1997: 52), pai do importante mestre de pedraria portuense Gregório Lourenço (act. 1576-1629). Tratava-se de um alpendre sobre arcos de pedra, adossado à muralha entre as torres, ou baluartes, do

[7] AHMB, Caixa nº 12, *Livro das Actas da Câmara de Maio de 1596 a 7 Dezembro de 1609*, 1595, Outubro 5, fl. 32.

Castelo, concluída em 1598, que incluía uma estrebaria, ou alpendre dos ferradores[8]. Em 1600, porém, é ordenada ainda a abertura de janelas na muralha da cidade, que permitissem a visão para o interior da alfândega, tornando-a mais "publica"[9].

A grande obra empreendida no Campo de Santana, e uma das mais importantes da Braga do seu tempo, seria, porém, a construção do cano e do chafariz. O abastecimento de água e uma política de construção de fontes foram uma constante da obra urbanística de D. Diogo de Sousa, à imagem do que tinha ocorrido na Roma quatrocentista de Nicolau V e dos seus sucessores. A fonte foi um importante símbolo dos direitos senhoriais desde a Idade Média e Frei Agostinho de Jesus prosseguiu essa tradição, dando-lhe nova visibilidade. A construção do cano e do chafariz, de que Manuel Luís foi o mestre, prolongou-se por vários anos; em 1591, já se abria a mãe de água no Pinheiro de Adaúfe[10] e a obra foi considerada tão estruturante pelo arcebispo que ordenou, em Fevereiro de 1594, que nenhuma outra fosse empreendida pela vereação bracarense sem que ele disso tivesse conhecimento. "...porquanto sua tenção era fazer se a obra do cano por ser a mais importante que podia haver...."[11]. Em 3 de Julho de 1594, os regedores decidiram ir a Palmeira para ver a pedra que viria a ser utilizada para o chafariz[12] e no início do ano seguinte regista-se um pagamento a Manuel Luís, "mestre das obras do cano", de cento e vinte mil réis[13]. Os pagamentos pela obra do cano, que passava pela rua dos Chãos no seu percurso final, prolongam-se até 1598, ano em que o chafariz da Porta do Souto, como era designado, estava já concluído[14]; a obra tinha sido arrematada ao "mestre das obras" Manuel Luís e contratada com a câmara em Março de 1594. O contrato incluía a construção de um cano que o uniria ao cano do arcebispo primaz e corria pelo meio da rua do Souto (AFONSO, 1997: 20).

O chafariz de taças e balaústres, atualmente no Campo das Hortas, é representado na gravura de Braunio. Esta, como é sabido,

---

8 Idem, ibidem, fl. 112vº, 1597, Dezembro 27.
9 AHMB, Caixa nº 13, *Livro 28 de Acórdãos*, 1600, Fevereiro 23, fl. 32.
10 AHMB, Caixa nº 10, *Livro dos acórdãos do ano de 1591 ate 1592*, 1591, Agosto 21, fl. 68vº.
11 AHMB, Caixa, nº 11, *Livro de Acórdãos, 14 Novembro 1592-17 de Agosto de 1596*, 1594, Fevereiro 16, fl. 94.
12 Idem, ibidem, 1594, Julho 3, fl. 120.
13 Idem, ibidem, 1594, Dezembro 3, fl. 142.
14 Idem, ibidem, 1598, Setembro 19.

data de 1594, quando o chafariz não estava ainda concluído. Por conseguinte, Braunio obteve informações, por parte do arcebispo e, obrigatoriamente, do seu mestre das obras, sobre alguns dos programas que se viriam a efetivar na cidade. O que se compreende, pois tratava-se de executar uma imagem propagandística. A inspiração do chafariz esteve nos que João-Lopes-o-Velho ergueu em Viana do Castelo e os seus filhos Gonçalo Lopes e João Lopes-o-Moço em Guimarães e Ponte de Lima. No contrato, aliás, eles são expressamente mencionados, sendo exigido a Manuel Luís que o "seu" fosse maior do que os que existiam nessas três localidades. Porém, o que distingue o chafariz de Manuel Luís não serão tanto as dimensões, já que ele é, por exemplo, mais pequeno do que o de Ponte de Lima, mas sim o seu tratamento ornamental (fig. 3). O mestre portuense desenvolverá aí o seu conhecimento da tratadística flamenga, sobretudo Vredeman de Vries, no grotesco que ornamenta o eixo coríntio do primeiro tanque, na *ferronerie* que cinge o intradorso das taças, o *rollwerk* que envolve os mascarões por onde jorra a água ou nos seis *herms*, presos pelo *strapwerk,* que circuitam o espigão de remate sobre a última taça. Sobre eles, diametralmente opostos e separados pelo eixo central, divisam-se os escudos de armas de Portugal e do arcebispo Frei Agostinho. Rematando o conjunto, uma esfera armilar é coroada pela cruz arcebispal com duas aspas, o que, conjuntamente com a presença dos dois escudos de armas, poderá ser entendido como um símbolo da permanência do Arcebispado (PORTOCARRERO, 2010: 73).

O Campo da Vinha

A mais importante intervenção urbana de Frei Agostinho de Jesus ocorreu no vizinho Campo da Vinha. A transformação deste espaço, criado por D. Diogo de Sousa a norte da cidade, tinha sido acelerada por Baltasar Limpo, em cujo arquiepiscopado se verificou o incremento dos aforamentos no Campo e, depois, por D. Frei Bartolomeu dos Mártires, através da construção do Seminário (1571) no seu lado sul, adossado à muralha e ainda incompleto na época de Frei Agostinho. Foi, igualmente, na época de Frei Baltasar que se rasgou a rua que, desde a fachada da igreja da Misericórdia, alcançava o campo através de um postigo propositadamente aberto a atualmente se chama rua de Santo António. No seguimento dessas

ações e para dignificar o espaço, em 1592 foram reconstruídos dois trechos da muralha que tinham ruído para o lado dos jardins dos paços arcebispais[15]; seguiu-se a fundação de dois conventos no Campo, notando-se aqui uma vontade de reconsagração, visto que na gravura de Braunio se indica especificamente que aí se localizara o antigo cemitério romano. O primeiro a ser erguido foi o mosteiro beneditino do Salvador, fundado em 1592 na sua margem norte, de que atualmente existem apenas a igreja e o claustro, integrados no Lar Conde de Agrolongo (OLIVEIRA,1994).

No Mosteiro do Salvador, o arcebispo pretendia instalar, em casas compradas por si, no ano de 1592, aos herdeiros de Diogo de Barros (FERREIRA,1932: III, 99), que merecem especial destaque na gravura de Braunio, onde são representadas por uma uma torre inserida no centro de um claustro, as beneditinas do mosteiro de São Vitorino das Donas. Como primeira opção, o arcebispo sugerira para o novo mosteiro a igreja de São Vítor, tendo mesmo chegado, em 1592, a deslocar-se aí com alguns oficiais para ajuizarem da possibilidade de adaptação (OLIVEIRA,1994: 33); entre eles, estaria, provavelmente, Manuel Luís. Essa localização foi descartada e as obras de adaptação da antiga casa de Diogo de Barros, com projeto que, dado o cargo que ocupava, deve ter ficado a dever-se a Manuel Luís, duraram oito anos, havendo notícia de algumas delas. Por exemplo, logo em 18 de Novembro de 1593, o tesoureiro das rendas do arcebispo primaz Simão Gavião contratou com o pedreiro Lourenço Gonçalves a construção de uma cerca para as casas[16]. Depois, em 29 de Maio de 1596, o carpinteiro João Gonçalves, relacionado com várias obras de Manuel Luís, e, entre outras empresas, construtor do retábulo-mor da matriz de Viana em 1573, contrata a cobertura do refeitório "no mosteiro novo que ho arcebispo Nosso Senhor hora ordena no dito campo para as freiras do mosteiro de Bentoynho das Donas" (AFONSO, 2009: 201-202). Porém, quando o mosteiro foi considerado pronto para receber as monjas, estas recusaram-se a abandonar São Vitorino das Donas, pelo que o arcebispo teve de ir pessoalmente buscá-las, recorrendo à força. Alegavam as religiosas para a sua recusa que lhes tinha sido prometido um mosteiro novo, mas o que lhes era oferecido não passava de casas velhas, sem condições, nem água... De nada lhes serviu o

[15] ADB, Nota Geral, *Livro 79*, 1592, Outubro 10, fl. 101.
[16] ADP, Nota Geral, *Livro 84*, 1593, Novembro 18, fl. 13.

lamento, pois em 1602 ocuparam a nova casa do Campo da Vinha (FERREIRA, 1932: III, 99-100).

A visitação que, em 11 de Agosto de 1604, Frei Agostinho de Jesus efetuou às beneditinas, sugere que o mosteiro estava quase concluído. Em resultado dela, o arcebispo fixou em cinquenta o número máximo de religiosas, entre professas e noviças, que poderia albergar; refere ainda que estavam funcionais, para além da portaria, dos locutórios, do dormitório, do refeitório e de uma enfermaria, embora ainda não totalmente apta para receber as freiras doentes, um mirante, voltado ao Campo da Vinha, "tão capas e acomodado para dali verẽ tudo"[17]. Como era usual nos estabelecimentos religiosos, as obras tinham-se, portanto, iniciado pelas áreas de serviço, sendo a igreja deixada para o final. Ela, porém, já existia em 1615, quando os pedreiros Francisco Vaz e Simão Gonçalves contrataram obras na "igreja nova", do arco do cruzeiro ao coro, destruindo os muros antigos e substituindo-os por outros de alvenaria (OLIVEIRA, 1994: 114). No ano seguinte, a obra estava concluída ou em vias de conclusão, como se podia depreender pela inscrição, com a data de 1616, que existiu na arquitrave do seu pórtico (BELLINO, 1895: 79). Isto, apesar de, em 1610, as monjas dirigem ao monarca um requerimento em que pediram que lhes fossem vendidas umas casas contíguas, para poderem aumentar o mosteiro e a igreja, visto que, na sua opinião, eles eram de dimensões muito reduzidas (OLIVEIRA, 1994: 35).

A igreja do mosteiro dispôs-se transversalmente ao Campo, com a sua entrada principal aberta para sul (fig. 4). Um retábulo maneirista, semelhante ao da igreja da Misericórdia de Guimarães, ladeado por duplas colunas assentes sobre a mesma base, prolongadas sobre o entablamento por remates piramidais e, ao centro, uma edícula com a imagem do Cristo Salvador, enquadrava essa porta. No interior, a nave e a capela-mor retangulares não exibem quaisquer elementos de articulação; o entablamento com dentículos, ritmado por consolas quebradas, parece flutuar sobre o revestimento de azulejo polícromo, colocado por volta de 1630 (OLIVEIRA,1994: 46). A imaterialidade do espaço branco da nave, própria da arquitetura religiosa de Manuel Luís desde a Misericórdia do Porto, seria, portanto, resolvida pelos painéis de azulejo e, também, entre 1623-1623, pela

---

[17] ADB, Inventário das visitas e devassas, 36 – *Termo da visitação do Mosteiro do Salvador da Ordem de S. Bento. 1604*, s. n. fl.

pintura dos caixotões do teto. Esta deve-se, provavelmente, ao portuense Domingos Lourenço Pardo, que então tinha uma companhia a trabalhar em Braga (SERRÃO, 1998: 270). O verismo narrativo tridentino não se dava bem com a fluidez abstrata de espaços simbólicos e esse exemplo, a que se acrescentará a talha, tornar-se-á lei nos interiores eclesiásticos, sobretudo a partir dos finais do século XVII. O projeto de Manuel Luís está, portanto, na base daquela que foi uma das primeiras caixas de oração do Norte do País.

Contígua à igreja e ao coro, encontrava-se a portaria e, na extremidade poente desta, o mirante mencionado por Frei Agostinho de Jesus na visitação supracitada. O claustro, de dois níveis, abre-se a norte do edifício da portaria. O primeiro nível tem arcos de meio ponto que repousam sobre fortes pilares toscanos, unidos por um murete, conceção que se coaduna com a cronologia fundacional do mosteiro. Os arcos e pilares, porém, demonstram as cicatrizes de várias intervenções e restauros subsequentes à construção inicial. O nível superior, com arcos abatidos sobre balaústres, é moderno.

Já se construía o mosteiro do Salvador quando, fechando o lado poente do Campo, o arcebispo fundou o Convento de Nossa Senhora do Pópulo (fig. 4). Se, relativamente ao Mosteiro do Salvador, não existe prova documental sobre a autoria do projeto, a direção da obra do Pópulo, por parte de Manuel Luís, está documentada. O convento destinou-se aos Eremitas de Santo Agostinho, a ordem do arcebispo construtor, e a sua primeira pedra foi lançada em 3 de Julho de 1596. Frei Agostinho instalaria aí duas cadeiras de Teologia Dogmática e Moral para instrução do clero diocesano (CUNHA, 1989, II; 410). A devoção de Frei Agostinho e da sua ordem a Nossa Senhora do Pópulo já era patente na igreja da Graça coimbrã, em que no frontispício se abriga a sua imagem e o convento bracarense irá herdar a invocação: convento de Nossa Senhora da Graça do Pópulo.

Segundo D. Rodrigo da Cunha, a obra iniciou-se pela cerca, onde se localizou aquela que seria uma das primeiras vias sacras portuguesas, com sete passos da Paixão, num espaço que tinha uma grande devesa, ou mata, com ruas, fontes e pomar, vinha e hortas (CUNHA, 1989: II, 411). Os trabalhos, como habitualmente, foram-se arrastando e, em 1606, já depois da morte de Manuel Luís, o Arcebispo queixava-se de que "…não tem mais do que os alicerces lançados e poucas paredes saídas fora da terra…" (AFONSO, 1997: 20), embora a planta inicial continuasse a ser seguida. Quando da sua morte em 1609, o arcebispo fundador foi sepultado na igreja

velha do mosteiro; só dezanove anos depois, em 1628, o seu corpo foi trasladado para a capela-mor da igreja definitiva, onde repousa num monumento do lado do Evangelho que exibe as suas armas (FERREIRA, 1932: III,107).

A obra do Pópulo foi muito importante nos planos de Agostinho de Jesus para Braga. Talvez para estar mais próximo do estaleiro, o seu mestre Manuel Luís vai-se mudar para o Campo da Vinha, onde compra casa em 1598, embora nos últimos anos de vida as suas ausências, possivelmente devidas à idade avançada, tenham sofrido os reparos arquiepiscopais. A fachada original da igreja seria destruída nos finais do século XVIII, sendo substituída pela atual, atribuída a Carlos Amarante. Através de uma gravura dos finais do século XVII (OLIVEIRA, 1994: 38) (fig. 5) descobre-se que tinha empena triangular e, sobre a porta, um retábulo que deveria estar na linha de outros que conhecemos de Manuel Luís. Na planta da "Braga Primaz", de 1756, é visível que a nave da igreja tinha quatro tramos, contra os cinco atuais. A responsabilidade por esse desfasamento está na obra da substituição da fachada, que acrescentaria mais um tramo ao coro original. Assim, a porta que atualmente abre para a igreja, a partir da galilé, está no mesmo local em que se situou a entrada primitiva.

A igreja tem um plano longitudinal retangular, sem transepto, com quatro capelas laterais comunicantes ladeando a nave, que se conclui numa profunda capela-mor, igualmente retangular e com a mesma elevação do corpo de igreja (fig. 6). Sobre a entrada, o coro alto repousa sobre um arco abatido em granito e, lateralmente, a antiga fachada apoiava-se em dois nichos idênticos aos que, em São Gonçalo de Amarante, cumprem as mesmas funções de arco de descarga. Todo o conjunto da nave e capela-mor é coberto por abóbada de canhão granítica com caixotões, fazendo lembrar um longo túnel que se conclui no retábulo-mor. O arco triunfal, de grande elevação e austeridade, não interrompe essa afirmação visual e o exemplo da igreja da Graça de Diogo de Castilho é bem presente.

No Pópulo, remata-se a evolução de um tipo de planta, com nave única e capelas laterais comunicantes, que tem o seu primeiro exemplo na Igreja da Graça coimbrã, concluída em 1555. Se o modelo a seguir foi esse, o percurso técnico para o alcançar teve paragens importantes em Ponte de Lima, São Domingos de Viana e São Gonçalo de Amarante (fig.7). O pragmatismo construtivo, baseado na parede retilínea, é instrumental nessa evolução. Se, em Ponte de

Lima, os pilares que separam as naves laterais e central já são espessos, contribuindo para uma reserva das laterais que é ainda reforçada pela existência de arcos diafragma, em Viana, a partir de pilares e arcos idênticos, foram lançadas paredes de união aos muros exteriores, delimitando as capelas que serão abobadadas com caixotões. Em Amarante, por sua vez, a arquitetura é uma declaração textual sobre a estratigrafia histórica do edifício, num sentido não imaginado por Vitrúvio que, frequentemente, está presente na obra de Manuel Luís. Assim, conservaram-se, do programa anterior da igreja salão de três naves, as colunas e nervuras de arranque das abóbodas do cruzeiro, bem como os socos onde assentariam as colunas laterais.

No Pópulo, se a ordem das capelas laterais é a dórica-toscana retirada de Serlio, com um tratamento de capitéis idêntico ao que Manuel Luís popularizou na cidade, as pilastras que, entre elas, ascendem até ao espesso entablamento, são rematadas por um ressalto que se sobrepõe à arquitrave. Lateralmente ao ressalto, Manuel Luís colocou uma mísula, particularidade de desenho que acompanhou a sua arquitetura pelo menos desde a matriz de Ponte de Lima. A todo o comprimento das paredes laterais e a meia altura, sobre os arcos das capelas, corre uma moldura que forma, intercetando as pilastras, um desenho geométrico em grelha, semelhante ao que compartimenta a fachada da igreja de São Paulo, a que poderá estar associado. É certo que, pela primeira vez no Norte do País – se excluirmos as capelas da vizinha igreja de São Paulo – o sistema trílitico de articulação foi corretamente expresso, acompanhado pela total sistematização dos elementos de desenho organizados em módulos, cada um deles corresponde a um tramo. Ele, contudo, não apagou a experiência anterior das igrejas de Frei Bartolomeu, feita de sensibilidades tonais atmosféricas, resultantes dos contrastes dos materiais expostos à vontade de luz. A possível comparação delas com interiores de igrejas italianas dos finais do *Quattrocento* esbarrava na ausência da *consuetudo* e da ordem; no Pópulo, ela perde-se nos expressivos arcos torais cilíndricos, que prolongam as pilastras laterais pela abóbada, interrompendo o grafismo dos caixotões e criando ritmos modulares compartimentados, próximos do românico. A nave do Pópulo resulta de uma pesquisa dirigida para a criação de uma arquitetura teológica, que é ainda acentuada pelas elevadas proporções do conjunto. Nela, chega-se à inevitabilidade de Serlio, mas também se constata a relutância à matéria da arquitetura nortenha

desde Cremona. O que poderá justificar que o grotesco flamengo, sistemaizado por Manuel Luís na capela-mor da igreja da Misericórdia, tenha por completo desaparecido na igreja do Pópulo, ausente da sucessão dos arcos de meio ponto das capelas laterais intercomunicantes, dos caixotões das suas abóbadas de berço, das pilastras que, entre elas, se elevam para sustentar o entablamento e das abóbadas da nave e da capela-mor. A espiritualidade agostinha poderá estar na origem dessa recusa de uma materialidade mercantilista, apesar do carácter ideologicamente inofensivo que Vredeman de Vries e os seus editores concederam ao grotesco flamengo e da sua consequente utilização intensiva pela Reforma católica.

No exterior da igreja, a torre a que falta a cúpula, segundo Bellino destruída por um raio (BELLINO, 1895: 26), é colocada na extremidade da capela-mor, modo que terá notória descendência bracarense, e as paredes laterais são apoiadas em contrafortes que se assemelham a arcos botantes e têm um paralelo português no convento de Santa Clara de Évora, construído na segunda metade do século XVI, que Manuel Luís pode ter conhecido. Eles surgem de uma transformação orgânica das pilastras, que se orientam para o exterior e alargam, formando os muros separadores das capelas laterais. A sua existência deve-se à enorme tensão dos poderosos arcos torais da abóbada interior; essa expressividade, através da arquitetura, das tensões e relações de forças, salienta o carácter neomedieval da igreja, que um classicismo coadjutor não consegue ocultar. No entablamento exterior dos muros das capelas, Manuel Luís utilizou o mesmo sistema de uma mísula de maiores dimensões, ladeada por outra mais pequena, recorrente na sua obra.

Quanto às oficinas conventuais, igualmente alteradas e sujeitas a várias intervenções, sobretudo no século XVIII, o seu plano não foi muito diferente do de São Gonçalo de Amarante: um longo corpo posterior dá origem a uma sucessão de dois claustros, o segundo apenas projetado em 1706 por Manuel Fernandes da Silva (ROCHA, 1996: 121), o primeiro, junto à igreja, fechado e, provavelmente, inacabado. O seu corpo sul, adossado à igreja, mostra ainda aberturas no primeiro nível cujo desenho se coaduna com a época do arranque da construção; elas vêm-se, igualmente, no início do corpo voltado a poente.

A implantação do convento no lado nascente do Campo da Vinha dá-nos uma pista importante; parece ter existido, por parte do arcebispo, a vontade de emular a romana *Piazza del Populo*

(PORTOCARRERO, 2010: 78), onde se localizara a igreja do Pópulo romana, erguida no século XI e reconstruída no *Quattrocento*. Da *piazza* romana partia, para o exterior das muralhas, a *via Flaminia*, cujo prolongamento intramuros se designou via *Lata,* que se viria a transformar no *Corso*. O papa Leão X (1513-1521) abriu uma outra rua, oblíqua a essa, a *via Ripetta*; é possível que tenha ainda projetado o terceiro braço, mais oriental do *trivium*, mas seria Paulo III (1534-1549) a efectivá-lo, passando a designar-se *via del Babuino*. Quando da reformulação urbanística de Roma, empreendida por Sixto V e o seu arquiteto Dominico Fontana, entre 1585-1590, foi implantado, no centro da praça e no ponto geométrico de confluência das três ruas, um obelisco que estava no Circo Máximo, onde tinha sido colocado por Augusto. O tridente inaugurado no Pópulo repetir-se-á, pouco depois, igualmente em Roma, no *trivium* Banchi; contudo, como grande figura do urbanismo baroco, apenas será retomado em França nos meados do século XVI.

O Campo da Vinha não tem a regularidade geométrica da praça romana, embora, na imagem de Braunio, o desenho seja distorcido de modo a aproximá-lo dela. Com o objetivo de salientar as proximidades entre Braga e a cidade-capital do catolicismo, a rua de Santo António sugere o Corso, a dos Biscainhos, aberta por D. Diogo de Sousa, a *Ripeta* e a dos Capelistas (antiga Fonte Cárcova), que liga ao campo de Santana, *a via del Babuino*. Faltava, no campo bracarense, o chafariz central: ele é referido em 1677 na documentação do mosteiro do Salvador[18] e está já presente na gravura do século XVII, dele se elevando também um obelisco.

Os campos das Hortas e de São Sebastião

Em Julho de 1593, o pedreiro Baltasar Fernandes obriga-se a fazer a obra dos alpendres da hortaliça “fora da Porta Nova”. Eles deveriam assentar numa base ou poio de pedra, sobre a qual se ergueriam quatro colunas, que sustentavam a cobertura, cujos capitéis deveriam ser idênticos aos das colunas da Praça do Peixe[19]. Não se deve confundir esta, que ocupou um pequeno espaço quadrangular

---

[18] ADB, Fundo Monástico Conventual. Mosteiro do Salvador, 4, *Livro 4º*, 1677, Novembro 22. fl.284.

[19] AHMB, Caixa nº 11 – *Livro nº 26. Livro de acórdãos, 14 nov. 1592-17 agosto 1596*,1593, Julho 14, fl. 50vº.

no interior da Porta Nova, à direita do extremo poente da Rua Nova do Sousa, com a que lhe ficava fronteira, do outro lado da rua, mais ampla, aberta por D. Diogo de Sousa e que no "Mapa das Ruas de Braga" se designa "Pracinha" (OLIVEIRA, 1991; II, 2). O "açougue de carne e seus alpendres de columnas", cuja construção D. Diogo de Sousa ordenou nesse local (MAURÍCIO, 2000: I, 41), surge representado no "Mapa das Ruas" (fig. 8) e na planta de 1756, embora esteja ausente da gravura de Braunio.

Braunio designou a Praça do Peixe *Forum Piscarium*. Da fonte que aí foi ordenada por D. Diogo de Sousa (OLIVEIRA, 1991: II, 2) não há vestígios; restam, porém, umas pilastras dóricas que suportam um tímpano desenhado por um arco contracurvado, supostamente manuelino, com as armas de Frei Agostinho de Jesus e as de D. Diogo inscritas em cartelas *rollwerk*. Trata-se de uma montagem de elementos dispersos; pelo menos o arco "manuelino" é de construção recente. As armas, as pilastras e a arquitrave, porém, são originais e próprias da época de Frei Agostinho. Consultando o "Mapa das Ruas", verifica-se que elas pertenceram a uma fonte, aí representada (fig. 9), que substituiu a original de D. Diogo de Sousa, o que é sugerido pelo emparelhamento dos escudos de armas. É um conjunto austero, formado por um tanque com um espaldar ladeado pelas pilastras toscano-dóricas, de onde jorra a água por duas carrancas e, sobre este, as pedras de armas dos dois arcebispos construtores. Senna Freitas afirma que ela tinha inscrita a data de 1608 (SENNA FREITAS, I; 38). O seu estilo, porém, com as pilastras rebaixadas ao centro, adequa-se perfeitamente à obra bracarense de Manuel Luís e, no contrato efetuado em 1593 entre a Câmara e Baltazar Fernandes para o alpendre da hortaliça, parece existir uma certa inadequação na utilização dos termos coluna e pilar, sendo possível que os suportes a imitar fossem os da fonte.

Em 1593, os vereadores queixam-se da pouca salubridade do mercado piscícola e da contaminação da fonte próxima, que essa vizinhança provocava. Devido à pouca higiene do *Forum*, a Câmara ordenou que uma nova Praça do Peixe fosse construída fora de portas, junto da entrada da atual rua dos Biscainhos, numa zona de hortas cuja aquisição começou a ser negociada pela câmara em 1593[20]. Em Setembro do mesmo ano, foi determinado que a obra

[20] AHMP, Caixa nº 11 – *Livro nº 26. Livro de acórdãos, 14 nov. 1592-17 agosto 1596,* 1593, Julho 16, fl. 52.

arrancasse; o lugar para ela, "abaixo de São Miguel-o-Anjo", tinha sido aprovado pelo arcebispo, o que significa a anuência do mestre das obras Manuel Luís e foi ordenado que fosse posta a pregão, quer no tocante à pedraria quer no que respeita à carpintaria[21].

A sul do Campo das Hortas, dele separado pela ermida de São Miguel-o-Anjo, onde os arcebispos se paramentavam antes de fazer a sua entrada na cidade (OLIVEIRA, 2006: 13) localizou-se o Campo de São Sebastião. Com o das Hortas, foi aberto por D. Diogo de Sousa e relacionou-se também com uma porta da muralha: o Postigo de São Sebastião. No limite do campo situava-se a Cruz de Pedra e uma congosta, que dava pelo nome de Congosta de São Sebastião. Por ordem expressa de Frei Agostinho, a calçada da Cruz de Pedra foi reparada e a congosta alargada. A intervenção incidiu numa das mais importantes entradas da cidade, de onde partia a estrada do Porto, e não se ficou por aí, tendo o arcebispo ordenado que se "...fizesse hua boa e nobre rua e de grande serventia...e pera ysso mandara dar seu concentymento para se cortar ho neçesaryo pera bem de se emdereytar a dyta rua". O desenho da via foi traçado a cordel, segundo práticas do urbanismo regulado que remontavam à Idade Média e, para garantir o seu percurso ortogonal, foi necessário expropriar uma série de propriedades pertencentes ao cabido, à mesa episcopal e ao Mosteiro de Nossa Senhora dos Remédios[22]. A rua está representada na gravura de Braunio e, em 1595, já é empregue a designação de Rua Nova de São Sebastião[23]. Pouco depois, o Postigo de São Sebastião foi intervencionado, sendo alargado e reparado[24].

Esse percurso corresponde à antiga saída para *Cale*, unindo-se à *via XVI*. Tinha início na zona do antigo *forum*, indicado por Braunio na sua gravura – onde atualmente se situa a capela de S. Sebastião (RIBEIRO, 2008: I, 224) – seguindo para poente pela Rua de S. Sebastião e correspondia ao decumano máximo ocidental. No extremo deste, existiria um entroncamento de caminhos, depois designado a Cruz da Pedra: o supracitado, que seguia para sul, e

---

21 Idem, ibidem, 1593, Setembro 1, fls. 62-62vº.

22 AHMB, Livro 25, 1591-1594, *Livro dos acórdãos do ano de 1591 ate 1592*, 1591, Dezembro 13, fl. 87.

23 AHMB, Caixa nº 11, *Livro nº 26. Livro de acórdãos, 14 nov. 1592-17 agosto 1596*. 1595, Março 4, fl. 168.

24 AHMP, Caixa nº 12, *Livro das Actas da Câmara de Maio de 1596 a 7 Dezembro de 1509. Acordãos da Câmara 1596-1599,* 1595, Setembro 28, fl. 30.

outro que se orientava para oeste, em direção à costa (RIBEIRO, 2008, I: 217). A continuidade entre a «Nova Roma» de Frei Agostinho a a que a tinha precedido na era de Augusto estava, portanto, assegurada.

O Paço Arcebispal

Para além de ter participado nas obras camarárias, Manuel Luís deve ter dado traças para uma série de pequenos empreendimentos efetuados em edifícios públicos de Braga. Elas referiram-se à construção de equipamentos associados a princípios da arquitetura humanista: a síntese entre representação e funcionalidade e o acento higienista. Inclui-se no primeiro grupo a escada alpendrada de pedra que se construiu no pátio do hospital de São Marcos em 1592, acedendo à "varanda" do primeiro piso[25], semelhante à que existiu no pátio da Misericórdia portuense. No segundo estão as "secretas" em pedra: para além das já referidas, do convento dos Remédios, constroem-se outras, no quintal do seminário, em 1593[26].

Em termos de arquitetura civil, porém, a intervenção mais importante de Manuel Luís ocorreu no Paço Arcebispal. O paço inicial organizava-se num conjunto de três torres: a mais antiga foi construída pelo arcebispo D. Gonçalo Pereira (1326-1348) (MARQUES,1983: 47), a mais recente é já quatrocentista e atribuível a D. Fernando da Guerra (1416-1467). A esse conjunto foi anexada uma ala, que se alongou na direção norte, perpendicularmente ao alinhamento das torres, que existe ainda hoje e deverá igualmente datar da época de D. Fernando da Guerra.

O conjunto do paço, dominando uma área ainda pouco urbanizada no século XVI, denota um espaço fechado sobre si mesmo, com evidentes preocupações defensivas, bem patente na gravura de Braunio. Essa característica pode-se explicar dado o constante estado de sobressalto que os arcebispos de Braga viveram entre os meados do século XIV e os finais do seguinte. A sua expansão, materializada numa progressiva aproximação ao espaço público da rua, à ditadura do olhar e à representação, ocorrerá posteriormente, num longo

---

[25] ADB, Nota Geral, *Livro 79,* 1592, Outubro 19, fl. 119.
[26] Idem, Livro 83, 1593, Maio 25, fl. 13.

processo iniciado após D. Diogo de Sousa. Este, mais do que com a construção de novos edifícios, preocupou-se em regularizar os preexistentes e dotá-los de uma série de equipamentos que denunciam a nova era de bem-estar íntimo importada, em boa medida, através da *devotio moderna* nórdica: escadarias, terraços, câmaras, espaços ajardinados, mirantes e chafarizes. O que é patente quando se compara a descrição do "Memorial", em que se registaram as suas intervenções, com o paço representado por Braunio.

Na sua zona sul, mais próxima à rua do Souto, o paço apresenta dois grandes recintos, ladeando o corpo longilíneo atribuído a D. Fernando da Guerra. O primeiro, a poente, está dividido em duas áreas diferentes; a que está mais próxima da rua do Souto, da qual é separado por um corpo de edifício, é ajardinada, com um chafariz ao centro. No "Memorial", essa área específica do conjunto é denominada "Paços da Sé" (MAURÍCIO, 2000: I, 62), diferenciando-se, por conseguinte, do restante núcleo episcopal. O chafariz e o jardim dos "Paços da Sé" foram obra de D. Diogo, bem como a ala que separa o espaço ajardinado da rua do Souto, onde o bispo construiu uma "sotea", ou seja, um terraço miradouro que, do lado do jardim, se apoiava em colunas. Outra informação interessante fornece o "Memorial": do jardim, D. Diogo lançou uma escada que subia para a "camara maior de cima". A escada, embora semioculta, é visível no plano de Braunio e esta "camara grande...que esta sobre o jardim" (MAURICIO, 2000: I, 62) é a extremidade sul do corpo perpendicular às torres. Fechando o ângulo entre o limite dessa ala e a que separa o jardim da rua do Souto, onde existiu a "sotea", é bem visível um edifício de dois pisos, possivelmente também erguido por D. Diogo e que fecha o jardim, ainda próximo ao modelo do *hortus conclusus* medieval.

O segundo recinto abre-se a nascente da ala atribuível a D. Fernando da Guerra e frente ao conjunto fundador das três torres, que Braunio representou como um corpo unificado e ameado. No centro dele, é bem visível um pórtico, que seria a entrada nobre do paço e, perto do ponto em que a ala de Fernando Guerra se unia a esse corpo, foi lançada por D. Diogo a escadaria exterior que se apoiava em seis arcos: "Fez de novo huã escada a estes paços da banda de fora no terreiro diante deles..." (MAURÍCIO, 2000: I, 61). Se ela não é bem percetível na planta de Braunio, é nítida no "Mapa" de 1756 (fig. 4) e numa fotografia tirada antes das obras de demolição, empreendidas pela DGEMN na década de trinta do século

passado (BESSA, 2013: 52). Finalmente, no local frente ao paço que se designou a "Calçada" e não era mais do que um troço da rua do Souto, separado do terreiro por um corpo transversal lançado entre a Relação a nascente e a ala de Fernando da Guerra a poente, D. Diogo colocou um segundo chafariz, também representado por Braunio.

O autor do "Memorial", quando alude ao terreiro onde se localizou a escadaria, e à calçada onde foi implantado o chafariz, está a enfatizar dois espaços diversos. Assim, o edifício transversal representado por Braunio, que delimita a área privada do terreiro do espaço público da calçada, não tem qualquer estrutura exterior semelhante a uma escadaria. Como se referiu supra, ela não estava aí, mas sim junto do ângulo formado entre a ala de Fernando da Guerra e o conjunto fundador das torres. Uma escada de dois lanços afrontados, porém, viria a ser lançada posteriormente nesse local, embora não propriamente nesse corpo. Com efeito, Albano Bellino, embora sem apresentar fundamentação para a sua afirmação, menciona que um corpo transversal foi erguido por D. Rodrigo da Cunha (1627-1635) (BELLINO, 1895: 26). Num aforamento, datado de 1628, afirma-se que aí se localizava a porta principal do paço[27], o que condiz com a representação de Braunio. Na vista de Braga dos finais do século XVII, porém, esse corpo já não é o mesmo: tem dois pisos e ao centro da sua fachada existe, não uma porta, mas uma escadaria de dois lanços afrontados que sobe ao andar nobre do edifício. Ela viria a ser demolida quando, em 1709, mais uma vez segundo Albano Bellino, D. Rodrigo de Moura Telles fez obras no paço, tendo-a deslocado para o interior (BELLINO, 1895: 26).

A gravura de Braunio exige uma certa ambiguidade na representação da ala do paço que faceia a Relação. Na verdade, a sua extremidade sul parece estar um pouco recuada em relação à do tribunal arcebispal, o que é incorreto, visto que esta será aumentada pelo bispo Moura Teles, que lhe antepôs um novo corpo, a Casa do Provisor, cujo remate norte alinhou pelo que lhe era fronteiro. Este, atualmente ainda existente, seria erguido por Frei Agostinho, prolongando a antiga ala de Fernando Guerra na direcção sul: "quarto da galaria, nobre edifício, & o melhor dos paços Arcebispaes" (CUNHA, 1989: II, 411), devendo-se também ao seu mestre das

[27] ADB, *Livro 13 de Prazos da Mitra*, 1628, Junho 27, fl. 130: "...casa sobradada debaixo da galeria que está junto dos paços arcebispais ao canto da dita galeria junto a porta principal dos ditos paços".

obras Manuel Luís. Ao centro da sua fachada, sob as armas de Frei Agostinho envoltas por uma cartela *rollwerk* antuerpiana, lê-se a data de 1593, embora seja possível que os trabalhos só ficassem concluídos em 1597 (AFONSO, 1997: 21) (fig.10). Nesse mesmo ano de 1593, em Dezembro, Lourenço Gonçalves e uma equipa de pedreiros rematou o muro que fechou o jardim do paço[28].

A gravura de Braunio, que data de 1594, não faz justiça à galeria; o corpo que aí se representa em seu lugar apenas aparenta uma volumetria idêntica. Só se perceberá essa ausência, num documento de propaganda da cidade e da ação do seu arcebispo, se Braunio o desenhou alguns anos antes, talvez quando da chegada de Manuel Luís em 1591 e com a sua colaboração. Como este não teria ainda um projeto para o paço, embora estivesse inteirado da vontade do arcebispo o construir nesse local, terá sido representado sem quaisquer detalhes. O "quarto da galeria" tem uma planta em L, com o corpo mais longo, voltado ao Largo do Paço, suportado por espessas colunas toscanas e o mais curto voltado ao Largo D. João Peculiar, a antiga "calçada". Atualmente, o vazio escuro da colunata parece esmagado pelo cheio da massa de cantaria de granito nu sobre ela. Contudo, originalmente o quarto da galeria não foi assim. A referência de Eduardo Pires de Oliveira, em artigo recente, ao aforamento de um dos espaços da galeria para livreiros, menciona, em 26 de Setembro de 1628, "o acrescentamento de mais hum arco" (OLIVEIRA, 2014--2015: 114). Aliás, no quadro que o mesmo autor publica nesse artigo, em que discrimina os diferentes emprazamentos efetuados no mesmo local, entre os anos de 1609 e 1720, pela Mitra, consta também o número de arcos a que cada um deles se referia (OLIVEIRA, 2014--2015: 115). Consultados os originais, verifica-se que os prazos – e vedorias – mencionam especificamente os "arcos" aforados, o que parece não deixar grande margem para dúvidas, apesar do carácter robusto das colunas existentes. Eles eram em número de treze e deveriam ser de volta perfeita (fig. 11), esquema tectónico que colidia com os princípios teóricos da arquitetura vitruviana. A colunata desenhada por Manuel Luís sofreu, por conseguinte, o mesmo destino que outras semelhantes, existentes nos centros urbanos nortenhos; alguns anos após a conclusão da galeria, os "arcos" foram entaipados pelas paredes de boticas, casas e uma oficina de imprensa.

---

[28] AHMB, Livro 25, *Livro dos acórdãos do ano de 1591 ate 1592*, 1593, Janeiro 23, fl. 16vº.

A origem da galeria de Manuel Luís deve-se procurar na tradição da arquitetura e do urbanismo nortenhos, em que a figura do alpendre era frequente, embora quase sempre arquitravado. Na *villa* de D. Rodrigo Pinheiro e na portaria do mosteiro de São Salvador de Grijó, ambos obras a que o mestre das obras do arcebispo esteve possivelmente associado, ela teve antecedentes claros. As semelhanças serão sobretudo expressivas em relação à fachada principal da *villa,* em que, para além da desaparecida colunata (com arcos?) que suportava o piso nobre, este era marcado, ao centro, pelas armas de D. Rodrigo Pinheiro, modelo seguido na galeria arcebispal. Existiram, porém, outros modelos áulicos que influenciaram Frei Agostinho e o seu mestre: em Lisboa, o Paço da Ribeira avançava para o rio sobre uma colunata e, em Santa Maria de Belém, que Manuel Luís conheceu, a longa ala atualmente ocupada pelo Museu Nacional de Arqueologia foi igualmente erguida sobre uma galeria aberta e pensada como Paço Real.

Os arcos referidos nos emprazamentos faziam a galeria de D. Agostinho ganhar em sociabilidade e abertura à paisagem urbana. Estas, aliás, eram exponenciadas por outro sinal da aproximação entre o prelado e a sua cidade: o balcão, suportado por expressivas mísulas que, na ala sul, se debruça sobre a rua do Souto e sucedeu à "sotea" de D. Diogo. No "Memorial" refere-se que esta se ergueu sobre colunas e Manuel Luís deixou uma lembrança delas, do lado do jardim, num alpendre que abre por uma pseudo-serliana com suportes dóricos idênticos aos da galeria. A varanda, também coroada pelas armas arcebispais, tem uma cuidada e subtil modelação das cantarias, em que se recordam os efeitos conseguidos na fachada, ligeiramente anterior, de São Paulo (1590). O balcão permitiria ao arcebispo observar de perto as cerimónias religiosas de uma rua profundamente marcada pelo ritual, em que se destacavam as procissões de *Corpus Christi* e de S. João. O maior significado da ala erguida por Manuel Luís será talvez esse e, sendo assim, mais uma vez, numa obra sua, se verifica uma assumida relação com a História, já que a galeria arrastou a ala de Fernando Guerra e, com ela, o paço medieval para a rua e o bulício do centro urbano de Braga.

Em 1720, ainda se referem os arcos da galeria nos livros de Prazos da Mitra (OLIVEIRA, 2014-2015: 115). Na planta dos finais do século XVII, os arcos aparecem já fechados, o que condiz com as informações dos aforamentos. Se, na planta de finais do século XVII,

é impossível verificar se os arcos existiam, na imagem do paço representada no "Mapa das Ruas" (1750) já não há vestígios deles (fig. 12). Possivelmente, terão sido apeados no tempo de D. Rodrigo de Moura Teles, quando se fizeram obras de vulto no largo. Refira-se, a esse propósito, que as janelas de sacada da galeria não são as originais; no século XVII, as armas do arcebispo ainda se localizavam, de forma canónica, no espaço central da colunata, ou seja, o sétimo arco[29]. Hoje, porém, estão sobre uma coluna e essa deslocação permitiu o atual ritmo das aberturas. Essa obra deve datar da época de D. Rodrigo de Moura Teles, quando houve uma nítida preocupação de harmonizar as janelas de sacada nas três alas que delimitam o largo, o que poderá ter tido como consequência a destruição dos arcos, substituídos pela arquitrave. O entaipamento, contudo, prosseguiu, e a galeria só será aberta quando da intervenção dos Monumentos Nacionais na década de trinta do século passado. Os fustes da colunata mostram ainda as cicatrizes do entaipamento e as suas bases não aparentam ser as originais, pois não exibem as molduras apropriadas à ordem, mas por arremedos toscos e muito castigados. A intervenção da DGEMN substituiu também a arquitrave, bem como a parede entre ela e o sobrado, este trocado por placa de cimento. Desapareceram, desse modo, os possíveis vestígios que os arcos mencionados nos emprazamentos pudessem ter deixado na fachada antiga.

A intervenção na Sé

Em 28 de Julho de 1592, a Sé de Braga foi consagrada por Frei Agostinho de Jesus à Virgem Maria. D. Rodrigo da Cunha explica a razão da sagração: "por nella se não acharem vestigios nem memoria da sagração antiga" (CUNHA, 1989, II: 412). D. Rodrigo diz, também, que Frei Agostinho mandou colocar na Sé uma inscrição em latim comemorativa da cerimónia: envolta por uma moldura de *strapwerk*, idêntica a outras que Manuel Luís empregou na sua obra, ela é ainda visível no lado norte da galilé. Para além disso, o arcebispo ordenou que a cerimónia de sagração fosse pintada sobre um painel, em que se fez representar, juntamente com aos prelados que a ela assistiram, e se destinou a ser colocado no transepto, frente ao altar

[29] ADB, *Livro 26 de Prazos da Mitra*, 1680, Agosto 3, fl.28.

de São Martinho. Outro painel deveria ser colocado frente à capela de Santiago Intersiso. Tinha as mesmas dimensões, e o arcebispo pretendia que nele "se pintasse Santa Engrassia e seus cavalleiros como filha de hu rei bracarense"[30]. Frei Agostinho mandou ainda que fosse deslocado o túmulo do príncipe D. Afonso, filho mais velho de D. João I falecido em Braga com dez anos em 1400, do local "triste e escuro", junto ao púlpito, onde se encontrava, para um lugar do lado do Evangelho, frente à Porta do Sol, "que he mais nobre e com lus da porta"[31]. Já foi referida a colocação das estátuas dos santos arcebispos nas colunas da nave, bem como a intervenção nas cabeças relicário de São Martinho e Santiago, mas outras obras, ainda segundo D. Rodrigo da Cunha, foram empreendidas pelo seu antecessor. Assim, Frei Agostinho mandou retirar o Santíssimo Sacramento do altar-mor, passando-o para capela própria, para cujos gastos comprou 15.000 réis de juro; colocou dois retábulos nas testadas do transepto; ordenou o púlpito de jaspe vermelho com grades de bronze e as suas armas; finalmente, "ordenou" as capelas de São Geraldo – no exterior da Sé – e as colaterais de São Martinho de Dume e Santo Interciso (CUNHA, 1989, II: 413).

A primeira das quatro capelas colaterais da Sé, contando da esquerda para a direita, é a de Nossa Senhora das Rosas. Anteriormente, foi de São Martinho de Dume, pois Agostinho de Jesus trasladou para aí em 1606 a sua relíquia e, ainda antes disso, de Santa Marta ou da "Madalena". Segue-se a capela de Nossa Senhora do Sameiro, que foi de São Pedro de Rates, pois desde 1552 albergava as relíquias do mártir bracarense, para aí trasladadas por Frei Baltasar Limpo. Atualmente, mostra abóbada de berço de caixotões em pedra, obra do início do século XVIII a cargo dos mestres pedreiros Manuel Fernandes da Silva e Filipe Vicente. Ultrapassada a capela-mor, abre-se a colateral do Santíssimo Sacramento e, finalmente, a do Sagrado Coração de Jesus, cuja invocação antiga era Santiago Interciso. No início do século XVIII, para além da intervenção na capela de Nossa Senhora do Sameiro/ S. Pedro de Rates, há notícia da transformação de mais duas colaterais: a da Santíssima Trindade (atualmente do Sagrado Coração de Jesus) e a de São Martinho de Dume/Nossa Senhora das Rosas, estas

---

30 ADB, Indice do Cabido, volume I, *Lembrança das obras em que o arcebispo de Braga D. Frei Agostinho de Jesus despendeu o dinheiro do sinodático. Ano de 1594*, fl. 91.

31 Idem, ibidem.

apenas a cargo de Manuel Fernandes da Silva. No contrato relativo a ela, indica-se que a capela deveria ficar idêntica à do Santíssimo Sacramento. Joaquim Moreira da Rocha sugere que esta teria sido igualmente reformada durante o arcebispado de D. Rodrigo de Moura Teles, mas a verdade é que não encontrou nenhumas referências documentais a essa obra (ROCHA,1996:77). J. Augusto Ferreira, contudo, indica que essa capela, como sugere D. Rodrigo da Cunha, foi ordenada por Frei Agostinho de Jesus (FERREIRA, 1932, III: 103-105) e Aguiar Barreiros, por sua vez, informa que o mesmo arcebispo reedificou "pelo menos" a capela de Santa Marta, hoje com a invocação da Senhora da Rosa, quando da trasladação das ossadas de São Martinho de Dume, que aí foram depositadas em 1606 (BARREIROS, 1989: 50).

Manuel Fernandes da Silva é o último dos grandes mestres do classicismo bracarense, sólido e conservador, cuja maior influência foi a obra que Manuel Luís deixou na cidade. Será, portanto, legítimo pensar que a intervenção setecentista na cabeceira possa ter recreado a capela do Santíssimo e que esta se deva a Manuel Luís, dado o seu cargo de mestre das obras do arcebispo. As quatro capelas abrem por arcos suportados por pilastras coríntias caneladas – raras na arquitetura nortenha, idênticas, nos fustes, às da capela-mor de São João da Foz do Foz do Douro, de Cremona, e do lavatório da antessacristia de Pombeiro, a que se fará referência a seguir – e o embasamento das pilastras da capela do Santíssimo tem um tratamento diverso dos restantes, rebaixados ao centro. Estes, portanto, deveriam ser mais antigos e próprios da época de Manuel Luís, o que parece contrariar a ideia, acima exposta, de que a capela do Santíssimo tenha sido erguida por D. Frei Agostinho. Os capitéis dos quatro arcos são igualmente diversos; os das capelas do lado direito mostram um tratamento bem mais expressivo da folhagem dos cestos. As características morfológicas dos arcos das capelas não se harmonizam, portanto, com os dados fornecidos pela bibliografia; fica, portanto, a dúvida relativa à época da sua construção.

Deve ser igualmente atribuído a Manuel Luís o púlpito de jaspe mencionado por D. Rodrigo. Localiza-se do lado da Epístola e ostenta as armas de D. Frei Agostinho, subindo-se para ele através de uma escada com uma guarda de bronze. Em 1594, o púlpito estava quase concluído, faltando apenas "fortificar o escudo (...) e mudar o guarda poo e polo direito que o deixarão torto os

officiaes e falta-lhe nas ilhargas dous pedaços de molduras..."[32] Possivelmente, o desenho dos dois retábulos " de boa obra", que foram colocados nas testadas do transepto, cujas invocações eram o Cristo Crucificado e Santo Agostinho (CUNHA, 1989: II, 413), também foi seu. Parece, contudo, existir outra opinião sobre a localização do retábulo de Santo Agostinho: o pintor Francisco Leitão pintou, em 1594 "o feitio de dous escudos e dos letreiros e tarje e pratta e feitio que pos no rettabolo de Santo Agostinho que esta sobre a porta da See..."[33].

Tudo isso leva a questionar o papel do mestre nas obras da Sé. A resposta a essa questão estará no contrato para a execução do gradeamento firmado em 1596 pelo relojoeiro Fernão Gonçalves. Destinava-se para a capela, então designada "da Madalena" que, afirma-se no documento, viria a receber o corpo de São Martinho de Dume. Esta é, portanto, a capela que Aguiar Barreiros designa por Santa Marta e para onde, segundo o mesmo autor, seriam trasladados, em 1606, as relíquias de São Martinho de Dume, apesar do desfasamento temporal entre a execução do gradeamento e a trasladação. O gradeamento deveria basear-se numa mostra que estava assinada pelo relojoeiro Fernão Gonçalves e pelo mestre das obras Manuel Luís. Este seria, pelo que se depreende do contrato, o autor da traça, que inclua os característicos "ovados" flamengos.

O mestre do arcebispo, portanto, não estava limitado à tradicional função do pedreiro, muito menos à de ser apenas chefe do estaleiro; ele tinha o controlo sobre a produção artística durante a campanha de obras na Sé, o que dá todo um outro significado ao termo "mestre pedreiro" e, aliás, parece ter igualmente sucedido numa anterior obra sua, a capela-mor da Misericórdia do Porto. O projeto do arcebispo para Braga, a definição de uma nova imagem para a sua cidade, passava pelo controlo artístico, arquitetónico e urbanístico e, nele, Manuel Luís desempenhou um papel nuclear. Para esse projeto, como se referiu, o arcebispo contou igualmente com outros artistas, como o escultor Gonçalo Rodrigues, que tinha trabalhado para a capela-mor da Misericórdia do Porto e que, em Braga, executou, para além das já referidas, seis esculturas em terracota para a porta

---

[32] Índice do Cabido, volume I. *Lembrança das obras em que o arcebispo de Braga D. Frei Agostinho de Jesus despendeu o dinheiro do sinodático. Ano de 1594,* fl. 91.

[33] ADB, Indice do Cabido, volume I. *Lembrança das obras em que o arcebispo de Braga D. Frei Agostinho de Jesus despendeu o dinheiro do sinodático. Ano de 1594*, fl. 91.

travessa da Misericórdia, representando a Visitação da Virgem (SERRÃO, 1998: 155), um *Ecce Homo* para o colégio de São Paulo e um conjunto de esculturas para o convento de Nossa Senhora do Pópulo, sendo possível que tenha igualmente trabalhado na Capela dos Mareantes da igreja misericordiana de Esposende (SERRÃO, 1998: 160). O papel coordenador de Manuel Luís, aliás, deve ter-se alargado a algumas das Misericórdias contemporâneas do arcebispado de D. Frei Agostinho e a, pelo menos, dois mosteiros próximo de Braga: Landim e Pombeiro.

As igrejas de Misericórdia e a arquitetura monástica

Na época de Agostinho de Jesus, uma série de igrejas de Misericórdia foi construída ou estava em construção no arcebispado. Reportando-nos apenas a quatro delas – Guimarães, Barcelos, Esposende e Vila do Conde – constata-se que, em Barcelos (i. 1591), houve grandes alterações no século XIX; a igreja, porém, viria a ser recuperada em tempos recentes, evidenciando uma planimetria em duplo quadrado na nave e a presença de um arco triunfal com dois absidíolos e ornamentação "flamenguista" a que se pode associar, juntamente com a desaparecida fachada-retábulo, o nome de Manuel Luís (AFONSO, 2012). Vila do Conde (i.1599) tem o mesmo tipo de planimetria e o arco triunfal mais notável deste conjunto; o seu projeto está documentado, sendo a igreja obra de uma equipa portuense em que se destaca Gregório Lourenço AFONSO, 2010). A igreja da Misericórdia de Esposende (i. 1586) foi iniciada antes de Frei Agostinho e, apesar de ter sido objeto de uma intervenção pesada nos séculos XVIII e XIX, manteve inalteradas as dimensões da sua nave em duplo quadrado (AFONSO, 2014). Na Capela dos Mareantes, aberta para a nave, explanou-se um programa artístico, em que se associa a pintura, a escultura e a talha, inspirado na capela-mor da igreja da Misericórdia portuense e onde terá trabalhado, como se referiu, Gonçalo Rodrigues, o escultor de Frei Agostinho. Desse modo, a participação de Manuel Luís nesse programa é bem provável. A Igreja da Misericórdia de Guimarães, por sua vez, arrancou em 1580 e deve-se a Gonçalo Lopes (RUÃO, 1996:125-144), tendo conservado, para além da fachada original, a planimetria, igualmente em duplo quadrado, da nave. Manuel Luís, como mestre das obras do arcebispo, viria a ter um papel decisivo nessa obra, como já foi

referido; para além disso, o frontispício deve ser-lhe atribuído, embora tenha sido alterado no seu registo superior.

A primeira questão a constatar é que é possível traçar, nas quatro igrejas, uma linha de continuidade planimétrica com a igreja da Misericórdia do Porto e, também, com a sua contemporânea de Braga, igualmente atribuída a Manuel Luís. A origem dessa planimetria deve estar na igreja Matriz da Foz, de Cremona, que adotou a racionalidade do duplo quadrado albertiano. Na Foz estará também a fonte dos arcos triunfais tripartidos do cruzeiro, que subsistem em Barcelos, Vila do Conde e Porto. Nestas três últimas, e ainda em Braga e Guimarães (1580), existem ou existiram, igualmente, fachadas--retábulo nos frontispícios (fig.13); sobre Esposende, não foi encontrada qualquer informação que permita afirmá-lo. Portanto, e para além do sobredito, pode-se concluir que, na época de Frei Agostinho de Jesus e do seu mestre, estava já definida uma tipologia de igreja de Misericórdia, com nave única em duplo quadrado e uma espacialidade interior "teológica", desmaterializada e sem perspetiva, que foi adotada pela Irmandade no arcebispado. Inclusive, em algumas dessas igrejas, casos de Guimarães e, talvez, Barcelos, existiu uma intervenção direta do mestre das obras do arcebispo. Ela, porém, não parece ter-se limitado apenas às Misericórdias, sendo muito provável que se tenha alargado à arquitetura monástica.

Em 1600, quando Manuel Luís faz uma vistoria à obra da igreja da Misericórdia de Guimarães, foi acompanhado por Jerónimo Luís, então mestre das obras do mosteiro de Pombeiro. Jerónimo Luís é, muito provavelmente, irmão de Manuel Luís. A sua carreira terá sido iniciada em Lisboa, ao lado de Jerónimo de Ruão, filho de João de Ruão, na capela-mor de Santa Maria de Belém (1563-1572) (RUÃO, 2006: 422). Entre 1576 e 1583 está no Porto, a dirigir a construção do claustro redondo do mosteiro de S. Salvador da Serra (FREITAS, 1984: 12-18) e, em 1580, é contratado pelo conde da Feira D. Diogo Forjaz Pereira para erguer a igreja do convento do Espírito Santo em Santa Maria da Feira (RUÃO, 1996: 225). Depois, surge em 1585 como "residente" no convento dos Lóios, no Porto, e participa em obras, realizadas nas muralhas da cidade, em 1589 (AFONSO, 2012: 238). É muito possível que se refira a ele um documento, datado de 1587, que dá um Jerónimo Luís como aparelhador da obra da capela do Espírito Santo, na igreja de Nossa Senhora da Conceição ou da Misericórdia de Lisboa, atribuída a Jerónimo de Ruão (ALMEIDA, 1997: I, 177). Ainda no Porto, é em

1595 processado pela Câmara por ter abandonado uma obra (AFONSO, 2012: 238). É possível que esse "abandono" se deva à sua partida para Pombeiro.

As obras quinhentistas no mosteiro beneditino, fundado em meados do século XI, estão associadas à reforma da Ordem e à fundação da Congregação Beneditina Lusitana. Como outras casas dos Monges Negros, Pombeiro entrara em decadência a partir da segunda metade do século XIV, que será acelerada com a introdução, logo depois, do sistema dos Abades Comendatários. No terceiro quartel do século XVI, segundo o cronista da Ordem Frei Leão de São Tomás, apenas a igreja se mantinha de pé (SÃO TOMÁS, 1974: 77-78). As obras, integradas na reforma geral dos mosteiros beneditinos, iniciaram-se no princípio da década de 80, na sequência do pedido enviado ao papa Paulo IV, entre 1560 e 1565, pela rainha D. Catarina. Os trabalhos, porém, seriam protelados, devido ao facto de o último comendatário ter sido D. António Prior do Crato, o pretendente ao trono português.

Segundo Marcelo Mendes Pinto, a primeira obra de que encontrou notícia refere-se à reparação do coro por Lucas Fernandes, contratada em 8 de Abril de 1585 (PINTO, 2011: 43). De facto, Lucas Fernandes, "mestre das obras do coro" é por vezes nomeado como testemunha em atos notariais efetuados no mosteiro entre 1587 e 1588[34], cargo que parece ter partilhado com João Moreira[35]. Porém, um outro registo informa que ele era imaginário, morador em Braga[36], não mestre da obra de pedraria. O primeiro mestre das obras do mosteiro nomeado na documentação é, em 1581, Francisco Ribeiro[37], embora Marcelo Mendes Pinto afirme que os trabalhos só terão verdadeiramente arrancado em 1588, quando a Congregação de São Bento tomou posse definitiva do mosteiro (PINTO, 2011: 43). Jerónimo Luís surge pela primeira vez nomeado como mestre das obras em 29 de Julho de 1598[38], portanto antes da sua vista à Misericórdia vimaranense. Morou no lugar do Burgo, junto do mosteiro, com a sua mulher Inês da Costa. Esta viria a falecer em 21 de Novembro de 1601[39], enquanto ele lhe sobreviveu pouco menos de dois anos, tendo

---

34 ADB, Mosteiro de Pombeiro, *Livro 4 de Prazos*, 1587, Dezembro 11, fl. 27vº; Idem, 1588, Fevereiro 27, fl. 76.
35 Idem, Livro 8, 1586, Dezembro 21, fl. 215vº; Idem, ibidem, 1567, Janeiro 29, fl. 233vº.
36 ADB, Mosteiro de Pombeiro, *Livro 10 de Prazos,* 1588, Março 23, fl. 93.
37 Idem, *Livro 8 de Prazos*, 1581, Maio 1, fl. 144vº.
38 Idem, 1598, Julho 29, fl. 188vº.

morrido, ainda como mestre das obras do mosteiro, em 16 de Outubro de 1603[40].

A obra de Jerónimo Luís em Pombeiro centrou-se na construção das torres harmónicas da fachada e da galilé entre elas (fig.14); mas dirigiu igualmente a sacristia, e o grande claustro deve ter sido um projeto seu, ou, possivelmente, de Manuel Luís. As torres possuem expressivas molduras no embasamento, idênticas às que surgem no exterior da capela de São Vicente, no claustro da Sé do Porto, erguida na época de D. Frei Marcos de Lisboa (1581-1591), obra que se pode ambientar no trabalho de Manuel Luís, Gregório Lourenço ou do próprio Jerónimo Luís, e no Pópulo. Na galilé, suportando a abóbada de caixotões muito abatida, existem mísulas jónicas, resultantes da interrupção, em forma de vieira, do lançamento do fuste um pouco abaixo do capitel (fig. 15). Elas são idênticas às que existem na matriz de Penafiel e poderão ter a sua origem na capela de Nossa Senhora de Agosto, de Manuel Luís. É de realçar que, se Jerónimo Luís esteve, como foi sugerido, a trabalhar no mosteiro de Santa Maria de Belém com Jerónimo de Ruão, estaria justificada a semelhança entre a cobertura dessa galilé com idêntica estrutura aí erguida por Diogo de Torralva. Ela cobriu a área frente ao portal poenta da igreja e as suas mísulas são também cortadas em forma de vieira. As torres que enquadram a galilé justificavam-se pela tradição do senhorio abacial do mosteiro; Santo Tirso, também beneditino, possuía igualmente duas torres ladeando a fachada da igreja, embora não fossem harmónicas, o que pode ter inspirado D. Miguel da Silva na Foz do Douro. Com entrada pelo interior da igreja, abrem-se, sob as torres, duas capelas, igualmente com abóbadas de caixotões abatidas, que devem também ser atribuídas a Jerónimo Luís. As coberturas abatidas das capelas são formalmente idênticas às das naves do claustro do convento dominicano de São Domingos de Viana e abrigam retábulos em pedra. Um deles é jaspeado, o que pode remeter para as capelas-mores de Belém e do convento do Espírito Santo em Vila da Feira, muito provavelmente erguida por Jerónimo Luís no seguimento do contrato supra-referido.

A sacristia do mosteiro foi também obra de Jerónimo Luís. Ela é precedida por uma antesacristia em que existe um lavabo maneirista,

---

[39] Arquivo Distrital do Porto, Pt-ADPRT-PRQ-PFLG15-003-0001 – *Registo de Óbitos*. 1601, Novembro 21, fl. 103.

[40] ADP, Pt-ADPRT-PRQ-PFLG15-003-0001 – *Registo de Óbitos*. 1603, Outubro 16, fl. 104.

com um retábulo em pedra exibindo pilastras caneladas que, como se afirmou a propósito das que existem nas capelas da cabeceira da Sé de Braga, são raras na arquitetura coeva do Noroeste. Sobre a porta de acesso à sacristia está inscrita a data de 1597. Jerónimo Luís, por conseguinte, estaria à frente das obras do mosteiro em data anterior ao ano de 1598 que foi referido. A sacristia, cuja cobertura é formada pelo sobrado do piso superior, tem duas naves, separadas por uma colunata transversal jónica. A sua organização é, portanto, idêntica à da sala do tribunal da Relação bracarense. As volutas dos capitéis apresentam os mesmos escamados que aparecem no claustro do mosteiro de São Salvador da Serra e os fustes são unidos às bases por elementos vegetalistas, tradicionais na arquitetura coimbrã. Na parede do fundo, um retábulo de pedra, enquadrado por arcos abatidos e colunas jónicas, abriga três painéis de pintura sobre madeira, retomando o conceito neo-românico da abside da capela-mor do Porto (fig.17). A face interior das volutas dos capitéis é, como na igreja matriz de São Martinho de Penafiel (1559-1572), obra a que Jerónimo e Manuel Luís deverão estar associados, revestida por folhas de palma.

O grande claustro, hoje completamente arruinado, também deverá ser atribuído a Jerónimo ou Manuel Luís. De facto, é bem possível que este último tenha mantido, como se defende neste artigo, um ascendente sobre várias intervenções ocorridas no arcebispado na época de Frei Agostinho. Os seus alicerces abriam-se já em 1606[41], portanto três anos após a morte do seu possível irmão e dois depois do seu próprio passamento. O rodapé rebaixado no centro, que ainda corre ao longo da parede interna da única nave existente, é idêntico, por exemplo, ao do claustro da Serra. As suas colunas eram jónicas com os capitéis estriados, como se patenteia por alguns vestígios dispersos utilizados em enchimento de muros na zona traseira à sacristia, junto da cozinha, e numa série de fustes conservados em propriedades da zona.

A intervenção em Pombeiro seria prosseguida por um dos “Lopes”, João Lopes de Amorim, que em 1620 assinou um contrato de quitação pelos trabalhos que dirigiu e que incidiram nas oficinas do claustro, embora no documento apenas se mencione o lanço do dormitório onde se localizavam a casa do capítulo e o refeitório (ROCHA, 2011:97). Um caso mais complexo, porque menos documentado, é o

[41] ADP, Pt-ADPRT-PRQ-PFLG15-003-0001 – *Registo de Óbitos*, 1606, Julho 7, fl. 105vº.

do mosteiro de Landim, casa que foi a partir de 1140 de cónegos regrantes de Santo Agostinho, embora existam documentos dos finais do século anterior que já o referem. No século XVI, D. Miguel da Silva foi seu comendatário e, com base numa passagem de um "Livro de Óbitos" depositado no Arquivo Distrital de Braga, é-lhe atribuída a remodelação do mosteiro (MARTINS, 2002: 44). O que existe hoje, porém, não suporta essa afirmação, sendo mais tardio. Na época de D. Miguel, o mosteiro dependia ainda do arcebispado de Braga, mas em 1565-1566 ficou subordinado à Congregação do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, tendo sido reformado nessa Ordem.

As obras empreendidas em Landim são, por conseguinte, posteriores à anexação pelos Crúzios. Essa afirmação é confirmada por pressupostos estilísticos, pois a documentação conhecida é omissa, pelo menos de forma direta, acerca delas, apenas referindo que em 1742 foi contratada a construção do fecho do claustro (CASTRO, 1995: 6). A igreja, porém, apresenta características que apontam para uma intervenção possivelmente projetada por Manuel Luís, embora talvez a sua execução se tenha prolongado ao longo do século XVII. Assim, a torre que ladeia o frontispício é semelhante, inclusive na expressiva moldura ção do embasamento, às que foram erguidas em Pombeiro. Não é de descartar a possibilidade de, inicialmente, ter sido projetada uma fachada harmónica com duas torres; no lado direito do frontispício, porém, apenas se levantou o cunhal norte que ainda hoje existe. Os registos superiores da torre, com os seus remates piramidais, podem ser já setecentistas: o mesmo, aliás, sucedeu em Pombeiro. Também, como em Pombeiro, foi construída uma galilé, desta vez com colunas suportando arcos toscanos e um entablamento dórico sobre eles; ao fundo, o pórtico principal que abre para a igreja, também toscano, mostra uma arquitrave percorrida pelo ritmo dos tríglifos e é idêntico ao que se abre na nave nascente do claustro de São Gonçalo de Amarante ou nas fachadas de São Martinho de Penafiel e da Sé de Miranda do Douro. O frontispício sobre a galilé, porém, é mais tardio.

Também o interior da igreja foi intervencionado, possivelmente nessa época: foi criada mais uma nave, recorrendo à abertura da parede do lado do Evangelho, substituída por pilares. O mesmo sistema, embora com colunas toscanas, encontra-se na igreja de Figueiredo, atribuída a Frei Agostinho de Jesus, resultante igualmente da transformação de um espaço românico anterior e muito alterada

no século XVIII. A única pista documental encontrada para esse conjunto de intervenções é muito débil. Ela sugere que, em 1610, ocorreriam obras no claustro, já que se menciona uma "casa onde esta o capitulo", que poderia ser provisória[42]. O claustro original tinha dois níveis; o inferior exibe ainda colunas toscanas sobre muretes. Estes apresentam ainda uma moldura que se acomoda ao primeiro quartel do século XVII e algumas das portas, com molduras de beiço, idênticas à que dá entrada para a antiga cerca, apontam igualmente para essa época.

A consulta dos registos paroquiais da freguesia não revelou, ao contrário do que é costume em situações idênticas, a presença de oficiais. Alguns nomes aí indicados poderão, porém, ter pertencido a pedreiros ligados ao Porto, como, por exemplo, Francisco João[43], ou Gaspar Lourenço[44]. Essas hipóteses, porém, são muito frágeis.

---

42 ADB, Notarial de Barcelos. *Nota nº 1*, 1610, Novembro 24, fl. 162.

43 ADB, Mosteiro de Landim, Paroquiais. Francisco João surge várias vezes nomeado, a primeira em 19 de Outubro de 1597 (fl.17); outra em 8 de Abril de 1606 (fl. 20vº) e a última em 20 de Setembro de 1615, data do seu falecimento (fl. 57). Não se indica, porém, a sua profissão.

44 ADB, Mosteiro de Landim, Paroquiais. Gaspar Lourenço também é nomeado várias vezes. A primeira em 20 de Dezembro de 1592 (fl. 11vº); outra em 26 de Fevereiro de 1594 (fl. 74vº): outra, ainda, em 30 de Novembro de 1607 (fl. 21).

Conclusão

A "petrificação" empreendida em Braga por Frei Agostinho e o seu colaborador Manuel Luís, como alteração dos valores sintagmáticos e simbólicos da paisagem urbana, no sentido da criação de espaços integrados de representação, seria importante para a criação da imagem moderna das principais cidades do Norte e, também, do outro lado do Atlântico, do Brasil. A mudança não seria possível sem D. Diogo de Sousa e Frei Bartolomeu dos Mártires, mas sabe-se que todas as mudanças são profundamente alavancadas. A arquitetura tem, nessa transformação, uma nova missão, que igrejas como a de Nossa Senhora do Pópulo, ou programas como o "Quarto da Galeria", anunciam de forma exemplar. A pesquisa relativa à espacialidade interior, que o Pópulo culmina, será seguida na arquitetura religiosa bracarense, casos de Tibães ou das igrejas de Manuel Fernandes da Silva e, na do Porto, na rotunda da Serra do Pilar, em Grijó, em Moreira da Maia ou no Espírito Santo da Feira. Esse impulso será, é certo, abrandado pela crise económica e de valores que se instala a partir da década de vinte do século XVIII, mas as suas premissas serão decisivas para, no início de Setecentos, fundamentarem o Barroco nortenho.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, José Ferrão – A herança do *muratore* e o caminho de Coimbra: *Consuetudo*, *sprezzatura* e a arquitectura religiosa do Noroeste potuguês na segunda metade do século XVI. In: *II Congresso Histórico de Amarante. Actas. Património, arte e arqueologia.* Amarante: Câmara Municipal de Amarante, 2009, vol. II, tomo I, pp. 173-238.

AFONSO, José Ferrão – A igreja da Misericórdia de Vila do Conde: *imitatio* e retórica na arquitectura religiosa nortenha do início do século XVII. *Revista da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde*, n.º 31 (2010), pp. 40-64.

AFONSO, José Ferrão – *A igreja velha da Misericórdia de Barcelos e cinco igrejas de Misericórdia do Entre-Douro-e-Minho. Arquitectura e paisagem urbana (c. 1534-c.1565).* Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Barcelos/ /Câmara Municipal de Barcelos, 2012.

AFONSO, José Ferrão – Do papel à pedra: a colecção gravuras de Hans Vredeman de Vries do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a capela-mor da igreja da Misericórdia do Porto e o ornamento "flamenguista" da arquitectura portuense (c. 1565-c.1725). In: *Culto, cultura, caridade. Actas do III Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2012.

AFONSO, José Ferrão – *Manuel Luís – Um contributo para o estudo de um mestre pedreiro quinhentista*. Separata da Revista *Museu*, IVª série, n.º 6, 1997.

AFONSO, José Ferrão – Urbanismo, arquitectura e arte. In:Idem (coord.) – *Uma Confraria do mar. A Misericórdia de Esposende entre os séculos XVI e XIX*. Esposende: Câmara Municipal de Esposende/Santa Casa da Misericórdia de Esposende, 2014, pp. 13-80.

ALMEIDA, Mónica Anunciata Duarte de – *O Programa artístico da capela-mor da igreja de Nossa Senhora da Luz de Carnide* [texto policopiado], dois volumes. Dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa 1977.

BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo – *O Espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

BARREIROS, Manuel de Aguiar – *A cathedral de Santa Maria de Braga*. Porto: Marques Abreu, 1922 (edição fac-similada incluída nas comemorações do IX Centenário da dedicação da Catedral de Santa Maria de Braga,1989).

BASTO, Artur de Magalhães – *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, 2 volumes. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1997.

BELLINO, Albano – *Inscripções e letreiros na cidade de Braga e algumas freguesias ruraes*. Porto: Typographia Occidental, 80, 1895.

BESSA, Paula – https://uminho.academia.edu/PaulaBessa/Research-Reports. *O "Paço": Os paços arcebispais de Braga desde o período tardo-medieval e até finais do século XVI,31-12-2013*.

CASTRO, Maria de Fátima – *O Mosteiro de Landim. Contributos para o estudo da propriedade eclesiástica*. Edição do Autor, 1995.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes – *O Renascimento em Coimbra. Modelos e programas arquitectónicos* [texto policopiado] 2 volumes. Dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra 2002.

CUNHA, D. Rodrigo da – *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*. Reprodução fac-similada com nota de apresentação de José Marques, 2 volumes. Braga, 1989.

DUARTE, Eduardo Alves – *Carlos Amarante e o final do Classicismo. Um arquitecto de Braga e Porto*. Porto: FAUP Publicações, 2000.

FERREIRA, J. Augusto Pinto – *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga*, 4 Tomos. Braga: Mitra Bracarense, 1928-1935.

FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e – O Mosteiro da Serra do Pilar no século XVI. Notas de História e Arte. In: *O Mosteiro da Serra do Pilar*. Vila Nova de Gaia, 1984, pp. 1-23.

MAPA das Ruas de Braga, 2 volumes. Braga: Arquivo Distrital de Braga e Companhia IBM Portuguesa, 1991.

MARQUES, José – Braga nos Finais da Idade Média (Subsídios para o seu estudo). Braga: ed. Autor, 1983.

MARTINS, António e FARIA, Emília Nóvoa – *Mosteiro de Santa Maria de Landim*. *Raízes e Memória*. Edição dos Autores, 2002.

MAURÍCIO, Rui – *O mecenato de D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga: urbanismo e arquitectura*. Leiria: Edições Magno, 2000. 2 volumes.

MOREIRA, Rafael – D. Miguel da Silva e as origens da arquitectura do Renascimento em Portugal. *O Mundo da arte*, 2ª Série, nº 1, 1988, pp. 5-23.

MUKERJI, Chandra – *From Graven Images: Patterns of Modern Materialism*. New York: Columbia University Press, 1983.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *A capela de S. Miguel-o-Anjo*. Braga: Irmandade de Nossa Senhora do Ó, 2006.

OLIVERA, Eduardo Pires de – A Galaria do antigo Paço Arquiepiscopal e os livros. *Forum*, 49-50, 2014-2015, pp. 119-122.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de – As ruas de Braga em 1750 que figuram no Mapa. In: *Mapa das Ruas de Braga*. Braga: Arquivo Distrital de Braga e Companhia IBM Portuguesa, 1991, vol. 2, nº 2.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *O edifício do convento do Salvador. De mosteiro de freiras ao Lar Conde de Agrolongo*. Braga, Lar Conde de Agrolongo, 1994.

OLIVEIRA, Eduardo Pires – Um novo mapa de Braga de finais do século XVII. *Forum,* 15 / 16, Braga, 1994, pp. 37-53.

PINHEIRO, Alfredo Dias – *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães. Apontamentos para a sua História*. Guimarães, Tipografia Minerva Vimaranense, 1931.

PINTO, Marcelo Mendes – *Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro. Arqueologia*. Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras, 2011.

PORTOCARRERO, Gustavo – *Braga na Idade Moderna. Paisagem e identidade*. Braga: CEIPHAR e Autor, 2010.

RIBEIRO, Maria do Carmo Francisco – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. [Texto policopiado], 3 volumes. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho, Braga 2008.

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Manuel Fernandes da Silva mestre e arquitecto de Braga: 1693-1751*. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1996.

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – O Mosteiro de Pombeiro na época moderna e contemporânea. In: FERREIRA ALVES, Natália Marinho... [et al.] – *Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro*. Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras, 2011, pp. 83-137.

RUÃO, Carlos – A actividade do arquitecto maneirista Gregório Lourenço: uma desconhecida família de mestres de pedraria. Revista *Museu*, IV ª Série, nº 6, 1997, pp. 47-74.

RUÃO, Carlos – *Arquitectura Maneirista no Noroeste de Portugal – Italianismo e Flamenguismo*. Coimbra: Instituto de História da Arte da Universidade de Coimbra/ EN-Electricidade do Norte, 1996.

RUÃO, Carlos – *O "Eupalinos Moderno". Teoria e prática da arquitectura religiosa em Portugal 1550-1640*. [Texto policopiado], 3 volumes. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2006.

SÃO TOMÁS, Frei Leão de – *Benedictina Lusitana*, 1644-1651 (ed. José Mattoso, INCM, Lisboa 1974, edição fac-simile).

SENNA FREITAS, Bernardino José – *Memórias de Braga*, 5 volumes. Braga: Imprensa Católica, 1890.

SERRÃO, Vítor – *André de Padilha e a pintura quinhentista entre o Minho e a Galiza*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998

SERRÃO, Vítor – *O Escultor maneirista Gonçalo Rodrigues e a sua actividade no Norte de Portugal*. Separata da Revista *Museu*, IV Série, nº 7, 1998.

SILVA, Maria Efigénia Lima Evangelista da – *A igreja matriz de Ponte de Lima.* Dissertação de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: ed do Autor, 1971.



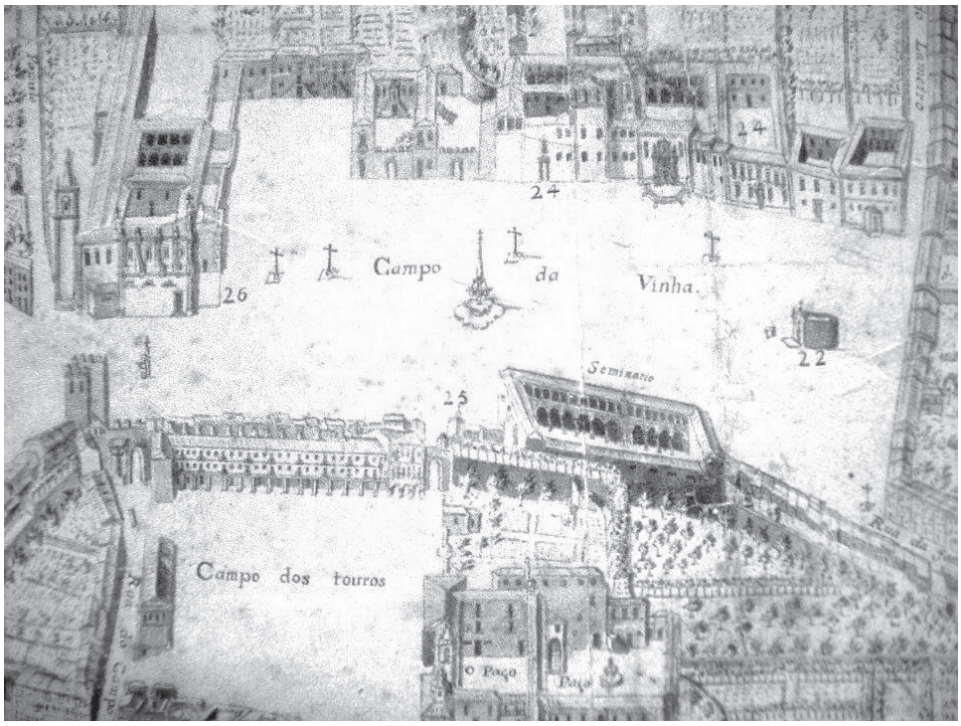
1 – Capela-mor da igreja da Misericórdia do Porto



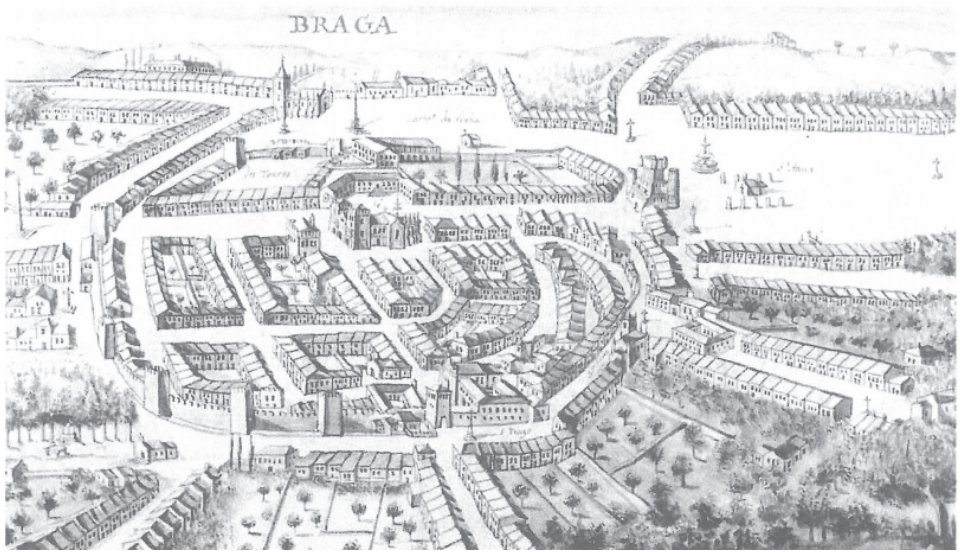
2 – *Nova Bracarae Auguste Descriptio*, de Braunio (1594)



3 – Chafariz do Campo de Santana



4 – Pormenor do "Mappa da Cidade de Braga Primas" (1756)



5 – Planta de Braga dos finais do Século XVII (OLIVEIRA, 1994)



6 – Interior da igreja de Nossa Senhora do Pópulo



7 – Interior da igreja de S. Gonçalo de Amarante



8 – A "Pracinha" e os Açougues (MAPA, 1991)



9 – Fonte da Praça do Peixe (MAPA, 1991)



10 – A Galeria de Frei Agostinho de Jesus



11 – Reconstituição dos arcos da Galeria



12 – A Galeria e o Largo do Paço em 1750 (MAPA, 1991)



13 – Fachada retábulo da igreja da Misericórdia de Braga



14 – Mosteiro de Pombeiro



15 – Galilé da igreja do Mosteiro de Pombeiro

.



16 – Sacristia da igreja do Mosteiro de Pombeiro

Actas dos capítulos provinciais dos Eremitas de Santo Agostinho (1538-1592)

Estudo e colecção documental

JOSÉ MARQUES *

I Parte

ESTUDO

1. Introdução

O estudo da *reforma* da vida da Igreja e das suas instituições, ao longo do século XVI, constitui um dos aspectos fulcrais na história eclesiástica e religiosa dos tempos modernos, que, apesar dos progressos verificados nas últimas décadas, ainda está longe de ficar esgotado.

Neste género de estudos, apesar das precauções com que devem ser abordadas, são determinantes as actas dos capítulos gerais e provinciais das várias famílias religiosas, cujos passos na senda da *reforma* se pretende conhecer. É nesse sentido que nos propomos divulgar os capítulos provinciais quinhentistas da Congregação dos Eremitas de Santo Agostinho, cuja área de implantação, até finais do século XVI, se confinava ao centro e sul de Portugal, podendo-se considerar que o vale do Mondego, onde se encontravam os conventos de Coimbra e de Montemor-o-Velho, definia a sua fronteira norte, que só viria a ser ultrapassada, nos finais desta centúria, quando em 1593 se fundou o convento de S. João Novo, no Porto, e três anos depois, o arcebispo de Braga, D. Frei Agos-

* Professor Catedrático da Faculdade de Letras do Porto (ap.).

tinho de Jesus e Castro, decidiu fundar o convento de Nossa Senhora do Pópulo, na sede da Arquidiocese Primaz, tendo procedido ao lançamento da primeira pedra, em 3 de Julho de 1596[1].

Note-se que esta iniciativa deste Prelado bracarense não pode nem deve causar estranheza, dado que se tratava de um prestigiado religioso desta Ordem, que, além de ter sido eleito duas vezes para presidir à província portuguesa – constituída em 1447, com a casa Provincial, sedeada no convento da Graça, em Lisboa – face ao seu elevado prestígio, foi enviado pela Santa Sé como visitador apostólico aos conventos da Ordem, na Alemanha.

A preparação deste estudo constituiu uma apaixonante investigação, exclusivamente centrada no século XVI – período áureo do Renascimento, que, além de nos obrigar a ter sempre presente o movimento de reforma, há muito e de variadas formas, sentido no seio da Igreja universal, nesta centúria dilacerada por uma profunda cisão, que lhe arrebatou grande parte da Europa, até então unida ao Romano Pontífice –, nos permitiu analisar os passos essenciais dados pelos conventos portugueses dos Eremitas de Santo Agostinho, no sentido da reforma ou renovação desta Ordem e de cada um dos seus membros, no contexto do apelo à mudança, que vinha de longe.

O nosso interesse por esta importante documentação dos Eremitas portugueses de Santo Agostinho surgiu, quando, há anos, deparámos no Arquivo Distrital de Braga com um pequeno códice cartáceo, na sua maior parte, integrado por originais das actas dos capítulos provinciais desta Ordem, em Portugal, realizados entre 1538 e 1592[2], interesse acrescido por sabermos que nesta última data ainda não existia a comunidade bracarense do Pópulo, acima evocada.

Consciente da sua importância para se acompanhar os sucessivos passos, dados com firmeza, na *reforma* interna desta Ordem,

---

1 Cf. Agostinhos, in *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, dirigido por António Alberto Banha de Andrade, 1.º vol., Lisboa, Editorial Resistência, 1980, p. 71.
Note-se, desde já, que esta iniciativa do Prelado bracarense não pode nem deve causar estranheza, dado que se tratava de um prestigiado religioso desta Ordem, que, além de ter sido eleito duas vezes – em 1570 e 1582 – provincial da província portuguesa, constituída em 1447, com a sede fixada no convento da Graça, em Lisboa –, foi enviado pela Santa Sé, como visitador apostólico, aos mosteiros da Ordem, na Alemanha, vindo, depois, a ser eleito arcebispo de Braga.

2 Estas datas são estabelecidas a partir dos capítulos que integram a colecção documental, embora saibamos que, antes e depois de 1592, se reuniram outros capítulos, cujas actas não constam deste códice.

iniciada anos antes do início do Concílio de Trento, decidimos logo publicá-lo, tendo procedido de imediato ao indispensável e moroso trabalho de transcrição, na expectativa de futura disponibilidade de tempo para lhe dedicarmos o estudo pormenorizado que merece.

Como os anos iam passando e a falta de tempo era cada vez mais acentuada, pareceu-nos de aproveitar a realização do *III Congresso Histórico de Guimarães*, subordinado ao tema *D. Manuel e a sua Época*, realizado de 24 a 27 de Outubro de 2001, para revelarmos a existência desta preciosa fonte, consagrando-lhe a comunicação que aí apresentámos, intitulada *A reforma dos Eremitas de Santo Agostinho no século XVI (1538-1592),* publicada nas respectivas *Actas*[3].

Nesse breve estudo, recolhemos o essencial das disposições dos vários capítulos provinciais desta Ordem mendicante, reunidos em vários dos seus conventos, dispersos pelo centro e sul de Portugal, tendo utilizado também o contributo das deliberações de dois importantes capítulos gerais, reunidos em Itália: um, em Rimini[4], em 155**5**[5]**,** e outro, em Trento, cujas actas estão datadas desta cidade, em 23 de Abril de 1562 – pouco depois do início da terceira fase do célebre Concílio aí realizado e muito antes do seu encerramento, em 4 de Dezembro de 1563[6] –, e ainda as do capítulo provincial de Aragão, de 1586, presidido pelo provincial português, Frei Agostinho de Jesus, na qualidade de comissário apostólico.

Tendo decidido publicar, agora, os mencionados capítulos da província portuguesa dos Eremitas de Santo Agostinho[7], verificámos

---

3 MARQUES, José – A reforma dos Eremitas de Santo Agostinho no século XVI (1538-1592), in *III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel e a sua época. 24 a 27 de Outubro de 2001. Actas.* Vol. II. *Igreja e Assistência*, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 283-313.

4 Cidade de origem romana, designada *Ariminum, i*, s. n. (substantivo neutro).

5 O texto, impresso a duas colunas, na face de uma folha, que, depois de dobrada, constituiu um bifólio, escrito apenas nas páginas centrais (2 e 3), não revela qualquer data, mas, na fl. 2 v., isto é, na pág. 4, ostenta a indicação de que se trata das actas do capítulo geral de 155**5**.

6 Este Concílio teve os seguintes três períodos (fases ou sessões): 13 Dez. 1545 – 11 Março 1547; 1 Maio 1551 – 28 Abril 1552; 18 Jan. 1562 – 4 Dez. 1563. Cf. LLORCA, Bernardino – *Manual de História Eclesiástica*, 4.ª ed., Madrid-Barcelona, Editorial Labor, 1955, pp.483-484.

7 Referimo-nos aos capítulos constantes do pequeno códice cartáceo, que se encontra no Arquivo Distrital de Braga, que transcrevemos integralmente, prescindindo, neste momento, das actas dos capítulos reunidos entre 1582 e 1598, publicadas por Carlos Alonso, OSA, em 1994, a que mais à frente nos referiremos.

que o texto dessa comunicação conserva toda a sua actualidade, constitui uma introdução segura à leitura destas actas capitulares e permite acompanhar os vários passos da *reforma* no interior da Ordem, cujos efeitos positivos tivemos ocasião de assinalar, não só ao longo do texto, mas também, de forma mais incisiva, na sua conclusão. Nessas circunstâncias, optámos pela sua reprodução quase integral, como texto introdutório à leitura das mencionadas *actas* capitulares, introduzindo-lhe, no entanto, algumas alterações pontuais e acréscimos considerados necessários, enriquecendo, assim, a versão original.

Nesse estudo foram, intencionalmente, preteridas as nomeações dos religiosos, feitas nos diversos capítulos provinciais, para cargos directivos e de gestão conventual, no triénio seguinte, quer se tratasse dos priores, quer dos responsáveis por outras funções inerentes à vida das comunidades da Ordem, como vigários gerais, confessores, pregadores, mestres de professos e noviços, vigários das religiosas agostinhas ou da Santa Cruz, leitores, etc. Pareceu-nos, então, desnecessário repetir, no corpo desse texto, os nomes dos diversos cargos e dos seus sucessivos titulares, designados nos vários capítulos que agora nos ocupam – opção que, de novo, sustentamos – dado que as listas constantes dos originais das respectivas *actas* e conservadas pela mesma ordem nesta publicação, permitem aos interessados identificar e recuperar facilmente os sucessivos titulares desses cargos, na certeza de que as actas e as listas dos religiosos, mesmo quando escritas em latim ou castelhano, não oferecerão dificuldades intransponíveis aos seus eventuais utilizadores.

Nestas condições, decidimos reproduzir, com a devida vénia dos leitores, substancialmente na íntegra, o mencionado estudo sobre *A reforma dos Eremitas de Santo Agostinho no século XVI,* como texto introdutório à leitura das mencionadas *actas* capitulares, cuja publicação, há muito prevista, finalmente, agora se concretiza.

Apesar de, no texto introdutório, terem sido claramente referidas e de os religiosos integrados em cada um dos conventos dos Eremitas de Santo Agostinho terem sido contabilizados nos quadros oportunamente apresentados, apraz-nos sublinhar a importância dessas listas, pois constituem mais uma informação preciosa para quem desejar prosseguir estudos monográficos sobre estas comunidades. Podemos, inclusive, acrescentar que nos permitiram comprovar que, apesar das progressivas exigências introduzidas no processo de

formação e, certamente, como fruto das mesmas, se verificou um significativo aumento do número de religiosos, que passaram de 111, em 1538, para 207, em 1564, numa proporção positiva de mais de 81%, neste último ano, face ao primeiro (1538), como se comprova pela leitura do quadro patente no citado estudo[8].

Embora nesse texto, que a seguir se publica, tenhamos estabelecido com clareza a distinção entre Eremitas de Santo Agostinho e Cónegos Regrantes (Agostinhos) de Santa Cruz de Coimbra, não desconhecemos quanta confusão ainda existe neste domínio. Numa tentativa de facilitar o conhecimento da cronologia e da área de implantação dos Eremitas de Santo Agostinho e a localização dos conventos onde se realizaram os capítulos provinciais, cujas actas agora se divulgam, enriquecemos o volume com um quadro cronológico, relativo à fundação dos vários conventos de Eremitas, desde 1147(?), apenas até ao fim do século XVI[9], e com um mapa, expressamente concebido e executado para esse efeito, elementos que ajudarão a situar, geograficamente, a génese destas *actas*.

Tratando-se de conventos da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, não admira que em treze dos vinte conventos identificados, desde o século XI até ao fim do século XVI, tenham como orago ou patrono celeste Santo Agostinho: cinco vezes, expressamente, referido como tal, e oito por conotação com a respectiva padroeira principal – Nossa Senhora da Graça –, dado que, no plano teológico, o mesmo Santo é conhecido como *«Doutor da Graça».*

Sem mais delongas, passemos a observar o referido quadro, expressamente elaborado com o objectivo de comprovar que esta Ordem religiosa, até à última década do século XVI, esteve implantada, apenas, no centro e sul do País, só conseguindo instalar-se no Porto e, depois, em Braga, respectivamente, em 1593 e 1596, e articulando-o com o mapa a seguir reproduzido:

---

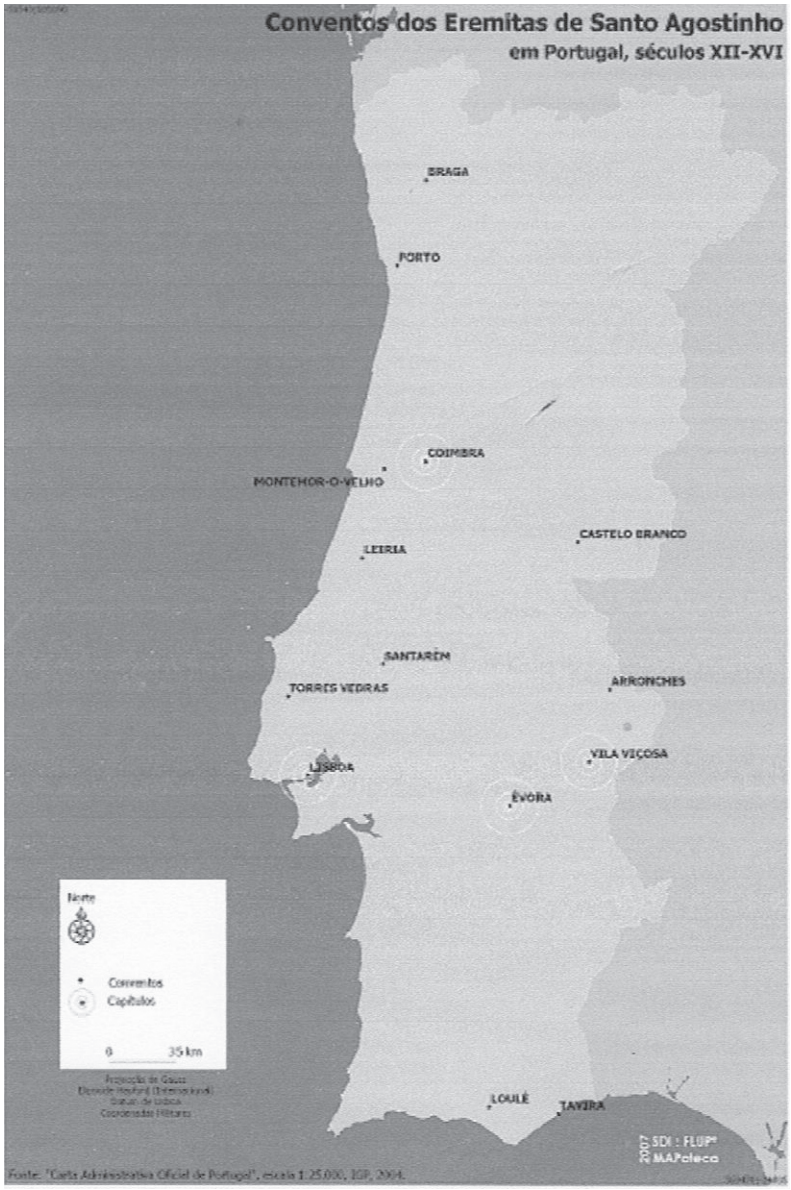
8 MARQUES, José – *O. c.,* p. 311,

9 Cf. *«Agostinhos»,* in *O. c.,* pp. 70-71.

Anos	Oragos	Localidades
1147?	S. Gens	Lisboa
1226	N.ª Sr.ª da Assunção	Penafirme
1266	N.ª Sr.ª da Graça	Torres Vedras
1270	S.to Agostinho	Vila Viçosa
1291	N.ª Sr.ª da Graça	Lisboa (2.ª fundação)
1367	S.to Agostinho	T.Vedras (1.ª fundação)
1376	S.to Agostinho	Santarém
1494	N.ª Sr.ª dos Anjos	Montemor-o Novo
1512	N.ª Sr.ª da Graça	Évora
1526	N.ª Sr.ª da Graça	Castelo Branco
1543	N.ª Sr.ª da Graça	Coimbra
1544	S.to Agostinho	T.Vedras (2.ª fundação)
1544	N.ª Sr.a da Graça	Tavira
1556	N.ª Sr.ª da Graça	Lisboa (3.ª fundação)
1570	N.ª Sr.ª da Luz	Arronches
1574	N.ª Sr.ª da Graça	Loulé
1576	S.to Agostinho	Leiria
1592	S. João Baptista	Porto
1593	S.to Agostinho	Lisboa
1596	N.ª Sr.ª do Pópulo	Braga (1.ª pedra)

Quadro n.º 1 – Datas da fundação e localização dos conventos dos Eremitas de S.to Agostinho.

Com este quadro cronológico da implantação dos conventos dos Eremitas de Santo Agostinho e com o mapa da sua dispersão, que a seguir se apresenta – dois elementos de trabalho, que enriquecem este estudo introdutório – poderemos acompanhar melhor a itineração dos padres capitulares da província portuguesa e situar, convenientemente, no tempo e no espaço, os conventos que os acolhiam para a realização das assembleias que nos legaram tão importantes documentos.



Grav. 1 – Mapa da dispersão dos conventos de Eremitas de Santo Agostinho

A esta dupla informação deveremos acrescentar que, em relação aos capítulos responsáveis pelas *actas* agora publicadas, só quatro destes conventos foram escolhidos para as reuniões dos capítulos provinciais, que a Congregação portuguesa dos Eremitas de Santo Agostinho, dentro da dinâmica reformadora, detectada, pela primeira vez, em 1538, foi convocando, ao longo do século XVI. Referimo-nos aos conventos de Lisboa, onde se realizaram cinco capítulos, de Évora, que acolheu, quatro assembleias capitulares, de Vila Viçosa, onde tiveram lugar duas e o de Coimbra, onde se reuniu, apenas, o capítulo de 1580.

Poderemos interrogar-nos se o códice que temos entre mãos encerra a totalidade dos capítulos realizados desde 1538. A resposta é negativa, como se deduz da simples leitura dos longos intervalos entre as datas daqueles, cujas actas possuímos – 1538, 1550, 1554, 1558, 1560[10], [*1562*][11], 1564,1570, 1580[12], 1586[13] e 1592. E a segurança com que fazemos esta afirmação podemos comprová-la com os testemunhos das actas dos capítulos de 1570[14] e de 1592[15]. Com efeito, no fim das actas do capítulo reunido em Vila Viçosa, em1570, encontra-se a decisão da marcação do próximo capítulo para o

---

[10] Deste capítulo de 1560, celebrado no convento da Graça de Lisboa, no 4.º domingo depois da Páscoa, além das actas, redigidas em português, há uma notícia mais breve, em latim, enviada para o Padre Geral, Frei Cristóvão de Pádua (Patavino), que as aprovou, em Roma, no dia 25 de Agosto, desse mesmo ano de 1560, encontrando-se o despacho da aprovação, munido de assinatura autógrafa, no final da referida síntese, cujo fac-simile reproduzimos.

[11] Deste capítulo não se conhecem as actas em português nem sabemos onde se realizou. No entanto, poderemos reconstituir o seu conteúdo pela longa versão latina do conjunto de recomendações que acompanha a aprovação dada, em Trento, no dia 23 de Abril de 1562, pelo Padre Geral, Frei Cristóvão de Pádua (Patavino), constante do códice bracarense, [fls. 59-61], agora publicado

[12] Das actas deste capítulo reunido em Coimbra conhece-se, apenas, uma súmula em latim, assinada pelo Provincial, pelo Vigário Geral e pelos cinco Definidores, que, certamente, é a cópia do texto enviado ao Padre Geral.

[13] Estas actas do capítulo da província de Aragão, a que presidiu, como comissário apostólico, Frei Agostinho de Jesus, vigário geral da província portuguesa, correspondem, sem dúvida, à cópia que ele trouxe.

[14] Com efeito, no final das actas deste capítulo de Vila Viçosa determina-se: – *«Asinamos o capitulo provincial futuro na casa de Santo Agostinho de Santarem»,* mas neste códice não se encontram as suas actas.

[15] Nas actas deste capítulo, há referência aos capítulos reunidos, em Lisboa, em 1582, Santarém, em 1584, Lisboa, em 1586, Lisboa, em 1588, que foram, de novo, aprovados e confirmados, mas aos quais pretendiam introduzir algumas correcções.

[16] A hipótese deste capítulo apoiou-se na referência ao primeiro envio de missionários Eremitas para a Índia, decidido na real

convento de Santarém, feita nos seguintes termos: – *«Assinamos o capítulo provincial futuro na casa de S. Agostinho de Santarém»*, de que a mesma fonte não regista qualquer acta. Esta informação, obriga-nos a prescindir da hipótese de ter havido um capítulo em Penafirme[16], em 1571 ou 1572, pois, tendo-se reunido o de Vila Viçosa, em 1570, onde foram eleitos o Provincial, D. Frei Agostinho de Jesus, e os Definidores, que com ele subscreveram a decisão de enviarem missionários para a Índia, face à marcação do capítulo de Santarém, não é crível que pudesse ter lugar outro intercalar, em Penafirme. Nestas circunstâncias, a citada *«congregação»* de Penafirme[17], não terá passado de uma simples reunião alargada, mas não um capítulo.

Apesar deste testemunho, podemos afirmar que houve outros capítulos, cujas *actas,* até agora desconhecíamos, sabendo-se, no entanto, pelas decisões do capítulo provincial, reunido em Vila Viçosa, *«na terceira dominga depois da Pascoa que foi 19 de Abril de 1592»*, que tiveram lugar: um, em Santarém, em 1584, outro em Évora (*não Lisboa*)[18], em 1586, um terceiro em Lisboa, em 1588, e, embora anterior a estes três, outro em Lisboa, em 1582[19], impondo-se acrescentar que as referências a estes desconhecidos capítulos e suas determinações se destinavam a introduzir-lhes as alterações previstas nas *actas* do capitulo de 1592, publicadas na parte final desta colecção documental.

As informações, que fomos avançando, de forma interpretativa, têm plena confirmação, nas *actas* dos vários *Capitulos provinciales de la provincia de Portugal (1582-1598),* a que mais recentemente tivemos acesso[20].

A notícia da realização destes capítulos, cujas actas publicadas em Espanha desconhecíamos, obriga-nos a deixar bem claro que estas e as que agora se publicam, no seu conjunto, permitem acompanhar, com muita segurança, os passos da profunda reforma ope-

---

[17] A menção à *"congregação de Pena firme"*, encontra-se no documento que revela a listas nominal de primeiros missionários desta Ordem enviados para a Índia (ADB, *Gavetas das cartas*, n.º 64), que transcrevemos e reproduzinos no artigo *D. Agostinho de Jesus e as Missões da Índia,* publicado no *Diário do Minho, Suplemento Parábola*, de 23 de Agosto de 1989.

[18] Rectificação seguindo ALONSO, OSA , Carlos *, O. c.,* p. 16.

[19] Ver, no devido lugar das actas do capítulo de 1592, o que aí escrevemos acerca desta data, fixada em 1582.

[20] ALONSO, OSA, Carlos, *O. c.,* p. 5.

rada nos conventos dos Eremitas de Santo Agostinho, desde 1538, até ao fim do século.

Antes de nos fixarmos no objectivo central desta exposição preliminar à publicação das actas capitulares, até agora inéditas, consideramos indispensável chamar a atenção para a necessidade de ter bem presente a distinção entre os Cónegos Regrantes de Santa Cruz de Coimbra e os Eremitas de Santo Agostinho, impondo-se, ainda, clarificar o conceito de *reforma*, aqui utilizado, e traçar, sumariamente, os primórdios da sua concretização na Europa, nos reinos hispânicos e em Portugal, a fim de situarmos e apreciarmos a dos Eremitas de Santo Agostinho no seu verdadeiro contexto histórico.

Além disso, impõe-se também apresentar as fontes documentais utilizadas na elaboração deste estudo, sem omitir a identificação dos comissários promotores da *reforma,* bem como a dos Padres Gerais da Ordem, de algum modo presentes nas pessoas dos vários delegados, que, sucessivamente, os iam representando.

Todos estes aspectos terão o conveniente tratamento em pontos distintos, no corpo do estudo.

Feitas estas observações preliminares, impõe-se recordar, como já ficou explícito nas páginas precedentes, que os principais aspectos a desenvolver serão os seguintes:

– Cónegos Regrantes e Eremitas de Santo Agostinho
– Reforma e sua concretização: no estrangeiro e em Portugal
– Fontes utilizadas,
– A explicitação dos caminhos da reforma,

Sendo desnecessário observar que o núcleo central deste estudo é constituído pelo desenvolvimento das duas últimas alíneas.

2 – Cónegos Regrantes e Eremitas de Santo Agostinho.

Mesmo correndo o risco de parecer supérfluo, consideramos necessário salientar que estas duas Ordens são completamente distintas, não obstante ambas se reclamarem de seguidoras da *Regra de Santo Agostinho,* que é suficientemente flexível para satisfazer as necessidades específicas de cada uma delas.

Na verdade, os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, fundados em 1131-1132 e sediados em Santa Cruz de Coimbra, consti-

tuem uma ordem *monástica*, de origem nacional, que logo se expandiu para norte de Coimbra, tendo sido recebida desde S. Salvador de Grijó até Paderne, em Melgaço, em S. João de Longos Vales, Refóios de Lima, S. Simão da Junqueira, Landim, Caramos, Mancelos, S. Miguel de Vilarinho, S. Torcato, Moreira da Maia, etc., e para sul, até Lisboa e outras localidades, à medida que os avanços da Reconquista, na direcção Norte-Sul, criavam as indispensáveis condições de segurança, impondo-se mencionar o mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa, sem dúvida, o mais importante ao sul de Coimbra.

Por sua vez, os Eremitas de Santo Agostinho apareceram na Itália, um século depois, como ordem *mendicante*, quando os Dominicanos e Franciscanos já faziam sentir largamente a sua influência apostólica, não só entre as massas populares das cidades italianas e de outras regiões da Europa Central, mas também em Portugal. Esta ordem, surgiu como resultado da união de várias instituições eremíticas, que, desde o século XII, viviam de forma autónoma, em diversos pontos da Itália, tendo-se verificado, na Toscana, a primeira união, em 1244, tendo-se-lhe agregado outras congregações, dando, assim, origem à grande união de 1256. A memória do estilo de vida dos tempos anteriores à referida união Toscana sobreviveu na transferência do termo Eremitas para a designação da nova congregação, que, embora dentro dos padrões mendicantes, estava muito longe do citado eremitismo do século XII.

Este modelo frutificou na Alemanha, França, Dalmácia, Áustria, Espanha e Portugal. Entre nós, a presença de frades agostinhos italianos documenta-se, desde1234 até 1834. Lisboa foi a cidade escolhida para implantar as suas primeiras comunidades, sendo a primeira instalada no monte de S. Gens, e a segunda, em 1271, no Bairro de Almasala, ambas consagradas a Sto. Agostinho. Em 1362, instalarem-se na igreja de Nossa Senhora da Graça, tendo passado, desde então, a ser conhecidos também por *gracianos,* havendo, no entanto, quem fundamente esta designação no facto de serem discípulos do «Doutor da Graça»[21] Desde a segunda metade do século XIII até ao período do século XVI, de que nos vamos ocupar, além do convento da Graça, em Lisboa, fundaram os de Penafirme, Torres Vedras, Vila Viçosa, Santarém, Coimbra e Évora[22], a que é necessá-

---

[21] Cf. *Agostinhos,* in *Dicionário da História da Igreja em Portugal,* dirigido por Carlos Moreira Azevedo, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 70.

[22] *Agostinhos,* in *Dicionário de História Religiosa de Portugal,* vol. I, pp. 27-28.

rio acrescentar os de Tavira, Montemor-o-Velho, Castelo Branco, Arronches, Loulé e Angra[23].

É certo que os agostinhos crúzios de Coimbra também estiveram, desde os seus primórdios, em contacto com a comunidade de S. Rufo de Avinhão, donde receberam ajuda e estímulo – inclusive, no aspecto cultural –, sem que isso lhes minguasse o dinamismo inicial que, rapidamente, os levou à fundação de S. Vicente de Fora e à adopção dos seus costumes, em jeito de filiação, por diversos mosteiros nortenhos, das dioceses do Porto, de Braga e de Tui, na parte de Portugal.

De acordo com o âmbito cronológico patente no título, é oportuno observar, que o início da *reforma ,* mais uma vez afirmada, em 1538, remonta a tempos anteriores a este ano e – o que é muito mais – ao início do próprio Concílio de Trento, de capital importância para a mudança interna e revitalização das Ordens Religiosas.

Face ao que acabámos de expor, mesmo sem nos preocuparmos com os aspectos específicos, inerentes à espiritualidade de cada uma delas, o facto de os Crúzios serem uma ordem *monástica* e os Eremitas ordem *mendicante*, sendo diferentes também as respectivas redes de mosteiros e casas, obriga a reconhecer que estamos perante Ordens muito diferentes entre si, não obstante, nos seus primórdios, uma e outra se terem colocado sob a tutela espiritual de Santo Agostinho, bispo de Hipona, mais tarde conhecido também como *Doutor da Graça,* e intrépido camartelo das doutrinas pelagianas.

Se para muitos portugueses esta clarificação é absolutamente desnecessária, já para outros talvez não seja totalmente desprezível, dado que a realidade não se apresenta tão linear como aqui se descreve, bastando observar a frequente confusão verificada na classificação e tratamento arquivísticos da antiga documentação destas instituições, não sendo de admirar que o problema seja bem mais complexo para alguns investigadores estrangeiros[24].

---

[23] Arquivo Distrital de Braga (A D. B.), [*Actas do capítulos provinciais do Eremitas de Santo Agostinho*], fls. 84v-85v.

[24] A título de exemplo, anote-se que, embora o objectivo de Luis Alvarez Guttierrez na sua obra *El movimiento «observante» agustiniano en España y su culminacion en tiempo de los Reyes Catolicos,* Roma, Ed. «Analecta Augustiniana», 1978, seja estudar a pré-reforma entre os agostinhos em Espanha, em cuja província, inicialmente se integravam os portugueses, a que faz escassíssimas referências, não se encontra aí qualquer referência aos Cónegos Regulares de Santo Agostinho, cuja casa-mãe era Santa Cruz. É certo que, rigorosamente, não era necessária tal referência, mas

3 – Reforma e sua concretização: no estrangeiro e em Portugal

3. 1. – O conceito de reforma

O termo *reforma* utilizado no título, dado o âmbito cronológico do nosso estudo, exige que se esclareça o sentido exacto que lhe atribuimos, uma vez que pode assumir diversas acepções, como passamos a apresentar.

Antes de mais, o termo *reforma* significa e traduz o movimento de renovação, embora relativamente lento, que se vinha sentindo no seio da Igreja, em ordem à purificação das instituições e dos seus membros, na tentativa de superar a grave crise que a atingia, desde o século XIV, processo que haveria de continuar a dar os seus frutos, sem qualquer perturbação, até à eclosão da contestação de Lutero, em 1517. Nesta fase, melhor será falar de *pré-reforma*, com numerosas manifestações, de que faremos rápida menção.

Com os alvores do Protestantismo, o termo *Reforma*, como refere Jean Delumeau, passou a designar «*a renovação da Igreja iniciada, em 1517, fora da Igreja e até mesmo contra ela*[25]. Foi esse o sentido que prevaleceu e ainda continua a ser utilizado para

---

ajudaria a compreender que a *Regra* de Santo Agostinho não era exclusiva dos agostinhos gracianos. Por sua vez, José Garcia Oro, no estudo *El elemento español en las reformas portuguesas pretridentinas,* Madrid, Instituto Francisco Suarez del C.S.I.C, 1981, a p. 12-13, fala de *«los canónigos regulares augustinianos»,* de Santa Cruz de Coimbra e de outros mosteiros, e, a pp. 25-26, menciona a presença dos frades agostinhos castelhanos Francico de Villafranca, Juan Gallego e Luis de Montoya, enviados para operarem a reforma, mas não especifica os seus mosteiros, deixando aberto o caminho para alguém, menos preparado, poder confundir estes agostinhos com os Cónegos Regulares de Santo, de Santa Cruz, espalhados por muitas outras casas. A reforma dos mosteiros continua a interessá-lo, tendo publicado, recentemente, em colaboração co Maria José Portela Silva – *Los Monasterios de la Corona de Castilha en el Reinado de Carlos V. La Reforma o la Institución?,* Santiago de Compostela, Editorial El Eco Franciscano, 2001, 874 p., obra dividida em duas partes, estudando na primeira os mosteiros beneditinos da Congregação de Valladolid e de Castela e os mosteiros cistercienses da Galiza e de Castela, reservando, ainda, um longo capítulo ao estudo dos mosteiros femininos dependentes da Coroa; sendo a segunda constituída pela colecção diplomática, relativa a este importantíssimo tema, constituída por 360 documentos, distribuídos pelo período compreendido entre 21 de Fevereiro de 1519 e 11 de Abril de 1566.

[25] DELUMEAU, Jean – *Naissance et affirmation de la Reforme,* Paris, Presse Universitaires de France (P.U.F:), 1968, p. 1: – *«Mais, à partir de Luther, le mot* Réforme *désigna la rénovation de l' Église commencée en 1517 en dehors de Rome, voire contre elle».*

abranger, globalmente, o conjunto de confissões religiosas originadas a partir do movimento iniciado por Martinho Lutero, cujas consequências, por vezes, bem trágicas, todos conhecemos.

As medidas tomadas pela Igreja Católica em ordem a uma verdadeira *reforma*, no seu interior e como resposta ao que acontecia no âmbito da Cristandade atingida pela *Reforma*, dita Protestante, passaram a ser designadas como *Contra-Reforma*, expressão que não corresponde à amplitude dos objectivos visados pela Igreja Católica, nem aos processos utilizados para os atingir, nas fases tridentina e pós-tridentina, pelo que melhor será denominá-la *Reforma Católica,* como propõe o conceituado Professor Jean Delumeau, ao falar expressamente das duas Reformas – Católica e Protestante –, que, além de causas comuns, tiveram processos e até dificuldades semelhantes[26].

Assim, a noção de *Contra-Reforma* não é completamente eliminada, mas antes restringida àqueles aspectos ou *«manifestações claramente anti-protestantes do Catolicismo em via de renovação, nos séculos XVI e XVII»*[27]*.*

Chegados a este ponto, cumpre-nos voltar ao título deste estudo para afirmar que, através dele, pretendemos revelar um conjunto de medidas tomadas pelos capítulos provinciais da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, em Portugal, a partir de 1538 até 1592, medidas tendentes à concretização, nos seus conventos e respectivos membros, da verdadeira *reforma* em curso, nas instituições eclesiásticas, além fronteiras e em Portugal, e prosseguida também durante e após a realização do Concílio de Trento, no contexto da *Reforma Católica,* conforme decorre das fontes disponíveis.

Note-se, no entanto, que a reforma aqui mencionada e bem documentada se processará, essencialmente, nos domínios da *moralidade, espiritualidade, da disciplina eclesiástica e da cultura,* embora sem quaisquer reflexos de natureza doutrinária e estrutural, em relação à Igreja, na sua constituição hierárquica.

Sem querermos desviar-nos do objectivo principal, parece oportuno observar que as primeiras medidas conhecidas, tomadas a partir de 1538, situam-se já muito perto do início do Concílio de Trento; mas nem por isso deixa de ter interesse procurar saber que

---

[26] DELUMEAU, Jean – *O. c.,* p. 2.
[27] DELUMEAU, Jean – *O. c.,* p. 1.

repercussões teve nestes conventos de Eremitas de Santo Agostinho o conhecimento da revolta de Lutero, religioso da mesma Ordem, na Alemanha. Não temos dados concretos, mas há indícios de que nem tudo correria da melhor forma, pois, segundo escreve o grande especialista desta Ordem, Frei Carlos Alonso: – *«As tentativas de reforma efectuadas entre o final do século XV e os primeiros decénios do seguinte não deram resultados satisfatórios. Por petição do rei D. João III, o prior-geral mandou em 1535 os padres Francisco de Vilafranca e Luís de Montoya que fizeram no seu longo período de actuação uma obra bastante meritória de reforma, revigorando a província com o apoio do rei e dos priores-gerais do seu tempo»*[28]. Entre 1535 e 1538, data do primeiro capítulo provincial, cujas actas ficaram registadas na fonte que nos vai guiar nesta exposição, estes dois reformadores delegados devem ter realizado um trabalho extraordinário, especialmente, com a preparação do referido capítulo geral, que valeria a pena conhecer em pormenor. Não sendo possível responder a tal desiderato, ficaram-nos as actas capitulares como primeiro grande passo de uma longa e frutuosa caminhada reformadora, que nos finais desta centúria apresentará uma longa série de frutos bem sazonados.

3. 2. - A pré-reforma: no estrangeiro e em Portugal

Nos finais da Idade Média era constante o apelo à *reforma,* tanto do clero secular e dos respectivos prelados – *reformatio in capite* –, como nas Ordens Monásticas e Mendicantes.

3. 2. 1 – Reforma do clero secular

Em relação à necessária reforma de clero secular, um dos exemplos mais flagrantes é o da tentativa de reforma conduzida pelo Cardeal Cisneros, com o apoio dos Reis Católicos – Fernando e Isabel –, no clero de Toledo, tendo havido, inclusive, alguma contestação pelo Cabido de Toledo, a partir de 1496, e de outras dioceses hispânicas[29].

---

[28] ALONSO, Carlos – *Agostinhos,* in *Dicionário de História Religiosa de Portugal,* Lisboa, Círculo de Leitores, Lisboa, 2000, p. 28.

[29] GARCIA ORO, José – *Cisneros y la reforma del clero español en tiempo de los Reyes Catolicos,* Madrid, 1971, pp. 277 ss.

Do que se passou em França, no sentido de reformar o clero secular, onde não faltavam casos de absentismo, concubinato, diversões incompatíveis com o estado clerical, nomeadamente, danças, caça, jogos de azar, uso de trajes vistosos, jóias e de armas, etc., traça um quadro aproximado Francis Rapp, na obra sobre a Igreja e a vida religiosa no Ocidente medieval[30].

Quanto à situação vivida em Portugal, para além do cenário, naturalmente, exagerado, traçado pelas *constituições sinodais,* podemos surpreender numerosas situações concretas, através do que ficou registado nas *matrículas de ordens* ainda existentes para várias dioceses, sendo as de Braga as mais numerosas para o período medieval; nas *cartas de legitimação,* registadas nos livros das *legitimações,* concedidas pelos monarcas; nas numerosas dispensas apostólicas, patentes em muitas *súplicas,* dirigidas aos Romanos Pontífices e por eles despachadas benevolamente; e, ainda para a Arquidiocese de Braga, nas informações constantes dos registos das *confirmações de D. Fernando da Guerra,* de *D. Jorge da Costa* e de *D. Diogo de Sousa;* o mesmo se podendo apurar para a região de Entre Minho e Lima – que só em 1514 foi integrada na Arquidiocese Primaz – nas *confirmações de Valença,* igualmente, conservadas no Arquivo Distrital de Braga.

E para além das informações fornecidas por estas fontes poderão ser bons indícios do que se passava as decisões tomadas solene e publicamente contra os clérigos concubinários bracarenses por D. Fernando da Guerra, à porta da Sé Primaz, no dia 23 de Maio de 1459, véspera do Corpo de Deus, perante o notário, chamado para o efeito, e de grande concurso de povo que tinha ido, *«com seus jogos e trebelhos segundo costume»,* assistir aos actos litúrgicos vespertinos dessa festa, que, em Braga, se celebrava com grande solenidade. No mês seguinte, o mesmo prelado voltou a urgir as medidas difundidas, cerca de trinta anos antes, recorrendo, agora, ao uso de *cartas circulares*, uma das quais foi publicada, sucessivamente, à porta das igrejas matrizes de Ponte de Lima, Barcelos e Vila do Conde, como consta dos autos notariais lavrados no verso do pergaminho[31].

---

[30] RAPP, Francis – *L'Église et la vie religieuse en occident a la fin du moyen age,* Paris, Nouvelle Clio, 1971, pp.212 ss.

[31] Cf. *A Arquidiocese de Braga,* p. 1128.

Mas não se pense que tudo era mau, pois não faltam informações relativas ao movimento reformador do próprio clero secular, podendo-se, inclusive, afirmar que, em 1425, surgia a Congregação dos Cónegos *Seculares de S. Salvador de Vilar de Frades*, conhecidos também pela designação de *Homens Bons de Vilar, Cónegos Seculares de S. João Evangelista, Cónegos Azuis* e, até, simplesmente por *Lóios*, especialmente destinada à reforma do clero secular ou diocesano, segundo as normas dos Cónegos de S. Jorge em Alga de Veneza, tendo como fundadores: Mestre João Vicente, Martim Lourenço e D. Afonso Nogueira, respectivamente, catedrático de medicina nos Estudos Gerais de Lisboa, doutor em Teologia, e graduado *in utroque iure* pela Universidade de Bolonha[32].

3. 2. 2. – E quanto à reforma monástica?

As informações neste domínio são muito mais abundantes, bastando recordar que na segunda metade do século XIV se iniciaram na Itália os diversos movimentos de «observantes», de que nos apraz recordar os caso dos «observantes» franciscanos, que, em 1392, passaram da Galiza a Portugal, tendo-se fixado em Mosteiró (Valença), S. Paio de Cerveira, na Ínsua (foz do Minho) e em S. Clemente das Penhas (Matosinhos), difundindo-se rapidamente por todo o Reino, chegando à África, pouco depois da conquista de Ceuta, em 1415.

Menos conhecido é o movimento «observante agostinho, *mendicante*», também surgido na Itália e chegado a Portugal, vindo de Espanha, em 1535, com intuitos inequivocamente reformadores, como já vimos.

Ao longo do século XV, ficou bem conhecido o projecto de reforma monástica – aliás, fracassado – protagonizado por D. Frei Gomes, abade da Abadia de Florença, tendo sido comissionado, depois, o arcebispo D. Fernando da Guerra para aplicar a bula *Religiosorum excessus,* de Pio II.

Nesta mesma preocupação reformadora, inserem-se as célebres cartas de D. Frei João Álvares ao Mosteiro de Paços de Sousa, nas quais não deixa de censurar, com bastante firmeza, a oposição

---

[32] SANTA MARIA, Pe. Francisco de – *O céu aberto na terra. História das sagradas congregações dos Cónegos Seculares de S. Jorge em Alga de Veneza e de S. João Evangelista em Portugal,* Lisboa, 1697, pp. 234-236. Ref. em *A Arquidiocese de Braga...,* pp.853 e 942.

feita pelos seus religiosos às medidas tomadas pelo bispo do Porto, D. Luís Pires[33].

No âmbito dos mosteiros beneditinos, não podemos omitir que, em 1465, tanto D. Afonso V, numa carta de privilégio para dois caseiros do mosteiro de Travanca, pedido pelo respectivo abade, D. Estêvão Pimenta, o monarca exarou textualmente que o *«abade do mosteiro de Travanca he boo homem e que com mui booa voontade trabalha por correger e aproveitar todallas cousas que ao dicto mosteiro perteencem assi no tenporal como no espiritual»*[34]. E o próprio arcebispo D. Fernando da Guerra, na confirmação de D. Frei Fernando como sucessor do mencionado D. Estêvão Pimenta, não deixou de se lhe referir dizendo que *«reformou o dicto moesteiro em comum»,* isto é, no espiritual e também no tocante aos aspectos materiais[35].

Para não nos demorarmos excessivamente no século XV, vem a propósito recordar que alguns anos antes do período em que nos desejamos fixar, também entre nós se sentia forte preocupação pela reforma monástica, por certo, em contraste com o agravamento da própria crise, como decorre da *visitação* que o arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, mandou fazer aos mosteiros conventuais da Comarca de Entre Douro e Minho pelo licenciado Baltasar Álvares, seu desembargador[36]. De âmbito verdadeiramente internacional foi a *visita* feita aos mosteiros cistercienses da Península Ibérica pelo abade de Claraval, D. Edme de Saulieu, de que o seu secretário, Fr. Claude de Bronseval, deixou minucioso relato escrito em latim, actualmente acessível em edição bilingue: latim e francês[37]. É, na verdade, um bom exemplo de como esta solicitude reformista corres-

---

[33] Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações chronológicas e críticas...,* t. I, Lisboa, 1860, p. 369: – *«no tempo em que bispava aquele boo Bispo e cathólico Sacerdote, e honesto Dom Luis, que me fez seu Vigayro, e Visitador dos Mosteiros de seu Bispado, bem sabees como vos unistes, e viestes contra mim todolos da Hordem, por me torvardes, que nom visitasse, murmurando do Bispo, e de mim...».* Publ. também, por nos em *A Arquidiocese de Braga...,* p. 950.

[34] A. N. T. T., *Além Douro,* liv. 2, fl. 12-12vº. Citado na nossa *A Arquidiocese de Braga no século XV,* pp. 680 e 915.

[35] Cf. *A Arquidiocese de Braga,* p. 681. Veja-se também a síntese elaborada por José Matoso sobre as preocupações de reforma dos Beneditinos, no século XV, no *Dic. de Histª. Religiosa de Portugal,* vol. I, pp. 204-205.

[36] SOARES, Franquelim Neiva – *Os mosteiros da comarca de Entre Douro e Lima, em 1528,* in «Bracara Augusta», Braga, vol. 41, n.os 91-92 (104-105), 1988-1989, pp. 101-138.

[37] BRONSEVAL, Frère Claude de – *Peregrinatio hispanica (1531-1533),* 2 vols. Paris, P.U.F., 1970.

ponde a um certo agravamento da crise monástica. Sabe-se, entretanto, que, em plena fase de implantação da reforma tridentina, na segunda metade do século XVI, houve mais três inquéritos, de que em rodapé fazemos menção[38].

Os apelos e inícios de reforma nas instituições religiosas até aqui mencionados incidem, essencialmente, nas duas Ordens de raiz beneditina: os Beneditinos cluniacenses e os Cistercienses, mas poderemos interrogar-nos sobre o que se passava em relação a tantas outras. Embora a resposta não possa ser exaustiva, como desejaríamos, por falta de estudos específicos, podemos afirmar que o movimento reformador estava vigorosamente presente também nas outras Ordens monásticas, mendicantes e até religiosas e militares, como a documentação disponível permite concluir.

O acesso a essas informações foi proporcionado pela publicação do vol. XIV do *Chartularium Universitatis Portucalensis*[39], correspondente aos anos de 1530 a 1532, convindo observar que este período coincide, sensivelmente, com o das visitas feitas pelo Abade de Claraval, D. Edme de Saulieu, às comunidades cistercienses portuguesas e, com a que, por ordem do arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, tinha sido realizada, em 1528, aos mosteiros da comarca de Entre Douro e Minho, o que nos ajudará a ampliar os conhecimentos sobre os caminhos da reforma então em curso, mesmo que em alguns casos fosse ainda incipiente.

As informações que o vol. XIV do referido *Chartularium Universitatis Portucalensis* pôs ao alcance de todos e permitem conhecer, não só a intervenção activa de D. João III, *o Piedoso,* no sentido de estimular e até de concretizar a tão desejada reforma de, pelo menos, algumas instituições eclesiásticas, mas também que a reforma já estava implantada ou em vias de implantação noutras instituições religiosas, havendo até quem a ela se quisesse furtar. Trata-se, pois de um conjunto de documentos da maior importância, de que

---

[38] Para o período pós-tridentino conhecemos mais três inquéritos, todos do maior interesse para a história da reforma monástica em Portugal, dois editados pelo P. Ernesto Zaragoza Pascual, OSB – *Reforma de los Benedictinos portugueses (1565-1565),* in «Bracara Augusta», Braga, vol. 35, nº. 79-80 (92-93), Jan.-Dez., 1981, pp. 275-290; *Reforma de los Benedictinos portugueses (1588-1589),* in «Theologica», vol. XVII, fasc. I-IV, 1983, 78 p.. A terceira foi publicada por FERREIRA Paulo Ferro – *Inquerito à vida dos Mosteiros na Arquidiocese de Braga sob D. Frei Bartolomeu dos Mártires,* in *Actas do II Encontro sobre História Dominicana,* vol. III, tomo 3, Porto, 1987, pp. 161-206.

[39] *Chartularium Universitatis Portucalensis* vol. XIV, Lisboa, Fundação Para a Ciência e a Tecnologia, 2001.

vamos colher apenas os elementos fundamentais, adequados à estruturação deste ponto do nosso estudo. Parece-nos, no entanto, conveniente observar que, pelo menos, em parte desta documentação, é o próprio rei D. João III, *o Piedoso,* que aparece como promotor e dinamizador da reforma de algumas instituições religiosas, como passamos a expor.

Assim, por carta de 17 de Abril de 1531, dirigida ao papa Clemente VII, comunica-lhe, em primeira mão, que havia escrito ao doutor Brás Neto, seu embaixador junto do Pontífice, enviando-lhe o plano da reforma dos freires de Tomar, da Ordem de Cristo, que deveria apresentar ao Papa, ao qual *«soplico e peço muyto por merce a V. S. que o ouça e crea em tudo o que lhe de minha parte diser e a mym queira ffazer a merce que lhe per elle mando pedir»*[40]. A resposta a esta carta e ao pedido formulado pelo mencionado doutor Brás Neto não se fez esperar e, com data de 30 de Junho de 1531, Clemente VII outorgava a bula *Exposcit debitum,* que autorizava e traçava as linhas fundamentais da reforma deste priorado da Ordem de Cristo, que desde a sua instituição por D. Dinis, que lhe concedeu os bens da Ordem do Tenplo, e a aprovação pelo papa João XXII, continuava a reger-se pela regra, estatutos, costumes e estilo de vida da Ordem de Calatrava, não faltando os que viviam à sua vontade e havendo, inclusive, à existência de alguns abusos, pelo que não se encontrava nenhum religioso desta Ordem ou da Ordem de Cister que se dispusesse a aceitar a missão de reformador, que foi confiada ao provincial da Ordem de S. Jerónimo, Frei António de Lisboa. Na impossibilidade de uma apreciação pormenorizada desta bula de reforma, bastará sublinhar que sobre ele impendia a obrigação de lhes dar uma *regra, estatutos e regulamentos*, numa palavra, uma completa *normativa* que orientasse a vida desta comunidade e das que estavam na sua dependência: – *«illa ad nos mittant confirmanda, corrigenda et emendanda, prout nobis expedire videbitur, ad hoc ut fratres dicti prioratus habeant regulam per sedem praedictam approbatam, iuxta quam in ipso prioratu vivere et Altissimo perpetuo servire teneantur praecipimus et mandamus ipsique Antonio et receptis supradictis et aliis in futurum recipiendis novitiis professionem in manibus suis solemniter emittendam cum tribus votis substantialibus videlicet, paupertatis, obedientiae et castitatis recipiendi et admittendi facultatem concedimus...»*[41].

---

[40] *Chartularium Universitatis Portucalensis* vol. XIV, pp. 134-135.
[41] *Chartularium Universitatis Portucalensis* vol. XIV, pp. 184-187.

A intervenção de D. João III no processo de reforma da Ordem de Cristo é compreensível, como seu administrador e primeiro responsável, funções que acabaria por assumir também em relação às outras Ordens Militares.

Mais interessante, porém, é verificar que o nosso monarca desenvolveu idêntica acção, quanto à reforma da Ordem de Nossa Senhora do Carmo em Portugal, tendo dirigido ao Romano Pontífice, nesse mesmo dia 17 de Abril de 1531, uma carta semelhante à referida mais acima, a propósito do que o doutor Brás Neto lhe apresentaria sobre dos freires de Tomar, devendo, agora, ocupar-se também da situação e reforma da Ordem do Carmo [42]. Não dispomos ainda da decisão papal sobre este último pedido, mas não duvidamos de que terá obtido adequado despacho no sentido da reforma.

Pela mesma fonte sabemos que a reforma já estava em curso noutras instituições monásticas, como em Santa Cruz de Coimbra, e nas Ordens Mendicantes Franciscana e Domincana, com tal rigor que alguns dos seus membros não hesitaram solicitar ao Romano Pontífice licença para viverem fora das respectivas comunidades, chegando alguns a transferir-se para algum ramo da mesma Ordem, com um estilo de vida mais moderado.

Foi isso o que aconteceu com António Nogueira, cónego regular de Santa Cruz de Coimbra, que, em 24 de Julho de 1532, atendendo a que, a instâncias do Rei de Portugal, D. João III, o seu Mosteiro tinha entrado nos caminhos de uma reforma mais austera do que a existente ao tempo da sua profissão religiosa, austeridade que ele não conseguia suportar, pediu licença para exercer a sua actividade religiosa fora do seu Mosteiro, parecendo-nos útil registar aqui a fundamentação invocada: *«... exponit quod, cum alias dictum monasterium sancte Crucis arctiorem vivendi modum quam tempore sue professionis, ad instantiam Regis Portugalie*[43], *reduceretur, ipse non sperat reformationem huiusmodi suffere posse, a reformatione huiusmodi coram notario publico et testibus reclamaverat, quodque tali reformationi acquiescere non intendebat, expresse protestatus fuerat...»*[44]. Face a este excerto, aliás em plena sintonia com o teor geral de todo o documento, se, por um lado, é evidente que também em relação a Santa Cruz de Coimbra o rei *Piedoso* interveio activa-

[42] *Chartularium Universitatis Portucalensis* vol. XIV, pp. 136-137.
[43] *Chartularium Universitatis Portucalensis* vol. XIV, pp. 501-502.
[44] *Chartularium Universitatis Portucalensis* vol. XIV, pp. 501-502.

mente no seu processo de reforma, por outro, fica bem claro que este suplicante – como aconteceu com outros de várias Ordens, além de não querer acatar a reforma tentou contestá-la judicialmente, como se demonstra pela segunda parte desta citação. Tendo-lhe sido recusada pelos superiores a autorização para viver fora do mosteiro, mas envergando o hábito crúzio, suplicou-a ao Romano Pontífice. A resposta veio, é certo, mas com tais exigências e cláusulas restritivas que, em nosso entender, melhor seria abraçar a disciplina e as exigências da reforma.

Não obstante a oposição deste e, eventualmente de outros monges crúzios, a reforma implantou-se, prosseguiu e foi abraçada com êxito, numa clara demonstração de que era necessária e esperada por muitos.

Entre os Mendicantes portugueses, em 1532, a reforma já contava alguns anos de existência, como decorre de três pedidos de autorização dirigidos ao Papa, a fim de os seus signatários poderem viver fora dos respectivos conventos, mas envergando os hábitos das próprias Ordens. A estrutura dos processos desenvolvidos é semelhante à descrita a propósito do cónego regular de Santa Cruz de Coimbra, António Nogueira, parecendo, contudo, oportuno, prestar atenção aos motivos invocados e às datas aduzidas, que ajudam a esclarecer que a reforma dessas Ordens, tinha começado antes de 1532.

Entre os religiosos que recusaram submeter-se à nova disciplina instalada nas comunidades mendicantes, aparece frei Gaspar de Gouveia, da Ordem do Frades Menores, vulgarmente conhecidos como franciscanos claustrais ou simplesmente como franciscanos, que embora quisesse passar o resto da sua vida dentro da Ordem, em 24 de Julho de 1532, alegou que, atendendo ao seu estado de saúde, não poderia suportar sem perigo de vida e da própria alma – *«absque vite periculo et anime ofendiculo* – o rigor da austeridade vigente nos conventos e casas da Ordem, pelo que solicitou a passagem para alguma casa da Ordem Terceira de S. Francisco ou para algum benefício, onde pudesse continuar a prestar os serviços do seu ministério e a envergar o hábito franciscano, tendo obtido despacho favorável[45].

Situações idênticas ocorreram com alguns membros da Ordem de S. Domingos. Assim, em 4 de Novembro de 1532, frei Pedro

---

[45] *Chartularium Universitatis Portucalensis* vol. XIV, pp. 545-546.

Correia (?), presbítero da Ordem de S. Domingos, declarou que por ocasião de uma certa reforma introduzida, haveria cerca de dez anos, por um confrade vindo da província dominicana de Castela, se tinham criado tais discórdias nas casas da Ordem que ele tinha pedido licença para viver como dominicano, fora das casas da Ordem. Temendo, porém, que alguns dos seus confrades, a pretexto de que as discórdias teriam terminado, o quisessem fazer regressar à vida comunitária, solicitava autorização para continuar fora com o ritmo e estilo de vida destes últimos dez anos[46].

Do mesmo dia 4 de Novembro de 1532, data a resposta à súplica de frei João do Barreiro, professo dominicano residente no convento de Nossa senhora da Piedade de Azeitão, em que havia solicitado licença para viver em casa de seus parentes e num eremitério, atendendo a que tinha cinquenta anos e não podia observar as novas constituições da Ordem, mais pesadas e rigorosas do que eram as que vigoravam ao tempo da sua entrada em religião, tendo conseguido também deferimento favorável ao seu pedido[47].

A rápida passagem através dos diversos testemunhos da clara preocupação com a reforma e dos primórdios da sua efectiva implantação em numerosas instituições diocesanas e religiosas portuguesas revela que o movimento de reforma estava já de tal forma lançado antes da realização do Concílio de Trento, que os seus decretos de Reforma encontraram, entre nós, de forma geral, um ambiente favorável à sua implantação.

É precisamente neste contexto de movimento reformador, a que não ficaram indiferentes os religiosos agostinhos mendicantes, que se integra o essencial da nossa exposição, que lhe dedicamos e é tempo de iniciarmos.

4 – Fontes utilizadas

Até aqui, servimo-nos, predominantemente, de informações recolhidas em estudos publicados por diversos autores e por nós próprio, mas como vimos, em relação à reforma operada dentro da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, até o melhor especialista nesta área não vai além da referência aos dois comissários reforma-

[46] *Chartularium Universitatis Portucalensis* vol. XIV, pp. 581-582-
[47] *Chartularium Universitatis Portucalensis* vol. XIV, pp. 584-585.

dores – os padres Frei Francisco de Vilafranca e Frei Luís de Montóia –, enviados para Portugal, em 1535, pelo Superior Geral, Gabriel Véneto[48], e de referências genéricas, embora positivas, ao seu trabalho[49]. Apesar disso, pouco ou nada ficamos a saber sobre este processo de reforma, iniciado antes do início da primeira sessão do Concílio de Trento, em 1545, tornando-se, por isso, indispensável adiantar, embora em forma de síntese, mais alguma informação, através de fontes genuínas, portadoras das assinaturas dos referidos *visitadores gerais*, padres Frei Francisco de Vilafranca e Frei Luís de Montóia.

As fontes a que nos referimos são constituídas pelas actas de alguns capítulos provinciais desta Ordem, realizados desde 1538 até 1592, acrescidos de algumas determinações concretas, enviadas, directamente pelos Priores Gerais, tanto de Trento, durante a realização do Concílio, como de Roma, sede da Ordem, e da cópia de uns capítulos da província de Aragão, estranhos à província portuguesa, de tudo se dando uma síntese no quadro sinóptico que a seguir se publica:

N.os	Datas	Locais de realização	Presidentes	Línguas / Intervenções do Prior Geral	Fls. do códice:[50]
1	1538	Graça - Lisboa	Vila Franca e Luís de Montóia	Em castelhano, com osnomes em latim	1-5v
2	1550	Graça - Évora	Vila Franca e Luís de Montóia	Em castelhano, com os nomes em latim	6r-10v
3	1552	Évora	Vila Franca e Luís de Montóia	Em latim	11r-14v
4	1554	Graça-Évora	Vila Franca e Luís de Montóia	Em castelhano, com os nomes em latim	15-22v
4ª	"	"	Vila Franca e Luís de Montóia	Em português, com os nomes em latim	23r-
5	1558	Lisboa	Luís de Montóia	Latim./*Conflrmação do Padre Geral, Cristóvão de Pádua*	27r-29v
5ª	"	"	"	Em português, com os nomes em Latim	31r-38

[48] *Dicionário de História da Igreja em Portugal,* vol. I, p. 73.
[49] *Dicionário de História Religiosa de Portugal,* vol. I, p.28.
[50] Eliminámos a coluna que se encontrava, à direita desta, porque continha informações de carácter informático, inúteis para os leitores.

N.os	Datas	Locais de realização	Presidentes	Línguas / Intervenções do Prior Geral	Fls. do códice:[50]
6	1560	(*omisso*)	Luís de Montóia	Latim	40-42v
7	*1554*	(*Ver acima*)	*Vila Franca e Montóia*	Em português	43-43v
8	1560	Graça-Lisboa	Luís de Montóia	Em português, com os nomes em latim	44v-58
9	1562	Trento	Geral - Cristóvão de Pádua	Latim / *Determinações gerais*	58v-61v
10	1564	Graça-Lisboa	Luís de Montóia	Em português, com os nomes em Latim	62-70
11	1570	Santo Agostinho, Vila Viçosa	Fr. Pedro de Santo Agostinho	Em português. Omitiu os nomes dos frades	71-77v
12	1580 Maio	Coimbra	Mestre Frei Agostinho da Tindade[51]	Latim. Omitiu os nomes dos frades	77v-80r
13	1586	Aragão	Mestre Frei Agostinho de Jesus	Latim. / *São os capítulos de Aragão*	78-81v
14	1592. 04.19	Vila Viçosa	Por ordem do Cardeal Alberto, Arquiduque e *legado a latere*	Em português. Nomes em latim	82-86v
15	*s.d.*	Rimini (*Arimini*)	Geral-Cristóvão de Pádua	Latim. / *Definições geraiis. Impressas*	26-27

Quadro cronológico das actas dos capítulos provinciais dos Eremitas de Santo Agostinho, constantes da colecção documental.

Toda esta documentação está reunida num pequeno códice, em oitavo, conservado no Arquivo Distrital de Braga, *Fundo monástico-conventual*, A - 44, sendo a maior parte das peças documentos originais, autenticados pelos visitadores gerais Frei Francisco de Vila Franca e Frei Luís de Montóia ou outros presidentes dos capítulos e pelos definidores que os acompanhavam. Trata-se de textos de várias mãos, com grafias bastante diferentes, mas geralmente de fácil leitura, não faltando textos fortemente influenciados pela escrita *cortesã,* pela minúscula *humanística* e até com alguma tendência para o encadeamento.

Quanto à língua, surgem, indistintamente, capítulos escritos em castelhano, em português e até mesmo em latim, sendo prática corrente, mesmo em actas redigidas em português ou em castelha-

[51] Prof. de Teologia na Universidade de Coimbra.

no, os róis dos titulares dos cargos administrativos dos vários conventos e de todos os religiosos residentes em cada um deles estarem todos escritos em latim. A dificuldade com a língua está parcialmente superada, porque, em relação aos de 1554, 1558, 1560, 1564, 1570 e 1592, além da versão latina, há também a versão portuguesa, como mais à frente se explica, chamando-se, particularmente, a atenção para o que, em nota ao próprio texto, aí se diz acerca deste último capítulo.

Foi neste conjunto parcelar de actas que nos apoiamos para conhecer o método seguido internamente na reforma desta Ordem e também os problemas concretos que a afectavam. Bem sabemos que as actas destes capítulos da Ordem não poderiam entrar na descrição pormenorizada dos problemas de cada comunidade, devendo ficar pelas orientações gerais, comuns a todas as comunidades. Mesmo assim e apesar do filtro por que passou a informação que nos chega por estes documentos, não é difícil surpreender os diferentes problemas que foi necessário resolver, e que apresentaremos em linhas gerais.

Gostaríamos de observar, desde já, que a leitura do quadro sinóptico sobre a documentação em causa revela duas notas importantes, que não podem ser esquecidas, neste processo de reforma, pelos aspectos positivos a elas inerentes. Referimo-nos, em primeiro lugar, ao facto de, até 1554, terem sido os dois visitadores gerais – Frei Francisco de Vila Franca e Frei Luís de Montóia – a presidirem aos capítulos, continuando o segundo a exercer tal função até 1564. A conservação da mesma linha de actuação ao longo de mais de vinte e seis anos constituiu, sem dúvida, um aspecto muito positivo nesta caminhada renovadora. Em segundo lugar, o facto de os capítulos se irem realizando nos diversos conventos da Ordem era também vantajoso por quanto implicava de atenção à preparação da recepção do visitador geral e dos representantes dos outros conventos, que não deixariam de estar atentos ao que passava na comunidade anfitreã.

Mesmo parecendo supérfluo, apraz-nos chamar a atenção dos interessados para a importância dos capítulos que integram esta colecção documental, ampliada pelos, anteriormente, publicados por Carlos Alonso, OSA, para a história desta Ordem em Portugal e, de forma muito particular, para o conhecimento dos sucessivos responsáveis por cada um dos conventos, em diversos momentos, dos pormenorizados róis dos membros de cada um deles, especificando

nominalmente, os que eram sacerdotes e os demais religiosos, e, sobretudo, dos sucessivos passos dados no sentido da eficaz reforma de cada uma dessas comunidades e dos seus membros.

5 – Os caminhos da reforma

Dissemos, de início, que o grande objectivo desta comunicação era acompanhar e dar a conhecer os passos essenciais dados pelos conventos dos Eremitas de Santo Agostinho, em Portugal em ordem à *reforma* ou *renovação* das comunidades e dos seus membros, dentro do espírito de mudança a que, há muito, se apelava no seio da Cristandade. Mas o sentido profundo da reforma que se pretendia dentro da Ordem podemos conhecê-lo melhor, através da resposta dada pelo capítulo provincial, celebrado em Lisboa, em 1564, sob a presidência do grande condutor dessa reforma durante quase três décadas – Frei Luís de Montóia –, agora investido nas funções de vigário geral da Ordem em Portugal, pelo Superior Geral, Frei Cristóvão de Pádua. Tendo sido dirigidos a este capítulo muitos pedidos de autorização para frequentar estudos de Artes e de Teologia, foi dada esta a seguinte resposta geral: – *«Muitos nos ham pedido estudo de artes e theologia e ainda que deseyamos conceder a todos os que nos pedem nam ay oportunidade ja isso* rogamos muito a todos os nosos religiosos que se acordem que nam vierão a religiam a estudar letras senam a aprender virtudes e a servir ao Senhor Deus em ho que lhes a obediencia mandasse*, façam todos ao que vierão temam e amem muito ao Senhor Deus e ocupem-se em as obediencias que lhes mandam e em outros exercisios santos de oração e de virtude e com isto se contentem que abasta ja salvar as sus almas* e o estudo dar se a quando aja oportunidade pera isso aos que parecer que podem aproveytar em as virtudes com as letras»[52].

As medidas concretas tomadas pelos sucessivos capítulos estavam, desde o início, orientadas para a consecução deste objectivo, tornando-se necessário começar por remover tudo o que perturbasse a vida comunitária, espaço ideal para atingir o mencionado

[52] Arquivo Distrital de Braga, *Fundo monástico-conventual*, A – 44, fl. 63. De futuro, citarei estas fontes documentais, de forma abreviada, apenas como: *Actas,* fl.....

ideal, tendo sido essas algumas das decisões tomadas no capítulo reunido no convento da Graça, em Lisboa, em 1538, que passamos a resumir:

5. 1. – Proibição das judicaturas

– O exercício de funções judiciais, no plano eclesiástico ou civil parace ser um dos aspectos que mais perturbava a vida das comunidades e era considerada fonte de escândalos, pelo que foi terminantemente proibida, dizendo-se, expressamente: *«ordenamos que ningum prior ni perlado de la provincia accepte judicatura ninguna por comissiom del papa ni de otro juez ninguno pues <que> tenemos bulla que nos haze exemptos pera que a esto no podamos ser compelidos»*[53], proibição que voltaria a ser renovada, praticamente, pelos mesmos termos, nos capítulos reunidos nos conventos da Graça, de Lisboa, em 1560[54], e no Santo Agostinho, de Vila Viçosa, em 1570[55].

5. 2. – Egressos ou exclaustrados

Embora, como já observámos, seja evidente uma certa discrição nas referências aos aspectos que andavam carecidos de emenda, sendo um dos mais sensíveis o facto de, na sequência de situações anteriores, ter havido uma cisão entre os membros da Ordem, que levou alguns a saírem dos conventos, antes da reunião do capítulo em Vila Viçosa, no ano de 1536, situação que levou o Prior Geral a enviar os dois conhecidos *visitadores* – Frei Francisco de Vilafranca e Frei Luís de Montóia – *para restaurarem a unidade e iniciarem a desejada verdadeira reforma.* Não dispomos de elementos concretos sobre esses acontecimentos, mas não deveremos perder de vista que foi, precisamente, no seio desta Ordem, que surgiu, na Alemanha, a contestação luterana, cujos ecos, apesar das medidas tomadas por D. João III e pelas autoridades eclesiásticas, desde a célebre assembleia 1527, não era fácil evitar.

Independentemente da causa da mencionada discórdia, o capítulo de 1538 manifestou uma indiscutível vontade de congraçar os

---

53 *Actas,* fl. 1,
54 *Actas,* fl.47v.
55 *Actas,* fl. 73v.

desavindos e recuperar os que, tendo saído dos conventos, antes de 1536, se tinham arrependido e regressado, apesar de se reconhecer que a situação era grave, como decorre dos termos fortes utilizados: – *«Item por fazer misericordia con los que se arrepienten y enmiendan*[56] *absolvemos y perdonamos generalmente a todos los que apostataron y se salieron de la Orden hasta el capitulo provincial passado que se celebro en Villa Viciosa que se han ya venido a la obediencia y*[57] *<estan agora en nuestra provincia> y con esos dispensamos en todas las penas de las constituiciones y adiciones. Y avisamos a los religiosos que no se salgan sin licença y letras testimoniales de sus conventos porque daqui adelante se guardara el capitulo de nuestra constituiçion que señala la pena de los apostatas*»[58].

Este assunto constituiu uma séria preocupação dentro da Ordem e, sobretudo, para os dois visitadores-reformadores, pois, em 1550, foi necessário voltar a debatê-lo, no capítulo reunido no convento da Graça, em Évora, tendo-se anunciado, mais uma vez, que *«por amor de Dios perdonamos y habilitamos a todos los apostatas que hasta agora se han tornado a la Religion»*[59], proclamação que, ao mesmo tempo, era um novo convite a que outros regressassem também.

A passagem que acabamos de citar, enfrentando com realismo e bom senso uma situação concreta dentro da Ordem, reflecte, sem dúvida, a harmonia entre o temperamento complementar dos dois reformadores: Frei Francisco de Vilafranca, apontado como mais enérgico e, até mesmo, mais ríspido, e Frei Luís de Montóia, mais suave e cuja fama de santidade era conhecida.

O esperado regresso dos religiosos eremitas que andavam exclaustrados não se concretizou e a situação em que se encontravam devia ser muito incómoda para imagem da *Ordem*, que, dez anos depois, em 1560, no capítulo reunido no Convento da Graça, em Lisboa – agora sob a exclusiva presidência de Frei Luís de Montóia –, *se viu obrigada a mudar radicalmente de posição face à contumácia com que alguns continuavam fora dos conventos*, facto que exigiu que se tomasse uma severa atitude contra os religiosos, integrados nos conventos, que mantivessem contactos com os pri-

---

[56] Cortadas a seguir as palavras: *queremos que.*
[57] Segue-se cortado: *tornaron ala Orden.*
[58] *Actas,* fl. 2.
[59] *Actas,* fl. 6.

meiros, como revela esta decisão capitular: – *«Item ordenamos que os religiosos que hão apostatado de nossa Ordem e andão nesta provincia com habito ou sem elle, em nenhũa maneira se lhes de entrada em nossos conventos, nem nossos religiosos comuniquem, nem falem com elles so pena de 15 dias de carcere por cada vez que trespassarem este nosso mandamento. E os religiosos que sem licença se sairem de nossa provincia percão nella sua antiguidade assy que se tornarem a ser recebidos tenhão o ultimo lugar dos sacerdotes se forem sacerdotes ou dos professos se forem professos»*[60].

A situação continuou a arrastar-se e, no capítulo de Vila Viçosa, em 1570, sem mais debate, pois o assunto era por demais conhecido, surgiu esta lacónica decisão:- *«Ordenamos que os religiosos que apostatarão percão em nossa provincia sua antiguidade»*[61].

5. 3. – Homiziados

As portas que os Eremitas franquevam aos religiosos egressos não se podiam fechar liminarmente a quem, andando a braços com a Lei, como frequentemente acontecia com pessoas que andavam homiziados pelos mais diversos motivos. Os conventos dos Eremitas não se podiam transformar e redutos para os infractores da Lei e delinquentes. Por isso, foi decidido, em Évora, em 1550, que os homiziados só poderiam estar nos conventos da Ordem durante *«un dia natural que son XXIIIIº horas y despues despidan los y no falen con elles sino solo el prior o aquien el diere licença». En la yglesya podran estar quando esta abierta»*[62].

Os inconvenientes da protecção aos homiziados não ficaram resolvidos com a redução a um dia o tempo de asilo que lhes era dispensado, pois, vinte anos mais tarde, na reunião de Vila Viçosa, foi renovada a decisão de lhes conceder *somente* asilo e apoio durante um dia natural, explicitando que se trata apenas de vinte e quatro horas, abrindo, no entanto uma excepção, no caso de se tratar de *«pessoa de muyta obrigação que poderá estar oito dias ao mais»*[63].

---

60 *Actas,* fls. 49-50.
61 *Actas,* fl. 74v.
62 *Actas,* fl. 6.
63 *Actas,* fl. 73.

5. 4. – Reorganização do noviciado e mais rigor na selecção

Além da mencionada decisão acerca dos egressos, que, tentando remediar o passado, visava também o futuro, era necessário lançar as bases da reforma a partir da conveniente formação dos futuros religiosos da Ordem, pelo que urgia tomar medidas adequadas quanto à formação dos noviços, concentrando-os todos no convento de Lisboa, depois de os submeter a novo exame a idoneidade dos que já tinham sido admitidos, conforme consta da seguinte deliberação do primeiro capítulo provincial, de que nos chegaram *actas: – «Item ordinamus que en ninguno monesterio de nuestra provincia se reciban novicios sino solamente en este convento de Lisboa donde se han de criar en buenas costumbres. Y los novicios que en Santaren y en Torres estan recebidos seran de nuevo examinados por los padres comissarios y se fueren hallados ydoneos seran recebidos en nombre de las casas donde primero tomaron el habito*[64] *a las quales perteneceran sus legitimas si las tubieren. Y isto mismo se*[65] *guardara si otras personas abiles y de buena parte pidieren ser recebidas en los otros conventos y de voto e parecer de todos los religiosos fuere hallados ydoneos y provechosos pera la Orden*[66] *que non seran recebidos en*[67] *los otros monesterios sino enbiados a esta casa de Lisboa con letras del prior y*[68] *pera que aqui sean recebidos y criados en nombre y pera las casas de donde fueren enbiados»*[69]*.*

A seguir deparamos com os critérios fundamentais a ter presentes para proceder à selecção dos religiosos estudantes que fossem «inquietos ou negrigentes ou de maos custumes», que seriam privados de prosseguir os seus estudos, especialmente nos seguintes casos:

1.º – os *soberbos ou revéis* ao seu prelado ou seu mestre, faltando-lhe ao espeito ou não acatando as suas ordens;

---

64 A seguir está cortada a palavra *asy.*
65 A seguir está cortada uma palavra.
66 A seguir estão cortadas as palavras: *e fueren enviados.*
67 A seguir está cortada a palavra *otro.*
68 Segue-se uma letra isolada cortada.
69 *Actas,* fl. 1v.

2.º – *os que não guardassem a honestidade e o recolhimento* nas idas e vindas das aulas de Teologia;
3.º – os que tivessem *«amistadinhas»*, isto é, amizades particulares com outro;
4.º – e, finalmente, os que *por negligência não tinham êxito nos estudos*, sendo-lhes aplicada a pena de suspensão dos estudos, após as devidas admoestações[70].

Por sua vez, o capítulo celebrado em Vila Viçosa, em 1570, estabelecia que os noviços deveriam ser propostos ao convento seis meses após o início do noviciado, devendo ser logo despedidos aqueles que fossem considerados inábeis[71].

Vinte e dois anos mais tarde, no capítulo de Vila Viçosa, de 1560, voltou a renovar-se esta disposição[72], acrescentando-se também a proibição de receber nos conventos moços pequenos para servirem, pelo que todos os religiosos deviam participar no trabalho de varrer a casa. Quanto aos moços pequenos até então admitidos, tinham de ser despedidos, pagando-se-lhes tudo a que tinham direito. Se, porém, algum deles fosse considerado idóneo para prosseguir a vida religiosa, deveria ser enviado para Lisboa[73], como estava determinado em relação à admissão dos demais candidatos.

5. 5. – Defesa das comunidades

A par desta solicitude com a formação dos noviços que se encaminhavam para o sacerdócio, o capítulo provincial, como órgão máximo legislativo dentro da província eremítica augustiniana, decidiu afastar do convento de Coimbra os sobrinhos dos religiosos que aí se iam instalando, com eventuais consequências nefastas, não só para os jovens religiosos que aí estudavam, mas também porque oneravam as despesas da comunidade, sendo esta uma das importantes deliberações tomadas no capítulo que, pela terceira vez seguida, se reuniu em Évora: – *«Ordenarão os reverendos padres vigairos gerais e os padres difinidores que os moços que estam em o nosso convento de Coimbra seyam despedidos fora de casa posto*

---

70 *Actas,* fl. 62v.
71 *Actas,* fl. 77.
72 *Actas,* fl. 49v-50.
73 *Actas,* fl. 50.

que seyam sobrinhos e parentes de frades e isto mandão em virtude de sancta obediencia pera que asy se g<u>arde e que daqui em diante nam se receba ninhum. Dado este mandamento en nosso convento de Evora a XXVI de Abril de 1554»[74].

A necessidade de libertar o convento de Coimbra da presença de estranhos foi ampliada na mesma altura, proibindo os eremitas de receberem qualquer religioso que tivesse casa da sua ordem na cidade do Mondego, permitindo-lhe, no entanto, que aí pudesse jantar *«e depois se va a dormir a seu convento»*[75]. E as restrições à presença de estranhos estendeu-se também à hospedaria do convento, onde apenas seriam recebidas pessoas muito próximas por laços familiares ou pessoas com especial ligação à Ordem:- *«Ytem mandamos que os seculares nam se agasalhem na hospedaria salvo se for pai ou irmão ou parente ou algum grande amiguo e benfeytor da Hordem como* verbi gratia *he Antonio Leyte ou outra pessoa semelhante»*[76].

Estas determinações parece não terem surtido o efeito esperado, porquanto no capítulo de 1570, realizado no convento de Santo Agostinho de Vila Viçosa, foi tomada uma decisão mais restritiva do que a anterior: – *«Rogamos muito aos padres priores que tirem em seus conventos quanto puderem as hospedarias de leigos ainda que sejão parentes dos frades pelo derramamento que day se acostuma a seguir e se for possivel não passem estas hospedarias de oyto dias»*[77].

Mas a defesa da dignidade e bom nome das comunidades conventuais passava também pelo tipo de pessoas com quem conviviam os priores e os religiosos quando, por legítimos motivos de honesta recreação ou descanso necessário ao restabelecimento da saúde ou por qualquer outro, igualmente válido, se instalavam temporariamente nas quintas da Ordem ou em qualquer outra parte mais conveniente, sendo muito clara a determinação do capítulo de Lisboa, de 1560, ao escrever textualmente *«não admitam comsiguo leygos nem outras pesoas de fora»*[78], o mesmo se impondo no de Vila Viçosa, de 1570, ao dizer que *«não admitão consigo leigos nem outras pessoas de fora que não sejão da nossa religião»*[79].

---

74 *Actas,* fl. 43.
75 *Actas,* fl. 43v.
76 *Actas,* fl. 43 v.
77 *Actas,* fl. 73.
78 *Actas,* fl. 51.
79 *Actas,* fls. 74v-75.

Não sendo possível nem necessário referir todas as determinações orientadas no sentido de proteger as comunidades religiosas de quaisquer interpretações inconvenientes para elas, mesmo que fosse através de referências impróprias ou mesmo falsas a algum ou alguns dos seus membros, aludiremos, apenas, a mais uma ou outra constantes das actas capitulares, salientando, em especial, as rígidas orientações dadas pelo Prior Geral da Ordem, estando umas delas datadas de Trento, no dia 23 de Abril de 1562, naturalmente, fazendo-se eco da orientação disciplinar que aí se respirava, enquanto decorria a terceira sessão conciliar, predominantemente marcada pelas medidas tendentes à reforma na vida das instituições.

Foi nesse espírito que as normas enviadas pelo Prior Geral, Frei Cristóvão de Pádua, além de recomendarem que os noviços e os professos não andassem pela cidade e que os pais lhes levassem ao convento as coisas de que tinham necessidade – *«Nolumus, preterea, illos per civitatem discurrere, sed a parentibus que sibi necessaria sunt ad conventum eis deferri»*[80] – queriam que os frades vindos de fora não andassem sós a vaguear pela cidade, pelo perigo de escândalo que daí poderia advir, mas lhes fosse dado um companheiro, quando andassem a tratar dos diversos assuntos[81]. Aos frades permitia que saissem uma vez por semana, com um companheiro designado pelo Prior[82].

Bem mais exigente era ainda em relação à clausura, não podendo os leigos entrar no dormitório nem sequer no segundo claustro. Os convidados não deveriam passar do primeiro claustro, só excepcionalmente podendo ultrapassá-lo algumas pessoas nobres às quais não fosse possível impedir tal acesso, devendo, mesmo assim, conservar-se fechada a porta do segundo claustro[83]. A estas acrescentava outras normas de extremo rigor, bastando referir que não se podia sair do mosteiro e nele voltar a entrar, quando a porta estivesse aberta, sob pena de na primeira vez ser castigado e na segunda expulso; que nos dias de festa, ninguém, nem sequer, os veneráveis mestres poderiam sair do mosteiro, mas, deixando de lado prescrições relativas à observância do silêncio e outras de menor importância, que, na igreja, ninguém ousasse falar com

---

80 In *Actas,* fl. 60v.
81 *Ibidem.*
82 *Actas,* fl.s. 60-60v.
83 *Actas,* fls. 59-60.

mulheres, a não ser em confissão[84], função reservada aos padres mais graves e idosos[85].

Neste contexto, não é de estranhar a seguinte deliberação do capítulo de Vila Viçosa, de 1570: – *«Item mandamos que as chaves da portaria e da igreija sejão dadas de noyte ao padre prior ou ao superior do convento»*[86].

5. 6. – Novas exigências

À medida que os anos passavam e o Concílio de Trento se encaminhava para o fim, verificamos que as exigências dos capítulos provinciais dos Eremitas de Santo Agostinho são mais exigentes. Bom exemplo dessa realidade são as decisões de natureza disciplinar tomadas no celebrado no convento da Graça, em Lisboa, em 1564, poucos meses após o encerramento do magno Concílio de Trento, citando-se textualmente as orientações enviadas pelo Padre Geral, recordando que o ornamento e esplendor da Ordem residiam, essencialmente, nos seguintes três grupos de pessoas: *pregadores, confessores e simples sacerdotes*, só podendo ter acesso aos dois primeiros graus os religiosos a eles promovidos pelo capítulo provincial, estimulando todos *a «viverem bem e ser muito humildes obedientes devotos e recolhidos»* sabendo que os que deram ou viessem a dar mau exemplo ou escândalo com a sua vida e costumes, não seriam promovidos a confessores nem a pregadores e se o fossem seriam privados dessa dignidade e ofício.

A preocupação com a formação dos noviços era fundamental, mas em relação àqueles que tendo prosseguido os estudos eclesiásticos desejam ascender ao sacerdócio, as cautelas eram bem maiores e tornava-se necessário ter uma fundada esperança, de que dariam garantias de perseverança. Foi, por isso, que no capítulo, novamente reunido em Évora, em 1552, se exigiu que os candidatos que pretendessem ascender ao sacerdócios só o poderiam cinco anos depois da professão religiosa: – *«Item statuimus ne quis fratrum ad sacrum praesbiteratum ordinem promoveretur, nisi iam quinquenio professus»*[87].

---

[84] *Actas,* fl.59v.
[85] *Actas,* fl, 61.
[86] *Actas,* fl. 75.
[87] *Actas,* fl. 11v.

5. 7. – Algumas componentes da Reforma

Além dos aspectos acima referidos, globalmente, mais orientados para a defesa da vida comunitária, o essencial da reforma passava necessariamente pela formação e renovação espiritual e cultural dos religiosos, numa simbiose perfeita entre os actos comunitários e os individuais ou mesmo particulares, convindo salientar a insistência com que se urgia que os professores, pregadores e estudantes – em certas circunstâncias dispensados do serviço do coro – nele se integrassem sempre que possível, dada a sua importância na vida espiritual dos religiosos.

No domínio da espiritualidade, verdadeira pedra de toque da reforma pretendia, além da confissão, da comunhão, do jejum e abstinência – esta prescrita para todas as quartas-feiras – temos de contar com o canto das horas canónicas, com participação nas missas, com as pregações, etc., havendo a registar, no entanto, a ausência de menção expressa à pratica da *meditação*, tão desenvolvida, por exemplo, pela Companhia de Jesus, bastando recordar os exercícios espirituais de Santo Inácio de Loiola, mas não faltam as prescrições relativas à *acção de graças após o jantar* – refeição principal, por volta do meio dia – e acerca da necessidade de evitar a murmuração e os graves inconvenientes a que dá origem. Quanto a este último aspecto, vejamos como a ele se referiu o capítulo de Vila Viçosa, de 1570: – *«Item porque o peccado da lingoa he muy perigoso e facilmente se cae em elle e tarde arestitue* (sic)[88] *o dano que faz mandamos que estreytamente se goarde nossa constituição que nenhum religioso levante a outro falso testemunho nem o acuse diante d'algum official da Ordem de cousa falsa nem com testemunhos falsos sob a pena da mesma constituição que he escomunhão e seis meses de carcere»*[89].

5. 8. – Aspectos litúrgicos

Embora não se possa falar propriamente de uma reforma litúrgica, nas actas destes capítulos não faltam referência de natureza litúrgica, por exemplo a propósito da celebração da oitava da *Ascenção do Senhor*, com a categoria de *duplex minor,* que impedia a

---

[88] Deturpação de *restitue*.
[89] *Actas*, fl. 75.

celebração de qualquer santo nesse dia, conforme ficou estabelecido no capítulo reunido no convento de Nossa Senhora da Graça, da cidade de Évora, em 1554[90], ou a realização da procissão solene com o *Santíssimo Sacramento*, após a missa *in Caena Domini* ou da instituição da Eucaristia, e, ainda, que se rezasse o ofício do Santíssimo Sacramento, em todas as quintas-feiras do ano, que não caísse festa própria, como decidiu o capítulo de Lisboa, de 1558[91], e aspectos mais relacionados com rubricas, acerca de inclinações, genuflexões, escolha de antífonas e orações, etc.[92], alguns dias em que se deve recitar o *Credo,* a *Glória* e certos versículos e antífonas, etc.[93], dias destinados à comunhão dos religiosos, concretamente: 4º domingo da Quaresma, dia de Santiago Maior e dia da Imaculada Conceição, como foi aprovado, em Évora, em 1570[94], a imposição da celebração da festa do Nome de Jesus, em todos os conventos da Ordem, no dia 14 de Janeiro, com a possibilidade alternativa de rezarem o ofício próprio desta festa, os que dispusessem do texto respectivo, ou de rezarem o ofício da festa da Ascensão todos os que não possuíssem o próprio da nova festa, decretada no capítulo de Évora de 1550: – *«Item ordenamos que daqui por diante se faça en todos nuestros conventos la fiesta del Nonbre de Jhesus al 14 de Jenero y faran el officio proprio los que lo tubiren y los que non lo tubieren digan el officio da Ascension»*[95].

5. 9. – Estudos

Da formação dos noviços e dos professos e, sobretudo, dos frades presbíteros fazia parte integrante a sua formação humanística em Artes, teológica, moral e jurídica, que muitos completavam na Universidade de Coimbra. Mas além desta preparação superior, não faltavam outras formas de formação permanente, como aulas de

---

90 *Actas,* fl. 17.

91 *Actas*, fl. 27: – *«Statuimus praeterea ut feria quinta in Caena Domini finita missa solemnis fiat processio de Sanctissimo Sacramento, vel per claustrum, vel per ecclesiam sicut in die suae institutionis.*
Statuimus insuper ut singulis quibusque quintis feriis totius anni in quibus non est aliquod festum proprium fiat officium Sanctissimi Sacramenti». **(Ver também fl. 31).**

92 *Actas,* fls. 31v e 32, 32v, 33.

93 *Actas,* fls. 27-27v.

94 *Actas,* 71.

95 *Actas,* fl. 6v.

gramática, o canto, de extrema importância para a liturgia e as pastoral, de acordo com as disposições capitulares tomadas em Vila Viçosa, em 1570: – *«Item em todos nossos conventos tenhão lição de canto se for possivel e necessario e provejão as lições de matinas como não aja falta*[96] *acabadas as vesperas a porta do coro. E tambem tenhão lição de grammatica se for possivel e necessario»*[97].

Dentro deste mesmo projecto do que poderemos designar formação permanente, inscrevem-se igualmente, a título supletivo, isto é, se não houver *«lição de casos no convento»,* as exposições sobre casos de consciência, que todos deviam aproveitar, de acordo com a fundamentação do mesmo seguinte capítulo de Vila Viçosa, em 1570: – *«Item porque os religiosos ocupem bem seu tempo e saibão o que convem pera suas consciencias e saibão confessar quando lho mandarem, todos os sacerdotes de nossos conventos e os outros professos que estiverem desocupados se ajuntarão com o padre prior ou com o padre superior acabadas* as graças depois de jantar[98] *e tratem alguns casos de consciencia e determinem no em linguajem como todos o entendão. E ali poderão perguntar suas duvidas dos casos mais difficultosos que occorrerem, salvo se ouver lição de casos no convento»*[99].

A preparação teológica superior era indispensável para os pregadores e os confessores, a quem só eram confiadas essas funções, depois de concluídos os cursos e de devidamente examinados.

Na preparação universitária de quantos prosseguiam os estudos, teve grande importância o Colégio de Nossa Senhora da Graça, em Coimbra, mandado fazer por D. João III, em 1543, donde Mestres e alunos se dirigiam à Universidade: os primeiros para leccionarem e os segundos para estudarem e prepararem as respectivas graduações.

Apesar desta breve referência, valerá a pena registar aqui algumas das disposições dos responsáveis pela Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, reunidos em capítulo, em Vila Viçosa, em 1570, porque traduzem bem as preocupações colectivas quanto às exigências feitas aos que haviam de prosseguir os estudos e aos cuidados

---

96 A seguir está cortado: *En o choro*.
97 *Actas,* fl. 74.
98 Isto é*: ao princípio da tarde*.
99 *Actas,* fl. 74.

a ter no seu colégio da Graça, em Coimbra, com as matéria e doutrinas a ensinar, bem como em relação a outras medidas que, eventualmente, fosse necessário tomar. Atendendo ao seu interesse, consideramos preferível apresentar as disposições capitulares em toda a sua pureza, que bem dispensam qualquer comentário:

– *«Item mandamos que não se de estudo de Artes nem de Theologia aos religiosos se não forem virtuosos e de bons custumes e habiles pera o estudo e que tenhão tres anos cumpridos depois de professos e que sejão examinados da sufficientia por tres examinadores ajuramentados.*

Item mandamos que os estudantes que se achar que não são humildes pacificos quietos virtuosos sejão privados do estudo.

[*Fl. 72v*]

Ordenamos e mandamos que no nosso colegio de Coymbra aya hum regente[100] *que ordene todas as cousas do estudo com parecer do padre prior que asente o que se lee e como e veja as questões que se sustentão nas conclusões e não passe opiniões*[101] *escandalosas nem muito singulares ao menos em materias perigosas nem consinta que se leão questões sem proveyto.*

Item mandamos que os estudantes d'artes <seião> examinados <no fim do primeyro anno pouco mais ou menos> pello prior regente e seu leytor os quaes serão obrigados em virtude e merito de santa obediencia (jurando primeyro de falar verdade) <a> avisar o padre provincial de qualquer delles que não ouver sperança de poder aproveytar ao diante pera que seja tirado do studo.

Assi mais mandamos que os que ficarem no studo não vão a Theologia sem primeyro serem examinados publicamente por tres examinadores, o qual exame se faraa ordinariamente acabante de ouvirem toda a Logica e 4 livros de physicos ao qual exame se acharão presentes o prior regente e leitor os quaes jurando de fallar verdade serão obrigados em virtude e merito de santa obedientia a avisar o provincial dos que devem[102] *ser excluidos por insufficientes»*[103].

---

100 A seguir estão cortadas as palavras: *dos estudos.*
101 Segue-se, cortada, a palavra *erroneas ou.*
102 A seguir está cortada a preposição *de.*
103 *Actas,* fls. 72-72v.

5. 10. – Visitas canónicas

Em todo este processo de reforma e renovação espiritual e material da Ordem, tiveram importância decisiva as visitas canónicas feitas aos diversos conventos, tornando-se absolutamente indispensável procurar os livros onde ficaram registadas as disposições dos visitadores, sabendo-se que o teor dos capítulos das visitações, além de ficar em cada um dos conventos visitados, era também transcrito num livro encadernado, destinado ao Provincial, aliás necessário para nas visitas seguintes se poder verificar se as determinações da anterior ou anteriores tinham sido cumpridas. Mas, sobre este assunto, vejamos o que determinou o capítulo reunido em Vila Viçosa, em 1570:

– *«Item ordenamos que o padre provincial mande fazer hum livro bem encadernado em que elle e os visitadores escrevão os apontamentos que deixarem nos conventos pera por elle <se regerem>*[104] *nas visitas o qual livro o Provincial <trara consigo> [e ao] acabar (o seu mandato) entregaraa ao provincial eleito.*

Tambem ordenamos que em cada convento aya[105] *seu [fl. 77v] livro em que os apontamentos do provincial e visitadores fiquem scritos, que estara em poder do prior pera que se não percão e se fação goardar.*

Declaramos que os preceitos <ou leis> do provincial e visitadores tenhão seu vigor athee serem revogados por quem tiver authoridade para os revogar.

Item mandamos que os discretos ou priores das casas donde não vem discretos tragão hum livro em que fação escrever as actas do capitulo pera seu convento se as[106] *provisões das casas e que as fação asinar ao padre presidente provincial e definidores pera se lerem nos refectorios.*[107]*.*

Ordenamos e mandamos que os visitadores da nossa provincia visitem hũa so vez no bienio por escusar gastos e que esta sera depois da ultima visitação do padre provincial e as culpas que nos

---

[104] Esta parte que vai entre colchetes angulosos está sobreposta ao início do que foi cortado: *os visitarem o qual livro.*

[105] A seguir está cortado: *outro.*

[106] A seguir, cortada a palavra *mudanças.*

[107] A seguir está cortada uma linha e um quarto, onde ainda se pode ler: *Por evitar controversias que acustuma aver em alguns conventos.*

conventos não deixarem castigadas trarão ao capitulo com as que acharem do padre provincial e no capitulo provincial terão voto como qualquer dos vogaes»[108]

Resumindo:

Os aspectos de que até aqui nos ocupámos com algum pormenor são já suficientes para nos apercebermos dos múltiplos aspectos da vida comunitária e particular a que era necessário prestar atenção neste período decisivo da *Pré-reforma e da Reforma Católica,* no sentido em que as definimos, mas, no seu conjunto, essas medidas eram muito vastas, vendo-nos obrigado, neste momento, a proceder apenas à sua enumeração, adiantando que, acerca de cada uma delas eram minuciosas as disposições dos capítulos da Ordem.

Os Eremitas de Santo Agostinho não viviam apenas voltados para o interior das suas casas: estavam também ao serviço dos fiéis, na Igreja, na liturgia, na pregação e no serviço de confissões. Daí, as exigências postas na selecção dos pregadores, atendendo às suas virtudes, ciência e outras qualidades, o mesmo se podendo dizer em relação aos confessores, que deveriam ter mais de trinta anos.

Importante na vida das comunidades era o cuidado posto na eleição dos mais dignos para os cargos de prior e para outras funções de direcção e governo das casas. Não admira, por isso, que as eleições bienais estejam regulamentadas em pormenor em diversos capítulos, havendo pesadas sanções para aqueles que procurassem angariar votos a seu favor, não sendo também permitido proceder ao adiamento dos actos eleitorais, que, em casos mais complicados, se resolviam pelo recurso à tríplice votação por escrito, sendo, de imediato, publicitado os resultados.

5. 11. – Elaboração dos tombos

Aspecto de grande importância era o da boa gestão dos bens dos conventos, tornando-se necessário proceder à elaboração dos respectivos tombos das propriedades e outros direitos, zelar pela conservação dos bens móveis, recolha das esmolas, etc., não faltando os casos em que se exigia que houvesse duas chaves para as

---

[108] *Actas,* fls. 77-77v.

arcas das sacristias, devendo estar uma em poder do prior e outra na mão do sacristão.

5. 12. – Cuidado especial com os enfermos e os idosos

Falámos das disposições dos capítulos provinciais, mas falta chamar a atenção para duas funções importantíssimas do ponto de vista histórico, que as suas *actas* nos revelam:

1.º – Por elas ficamos a conhecer quem foi designado para *prior* dos vários conventos, para *confessores, pregadores, mestres de noviços, capelães* dos conventos das freiras agostinhas, que também as havia, e outra revelação do maior interesse.

2.º – As listas completas que aparecem em algumas *actas* dos frades sacerdotes e não sacerdotes de cada um dos vários conventos, onde figuram nomes bem conhecidos, como Frei Agostinho de Jesus e Castro, futuro arcebispo de Braga e fundador do convento do Pópulo, na cidade dos arcebispos, Frei Sebastião Toscano, etc.

6 – E os resultados?

Chegados a este ponto, podemos perguntar: – *Em que se traduziram os resultados de tanto esforço, patente na letras dos capítulos estudados*?

Embora uma resposta exaustiva exija um estudo orientado noutro sentido e com recurso a outras fontes, podemos adiantar que para além daqueles elementos que só Deus conhece, porque só Ele lê no segredo dos corações, e não é possível saber o bem que os membros da Ordem fizeram através do ensino, da pregação, das confissões que ouviam, dos conselhos e esmolas que davam, etc., podemos afirmar com segurança e conhecimento de causa que a reforma operada dentro desta Ordem foi notável, como nos parece evidente, através de três indicadores considerados seguros e esclarecedores, a que nos vamos referir de forma sumária.

O primeiro consiste na conclusão a que nos conduziu a análise do quadro elaborado a partir das listas dos religiosos, apensas às actas de vários capítulos, que, embora não figurem em todos e não tenham sido organizadas seguindo sempre o mesmo critério, pois em relação a certos anos são muito minuciosas, chegando ao ponto de indicarem, separadamente, o número de religiosos sacerdotes e o

dos não sacerdotes, outros anos há em que se indica apenas o número total de religiosos de cada convento, enquanto, para outros anos os elementos disponíveis não podem, de forma alguma considerar-se significativos, pois faltou a preocupação de fornecer estes dados de natureza demográfica. Mas observemos o primeiro quadro, que, mesmo assim, revela dados inéditos para esta Ordem, parecendo-nos pioneiros, no confronto com outras Ordens Religiosas:

Anos	Lisboa		Coimbra		Santarém		Vila Viçosa		Évora		Torres Vedras		Penafirme		Montemor		Castelo Branco		Tavira	Totais
	P	L	P	L	P	L	P	L	P	L	P	L	P	L	P	L	P	L		
1538	16	5			15	14	10	9	5	2	6	4	4	3	6	7	3	2		111
1550							1	5			8		5		8		7			
1551	44		31		15		20		20		7		6				7			150
1552	7				6		12				7									
1554	44		27		15		20		20		7		5		10		7			155
1558	30	30	12	13	15	3	15	8	12	12	14	2	5				8		6	185
1560	37	19	22	21	14	5	19	5	16	9	4	1	8		9		8		8	206
1564	77		34		18		24		11		6		8		11		8		8	207

Quadro nº. 2 – Número de religiosos nos conventos do Eremitas de Santo Agostinho, segundo as listas constantes das *actas* dos capítulos provinciais (1538-1564).
P = Presbíteros; L = Leigos, isto é: todos os não sacerdotes.

Deste quadro, para já, pretendemos, apenas, fixar-nos nos números totais de Eremitas de Santo Agostinho, revelados para alguns anos, podendo-se afirmar que, não obstante o cuidado posto na selecção dos candidatos, de que as actas capitulares se fazem eco, o aumento de religiosos, entre 1551 e 1564, em relação ao número de 111, apurado para 1538, foi aumentando, percentualmente, desde os 30,63%, em 1551, até aos 86,48%, aumento que não pode deixar de se tomar como expressão do novo vigor, insuflado pela acção reformadora, iniciada, de forma sistemática, a partir da chegada dos visitadores: Frei Francisco de Vila Franca e Frei Luís de Montóia.

O segundo indicador do êxito da reforma, de que Frei Luís de Montóia, durante quase trinta anos, foi um dos seus mais vigorosos dinamizadores, podemos descobri-lo no importante concurso, dado por esta Ordem para as missões do Oriente, a partir de 1572, na sequência do capítulo reunido em Penafirme, como já tivemos ocasião de demonstrar em, estudo publicado[109].

[109] MARQUES, José – *Eremitas de Santo Agostinho nas missões do Oriente,* in «Revista da Faculdade de Letras», Porto, II Série, vol. XIV, 1997, pp. 247 a 270,

Por fim, dado demonstrativo do êxito das medidas reformadoras sustentadas durante décadas, mesmo ainda antes da reunião do Concílio de Trento, é o facto de nas actas do capítulo reunido, mais uma vez, em Vila Viçosa, em 19 de Abril de 1592, depararmos com os conventos de Tavira, Arronches, Loulé e Angra, que nas actas anteriores disponíveis não apareciam

Estas observações, feitas com base nos totais obtidos para alguns anos, podem ser, de certo modo, confirmadas também em relação aos quatro conventos melhor documentados, tomando como pontos de referência três anos bastante distanciados entre si, conforme se verifica pelo quadro seguinte:

Conventos	1538	1554	1564
Lisboa	21	44	77
Coimbra	–	27	34
Vila Viçosa	19	20	
Castelo Branco	5	7	10

Quadro n.º 3 – Aumento do número de religiosos

7 – Conclusão

A exposição que acabámos de fazer, por certo, apenas, primeira versão do estudo que as actas dos capítulos provinciais dos Eremitas de Santo Agostinho, constituídos em província portuguesa, desde 1447, com a casa Provincial sediada no convento da Graça em Lisboa, permite algumas conclusões, mesmo que seja a título provisório, porque um aprofundamento do seu exame projectará, sem dúvida, novos dados enriquecedores do conhecimento deste conturbado período da história da Igreja em geral e da sua parcela portuguesa.

Antes de mais, podemos afirmar que a *reforma* no seio das instituições eclesiásticas, em Portugal, tinha começado muito antes de Lutero ter iniciado o seu afastamento da Igreja de Roma, e que, no âmbito desta Ordem, ela se iniciou vários anos antes da abertura do grande concílio reformador, que foi o de Trento (1545-1563).

As medidas reformadoras patentes nas actas comentadas vão ao encontro das mudanças profundas exigidas pela Igreja, não só

como resposta à crise então vivida, mas também no sentido de um verdadeiro *regresso às fontes,* dentro do espírito inicial desta Ordem mendicante.

As manifestações mais convincentes de que se operou uma verdadeira reforma dentro da Ordem residem no impulso missionário *ad gentes,* na capacidade de algum dos seus membros para enfrentar os graves problemas da Reforma Protestante, sendo achado capaz de proceder à visita canónica dos conventos dos Eremitas de Santo Agostinho, na Alemanha, onde tinha eclodido o movimento luterano, D. Frei Agostinho de Jesus, duas vezes provincial da Ordem em Portugal, que continuou a manter correspondência sobre este assunto, para além do termo da missão e do seu regresso às terras lusitanas.

Por sua vez, o aparecimento de novos conventos da Ordem, na segunda metade do século XVI: Tavira, Arronches, Loulé e Angra, sendo este último na ilha Terceira, dos Açores, confirma a vitalidade da reforma e o vigor do espírito missionário que circulava no seio desta Ordem mendicante.

Finalmente, pensamos ter contribuído para um melhor conhecimento desta Ordem, ao mesmo tempo que tornámos acessível um conjunto de fontes originais, agora publicadas, que, durante séculos, permaneceram no silêncio dos arquivos[110].

---

[110] A visão aqui traçada sobre os passos dos Eremitas de Santo Agostinho portugueses, na senda da sua reforma institucional, antes, durante e após o termo do Concílio de Trento, até 1570, apoiou-se, exclusivamente, nas actas dos capítulos contidos no citado códice do Arquivo Distrital de Braga. Desta data até ao fim do século XVI, esta fonte documental regista, apenas, as actas do capítulo de 1592, agravando assim, as lacunas documentais detectadas até 1570. No entanto, esta situação, que qualquer investigador não pode deixar de lamentar, é atenuada para as duas últimas décadas do século XVI, mercê das actas dos capítulos provinciais de 1582, 1584, 1586, 1588, 1590, seguidas dos fragmentos dos de 1592 – registado também, na íntegra, no códice bracarense – e de 1596 e, finalmente, pelas do reunido, em 1598, publicados por Carlos Alonso, em 1994. Além de termos conhecido estas actas, após a publicação do texto que agora reutilizamos, optámos por não as aproveitar, a fim de que esta longa introdução correspondesse integralmente ao conteúdo do códice do Arquivo Distrital de Braga, cuja edição muito nos aprouve preparar.

II Parte

COLECÇÃO DOCUMENTAL

– Observações editoriais

Antes da apresentação dos documentos, impõe-se fazer algumas observações, começando por declarar que a autenticidade dos textos está confirmada na grande maioria dos casos pelas assinaturas dos principais responsáveis pela realização dos capítulos provinciais, de que oferecemos algumas imagens.

Sentimo-nos, por isso, dispensado de proceder a um estudo de crítica diplomática, bastando num ou noutro caso, atender às notas de rodapé ou, eventualmente, insertas no texto, como acontece para assinalar linhas ou mesmo alguma passagem mais longa, que, apesar de terem sido traçadas, dado que as respectivas leituras, em geral, eram possíveis, decidimos transcrevê-las em itálico, chamando, assim, mais uma vez, a atenção dos leitores para os textos.

Atendendo a que, inclusive, muitos dos leitores das obras de alguns autores, destacados membros desta Ordem, de que foram insignes reformadores, nunca tiveram oportunidade de conhecer as suas assinaturas, decidimos apresentar algumas delas, reproduzindo subscrições destas *actas* capitulares, que, além de lhes terem servido de elementos de validação, permitem, de algum modo, uma certa aproximação e – porquê não dizê-lo? – convívio intelectual com estes vultos da Igreja e da Cultura, numa fase de intensa renovação espiritual e de *reforma* das instituições, e que, através das suas obras continuaram, até aos nossos dias, a atrair leitores e investigadores e a veicular as suas mensagens espirituais e culturais. Além de D. Frei Agostinho de Jesus e Castro, a quem já nos referimos – eleito provincial no capítulo realizado em Vila Viçosa, em 1570[111], e, depois, no de 1582[112] –, de Mestre Frei Sebastião Tosca-

[111] A D B / U M, *Fundo monástico-conventual,* A – 44, fl. 71.
[112] ALONSO, Carlos, OSA, *O, c.,* p. 5.

no, que, no capítulo de 1570[113], foi eleito definidor, impõe-se salientar a figura do visitador e grande reformador que foi Frei Luís de Montóia, cuja assinatura é verdadeiramente inconfundível, sendo justo acrescentar que ele foi o grande dinamizador da construção do Colégio de Coimbra[114].

Na transcrição destes importantes documentos, seguimos as *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, 3.ª edição, Coimbra, 1993, da autoria do P.e Avelino de Jesus da Costa, que, com a competência que lhe era internacionalmente reconhecida, adaptou e ampliou para o caso português as normas editoriais para diversos tipos de documentos e edições, apresentadas sob a designação genérica de *Diplomatica et Sigillographica. Travaux preliminaires de la Comission Internationale de Diplomatique et de la Commission Internationale de Sigillographie,* publicadas na revista *Folia Caesaraugustana*, 1, Zaragoza, Cátedra «Zurita». Institución «Fernando el Católico» (CSIC), 1984, além de muita outra bibliografia, oportunamente, citada ao longo das referidas *Normas gerais.*

Seria, por isso, redundante apresentar aqui uma súmula das mesmas.

Os textos que integram esta colecção, serão precedidos de um número de ordem, em algarismos árabes, e de breves sumários, para mais facilmente se identificar a data e a localidade da reunião dos vários capítulos e, quando possível, quem presidiu às reuniões. De alguns capítulos, além do texto original, em português, há tam-

---

113 A D B / U M, *Fundo monástico-conventual,* A – 44, fl. 71. Em relação a Frei Sebastião Toscano, vejam-se os estudos que lhe dedicou MARQUES, Armando de Jesus: – Frei Sebastião Toscano na conjuntura religiosa da sua época, in *Revista Portuguesa de História,* t. VII, Coimbra, Faculdade de Letras, 1963; Frater Sebastianus Toscanus, O.S.A. – Spiritualis doctrimae auctor lusitanus saeculo XVI, in *Helmantica,* Revista de Humanidades Clássicas de la Universidad Pontificia de Salamanca, n.º 49, Salamanca, 1965; Da vida e escritos do humanista português Fr. Sebastião Toscano, in *Portuguisiche Forschungen de Görresgesellschaft Erste Reihe – Aufsätze zur portugiesishen Kulturgechichte,* vol.VI, Müster Westfalen, 1966; Subsídios para a genealogia dos Toscanos, in *Armas e Troféus – Revista de História, Heráldica, Genealogia e de Artes,* 2.ª Série, tt. VII e VIII, Lisboa (Instituto Português de Heráldica), 1967; A «Mystica Theologia» de Frei Sebastião Toscano, in *Hvmanística e Teologia*, tomo X, Fasc. 1, Porto, 1989, pp.63-88.

114 MARQUES, José, Frei Luís de Montóia e Diogo de Castilho na construção do Colégio da Graça, de Coimbra, segundo o «Libro das obras del Collegio», na *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património,* vol. 7-8, (2008-2009), Porto, 2011, pp. 231-278.

bém uma versão mais abreviada, em latim, destinada a ser enviada ao Superior Geral, a fim de serem aprovados. Para maior facilidade de controlo pelos leitores, assinalam-se também as páginas do códice e os respectivos *versos*, recorrendo-se, quando necessário, à introdução de elucidativas notas de rodapé.

O objectivo desta publicação é, essencialmente, tornar acessível e divulgar as actas dos capítulos da província portuguesa dos Eremitas de Santo Agostinho, constantes deste códice cartáceo do Arquivo Distrital de Braga. A sua leitura, além de revelar a identidade de alguns Padres Gerais da Ordem, permite-nos conhecer os seus visitadores, vigários gerais e provinciais, que em Portugal exerceram uma notável acção reformadora. Desse conjunto emergem os nomes dos visitadores Frei Francisco de Vila Franca e de Frei Luís de Montóia, que ascenderam, sucessivamente, à condição de vigários gerais, e Frei Agostinho de Jesus e Castro, visitador apostólico dos mosteiros da Ordem na Alemanha, duas vezes provincial e, por fim, arcebispo de Braga.

Antes de ser elevado ao episcopado, sendo vigário geral da Ordem na província de Portugal, foi incumbido de presidir, como comissário apostólico, ao capítulo da província de Aragão, realizado em Outubro de 1586, sabendo-se que, em 18 desse mesmo mês, sob a sua presidência, se procedeu à eleição de Mestre Frei Gaspar de Saona, para provincial da província aragonesa e dos respectivos definidores, cujos nomes figuram nas respectivas actas, integradas também nesta colecção.

Foi na sequência dos altos cargos exercidos dentro da Ordem por D. Frei Agostinho de Jesus e Castro, que este códice, além das actas do capítulo geral, reunido em Rimini, em 1555, enriquecido com as do capítulo provincial de Aragão, a que ele presidiu, veio, na sua bagagem, para Braga, permitindo-lhe ter presente, quando fundou e acompanhou os primeiros anos de vida do convento de Nossa Senhora do Pópulo, as principais normas que tinham orientado a reforma a que também ele deu precioso contributo, na esteira dos grandes reformadores que foram Frei Francisco de Vila Franca e Frei Luís de Montóia.

As *Actas dos capítulos provinciais dos Eremitas de Santo Agostinho (1538-1592),* que agora se editam, encontram-se no Arquivo Distrital de Braga / Universidade do Minho (A.D.B. / U.M), *Fundo monástico e conventual,* A-44, num pequeno códice cartáceo, com capa de pergaminho, de 20,5 x 15 ^{cm}, constituído por um conjunto de

cadernos irregulares, que não é possível definir com rigor, e algumas folhas intercaladas, num total de 118 folhas, escritos em letras cursivas, em muitos casos largamente influenciadas pela humanística, de mãos e *ductus* diferentes, correspondentes ao período de 1538-1592, não oferecendo, em geral, significativas dificuldades de leitura.

Apesar de conhecermos a importância dos vários índices em obras desta natureza, atendendo à extensão das listas nominais, escritas em latim, circunstância que obrigaria a uma sistemática repetição das mesmas, não hesitámos prescindir dos índices onomásticos: toponímico e antroponímico, bem como do sistemático de matérias, facilmente surpreendido na abundância dos subtítulos.

Resta acrescentar que a colecção documental foi enriquecida com um conjunto de vinte e cinco gravuras, constituídas, além de algumas reproduções de páginas do códice, de subscrições de actas capitulares e de documentos enviados pelos Padres Gerais, por fotografias de igrejas e conventos nela mencionados, que permitem descobrir as dimensões artísticas e o próprio dinamismo desta Ordem, que os textos não poderiam traduzir.

Documentos

A. D. B., *Fundo monástico e conventual,* A-44.

N.º 1

1538 – Lisboa

Actas do capítulo provincial dos Eremitas de Santo Agostinho, reunido, em 1538, no convento de Nossa Senhora da Graça, em Lisboa, seguidas das menções dos superiores designados para os diversos conventos e dos nomes dos religiosos pertencentes a cada um deles.

[Fl 1.]

Jhesus

In Dei nomine. Amen. Siguen se las actas que se hizieron en el capitolo provincial de la Ordem de nuestro Padre Sant Augustin que se celebro en el Convento de Nuestra Señora de Graça de

Lisboa en el año del Señor de 1538 en el qual presidieron los reverendos padres Fray Francisco de Villa Franca y Fray Luis de Montoya visitadores generales en el qual capitulo fue electo pacificamente por prior provincial el revendo padre Fray Christobal Tibao al qual de Nuestro Señor su gracia pera que dignamente cumpla[115] <el> officio que le es encomendado.

Por diffinidores fueron electos los venerables padres Fray Alvaro Dasse y Fray Pedro Bispo Fray Hernando de Campos y Fray Antonio de Santo Niclolao, los quales todos juntos y de comum parecer y consentimiento ordenarom las actas que se siguem:

– Primeiramente declaramos que no es nuestra yntencion ordenar ni diffinir cosa alguna que sea contra la determinacion de la Madre Sancta Yglesia ni contra los *Estatutos* de[116] nuestro Padre General.

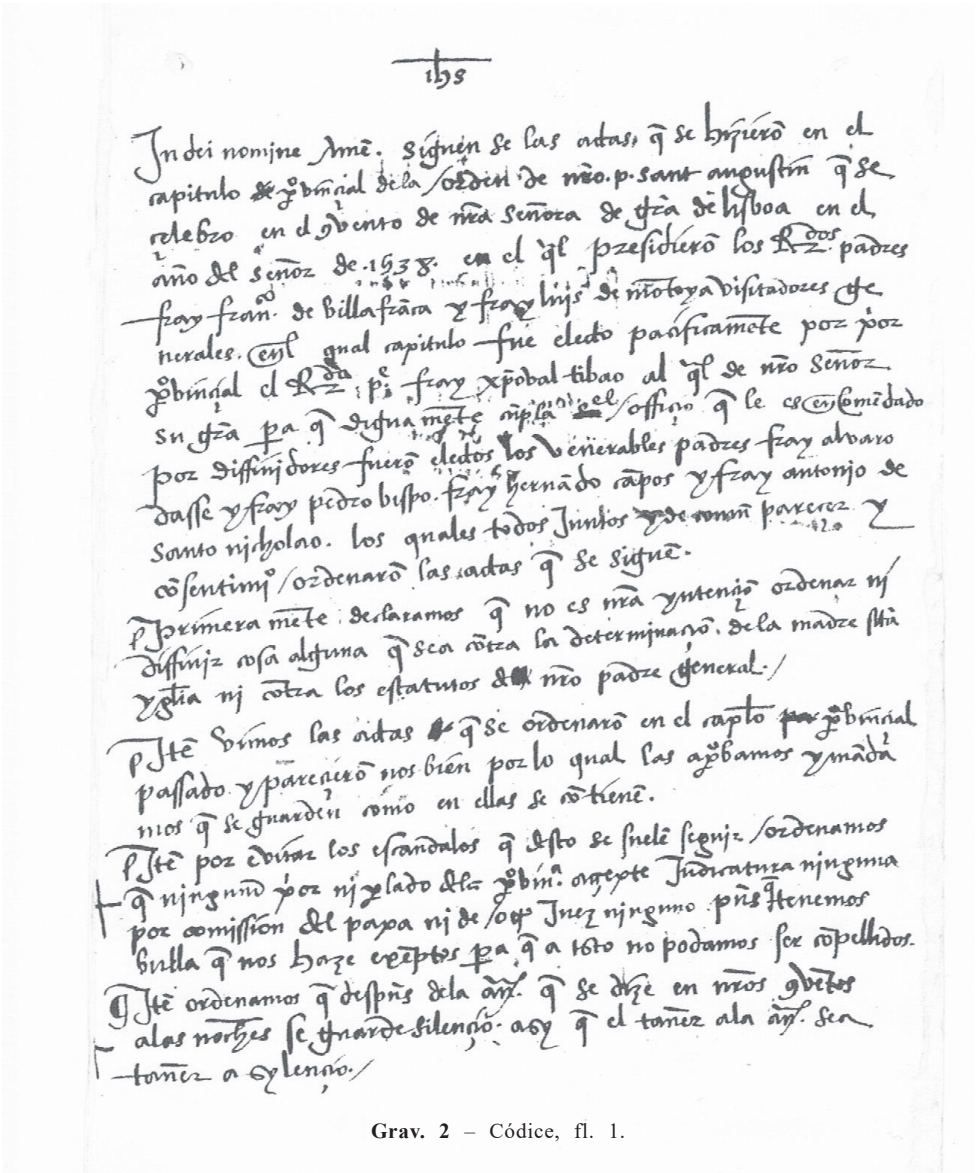
Item vimos las actas[117] que se ordenaron en el capitulo[118] provincial passado y parecieron nos bien por lo qual las aprobamos y mandamos que se guarden como en ellas se contiene.

Item por evitar los escandalos que desto se suele seguir, ordenamos que ninguno prior ni prelado de la provincia accepte judicatura ninguna por comission del papa ni de otro juez ninguno pues <que> bulla que nos haze exemptos pera que a esto no podamos ser compelidos.

Item ordenamos que despues dela antifona que se dize en nuestros conventos a las noches se guarde silencio asy que el tañer a la antifona sea tañer a sylencio.

---

[115] A seguir foi cortado *en* e sobreposto *el.*
[116] Na parte final desta palavra está cortada uma letra, que não é possível identificar.
[117] A seguir está cortada uma letra isolada irreconhecível.
[118] A seguir está cortada a sílaba *por.*



Grav. 2 – Códice, fl. 1.

[Fl. 1 v.]

Item ordinamus que en ninguno monesterio de nuestra provincia se reciban novicios sino solamente en este convento de Lisboa donde se han de criar en buenas costumbres. Y los novicios que en Santaren y en Torres estan recebidos seran de nuevo examinados

por los padres comissarios y se fueren hallados ydoneos seran recebidos en nombre de las casas donde primero tomaron el habito[119] a las quales perteneceran sus legitimas si las tubieren. Y isto mismo se[120] guardara si otras personas abiles y de buena parte pidieren ser recebidas en los otros conventos y de voto e parecer de todos los religiosos fuere hallados ydoneos y provechosos pera la Orden[121] que non seran recebidos en[122] los otros monesterios sino enbiados a esta casa de Lisboa con letras del prior y[123] pera que aqui sean recebidos y criados en nombre y pera las casas de donde fueren enbiados.

(O Item que se segue foi cortado. Mesmo assim, transcrevemo-lo, em itálico):

Item ordenamos moderando que[124] el paño de que los religiosos se han de vestir no sea notable ni precioso asy que el paño blanco no passe en el precio de dozientos y veynte soldos y el paño negro no passe de dozentos y sesenta soldos.

Item ordenamos en los conventos donde no ay election enbien los religiosos de postulacion esto es una carta al diffinitorio cerrada y sellada en que escriban y pidan las cosas que tocan a ese convento.

Item ordenamos que nenhum prior receba dinheiro conforme as nosas constituições.

---

[119] A seguir está cortada a palavra *asy.*
[120] A seguir está cortada uma palavra.
[121] A seguir estão cortadas as palavras: *e fueren enviados.*
[122] A seguir está cortada a palavra *otro.*
[123] Segue-se uma letra isolada cortada.
[124] A seguir está cortado *no.*



Grav. 3 – Convento da Graça de Lisboa

[Fl. 2]

Item por fazer misericordia con los que se arrepienten y enmiendan[125] absolvemos y perdonamos generalmente a todos los que apostataron y se salieron de la Orden hasta el capitulo provincial passado que se celebro en Villa Viciosa que se han ya venido a la obediencia y[126] < estan agora en nuestra provincia > y con esos dispensamos en todas las penas de las *constituiciones* y *adiciones.* Y avisamos a los religiosos que no se salgan sin licença y letras testimoniales de sus conventos porque daqui adelante se guardara el capitulo de nuestra constituiçion que señala la pena de los apostatas.

Item determinamos que el capitulo provincial venidero que se ha de celebrar el año de 1540 se celebre en nuestro monesterio de Evora.

(*O resto desta página e o verso da mesma estão em branco).*

[Fl. 2 v., *em branco e traçada em cruz*].

[125] Cortadas a seguir as palavras: *queremos que*.
[126] Segue-se cortado: *tornaron ala Orden.*

[Fl. 3]

Dispossitiones conventuum provintiae Lusitaniae

Preficimus **in conventu nostro Ulixbonensi**:
– in priorem reverendum patrem Fratrem Ludovicum de Montoia;
– in conventuales vero nominamus:
Fratem Sebastianum Leitãao
Fratrem Petrum *Dispo/*[127]
Fratrem Ioanem de Magdalena
Fratrem Paulum de Torre
Fratrem Bartolomeum dos Martires
Fratrem Ioanem de la Torre
Fratrem Dominicum
Fratem Iacobum de la Torre
Fratrem Franciscum de Madrid
Fratrem Petrum Velasquez
Fratrem Ioanem Baptistam
Fratem Ioanem *Stalcum*
Fratrem *Franciscum Teseno?*[128]
Fratrem Melchiorem
Fratrem Amatorem[129]

Non Sacerdotes:

Fratem Alfonsum
Fratem Simonem Santarenenssem
Fratem Simonem do Pedrogão
Fratrem Gregorium
Fratrem Ioanem Fernandez.

In conventu nostro Santarenenssi perficimus:
– in priorem venerabilem patrem Fratrem Andream Tornario
– in conventuales vero nominamus:
Fratrem Ioanem Sanctos
Fratrem Ieronimum
Fratrem Christoforum

---

[127] Esta palavra oferece alguma dúvida de leitura, mercê do traço que apresenta no fim.
[128] O nome deste frade está cortado.
[129] Este nome está cortado.

Fratrem Ioanem do Algarve
Fratrem Petrum[130] de Martiribus
Fratrem *Ioanem de Moura*[131]
Fratrem Thomam[132]
Fratrem Bartholomeum
Fratrem Georgium de Sintra
Fratrem Ambrosium[133]
Fratrem Laurentium de Sancta Justa
Fratrem *Alvarum* [134] de Torre[135]
Fratrem Amatorem
Fratrem Rodericum[136].

Non Sacerdotes:

Fratrem Iacobum de Meijoão Frio
Fratrem Georgium de Evora
Fratrem Alfonsum
Fratrem Nicolaum
Fratrem Fernandum
Fratrem *Marcum?*[137]
Fratrem Ludovicum de Torres
Fratrem Antonium de Varatojo[138]
Fratrem Victorium
Fratrem Antonium
Fratrem Salvatorem
Fratrem Victorium
Fratrem Melchiorem
Andream[139]

---

130 O nome *Petrum* está cortado.
131 Este nome está cortado.
132 Este nome está cortado.
133 Este nome está cortado.
134 Nome cortado de forma a dificultar a leitura.
135 Esta palavra está cortada, mas consegue ler-se.
136 Este nome está escrito na margem esquerda desta página.
137 Riscado. Oferece alguma dúvida de leitura.
138 Este nome está cortado.
139 Este nome não está precedido da palavra *fratrem.*

[Fl. 3 v.]

In conventu nostro de Vila Viçosa preficimus
– in priorem venerabilem Fratrem Antonium de Sancta Maria
– nominamus in conventuales sacerdotes:
Fratrem Alfonsum Ruivano
Fratrem Ioanem Frances
Fratrem Laurentium Brião (*sic*).
Fratrem Petrum de Cruce
Fratrem Eduardum de Montemor
Fratrem Raphaelem
Fratrem Rodericum
Fratrem Paulum
Fratrem Ambrosium.

Non[140] Sacerdotes:

Fratrem Antonium de Ourem
Fratrem Antonium Cordeiro
Fratrem Fernandum Toroneo[141]
Fratrem Emanuelem de Lisboa
Fratrem *Andream Godinho*[142]
Fratrem Melchiorem d'Almuster[143]
Fratrem Salvatorem *Trabalho*
Fratrem Iacobum d'Evora
Fratrem Andream Guovea.

In conventu nostro Eborenssi
[144]Dispositio prioris conventus Eborenssis maneat apud visitatores.
Nominamus in conventuales sacerdotes:
Fratrem Fernandum Campus
Fratrem Sebastianum Ulixbonenssem
Fratrem Antonium de Ereira
Fratrem Alvarum de Torres

---

[140] A seguir está cortada a palavra *convent*[*uales*], que não chegou a ser concluída
[141] Este nome está cortado.
[142] Este nome está cortado.
[143] Este nome está cortado.
[144] Antes desta palavra, ficou incompleta a palavra *Preficimus*.

Non sacerdotes:

Fratrem Antonium de Sancto Stephano
Fratrem Antonium Santarenensem.

[Fl. 4]

In conventu nostro de Torres Vedras preficimus
– in priorem venerabilem patrem Fratrem Antonium de Sancto Nicolao;
– nominamus in conventuales sacerdotes:
Fratrem Gabrielem
Fratrem Iacobum de Sancto Stephano
Fratrem Antonium de Sancta Justa
Fratrem Fernandum de Sancto Nicolao
Fratrem Georgium de Vila Viçosa

Non sacerdotes:

Fratrem Alvarum Monteiro
Fratrem Matheum
Fratrem Antonium
Fratrem Manuelem de Borba.

In conventu nostro de Penafirme preficimus
– in priorem venerabilem patrem Fratrem Iheronimum Cerveira;
– nominamus in conventuales sacerdotes:
Fratrem Alvarum de Sede
Fratrem Aleixum
Fratrem Rodericum.

Non sacerdotes:

Fratrem Sebastianum de Borba
Fratrem < Andeam Guovea>[145]
Fratrem Petrum d'Azamor.

[145] Sobreposto à palavra *Augustinum,* que foi cortada.

In conventu nostro de Montemoor preficimus
– in priorem venerabilem patrem Fratrem Georgium do Machial
– nominamus in conventuales sacerdotes:

Fratrem Ludovicum Ulixbonensem
Fratrem Antonium de Bensequa (*sic*).
Fratrem Franciscum de Guimarães.
Fratrem Iacobum Cãao
Fratrem Iacobum da Lourinhãa

Non sacerdotes:

Fratrem Gasparem d'Almuster[146]
Fratrem Simplicianum[147]
Fratrem Antonium Guouvea[148]
[*Fratrem*] *Agustinum*[149]
Fratrem Georgium Trabalho
Fratrem Melchiorem
Fratrem Fernandum

[Fl. 4 v.]

In conventu nostro de Castel Branquo preficimus
– in priorem venerabilem patrem Fratrem Ioanem Fidalguo;
– nonimanus in conventuales sacerdotes:

Fratem Emanuelem
Fratrem Iacobum Cordeiro

Non sacerdotes:

Fratrem *Melchiorem Eborenssem*[150]

Sinplitianum.

---

[146] Este nome está cortado.
[147] Este nome está cortado.
[148] Este nome está cortado.
[149] Este nome está cortado.
[150] Este nome está cortado.

(Assinam:)

Frater Franciscus de Villa Franca, Visitador

Fray Luis de de Montoya, Visitador

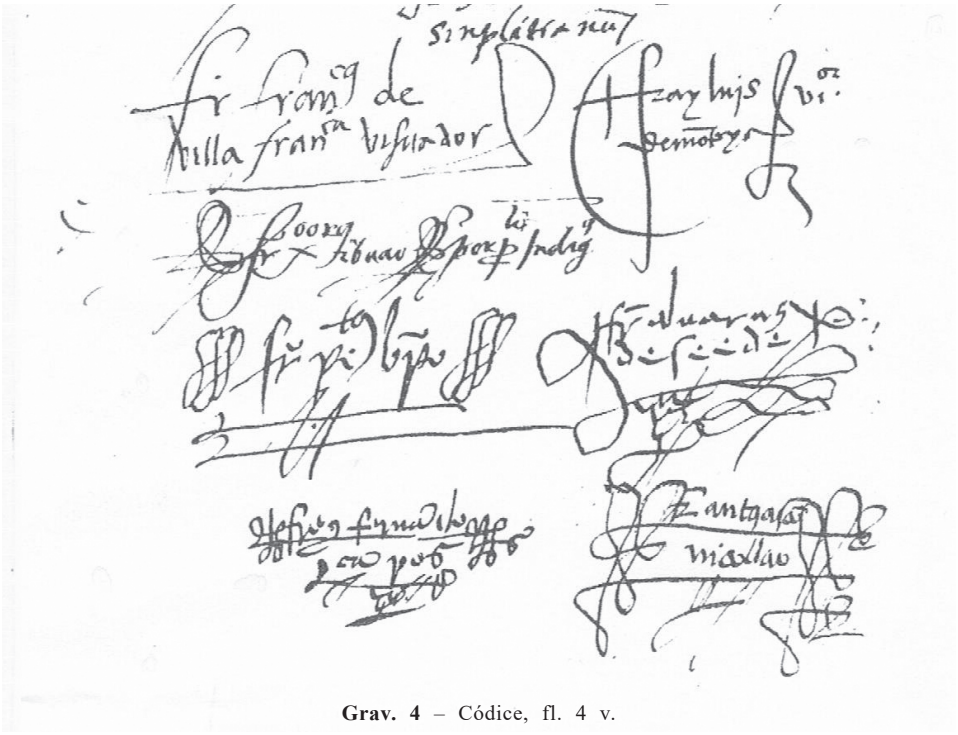
Frater Christofoorus Tibaao, Prior Provincialis Indignus

Frater Petrus Bispo

Frater Alvarus de Seede

Frey Fernando Campos

Antonius a Sancto Nicollao.



Grav. 4 – Códice, fl. 4 v.

[Fl. 5, *em branco*]

[Fl. 5 v.]:

[Fls. 6 a 8*, em branco*]

[Fl. 8 v.*, ao cimo*]:

Actas del capitulo
de Lisboa de 1538[151].

[Fl. 9]

N.º 2

1550 – Évora

Actas do capítulo provincial, reunido no convento da Senhora da Graça, da cidade de Évora, em 1550, presidido pelos visitadores gerais da Ordem, os Padres Frei Francisco de Vila Franca e Frei Luís de Montóia, com mensão dos superiores e dos frades de cada convento.

In Dei nomine amen. En el capitulo provincial que se celebro en el convento de Nuestra Señora de Graça de Evora la *dominica 4e post Pasca* do año do Señor de 1550 annos presidierom los reverendos padres Fray Francisco de Villafranca y Fray Luis de Montoya visitadores generales da Orden de nuestro Padre Sant Augustin de esta provincia de Portugal por nuestro reverendissimo padre Fray Jeronimo Neapolitano prior general da Orden de nuestro Padre Sant Augustin.

Fueron eligidos por diffinidores los reverendos padres Fray Luys de Montoya prior de Coynbra y Fray Pedro de Villa Viçosa prior en Villa Viçosa y Fray Joan dela Torre prior de Evora y Fray Diogo de Sant Miguel prior de Torres Vedras, los quales todos juntos con el reverendo padre Fray Francisco de Villa Franca vicario general ordenaron las actas siguintes, *convem a saber:*

– Primeiramente declaramos que no es nuestra yntencion ordenar cosa alguna contraria a la determinacion da Madre Sancta Iglesia ni contra los *Estatutos* de nuestro Padre General.

---

[151] Esta referência encontra-se no fim das actas deste capítulo, em jeito de encerramento, como acontece em muitos outros casos, a longo do códice.

Item vimos las ctas do capitulo passado y pareceron nos bien y las aprovamos por lo qual mandamos que se guarden.

Item por amor de Dios perdonamos y abilitamos a todos los apostatas que hasta agora se han tornado a la Religion.

Item ordenamos que los vicarios de nuestros conventos se assienten en el primer lugar despues del prior en el coro, capitulo y refectorio y procissiones aynda que o prior este presente.

Item ordenamos que los homiziados no seam recebidos en nuestros monesterios por mas espacio que un dia natural que son XXIIIIº horas y despues despidan los y no falen con elles sino solo el prior o aquien el diere licença. En la yglesia podran estar quando esta abierta.

[Fl. 9 v.]

Item ordenamos que en las sacristias de nuestra provincia este un arca cerrada con dos chaves la una terna el prior y la otra el sacristan en la qual por buraquo se lançara el dinero das missas asy como viene y al fin del mes se abrira y el dinero das missas dichas se partia con lo del convento y el dinero das missas no dichas se guardara en el deposito pera se acabaren de dezir.

Item ordenamos que daqui por diante se faça en todos nuestros conventos la fiesta del Nonbre de Jhesus al 14 de Jenero y faran el officio proprio los que lo tubiren y los que non lo tubieren digan el officio da Ascension.

Item ordenamos que en todos los conventos de nuestra provincia se cante una missa solemne en la fiesta de Pentecostes por el Rey nuestro Señor y por el buen estado da Yglesia.

Item de novo instituimus predicatores Fratrem Didacum de Sancto Michaele et Fratrem Ludovicum de Christo et Fratrem Ferdinandum de Peradiso et Fratrem Antonium de Angelis et Fratrem Didacum Sancte Ane et Fratrem Amatorem Dei et Fratrem Franciscum de Christo.

In **conventu nuestro Ulixbonensi** dimitimus
– in priorem Fratrem Franciscum de Villafranca.
– in conventuales vero omnes ibidem existentes *prepter* Fratrem Gasparem de Villa Viçosa et Fratrem Gregorium de Sancta Maria.

De novo autem adiicimus Fratrem Didacum Sancti Michaelis.

[Fl. 10]

In conventu Coninbricensi dimitimus
– in priorem Fratrem Ludovicum de Montoya;
– in conventuales vero:
omnes ibidem existentes *prepter* Fratrem Didacum Sancte Ane.

In conventu nostro Elborensi dimitimus
– in priorem Fratrem Iohanem de Turri;
– in conventuales vero:
omnes ibidem existentes.

[Fl. 10 v.]

In conventu Sanctarenense preficimus
– in priorem Fratrem Antonium de Sancta Maria;
– in conventuales vero[152]:
Fratrem Amatorem Sancte Marie *vicarium.*
Fratrem Anbrosium et
Fratrem[153] ...*Franciscum Motoso*
Franciscum de Guimarays
Fratrem Paulum et
Fratrem Sebastianum de Borba.

In conventu nostro de Villa Viçosa dimitimus
– in priorem Fratrem Petrum de Villa Viçosa;
– in conventuales vero:
omnes ibidem existentes[154], *scilicet,* Fratrem Andeam Torneyro vicarium monialium confessorem
Fratrem Alefonsum Ruyvano confessorem
Fratrem Hieronimum de Montemor
Fratrem Georgium Mechial

---

[152] A seguir está cortado: *Fratrem Antonium B., vero omnes ibidem existentes.*
[153] A seguir estão cortados de forma ilegível dois nomes, e um terceiro – *Fratrem Francicum Motoso*, que é possível ler com segurança.
[154] A seguir está cortada uma linha, na qual se consegue ler: *preter Fratrem Amatorem Sancte Marie.*

Fratrem Antonium de Sancta Justa
Fratrem Ferdinandum de Sancto Nicholao confessorem
et Fratrem Andream Govea
et Fratrem Franciscum Motoso[155]
Fratrem Iacobum de Loriñan
Fratrem Franciscum dos Anjos
Fratrem Antonium de Ereyra confessorem
Fratrem Emanuelem de Borba
Fratrem Augustinum de Spiritu Sancto
Fratrem Antonium Baptistam
et Fratrem Didacum de Mosonfrio.

[Fl. 11]

In conventu nostro de Torres Vedras preficimus
– in priorem Fratrem Didacum de Sancta Anna.
– in conventuales vero:
Fratrem Petrum de Plagis vicarium et confessorem
Fratrem Gregorium de Sancta Maria sacristam
Fratrem Amatorem Sancta Maria predicatorem
Fratrem Emanuelem de Christo
Fratrem Joham de Graça
Fratrem Antonium de Sancto Andrea
Fratrem Antonium de Sancto Michaele.

In conventu nostro de Montemor preficimus
– in priorem fratrem Gasparem de Villa Viçosa.
– in conventuales vero:
Fratrem Leonardum vicarium et
Fratrem Antonium de Benfica
Fratrem Dominicum de Lisboa
Fratrem Nunum Sacristam
Fratrem Antonium de Sanctaren
Fratrem Augustinum de Regibus
Fratrem Lupum

[155] Estes dois nomes foram introduzidos, posteriormente, pela mesma mão.

[Fl. 11 v.]

In conventu nostro de Penafirme preficimus
– in priorem Ludovicum de Lisboa;
– in conventuales vero:
Fratrem Alexium vicarium
Fratrem Christoforum Tibao predicatorem et confessorem.
Fratrem Sebastianum de Lisboa
Fratrem Melchiorem de Almoster.

In conventu nostro Castelli Albi preficimus
– in priorem Fratrem Ferdinandum Campos;
– in conventuales vero:
Fratrem Emanuelem de Arriolos vicarium et confessorem.
Fratrem Johanem Sanctos predicatorem et confessorem
Fratrem Didacum Cordeyro et
Fratrem Andream de Crux
Fratrem Augustinum
Fratrem Antonium.

[Fl. 12]

Defunctos en este bienio:

Fray Joham do Algarve
Fray Jorge de Sancta Maria
Fray Melchior Sacerdote
Fray Manuel
Fray Diogo de Sancta Monica.
Fray Francisco de Sancto Andrea Sacerdote
Fray Blas de Sancto Nicolao.

Item ordenamos que los religiosos apostatas que fugieron de nuestra provincia si bolvieren exemptos < o lo estan ya en lo terreyno > con el habito da Religion, o sin el en ninguna manera se les de entrada en nuestros conventos ni nuestros religiosos comuniquen ni falen con elles, so pena de quinze dias de carcel por cada vez que traspassaren este nuestro mandado.

[Fl. 12 v.]

Item ordenamos que los discretos de nuestros conventos que vienen a capitulo, o los priores donde no viene discreto traygan un rol assignado del vicario y de los depositarios de los bienes que ficam en los monesterios, *convien a saber,* de vino y trigo y azeyte y dinero etc. y tanbien otro rol de los bienes de rayz y renda dos monesterios y de lo que de nuevo se ha conprado o vendido o aprovechado. Y declaramos que no se puede vender cosas de rayz de los monesterios sin licença del provincial o prelado mayor.

(*Assinam*):

Frey Francisco de Villafranca, Vicario Geral

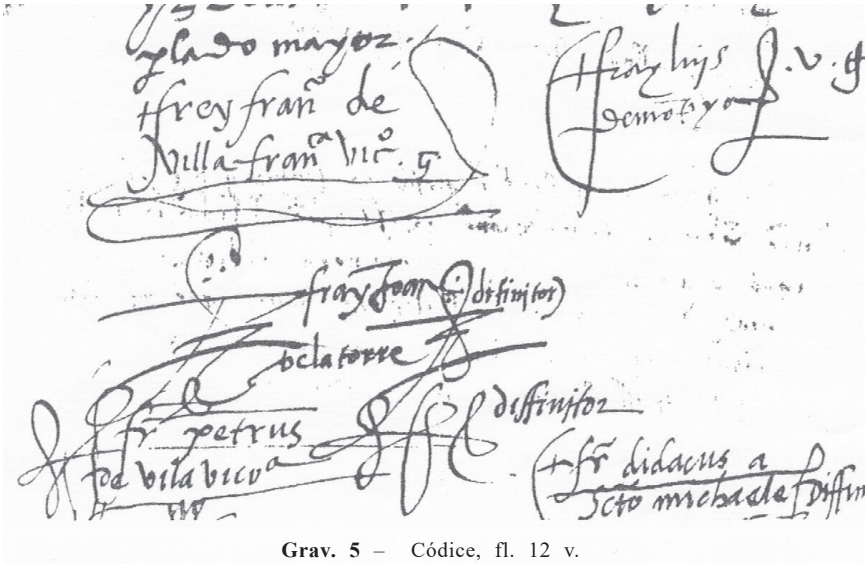
Fray Luis de Montoya, Vicario Geral

Fray Joham de la Torre, Difinitor

Frater Petrus de Vila Viçosa, Diffinitor

Frater Didacus a Sancto Michaele, Diffinitor

(*Reprodução das assinaturas*):



Grav. 5 – Códice, fl. 12 v.

[Fls. 13 a 14, *em branco*]

[Fl. 14 v.]

Actas de 1550.

[*Em letra de outra mão*]:

Todo este masso não contem mais que
os capitulos antigos no tempo do nosso veneravel Montoya.

[Fl. 15]

N.º 3

1552 – Évora
Versão latina abreviada do capítulo provincial, realizado, em Évora, no quarto domingo depois da Páscoa, presidido, em nome do Padre Geral da Ordem, Frei Cristóvão de Pádua (Patavino)*, pelos Padres Frei Francisco de Vila Franca e Frei Luís de Montóia, vigários gerais na província de Portugal.*

In Dei nomine. Amen.

Comittiis provincialibus peractis Elbore anno Domini 1552, 4ª dominica post Pascha: praefuerunt reverendissimi patres Frater Franciscus a Villa Franqua, Frater Aloysius a Montoya, vicarii generales Ordinis Heremitarum Sancti Patris nostri Augustini, in hac provincia Lusitaniae, pro Reverendissimo Patre Fratre Christophoro Patavino Priore Generali Ordinis Heremitarum Sancti Patris nostri Augustini. Delecti sunt diffinitores reverendi patres Frater Franciscus a Villa Franqua, Frater Antonius a Sancta Maria, Frater Gaspar a Villa Viçosa, Frater Didacus de Sancta Anna, qui in unum congregati simul cum reverendissimis patre Fratre Aloysio de Montoya vicario generali de communi consensu statuerunt ea quae sequuntur:

Principio illud nostrae intentionis esse declaramus

[Fl. 15 v.]

nihil definire aut statuere quod autem cum decretis Sacrosancte Matris Ecclesia aut cum Reverendissimi Patris nostri Generalis institutis pugnet.

Iam legimus acta praeteritis capitolis provincialibus, eaque approbavimus ac describenda duximus et codici nostrarum constitutionum addicienda, ut, *scilicet*, semel in mense aut in capitulo aut in refectorio recitentur.

Item statuimus ne quis fratrum ad sacrum praesbiteratum ordinem promoveretur, nisi iam quinquenio professus.

Item illud statuimus iuxta constitutionum praescripta, ne quis fratrum, falsum aliquid de altero fratre testificet, neve illum apud eum qui muneri alicui et officio nostri Ordinis praeest, falso incuset, aut falsum testem proferat; qui autem hoc fecerit, faciat se penam a nostra constitutione taxatam incursuri, *scilicet*, excomunicationem ac per sex menses incarcerationem.

[Fl. 16]

Fratrem Ambrosium de Presentatione, Fratrem Petrum Firmum,Fratrem Benedictum, Fratrem Antonium a Sancta Herena, Fratrem Franciscum ab Angelis, Fratrem Augustinum, Fratrem Antonium Baptistam, Fratrem Antonium a Sancto Michaeli.

Conventui vero de Torres Vedras

– in priorem praefecimus Fratrem Antonium ab Angelis;
– conventuales vero ibidem constituimus Fratrem Petrum a Plagis vicarium et confessorem,

Fratrem Emanuelem a Christo
Fratrem Ludovicum a Sancto Iacobo
Fratrem Gasparem ab Angelis
Fratrem Emanuelem a Sancta Maria
Fratrem Emanuelem a Sancto Augustino
Fratrem Emanuelem a Sancto Petro.

Conventui preterea nostro a Monte Maiori

– in priorem prefecimus Fratrem Petrum a Villa Viçosa;
– conventuales vero ibidem constituimus omnes ibi commorantes.

At (*sic*) **conventui nostro de Penafirme**

– in priorem prefecimus fratrem Ferdinandum de Campos;
– conventuales vero constituimus:

[Fl. 16 v.]

omnes ibidem comorantes et
Fratrem Sebastianum de Borba.

Item conventui nostro de Castello Branco
– in priorem prefecimus Fratrem Ioanem Sanctus;
– conventuales vero omnes ibidem comorantes et
Fratrem Ambrosium et
Fratrem Didacum de Mujão Frio et
Fratrem Antonium a Sancta Justa.

(*Assinado*): *Frater Didacus Sancte Anne, Difinitor.*

[Fl. 17]

Item decrevimus et statuimus ne confessores nostri aut praedicatores aliquid accipiant quasi in remunerationem audito confessionis aut habito concionis. Quod si vel ii quorum secretas confessiones audiunt vel ad quos conciones haberi aliquid ipsis contribuerint id priori deferant in usus aliorum qui magis indiguerint expendendum. Qui contra fecerit furti iuditio condemnetur.

Provisiones conventuum.

Conventui nostro Olysiponensi
– in priorem praefecimus reverendissimum patrem Fratrem Lodovicum a Montoya;
– conventuales vero ibidem constituimus omnes ibidem comorantes excepto:
Fratre Antonio ab Angelis,
Fratre Ambrosio a Presentatione
Fratre Amatore Dei
Fratre Petro a Christo
Fratre Antonio a Sancta Monica
et Fratre Emanuele a Sancto Augustino.

Conventui nostro Coninbricensi
– in priorem praefecimus Fratrem Didacum a Sancta Anna;
– conventuales vero ibidem constituimus omnes ibi commorantes.

[Fl. 17 v.]

Conventui nostro Elborensi
– in priorem praefecimus Fratrem Ioanem a Turre;
– in conventuales vero omnes ibidem commorantes.

Item **conventui nostro Sanctarenensi**
– in priorem praefecimus Fratrem Gasparem a Villa Viçosa;
– conventuales vero:
Fratrem Antonium da [*E*]reira vicarium et confessorem
Fratrem Paulum de Lisboa
Fratrem Amatorem Dei
Fratrem Petrum a Cristo et
Fratrem Antonium a Sancta Monica.



Grav. 6 – Igreja da Graça de Santarém

Conventui nostro a Villa Viçosa
– in priorem praefecimus Fratrem Antonium a Sancta Maria canonice ellectum et vicarium monialium Sancte Crucis;
– conventuales vero ibidem constituimus:
Fratrem Amarorem a Sancta Maria vicarium
Fratrem Andream Torneiro
Fratrem Eliphonsum Ruyvanum
Fratrem Gregorium Machial
Fratrem Hieronimum
Fratrem Fernandum a Sancto Nicolao sacristam
Fratrem Didacum da Lourinhã
Fratrem Andream Gouveam
Fratrem Emanuelem de Borba
Fratrem Franciscum de G[*u*]imarãis
Fratrem Antonium de Sancto Christoforo depositarium[156].

[Fl. 18., *em branco*]

[Fl. 18 v.]

Acta capituli 1552.

N.º 4

1554 – Évora
Actas do capítulo provincial reunido no convento de Nossa Senhora da Graça de Évora, em 1554, redigidas em castelhano, com indicação, em latim, dos vários superiores, então, designados e dos frades de cada convento.

[Fl.19] +

In nomine Domini. Amen.

En el capitulo provincial que se celebro en el convento de Nuestra Señora de Graça de Evora la dominica 4ª post Pasca do

[156] A seguir está cortada a palavra *fratrem.*

año del Señor de 1554 años presidieron los reverendos padres Fray Francisco de Villa Franca y Fray Luys de Montoya vigarios gerales da Ordem de nuestro Padre San Augustin en esta provincia de Portugal por nuestro reverendo padre Fray Christoval Patavino prior general da Ordem de nuestro Padre San Augustin y fueron elegidos por diffinidores los reverendos padres Fray Luis de Montoya prior de Lisboa y Fray Fernando Campos prior de Penafirme y Fray Joan da Torre prior de Evora e Fray Pedro de Villa Viçosa prior de Montemor o Velho los quales todos juntos con el reverendo padre Fray Francisco de Villafranca vigario geral ordenaron las actas siguientes:

– Primeramente declaramos que non es nuestra yntencion ordenar cosa alguna contraria a la determinacion de la Sancta Madre Yglesia ni contra los *Estatutos* de nuestro Padre [General].

[Fl. 19v.]

Item vimos las actas do capitulo passado y parecieron nos bien y las aprovamos y mandamos que se guardem.

Item encomendamos mucho a los priores que en sus conventos façan que se guarde la Regla y las constituciones y buenos costunbres da Religion y como buenos pastores vayan delante de sus subditos en toda obra da virtude y sigan ellos quanto les fuere possible la vida comune con sus frayles en el refitorio y en el coro y en el silencio y en no yr fuera de sus monesterios sino fuere por grande necessidad. Y quiten quanto les sea possible las salidas de los religiosos fuera.

Item ordenamos que los predicadores y los estudiantes que estuvierem fuera del convento de Coymbra la semana que no preparem vayan al coro todos los dias a la missa mayor y a las bisperas y los domingos y fiestas de guarda yran a maytines y a todos las oras en Coynbra y los predicadores y estudiantes todos van a todas las oras del coro. E no se entendera esto

[Fl. 20]

del padre maestro Fray Duarte[157] y de los que actualmente lean Artes o Theologia.

---

[157] É o Mestre Frei Duarte, mais à frente, intitulado *Doctor Parisius*.

Item mandamos que todos los priores comiencen luego a fazer el tombo y demarcacion de las herdades de sus conventos y en este bienio procuren acabar lo si oferece possible.

Item pues que los religiosos ocupen bien el tiempo y sepan lo que cumple pera sus conciencias y pera que sepan confessar quando se lo encomendaren todos los sacerdotes y los otros hiermanos que estuvieren desocupados se juntem con el padre prior o el padre vicario acabadas las gracias despues de jantar y traten algum caso de conciencia y determinen lo en linguaje como todoslo entiendan.

Confessaran seglares los que hasta agora estan señalados por la Orden y daqui por diante guardar se ha la constitucion que manda en el capitulo 8 que los confessores de seglares sean de idade de treynta años e seran examinados conforme a la constitucion.

[Fl. 20 v.]

Los confessores nuestros ollen el officio que tienen de juezes arbitros entre Dios y los pecadores y sepan bien lo que fazen y lo que absuelven porque *clave errante* no estara Dios por sa sciencia.

Y porque los dones ciegan los ojos de los juezes e porque nuestros confessores sean libres pera dezir la verdade a los que confiessan mandamos que non pidan ni reciban cosa alguna de las personas que com elles se confiessam pera si ni pera otros ni aun pera los pobres, mas los que se confessan den sus esmolas por su mano o por quien quisieren y nuestros confessores no se embaracen en tomar cosa alguna temporal pera si ni pera otros.

Y por que guarden su libertad nuestros confessores y no tengan particular officio, especialmente con mugeres no tengan confessadas especiales que llaman fillas espirituales, mas confiessen generalmente a las que el prior les mandare sin acepcion de personas.

Item generalmente mandamos que ninguno religioso pida cosa[158] alguna pera si ni pera otro[159] sin especial licencia del prior so pena de perder lo que asy les dieren que sea pera la comunidad de su convento y la[160] mas[161] penitencia que de[162] el alvedrio de su prelado.

---

158 A seguir está cortada a palavra *ninguna.*

159 A seguir estão cortadas as palavras: *a personas s.*

160 Corrigido de: *dela.*

161 Esta palavra está sobreposta à palavra *otra,* que foi cortada.

162 Seguem-se cortadas as seguintes palavras: *su prelado les diere en.*

[Fl. 21]

Ordenamos que la octava de la Ascencion se faça cerrada en el calendario que se fiziere pera el capitulo que viene asy que en ella no se faça de otros sanctos y el octavo dia sera duplex minus.

Item ordenamos que nuestros religiosos no se vistan de paño predioso, solamente de paño <de cevillan> blanco que valga hasta dozientos[163] e cynquenta <reaes> y de paño preto que valga a trezientos y cinquenta poco mas o menos.

Item ordenamos que en nuestros conventos no se recibam moços pequenos pera servir sino los religiosos professos ayuden a las missas; y la obediencia del barrer la casa vayan todos los religiosos sin escusar se ninguno. Y los moços que agora tienen en los conventos recebidos despedir los han dentro de un mes, pagando les lo que han servido. Y si alguno dellos fuere ydoneo pera recebirse en la Religion enbiar lo han a Lisboa pera que alla se reciba.

[Fl. 21 v.]

In **conventu nostro Ulixbonensi** dimitimus
– in priorem Frarem Ludovium de Montoya;
– in conventuales vero:
Fratrem Ferdinandus Campos vicarium et confessorem
Magistrum Fratrem Aduardus predicatorem et confessorem
Fratrem Didacum de Sancta Anna predicatorem et confessorem
Fratrem Ambrosium de Presentatione[164]
Fratrem Gundisalvum de Sancto Iacobo
Fratrem Ubertinum
Fratrem Antonium de Sancto Petro
Fratrem Martinum de Regibus confessorem et sancristam
Fratrem Rodericum de Sancto Augustino
Fratrem Petrum de Gracia
Fratrem Andream de Conceptione
Fratrem Antonium de Pietate
Fratrem Melchiorem d'Arruda
Fratrem Illefonsum de Aldea Grande

[163] Esta palavra está sobreposta à de *trezzientos,* que foi cortada.
[164] A seguir está cortada a palavra *predicat.*

Fratrem Hieronimum de Sancta Maria
Fratrem Gregorium
Fratrem Vincencium de Spiritu Sancto
Fratrem Hieronimum de Incarnatione.

[Fl. 22]

Fratrem Gasparem de Conceptione
Fratrem Gasparem de Assumptione
Fratrem Antonium de Cruce
Fratrem Gasparem de Salvatore
Fratrem Emanuelem de Trinitate
Fratrem Antonium de Sancto Nicolao
Fratrem Antonium da Magdalena
Fratrem Augustinum de Gracia
Fratrem Johanem de Sancta Ana
Fratrem Antonium Matris Dei
Fratrem Iacobum de Angelis
Fratrem Johanem da Magdalena
Fratrem Fernandum de Conceptione
Fratrem Emanuelis de Plagis
Fratrem Dionisium de Jhesus
Fratrem Petrum de Purificatione
Fratrem Antonium de Gracia
Fratrem Ambrosium de Sancta Maria
Fratrem Bartolomeum de Sacrario
Fratrem Franciscum Matris Dei
Fratrem Laurencium de Conceptione
Fratrem Gasparem de Cruce
Fratrem Hieronimum de Jhesus

[Fl. 22 v.]

Fratrem Antonium de Celo
Fratrem Gasparem de Spiritu Sancto.

In **conventu nostro Coninbricensi** preficimus
– in priorem Fratrem Didacum Sancti Micaelis;
– in conventuales vero:
Fratrem Petrum de Celo vicarium et confessorem
Fratrem Franciscum de Christo predicatorem et confessorem

Fratrem Paulum de Jhesus confessorem
Fratrem Ludovicum Matris Dei
Fratrem Iohanem Matris Dei
Fratrem Dominicum de Trinitate
Fratrem Antonium de Jhesus
Fratrem Iohanem de Salvarore
Fratrem Andream de Angelis
Fratrem Antonium de Passione Domini
Fratrem Iohanem de Sancto Vincencio
Fratrem Simonem de Jhesu
Fratrem Emanuelem de Jhesus
Fratrem Gasparem de Sancta Maria
Fratrem Antonium de Trinitate
Fratrem Thomam de Jhesu
Frarem Sebastianum de Cruce
Fratrem Emanuelem de Ressurrectione
Fratrem Augustinum de Trinitate

[Fl. 23]

Fratrem Hieronimum de Jhesu[165]
Fratrem Antonium de Celo[166]
Fratrem Franciscum de Sancto Augustino
Fratrem Antonium de Paradiso
Fratrem Iohamem de Jhesu
Fratrem Gasparem de Spiritu Sancto[167]
Fratrem Simonem
Fratrem Hieronimum de Angelis
Fratrem Nicolaum de Pietate
Fratrem Petrum de Sancta Maria
Fratrem Sebastianum.

In conventu nostro Elborensi dimitimus
– in priorem Fratrem Johanem de Turri;
– conventuales vero:
Fratre.....[168]
Fratrem Franciscum de Ressurrectione vicarium, predicatorem et confessorem

---

[165] Este nome está integralmente cortado
[166] Este nome está integralmente cortado.
[167] Esta linha está cortada na íntegra.
[168] Esta palavra e o nome que se lhe seguia foram cortados, tornando o nome ilegível.

Fratrem Gasparem de Regibus predicatorem et confessorem
Fratrem Illefonsum de Trinitate confessorem
Fratrem Didacum Sancti Jacobi

[Fl. 23 v.]

Fratrem Antonium de Sancta Maria
Fratrem Didacum Sancti Iohanis
Fratrem Iohanem Sancti Joseph sacristam
Fratrem Georgium de Sancto Iacobo
Fratrem Georgium de Sancto Augustino
Fratrem Franciscum de Sancto Guilelmo
Fratrem Georgium de Sancto Stefano
Fratrem Gasparem de Christo
Fratrem Iacobus de Sancta Ana
Fratrem Andream de Sancta Maria
Fratrem Emanuelem de Sancto Augustino
Fratrem Iohanem de Spiritu Sancto
Fratrem Iacobum de Spiritu Sancto
Fratrem Nicolaum de Trinitate.

In conventu nostro Santarenensi preficimus
– in priorem Fratrem Petrum Sancti Augustini;
– in conventuales vero:
Fratrem Antonium de Ereyra vicarium et confessorem
Fratrem Rodericum de Spiritu Sancto predicatorem
Fratrem Paulum de Lisboa
Fratrem Didacum de Turre
Fratrem Iohanem de Sancto Augustino confessorem
Fratrem Gregorium de Sancta Maria

[Fl. 24]

Fratrem Mateum de Graacia sacristam
Fratrem Amatorem Dei predicatorem
Fratrem Franciscum de Angelis
Fratrem Benedictus Sancti Iacobi
Fratrem Antonium de Christo
Fratrem Franciscum de Ihesu
Fratrem Custodium
Fratrem Nicolaum de Ihesu.

In conventu nostro de Villa Viciosa preficimus
– in priorem Fratrem Amatorem Sancte Marie;
– in conventuales vero:
Fratrem Antonium de Sancta Maria vicarium monialium
Fratrem Ferdinandum de Paradiso vicarium conventus, predicatorem et confessorem
Fratrem Andream Torneiro confessorem
Fratrem Illefonsum Ruyvano
Fratrem Hieronimum de Montemor
Fratrrem Georgium de Machial
Fratrem Fernandum de Sancto Nicholao sacristam
Fratrem Didacum de Louriñan
Fratrem Andeam Govea
Fratrem Ambrosium de Braga
Fratrem Emanuelem de Borba
Fratrem Ludovicum de Spiritu Sancto predicatorem
Fratrem Petrum de Cristo predicatorem

[Fl. 24 v.]

Fratrem Benedictum de Borba
Fratrem Emanuelem de Spiritu Sancto
Fratrem Iohanem de Paradiso
Fratrem Iohanem de Sancta Maria
Fratrem Franciscum Sancti Pauli
Fratrem Antonium de Sancto Michaele.

In conventu nostro de Torres Vedras dimitimus
– in priorem Fratrem Antonium de Angelis;
– in conventuales vero:
Fratrem Petrum de Plagis vicarium et confessorem
Fratrem Antonium de Sancto Christoforo sacristam
Fratrem Emanuelem de Christo
Fratrem Gasparem de Ihesu
Fratrem Michaelem de Sancta Maria
Fratrem Emanuelem de[169]

[169] A menção do resto do nome de religião ficou omissa.

In conventu nostro Montis Maioris dimitimus
– in priorem Fratrem Petrum de Villa Viciosa;
– in conventuales vero:
Fratrem Leonardum vicarium et confessorem
Fratrem Nunum sacristam
Fratrem Antonium de Sancto Angelo predicatorem
Fratrem Franciscum de Sancto Joseph

[Fl. 25]

Fratrem Gasparem de Angelis
Fratrem Petrum Firmum
Fratrem Petrum de Conceptione
Fratrem Christoforum de Sancta Maria
Fratrem Blasium.

In conventu nostro de Penafirme preficimus
– in priorem Fratrem Ludovicum de Lisboa;
– in conventuales vero**:**
Fratrem Alexium vicarium
Fratrem Didacum Cordero
Fratrem Dominicum[170]
Fratrem Rafaelem
Fratrem Sebastianum de Borba.

In conventu nostro Castelli Albi dimitimus
– in priorem Fratrem Iohanem Sanctos;
– in conventuales vero:
Fratrem[171] Didacum de Sacto Stefano sacristam et confessorem
Fratrem Antonium de Sancta Justa
Fratrem Franciscum de Guimarais
Fratrem Dominicum

[Fl. 25 v.]

Fratrem Augustinum
Fratrem Didacum de Mosonfrio[172]

[170] Esta linha está cortada.
[171] A seguir está cortado nome *Antonium.*
[172] Na linha seguinte está cortada a palavra *Mosonfrio.*

(*Assinam*):

Frey Francisco de Villa Franca, Vigario Geral

Fray Luis de Montoya, Vigario Geral?

Fray Joham de la Torre

Frater Petrus de Vila Viçosa

[Fl. 26]

+

Lembre se de ordenar en el capitulo que viene que los dos dias *post dominica Laetare* los jejunen en todolos conventos y que tambien en los jejunos de los obispados nos conformemos com el pueblo donde vivemos. E in vigilia Sancti Antonii de Padua, *Sancti Vincencii et translationis Ulisipone* etc. y la vigilia de la Visitacion de Nuestra Señora.

(*O resto da página está em branco*).

[Fl. 26v]

Actas do capitulo 1554.

[Fl. 27]

N.º 5

1554 – Évora

Actas do capítulo provincial reunido no convento de Nossa Senhora da Graça da cidade de Évora, em 1554, apresentadas no original português, em contraste com a versão castelhana do número anterior (n.º 4).

In nomine Domini. Amen.

En o capitolo provincial que se celebrou en o convento de Nossa Senhora da Graça d'Evora a domingua 4 post Pascha do anno do Senhor de 1554 annos presideram os reverendos padres

Frei Francisco de Villafranqua e Frei Luis de Montoia vigairos gerais da Ordem de nosso padre Santo Agostinho en esta provincial de Portugal por nosso Reverendo Padre Frei Christovão Patavino Prior Geral da Ordem de nosso padre Santo Augustinho e foram elegidos por diffinidoresos reverendos Frei Luis de Montoia prior de Lisboa e Frei Fernando de Campos prior de Penafirme e Frei Joam de Torre prior de Evora e Frei Pedro de Villa Viçosa prior de Montemoor o Velho, os quais todos juntos com o reverendo padre Frei Francisco de Villafranqua vigairo geral ordenaram has actas seguintes:

– Primeiramente declaramos que não he nossa intenção ordenar algua cousa contaria a determinaçam da Sancta Madre Igreja nem contra os estatutos de nosso Padre Geral.

Item vimos as actas do capitulo passado e pareceram nos beem e as aprovamos e mandamos que se guardem.

Item encomendamos muito aos priores que en seus conventos façam que se guardem a regra e constituiçõis e boons costumes da religiam e como boons pastores vam diante de seus subditos en toda boa obra e virtude e siguam elles quanto lhes for possivel a vida commua com seus frades en o refectorio, e coro, e en o silencio e en nam ir fora de seus mosteiros se nam foor por grande necessidade e tirem quanto lhes for possivel as saidas fora dos religiosos.

Item ordenamos que hos pregadores e os estudantes que estiverem fora do convento de Coimbra a somana que nam pregarem vaam ao coro todos os dias a missa maior e os dominguos e festas de guardar iram a matinas e a todas as horas.



Grav. 7 – Igreja do Convento da Graça de Évora

E nam se entenda isto do padre mestre Duarte e daquelles que actualmente leem Artes e Theologia.

Item mandamos que todos os priores comecem logo a fazer el tombo e demarcação das herdades de seus conventos e en este bienio procurem acabalo se for possivel.

Item porque os religiosos ocupem beem o tempo e saibam o que cumpre para suas conciencias e pera que saibam confessar quando lhe foor encommendado todos os sacerdotes e os outros irmãos que estiverem desocupados se ajuntem com o padre prior ou o padre vigairo acabadas as graças despois de jantar e tratem algum caso de conciencia e determin <em ho> em linguoajem como todos ho entendam.

[Fol. 27 v.]

+ Confessaram seculares os que ate agora estam asinados por a Ordem e daqui por diante guardar se a a constituiçam que manda en ho capitulo 8 que os confessores dos seculares seiiam de idade de trinta annos e seram examinados conforme a constituiçam.

+ Hos nossos confessores olhem o oficio que teem de juizes arbitros entre Deus e os pecadores e saibam beem ho que fazem e o que absolvem porque nom estara Deus por sua sentença[173].

+ E porque os doins cegam os olhos dos juizes e porque nossos confessores seiiam livres pera dizer a verdade a hos que confessam mandamos que nam peçam nem recebam algua cousa das pessoas que com elles se confessam pera si nem para outros, nem ainda pera os proves, mas os que se confessam dem suas esmolas por sua mão ou por quem quiserem. E nossos confessores nam se embardrem en tomar algua cousa temporal nem pera si nem pera outros.

+ E porque guardem nossos confessores sua liberdade e nam tenham particular officio especialmente com mulheres, nam tenham confessadas especiais que chamam filhas espirituais, mas confessem geralmente aos que o prior lhe mandar sem acepção de pessoas.

+ Item geralmente mandamos que nenhum religioso pessa cousa algua pera si ou pera outro sem especial licença do prior so pena de perder o que lhe assi derem que seiia pera a communidade de seu convento e da mais penitencia que o alvidrio de seu perlado.

+ Item ordenamos que a octava da Ascenção se fassa cerrada no calendario que se fizer pera o capitulo que vem assi que nella nam se faça de outros sanctos e o octavo dia sera *minus duplex*.

+ Ordenamos que nossos religiosos nam vistam de pano precioso soomente de pano branco de Covilhã que valha até dozentos e cincuenta reaes e de pano preto que valha a trezentos cinquenta pouco mais ou menos.

+ Item ordenamos que os nossos conventos nam recebam moços pequenos pera servir, senam os religiosos professos ajudem as missas e a obediencia de varrer a casa vaam todos os religiosos sem escusar se algum. E os moços que agora teem en os conventos

---

[173] A frase está incompleta, pois, noutros lugares idênticos, deixa-se a ideia de que se derem sentença errada, Deus não estará pela sua sentença ou absolvição.

recebidos dispedir os ham dentro de hum mees pagando lhes o que ham servido. E se algum delles for idoneo pera receber en a Religiam mandalo am pera Lisboa pera que ahi o recebam.

[Fol. 28]

In conventu nostro Ulisbonensi dimittimus
in priorem Fratrem Ludovicum de Montoia
in conventuales vero:
Fratrem Ferdinandum Campos vicarium et confessorem
Magistrum Fratrem Aduardum predicatorem et confessorem
Fratrem Didacum de Sancta Anna perdicatorem (*sic*) et confessorem
Fratrem Ambrosium de Presentatione predicatorem
Fratrem Gundisalvum de Sancto Iacob
Fratrem Ubertinum
Fratrem Antonium de Sancto Petro
Fratrem Martinum de Regibus confessorem et sacristam
Fratrem Rodericum de Sancto Augustino
Fratrem Petrum de Gratia
Fratrem Andream de Conceptione
Fratrem Antonium de Pietae
Fratrem Melchiorem d'Arruda
Fratrem Ollefonsum de Aldea Grande
Fratrem Hieronimum de Sancta Maria
Fratrem Gregorium
Fratrem Vincentium de Spiritu Sancto
Fratrem Hierenimum (*sic*) de Incarnatione
Fratrem Gasparem de Conceptione
Fratrem Gasparem de Assumptione
Fratrem Antonium de Cruce
Fratrem Gasparem de Salvatore
Fratrem Emanuelem de Trinitate
Fratrem Antonium de Sancto Nicolaum
Fratrem Antonium de Magdalenam (*sic*).
Fratrem Augustinum de Gratia
Fratrem Iohanem de Sancta Anna
Fratrem Antonium Matris Dei
Fratrem Iacobum de Angelis
Fratrem Iohanem de Magdalena
Fratrem Ferdinamdum de Conceptione

[Fol. 28 v.]

Fratrem Emanuelem de Plagis
Fratrem Dionisium de Hiesu
Fratrem Petrum de Purificatione
Fratrem Antonium de Gratia
Fratrem Ambrosium de Sancta Maria
Fratrem Bartolomeum de Sacramento
Fratrem Franciscum Matris Dei
Fratrem Laurentium de Conceptione
Fratrem Gasparem de Cruce
Fratrem Hieronimum de Hiesu
Fratrem Antonium de Caelo
Fratrem Gasparem de Spiritu Sancto

Item in conventu nostro Cuni[*m*]bricensi preficimus
– in priorem Fratrem Didacum Sancti Michaelis
– in conventuales vero:
Fratrem Petrum de Celo vicarium et confessorem
Fratrem Franciscum de Christo predicatorem et confessorem
Fratrem Paulum de Hiesu confessorem
Fratrem Ludovicum Matri Dei
Fratrem Iohanem Matris Dei
Fratrem Dominicum de Trinitate
Fratrem Iohanem de Salvatore
Fratrem Andream de Angelis
Fratrem Antonium de Passione Domini
Fratrem Iohanem de Sancto Vincentio
Fratrem Simonem de Hiesu
Fratrem Emaanuelem de Hiesu
fratrem Gasparem de Sancta Maria
Fratrem Antonium de Trinitate
Fratrem Thomam de Hiesu
Fratrem Sebastianum de Cruce
Fratrem Emanuelem de Resurrectione
Fratrem Augustinum de Trinitate
Fratrem Franciscum de Sancto Augustino
Fratrem Antonium de Paradiso

[Fol. 29]

Fratrem Iohanem de Hiesu
Fratrem Simonem
Fratrem Hieronimum de Angelis
Fratrem de Trinitate
Fratrem Petrum de Sancta Maria
Fratrem Sebastianum

In conventu nostro Elborensi dimitimus
– in priorem fratrem Iohanem de Turri
– In conventuales vero
Fratrem Franciscum de Resurrectione vicarium et predicatorem et confessorem
Fratrem Guasparem de Regibus predicatorem et confessorem
Fratrem Illephonsum de Trinitate confessorem
Fratrem Iohanem Baptistam
Fratrem Didacum de Trinitate
Fratrem Didacum de Sancto Iacoby
Fratrem Antonium de Sancta Maria
Fratrem Didacum de Sancto Iohane
Fratrem Iohanem de Sancto Ioseph sacristam
Fratrem Georgium de Sancto Iacobo
Fratren Franciscum de Sancto Guillelmo
Fratrem Georgium de Sancto Stephano
Fratrem Gasparem de Christo
Fratrem Iacobum de Sancta Anna
Fratrem Andeam de Sancta Maria
Fratrem Emanuelem de Sancto Augustino
Fratrem Iohanem de Spiritu Sancto
Fratrem Iacobum de Spiritu Sancto
Fratrem Nicolaum de Trinitate

In conventu nostro de Santarem prefecimus:
– in priorem Fratrem Petrum Sancti Augustini;
– in conventuales vero
Fratrem Antonium de Cruira vicarium et confessorem
Fratrem Rudoricum de Spiritu Sancto predicatorem
Fratrem Paulum de Lisboa
Fratrem Didacum de Turre

Fratrem Iohanem de Sancto Augustino confessorem
Fratrem Gregorium de Sancta Maria

[Fol. 29 v.]

Fratrem Matheum de Gracia sacristam
Fratrem Amatorem Dei predicatorem
Fratrem Franciscum de Angelis
Fratrem Benedictum Sancti Iacobi
Fratrem Antonium de Christo
Fratrem Franciscum de Hiesu
Fratrem Custodium
Fratrem Nicolaum de Hiesu

In conventu nostro de Villa Viciosa preficimus
– in priorem Fratrem Amatorem Sancte Mariae;
– conventuales vero
Fratrem Antonium de Sancta Maria vicarium monialium
Fratrem Ferdinandum de Paradiso vicarium predicatorem et confessorem
Fratrem Andream Torneira confessorem
Fratrem Illefonsum Ruivano
Fratrem Hieronimum de Monte Maiore
Fratrem Georgium de Mechial
Fratrem Fernandum de Sancto Nicolao sacristam
Fratrem Didacum de Lorinham
Fratrem Andream Gouveam
Fratrem Ambrosium de Braga
Fratrem Emanuelem de Borba
Fratrem Lodovicum de Spiritu Sancto predicatorem
Petrum de Christo predicatorem
Fratrem Benedictum de Borba
Fratrem Emanuelem de Spiritu Sancto
Fratrem Iohanem de Paradiso
Fratrem Iohanem de sancta Maria
Fratrem Franciscum Sancti Pauli
Fratrem Antonium de Sancto Michaele

In conventu nostro de Torres Vedras dimittimus
– in priorem Fratrem Antonium de Angelis
– in conventuales vero:
Fratrem Petrum de Plagis vicarium et confessorem
Fratrem Antonium de Sancto Christoforo sacristam
Fratrem Emanuelem de Christo
Fratrem Guasparem de Hiesu
Fratrem Michaelem de Sancta Maria
Fratrem Emanuelem de[174]

[Fol. 30]

In conventu nostro Monte Maiore dimitimus
– in priorem Fratrem Petrum de Villa Viciosa
– in conventuales vero:
Fratrem Leonardum vicarium et confessorem
Fratrem Nunum sacristam
Fratrem Antonium de Sancto Augustino predicatorem
Fratrem Franciscum de Sancto Ioseph
Fratrem Guasparem de Angelis
Fratrem Petrum *Firmum*
Fratrem Petrum de Conceptione
Fratrem Christophorum de Sancta Maria
Fratrem Blasium

In conventu nostro de Penafirme preficimus
– in priorem Fratrem Ludovicum de Lisboa
– conventuales vero:
Fratrem Alexium
Fratrem Didacum Cordero
Fratrem Raphaelem
Fratrem Sebastianum de Borba

In conventu nostro Castelli Albi dimitimus
– in priore, Fratrem Iohanem
– in conventuales vero:
Fratrem Didacum de Sancto Sebastiano sacristam et confessorem
Fratrem Antonium de Sancta Justa

[174] O determinativo do nome de religião ficou omisso.

Fratrem Franciscum de Guimarãis
Fratrem Dominicum
Fratrem Augustinum
Fratrem Didacum de Mosonfrio.

[Fls. 30 v. a 32 *estão em branco*].

[Fl. 32 v.]:

(*Tem escrita a indicação de fim de caderno e mais*):

«quam

Evora 1554».

[Fl. 33, *em branco*].

[Fl. 33 v.]

N.º 6

1555 – Rimini (*Arimini*)[175].
Deliberações do Capítulo Geral da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, celebrado em Rimini, *Itália*, *em 1555*[176]*, que prorrogou por mais quatro anos o mandato do Prior Geral da Ordem, Padre Mestre Cristóvão de Pádua* (Patavino)*, e reflectem já preocupações do Concílio de Trento, que só viria a terminar, em Dezembro de 1563.*

«DEFINITIONES IN COMTTIIS GENERALIBUS [177]

Arimini celebratis, a Patribus Definitoribus editae. In quibus Reuerendo Patri Magistro Christophoro Patauino Priori generali omnium votis prorogatus est in aliud quadriennium Ordinis Magistratus.

---

[175] Cf. nota 4: *Ariminum, i*, s. n.

[176] O texto aqui reproduzido não está datado, mas, na página 34 v. – isto é, na 4.ª página do fólio impresso, que, uma vez dobrado, apresenta as referidas decisões capitulares nas 2.ª e 3.ª pp. – contém esta indicação preciosa: – *«Actas do Capítulo Geral do anno de 1555»* e, em letra posterior, repete-se: – *«Actas de hum Capitulo Geral»*. Não hesitámos, por isso, aceitar esta data, que, então, lhe foi atribuída.

[177] Neste documento conservámos a forma do **u** por **v**, porque se trata de um documento impresso, cuja forma respeitámos.

✚

I – Quia christianae deuotionis ratio exigit, ut qui prae ceteris pietatem profitentur, prae ceteris etiam in sacra, diuinaque opera incumbant: ob id districte praecipimus, ut si qui ex nobis inuenti fuerint, qui diebus saltem per annum solennibus peccata fua, sciente Priore, confessi non fuerint, pro suspectis ab omnibus habeantur. Qui uero frequentius fua sponte ex deuotione octauo, aut decimo quoque die, id facere comperientur, omni laude digni, ac fauore cenceantur.

II – RE**LI**QU**IAE** sanctorum cum honore et debita reuerentia in loco conuenienti asseruentur.

Non enim decet, quae diuinae gratiae olim fuerunt receptacula, et uerissima Christi membra, et pura Spiritus Sancfi domicilia, ita in loco seruentur, ut nulla hominum pietate coli possint: sed praecipue custodiantur et obseruentur, ut per eas fideles commoniti, discant uirtutem et fidem sanctorum imitari et intercessionis officium ab eis, quorum illae sunt reliquiae, flagitare.

III – Si qua apud quempiam suspecta scripta inuenta fuerint, uel hereticorum tantum phrasim redolentia, etiam si apertam falsitatem adversus fidei ueritatem non contineant, paena haereticorum iuxta sacros canones condemnentur.

IV – CO**N**FESSIONES audituri, si literarum studiis operam nauent, aetatis ad minus quinque et uiginti annorum sint, et sufficientis peritiae et eruditionis. Qui uero literis se se non dediderunt, non admittantur ad confessions audiendas, nisi octauum annum agant et uigesimum.

V – GRAD**UATI,** quia certis horis canonicis exempti sunt, nisi diuinum officium (ut decet) dicere inuenti fuerint, infames habeantur, et immunitatibus illis non gaudeant. Qui etiam matutinalibus officiis, quae a studentibus in loco, ubi se se colligunt, dici solent, omnes intersint.

VI – **LECTO**RE**S** et Baccalaurei nisi assidue legerint, quotidianis que disputationibus interfuerint, iuxta constitutionum tenorem argumententur, exemptionibus non gaudeant, nec pro lectoribus aut baccalaureis habeantur.

VII – **INFIRMIS** uero, qui extra caenobium deferri cupiunt, ut a propinquis attentiori cura gubernari ualeant, permittimus, ut si qua ex propriis utensilibus suo usui neceffaria esse uideant, secum assumere possint; indice tamen eorum omnium quae asportantur, Priori loci, tradito, ut suo tempore eidem omnia reddi, assignarique possint.

VIII – **PROVINCIALES** omnes, et Coenobiorum generalium Priores teneantur sententias omnes, iure in aliquem a praecesssoribus suis latas, exequi; praesertim si per illas ablata bona aliqua restitui debeant, paena illis constituta summam ablatorum bonorum restituendi ex bonis ipsorum usui destinatis. Idque semper Prouinciales, qui se tunc magistratu abdicant, sucessoribus suis significare teneantur.

IX – O**FFICIALES,** qui semel conuicti fuerint bona coenobii male administrasse, nullo pacto ad eadem munera denuo obeunda eligi posse decernimus.

X – QUIA persaepe euenit ut in Ordine nostro nonnulli ob admissa scelera a Prouincialibus male mulctati, siue durius increpati, rebelles illis fiant; postea uero in gratiam eorum et familiaritatem, qui illis succedunt, se se insinuare studeant, a quibus saepenumero amplecti et foueri solent, quod fas et iura non sinunt: ob id praecipimus et mandamus, ut sequentes Prouinciales, nulla praecessorum suorum habita ratione, iudicia in quoscunque tales exacte omnino, diligenterque exerceant.

XI – R**OVINCIALES** in coenobiis generalibus degentes, in processionibus et capitulis conventus tantum priores praecedant. In refectorio uero seorsum accumbant. In choro autem a si-

[Fl. 34]

nistro Prioris sedeant. Nec in iis, quae ad Prioris officia spectare uidentur, ullo pacto se, ingerere praesumant.

XII – Prioribus coenobiorum prouincialium Fratres pro arbitratu a coenobio expellere ius esse nolumus, inconsulto Prouinciali; nisi iidem periculum aliquod in mora subesse cognouerint.

XIII – QUONIAM barbam plerique contra Maiorum praescripta nutrire non uerentur, exindeque superiorum iussiones in dies maiorem in contemptum uenire uidentur: ob id praecipimus ac mandamus tam Prouincialibus quam Prioribus locorum, ut super hac re attente inuigilent, neminique (Magistris tantum exceptis) licere permittant sub paena priuationis annui subsidii, quod sibi singulis annis a coenobio impendi solet: item eius pecuniae portionis, quae ex oblatis sacrificiis collecta singulis mensibus inter sodales diuiditur: quinimmo si munus etiam aliquod exercuerint, consueto stipendio priventur.

XIIII – COENOBIA, per quae Fratres raro pertranseunt, aliqua subsidia coenobiis tribuant ad quae frequens est Fratrum praetereuntium concursus: quae subsidia si adeo tenua fuerint, ut non satis

ad rem facere posse uideantur, coenobiis, quibus consultum uolumus, ordinarii census seu collectae minuantur, uel eisdem prorsus exonerentur.

XV – FRATRES qui bona extra coenobium tenuisse inuenti fuerint, nulla prius coenobio, in quo Habitum sumpserunt, adhibita aut tradita cautione, comperto facto, ea amississe intelliigantur; eademque ipsa bona praefato coenobio applicentur. Idem etiam sit de eo iudicium, qui pecunias alicui turpis lucri gratia dederit.

XVI – IN singulis coenobiis, ubi quinque ad minus degunt fratres sit carcer undique munitus, et tutus; qui alieno usui non applicetur. Qui tamen non adeo tetro atque horrido situ sit, ut Fratres ipsi delinquentes necentur carceribus sed ut duntaxat castigentur. Quod si coenobia eiusmodi fuerint, ut locus in illis non sit eiusmodi operi perficiendo idoneus, sint inibi compedes, et manicae saltcm, quibus noxii Fratres coerceri possint.

XVII **–** NOVITII iuxta Constitutionum seriem, cum septimum et decimum annum compleverint, professionis uotum coram testibus et Notario spondeant; affirmentque se non ui, nec metu, sed sponte, libereque illud spondisse: quae particula a Notario distincte notetur. Omnes enim fere qui Habitum Ordinis exuunt, hanc causam in medium adducere solent. Sed in his illud praesertim omnino infallibiliter seruari uolumus, ut etiam ab eodem ipso profitente libera omnium bonorum donatio, solita donationis lege et more, ipso Notario excipiente, fiat.

XVIII – SAC**RO** sacerdotii ordine insigniendi quartum et uigesimum annum attingere debeant; et sufficientis esse literaturae, et uita et moribus integerrimi.

XIX – QUI extra Ordinem bona superiorum uenia diu commorati fuerint, et ad Ordinem redire facultatem illis haudquaquam negamus, modo eos inculpate uixisse constet, illos tamen ad munera in Ordine obeunda assumi posse nequaquam uolumus, nisi prius post reditum in Ordinem uitam cum Fratribus ad quartum saltem, vel ad summum ad quintum annum perduxerint. Sed si summorum tantum Pontificum diplomatibus muniti id fecerint, etiam si nihil unquam, quod facile reprehendi posset, admississe reperiantur, haud ita facile tamen illos recipi debere existimamus: quinimmo inhabiles ad Ordinis officia declaramus.

FINIS»

[Fol. 34 v.]

(*Em branco, contendo, apenas a indicação final*:

«Actas do Capitulo Geral do anno de 1555».

Em letra posterior, repete: – «Actas de hum Capitulo Geral»).

[Fl. 35]

N.º 7

1558 – Lisboa

Versão latina do capítulo provincial reunido no convento da Graça de Lisboa, em 1558, contendo, no fim a confirmação outorgada, em Roma, no dia 26 de Dezembro desse mesmo ano, pelo Padre Geral Frei Cristóvão de Pádua (Patavino), *cuja assinatura e selo de chapa se reproduzem.*

Commitiis provincialibus Ulissipone dominica 4 post Pascha anno Domini 1558 celebratis praefuit reverendus pater Frater Ludovicus de Montoya vicarius generalis Ordinis Heremitarum Sanctissimi patris nostri Augustini in hac provincia Portugaliae nomine et authoritate reverendissimi Patris nostri Generalis Fratris Christophori Patavini quibus electi sunt diffinitores: Frater Alexius Ulissiponensis prior conventus de Penfirme, Frater Ferdinandus de Sancto Nicolao prior conventus de Castro Albo, Frater Petrus de Villa Viçosa prior conventus Montis Maioris, et Frater Paulus de Iesu prior conventus de Vila Viçosa, qui omnes invocato Spiritu Sancto haec uno animo et corde decreverunt:

– Principio declaramus nichil nos in hoc capitulo velle decernere quod decretis Sacrosanctae Matris Ecclesiae, et statutis reverendissimi Patris nostri Generalis aliqua ex parte repugnare videatur.

Vidimus praeterea quae praeteritis commitiis gesta sunt eaque approbavimus, atque ut observentur mandamus.

Statuimus praeterea ut feria quinta in Caena Domini finita missa solemnis fiat processio de Sanctissimo Sacramento, vel per claustrum, vel per ecclesiam sicut in die suae institutionis.

Statuimus insuper ut singulis quibusque quintis feriis totius anni in quibus non est aliquod festum proprium fiat officium Sanctissimi Sacramenti.

Decernimus etiam quod quando in missa Natalis Domini legitur evangelium Sancti Ioannis, cum ad illum locum perventum fuerit ubi dicitur *Verbum caro factum est,* omnes genua flectant quod ipsum etiam observari volumus cum in missa Epiphaniae in evangelio Sancti Mathei dicitur *Et procidentes adoraverunt eum,* ut simul cum Magis nostram pietatem humililiatione (*sic*) illa externa protestemur.

Volumus etiam, ut in missa Nominis Iesu dicatur *credo,* et ea praefatio quae dici consuevit in Nativitate Domini. In fine autem omnium hymnorum dicatur *Gloria tibi Domine qui natus,* etc.

Volumus etiam Dulcissimum Nomen Iesu et Sanctissimae Virginis Mariae, et Sancti Patris nostri Augustini summa cum pietate et reverentia a nostris fratribus nominari, ita, *scilicet,* ut cum ea nomina proferuntur capita inclinemus. Qui vero ea nominaverint tam in publicis concionibus, quam in lectione mensae et in privatis colloquiis, aut scolasticis disputationibus, semper nomen aliquod adiungant pium, verbi causa

[Fl. 35 v.]

aut “Redemptor noster Iesus Christus” et “Sanctissima Virgo Maria Domina nostra”, “Sanctus Pater noster Augustinus”, quod ipsum observari volumus cum aliorum Sanctorum nomina, aut authoritates proferuntur, ita, *scilicet,* ut non dicamus haec Hyeronimus, aut Gregorius, sed haec Divus Hieronimus, haec Divus Gregorius, aut haec Spiritus Sanctus per Esaiam prophetam, etc.

Praeterea ordinamus ut in processionibus quando fiunt alius religiosus crucem deferat, ut diaconus et subdiaconus sacerdotem commitentur.

Decernimus etiam ut cantores in festis duplicibus iuncti simul in medio chori id quod cantandum est incipiant, sed eantque in primis sedibus in inferioris chori.

Statuimus praeterea ut in nostris conventibus ubi plus quam octo religiosi conventuales esse consueverunt fiat electio *Discreti* ad hunc modum: prior deligat diem aliquem quo die fratres in Capitulo congregati prius Spiritum Sanctum invocando dicant *Veni creator Spiritus* et exclusis his qui voce carent procedant ad electionem *Discreti* conformiter ad ea quae in nostris constitutionibus decernuntur, quo electo prior a capitulo recedat, et fratres ad electionem prioris procedant ut moris est et quod fieri poterit deligant canonice tres priores qui sibi aptiores visi < fuerint> tam ad spirituale commo-

dum quam ad temporale conventus. Quod si fratres electores non ita convenerint ut trium priorum exeat electio canonica tunc quisque earum electorum tres eligat priores in hunc modum: *Ego frater N. eligo in priorem nostri conventus in prima voce fratrem N., in 2ª fratrem N. et in 3ª fratrem N, in cuius rei testimonium hic nomen subscripsi.* Et sic electio ad hunc modum facta et consignata claudatur et sigillo conventus muniatur ante prandium ut sic ad diffinittorium per *Discretum* fideliter deferatur, et hoc sic praecipimus ut ante cibum electio finiatur, consignetur et muniatur ut vitentur scandala et peccata quae ex dilatione talium electionum evenire solent et evenerunt iam.

Volumus etiam ut priores in suis conventibus perquirant procuraverit ne sibi an alteri aliquis fratrum suorum vota, idque capitulo provinciali referant, ut qui huiusmodi (crimen commiserit quindecim diebus in pane et aqua jejunet ac per tres annos voce careat ut in nostris constitutionibus capitulo 30 decretum est.

Condonamus praeterea propter Dominum his omnibus qui hactenus a nobis defecerunt, et ad nos reversi iam sunt, eosque habilitamus, ut ad Ordinis officia eligere et eligi possint.

Statuimus insuper ut in eo Hymno qui in vesperis Sanctae Matris Monicae decantari assolet, versus ille emendetur:*cui Deus tamen nisi praestitisset tanta scripsisset nisi tantus ille pervia minus sacra lex fidesque nostra fuisset.*

[Fol. 36]

Provisiones conventuum provinciae Lusitanae:

In conventu nostro Ulissopponensi dimittimus:
– in priorem Fratrem Ludovicum de Montoya vicarium generalem
– in conventuales vero:
Fratrem Ioannem de Turri vicarium et confessorem
Fratrem Magistrum Eduardum praedicatorem et confessorem
Et reliquos ibidem existentes.

In conventu nostro Conimbricensi praeficimus:
– in priorem Fratrem Paulum de Iesu
– in conventuales vero:
Fratrem Petrum de Caelo vicarium et confessorem
Et reliquos ibidem existentes.

In conventu nostro Elborensi dimittimus:
– in priorem Fratrem Petrum de Sancto Augustino
– in conventuales vero:
Fratrem Ioannem de Sancto Ioseph vicarium et confessorem
Et reliquos ibidem existentes.

In conventu nostro Sanctarenensi praeficimus:
– in priorem Fratrem Petrum de Villa Viçosa
– in conventuales vero:
Fratrem Didacum da Lourinhãa vicarium et confessorem
Et reliquos ibdem existentes.

[Fol. 36 v.]

In conventu nostro de Vila Viçosa praeficimus:
– in priorem Fratrem Franciscum de Resurrectione
– in conventuales vero:
Fratrem Andream de Gouvea vicarium et confessorem
Et reliquos ibidem existentes.

In conventu nostro de Torres Vedras praeficimus:
– in priorem Fratrem Antonium de Passione Domini
– in conventuales vero:
Fratrem Georgium de Sancto Augustino vicarium
Et reliquos ibidem existente.

In conventu nostro Montis Maioris praeficimus:
– in priorem Fratrem Leonardum de Angelis
– in conventuales vero:
Fratrem Iacobum de Trinitate vicarium et confessorem
Et reliquos ibidem existentes.

In conventu nostro de Penafirme praeficimus:
– in priorem Fratrem Amatorem de Sancta Maria
– in conventuales vero:
Fratrem Alexium vicarium et confessorem
Et reliquos ibidem existentes.

In conventu nostro de Castro Albo dimittimus:
– in priorem Fratrem Ferdinandum de Sancto Nicolao
– in conventuales vero:
Fratrem Antonium de Sancta Justa vicarium et confessorem
Et reliquos ibidem existentes.

[Fol. 37]

In conventu nostro de Tavila praeficimus
– in priorem Fratrem Valentinum de Luce
– in conventuales vero:
Fratrem Petrum de Vila Viçosa confessorem
Et reliquos ibidem existentes.

(Assinam):

Frater Ludovicus
de Montoya, Vicarius Generalis

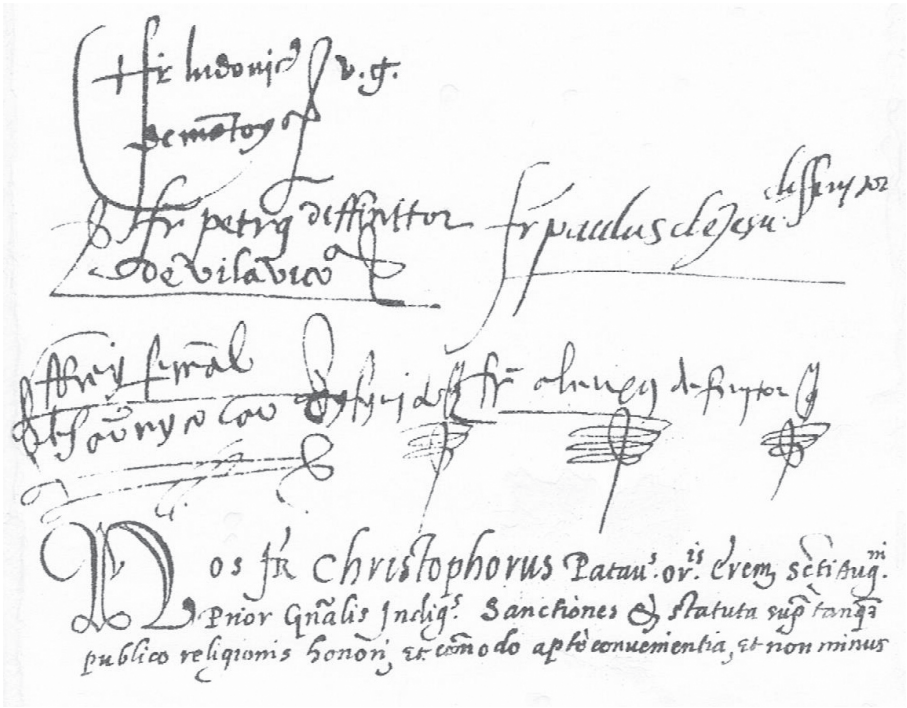
Frater Petrus de Vila Viçosa, Deffinitor

Frater Paulus de Jesu, Deffinitor

Frey Fernando
de São Nycolao, Dyfynitor

Frater Aleixus, Definitor.

(*Segue-se a reprodução das assinaturas*).



Grav. 8 – Códice, fl. 37

[Segue-se a confirmação do Prior Geral da Ordem, Frei Christóvão de Pádua (Patavinus)]:

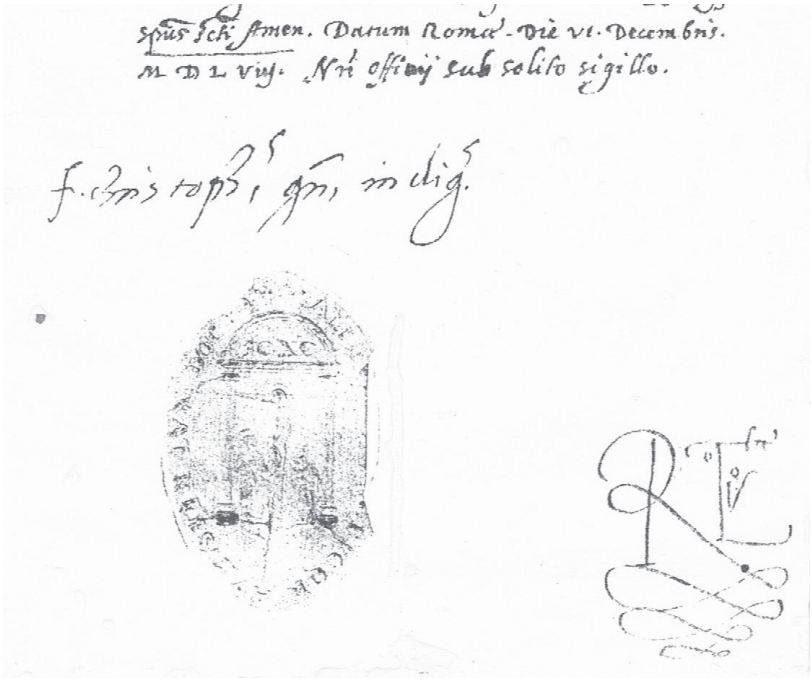
«Nos Frater Christophorus Patavinus Ordinis Eremitarum Sancti Augustini Prior Generalis indignus sanctiones et statuta supra tanquam publico religionis honori et commodo apstolice convenientia, et non minus

[Fl.37 v.]

pieque prudenter excogitata, electionemque nuper Provincialis Venerabilis Fratris Ludovici de Montoya, quem tot patrum gravissimorum iudicio probatum, eo munere non indignum ducimus. Praesentium igitur tenore et nostri officii autoritate confirmamus, rataque ac firmissima fore volumus, atque mandamus omnibus preterea et singulis prioribus ac fratribus in meritum sanctae obedientiae praecipimus et iubemus ut praefato venerabili Priori Provinciali omnem procliviter obedientiam exhibeant, quam nobis ipsis exhiberent, cui summopere

totius provinciae regimen commendamus. In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti Amen. Datum Romae, die VI Decembris, M.D.LVIII, nostri officii sub solito sigillo.

(*Assinado): Frater Christophorus, Generalis, Indignus.*



Grav. 9 – Códice, fl. 37 v.

[Fl. 38, *em branco*].

[Fl. 38 v.]

(Ao fundo da fl., voltada ao contrário, lê-se):

Acta capituli Lusitanae provinciae. Anni Domini 1558.
Iam confirmata.

[Fl. 39]

N.º 8

1558 – Lisboa
Actas do capítulo provincial, reunido no convento da Senhora da Graça, em Lisboa, no quarto domingo depois da Páscoa de 1558, apresentadas no original em português, com menção em latim dos superiores designados para cada comunidade e dos frades que as integravam, ilustradas com o fac-simile das subscrições.

In nomine Domini Nostri Iesu Christi benedicti. Amen.

Em o capitolo provincial que se celebrou em Nosa Senhora da Graça de Lixboa a *dominica 4ª post Pascha* anno do Senhor de 1558 presidio o reverendo padre Frei Luis de Montoya vigayro geral da Horde de noso padre Sancto Augustinho em esta provincia de Portugal por o reverendissimo padre noso Geral Frey Christovam Pitavino e foram elegidos por difinidores hos reverendos padres Frey Aleixo de Lisboa prior de Penafirme e Frey Fernando de Sam Nicolao prior de Castello Branco e Frey Pedro de Vila Viçosa prior de Montemor o Velho e Frey Paulo de Iesus prior de Vila Viçosa os quais todos juntos de commum parecer determinão as actas seguintes:

Item primeyramente declaramos que nam he nosa entenção ordenar cousa algua contrayra a determinação da Sancta Madre Igreya nem contra os *estatutos* do noso padre Geral.

Vimos as autas do capitolo passado e parece nos bem e por isso as aprovamos e mandamos que se guardem.

[Fl. 39v]

Item ordenamos que as quintas feiras de *Lavapes* acabada a missa se faça prossição solene do Santissimo Sacramento por a crasta ou pola igreja

(*Este* item *foi cortado*):

Item ordenamos que todas as quintas feyras do anno em que nam cair sancto proprio rezemos do Sanctissimo Sacramento e se

em algum mes nam ouver algũa quynta feyra vagua tirem hum sancto simplex e rezem aquele dia do Sanctissimo Sacramento.

Item ordenamos que quando no evangelho de Sam Joam se diz *Verbum caro factum est* a missa, e quando no evangelho de Sam Matheus se diz: *et procidentes adoraverunt Eum,* todos nos ponhamos de Giolhos adorando com os Sanctos Reis ao Senhor.

Item que em a missa do Nome de Jesu se digua *credo* e o prophacio de Natal e em os hynos *Gloria tibi Domine qui natus est de Virgine.*

Item queremos que se tenha muita reverencia ao Sancto Nome de Jesu e da Virgem Maria Nosa Senhora e de noso padre Sancto Augustinho asy que quando os ouvirmos nomear todos inclinemos as cabeças e os que os nomearem em o pulpito e em a lição e disputas sempre acrecentem algũa palavra de acatamento dizendo "Noso Redentor Jesu Christo" ou "Nosa

[Fl. 40]

Senhora a Virgem Maria" ou "Noso Padre Sancto Augustinho" e o mesmo queriamos que quando aleguam os doutores sanctos nam diguam isto diz Jeronimo ou Gregorio, senam "isto diz Sam Jeronimo" ou "isto diz o beaventurado Sam Gregorio" ou "o Espirito Sancto por Esayas profeta".

(*O* item *seguinte foi cortado. Apesar disso transcremo-lo em itálico*):

Item ordenamos e declaramos conforme ao ordinayro em o capitulo 19 as vesporas e matinas o domadayro acabada a oração e dito Dominus vobiscum tire a sobrepelizia e se va a seu lugar e aly digua «Fidelium anime».

(*O* item *seguinte também foi cortado*):

Item que em as procissões leve a cruz outro religioso pera que o diacono e o subdiácono acompanhem ao sacerdote.

Item ordenamos que os cantores em as festas dobres juntos comecem o canto em o meo do coro e semtemsse (*sic*) em as primeyras cadeiras baxas.

Item ordenamos que em todos os coventos da tal provincia donde hordinariamente soem star mais que oyto religiosos conventuais se faça eleyção de *discreto* desta maneyra: hum dia qual

parecer ao prior se juntem em o capitolo; invocando ao Spirito Sancto diguam *Veni creator* e excluídos os que nam tem voz procedão a eleyção do *discreto* em a forma que a constituição manda e elegido o *discreto* e saydo o prior fora do capitolo procedão a eleyção do prior como he custume e se for possivel fação eleyção cannonica de tres priores os que segundo Deus e suas consciencias lhes parecerem milhores pera o bem spiritual e temporal do seu convento e se por ventura se nam puderem concordar pera fazer a eleyção canónica

[Fl. 40 v.]

em este caso cada hum dos eleytores eleya tres priores em esta forma: – *«Frey foam elege em primeyra voz a frey foam e em segunda a frey foam e em terceyra a frey foam. E por verdade asiney aqui de meu nome».* E <com> estes votos asy asy (*sic*) assinados de todos os eleytores se cerre e selle loguo a eleyção antes que os religiosos vam a comer e mandamos que asi se serre e acabe a eleyção loguo e nam a dilatem pera depois de comer nem pera outro dia por evitar os escandalos e ofensas de Noso Senhor que disto se ham seguido e se podem seguir.

Item queremos que os priores em seus conventos inquiram e procurem de saber se algum religioso procurou voto pera sy ou pera outro e tragua disto enformação ao capitolo pera que ao que disto for culpado lhe dem a penitencia que manda a constituição no capitolo 30, *convem a saber,* quinze dias de disciplina e pão e agua que seya privado de voz por tres annos .

Item declaramos que nosso padre Geral ordenou que nan tenham voto em as eleyções senam so os sacerdotes que forem professos de cinquo annos.

(*O* item *seguinte foi cortado*):

Item declaramos que a antifona «Alma Redemptoris» se ha de dizer as completas ante dominicam primam Adventus Domini *e a «Salve Regina» as primeyras completas da Purificação e «Regina celi» as completas em o Sabado Sancto e «Ave Regina celorum» as completas primeyras da Asenção.*

Item por amor de Deus perdoamos e habilitamos a todos os apostatas que ate agora se ham tornado aos ofícios da religião.

[Fl. 41]

Item em ho Inno das vesperas de nosa madre Sancta Monica se emmendara hum verso em esta forma:

«*cui Deus tantum nisi prestitisset tanta scripsisset*
nisi tantus ille per via minus sacra lex fidesque nostra fuisset».

Outras muitas petições nos derão em que nos pediam mudanças e licenças as quais nam se puderão bem fazer ao presemte rogamos muito a todos nosos religiosos por amor de Deus que se quietem em seus conventos onde vam asinalados que adiante se fara com a graça de Deus ho que seya serviço de Noso Senhor e sua consolação.

(*A metade inferior da página está em branco*).

[Fl. 41 v.]

Provisiones conventuum

In conventu nostro Ulixponenssi dimittimus:
– in priorem patrem nostrum Fratrem Ludovicum de Montoya vicarium generalem.
– in conventuales vero assignamus:
Fratrem Iohanem de Turri vicarium et confessorem
Magistrum Fratem Eduardum predicatorem et confessorem
Fratrem Andream Torneyro confessorem
Fratrem Didacum de Sancto Michaele predicatorem et confessorem et magistrum professorum et novitiorum.
Fratrem Didacum de Sancta Anna predicatorem et confessorem
Fratrem Ubertinum
Fratrem Antonium de Sancto Christophoro
Fratrem Petrum de Plagis confessorem
Fratrem Antonium de Sancto Petro
Fratrem Gondisalvum de Sancto Iacobo
Fratrem Martinum de Regibus sacristam et confessorem
Fratrem Gasparem de Regibus predicatorem et confessorem
Fratrem Antonium de Iesu predicatorem et confessorem
Fratrem Andream de Conceptione
Fratrem Georgium de Sancto Iacobo

Fratrem Antonium de Pietate
Fratrem Gasparem de Asumptione
Fratrem Augustinum de Gratia
Fratrem Iohanem de Sancta Anna
Fratrem Antonium Matris Dei
Fratrem Iohanem da Magdalena
Fratrem Fernandum
Fratrem Georgium de Resurectione
Fratrem Gasparem de Conceptione
Fratrem Nicolaum de Iesu
Fratrem Thomam de Iesu predicatorem

[Fl. 42]

Fratrem Petrum de Purificatione
Fratrem Laurentium
Fratrem Christophorum[178]

Non sacerdotes:

Fratrem Illefonsum
Fratrem Gregorium de Lixboa
Fratrem Iheronimum de Sancta Maria
Fratrem Dionisium de Iesu
Fratrem Emanuelem de Plagis
Fratrem Franciscum Matris Dei
Fratrem Michaelem de Omnibus Sanctis
Fratrem Alvarum de Conceptione
Fratrem Gasparem de Sancta Maria
Fratrem Iohanem de Plagis
Fratrem Augustinum de Iesu
Fratrem Deodatum de Sancto Augustino
Fratrem Franciscum de Iesu
Fratrem Guillelmum de Sancta Maria
Fratrem Antonium de S. S.
Fratrem Iohanem de Passione

[178] Além deste nome, está cortado também o sobrenome, que assim ficou ilegível, e mais duas palavras, cuja leitura parece indicar o cargo de *vicarium*, sendo incompreensível a palavra que indicava as funções específicas.

Fratrem Emanuelem de Cruce
Fratrem Ludovicum de Cruce
Fratem Simplicianum de Iesu
Fratrem Dominicum de Nivibus
Fratrem Antonium de Purificatione
Fratrem Ioseph de Sancta Maria

[Fl. 42 v.]

Fratrem Alexium de Cruce
Fratrem Matheum de Trinitate
Fratrem[179]
Fratrem Antonium de Conceptione
Fratrem Iheronimum de Iesu
Fratrem Emanuelem de Sancto Augustino
Fratrem Martinum de Sancto Augustino
Fratrem Egidium de Presentatione
Fratrem Didacum de Sancto Ioseph[180]
Fratrem Didacum de Sancto Ioseph.

In conventu nostro Conimbricensi perficimus:
– in priorem Fratrem Paulum de Iesu
– in conventuales vero:
Fratrem Petrum de Celo Vicarium et confessorem
Fratrem Franciscum de Christo predicatorem et confessorem et lectorem
Fratem Nunum de Morais confessorem
Fratrem Ludovicum Matris Dei confessorem
Fratrem Dominicum de Trinitate confessorem
Fratrem Sebastianum de Cruce
Fratrem Simonem de Iesu
Fratrem Augustinum de Trinitate
Fratrem Emanuelem de Iesu
Fratrem Antonium de Paradiso
Fratrem Emanuelem de Sancto Augustino.

[179] O nome foi cortado de forma que ficou ilegível

[Fl. 43]

Non sacerdotes:

Fratrem Iheronimum de Angelis
Fratrem Simonem
Fratrem Petrum de Conceptione
Fratrem Iacobum de Conceptione
Fratrem Melchiorem de Conceptione
Fratrem Franciscum de Sancta Monica
Fratrem Petrum de Passione
Fratrem Iheronimum de Cruce
Fratrem Ludovicum de Sancto Augustino
Fratrem Nicolaum de Pietate
Fratrem Simplicianum
Fratrem Hieronimum de Sancta Maria
Fratrem Franciscum de Ihesu.

In conventu nostro Elborenssi dimitimus:
– in priorem Fratrem Petrum de Sancto Augustino
– in conventuales vero:
Fratrem Ioannem de Sancto Ioseph vicarium et confessorem
Fratrem Ambrosium de Presentatione predicatorem et confessorem
Fratrem Illefonsum de Trinitate confessorem et magistrum professorum et novitiorum
Fratrem Franciscum de Angelis
Fratrem Georgium de Sancto Estephano
Fratrem Antonium de Sancto Nicolao

[Fl. 43 v.]

Fratrem Emanuelem de Resureectione
Fratrem Balthasarum de Sancto Augustino sacristam
Fratrem Antonium de Cruce
Fratrem Sebastianum de Conceptione.

Non sacerdotes:

Fratrem Antonium de Salvatore
Fratrem Iacobum de S. S.
Fratrem Ioannem de Spiritu Sancto

Fratrem Gasparum de Salvarore
Fratrem Nicolaum de Sancto Laurentio
Fratrem Emanuelem de Iesu
Fratrem Christophorum de Iesu
Fratrem Basilium de Pietate
Fratrem Stephanum de Iesu[181]
Fratrem Franciscum de Cruce
Fratrem Blasium laycum
Fratrem Christophorum laycum
Fratrem Ignacium de Iesu

In conventu nostro Sanctarenenssi perficimus:
– in priorem fratrem Petrum de Vila Viçosa
– in conventuales vero:
Fratrem Didacum da Lourinhã vicarium et confessorem
Fratrem Didacum Cordeyro
Fratrem Ambrosium Barcharensem

[Fl. 44]

Fratrem Paulum Ulixponenssem
Fratrem Didacum de Turri
Fratrem Rodericum de Spiritu Sancto predicatorem e confessorem
Fratrem Emanuelem de Borba
Fratrem Lupum Ulixponenssem confessorem et sacristam
Fratrem Franciscum de Sancto Ioanne predicatorem et confessorem[182]
Fratrem Ioannem Baptistam confessorem
Fratrem Antonium de Trinitate
Fratrem Franciscum de Iesu
Fratrem Martinum de Celo
Fratrem Ioannem de Sancta Maria

Non sacerdotes:

Fratrem Sebastianum de Borba
Fratrem Ludovicum de Sancta Ursula
Fratrem Cristophorum de Sancta Maria.

[180] Este nome foi cortado, mas logo a seguir escrito pela mesma mão.
[181] Este nome foi cortado.
[182] Segue-se um nome completamente cortado e ilegível,

In conventu nostro de Vila Viçosa perfficimus:
– In priorem Fratrem Franciscum de Resurectione
– in conventuales vero:
Fratrem Fernandum Campos vicarium et confessorem monialium
Fratrem Andream Govea vicarium <domus> et confessorem
Fratrem Alfonsum Ruivanum
Fratrem Georgium do Machial
Fratrem Antonium da Ereyra confessorem
Fratrem Matheum de Pietate sacristam

[Fl. 44 v.]

[183] Fratrem Iheronimum de Incarnatione
Fratrem Gregorium de Sancta Maria
Fratrem Gasparem de Cruce
Fratrem Ioannem de Sancto Vincentio confessorem
Fratrem Ioannem de Sancto Augustino confessorem
Fratrem Benedictum
Fratrem Antonium de Sancta Maria.

Non sacerdotes:

Fratrem Gabrielem
Fratrem Franciscum de Anuntiatione
Fratrem Bartholomeum de Angelis
Fratrem Emanuelem de Sancta Maria
Fratrem Stephanum de Iesu
Fratrem Christophorum de Gratia
Fratrem Antonium de Sancto Michaele
Fratrem Didacum de Meyanfrio.

In conventu nostro de Torres Vedras perfficimus
– in priorem Fratrem Antonium de Passione Domini
– in conventuales vero:
Fratrem Georgium de Sancto Augustino vicarium
Fratrem Amatorem Dei predicatorem et confessorem
Fratrem Ioannem Matris Dei predicatorem et confessorem

[183] O primeiro nome da fl. 36 v. está cortado de forma ilegível.

Fratrem Thomam de Sancto Augustino sacristam
Fratrem Philipum de Sancto Michaele
Fratrem Nicolaum de Trinitate

[Fl. 45]

In conventu nostro Montis Maioris perficimus
– in priorem Fratrem Leonardum de Angelis
– in conventuales vero:
Fratrem Iacobum de Trinitate vicarium et confessorem
Fratrem Didacum de Sancto Iacobo predicatorem
Fratrem Franciscum de Sancto Ioseph
Fratrem Didacum de Sancta Anna
Fratrem Emanuelem de Trinitate

Non sacerdotes:

Fratrem Stephanum de Martiribus
Fratrem Ignatium de Iesu[184]
Fratrem Emanuelem de Sancto Petro laycum.

In conventu nostro de Penafirme perfficimus
– in priorem Fratrem Amatorem de Sancta Maria
– in conventuales vero:
Fratrem Alexium vicarium et confessorem
Fratrem Ioannem Azedo confessorem
Fratrem Petrum Firmum
Fratrem Emanuelem de Sancta Catharina.

In conventu nostro Castelli Albi dimittimus
– in priorem Fratrem Ferdinandum de Sancto Nicolao
– in conventuales vero:
Fratrem Antonium de Sancta Iusta vicarium et confessorem
Fratrem Franciscum de Guimarãis
Fratrem Didacum de Sancto Stephano confessorem et sacristam
Fratrem Andream de Angelis predicatorem et confessorem
Fratrem Gasparem de Christo
Fratrem Augustinum

[184] Este nome foi cortado.



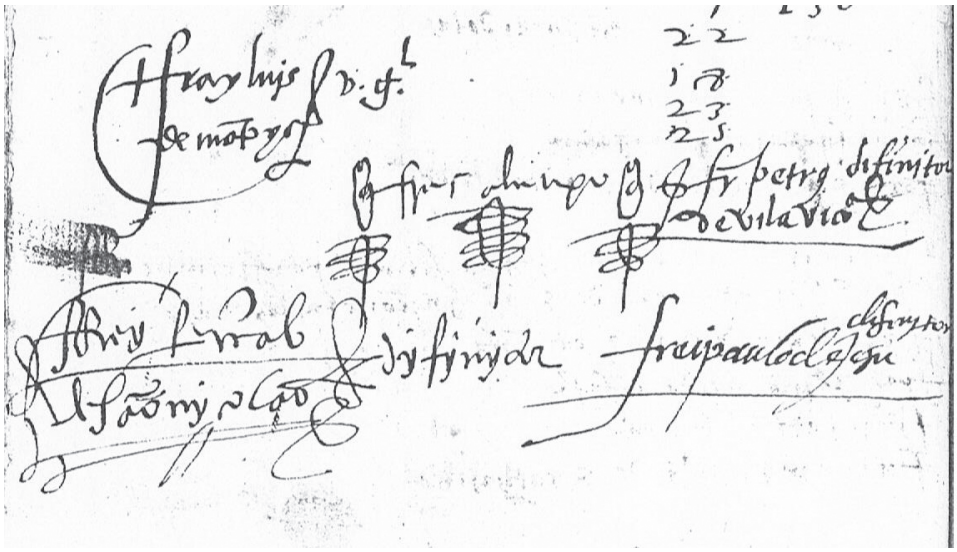
Grav. 10 – Igreja e convento da Graça de Castelo Branco

[Fl. 45 v.]

In conventu nostro de Tavilla perficimus
– in priorem Fratrem Valentinum de Luce
– in conventuales vero:
Fratrem Petrum de Vila Viçosa confessorem
Fratrem Ioannem de Christo sacristam et confessorem
Fratrem Augustinum
Fratrem Franciscum de Cruce
Fratrem Ioannem de Iesu.

(Assinam):

Fray Luis
de Montoya, Vigario Geral
Frey Alvaro *Frater Petrus*
de Vila Viçosa, Difinitor
Frey Fernando
de São Nycolao, Dyfynytor *Frei Paulo de Iesu, Difinitor*



Grav. 11 – Códice, fl. 45 v.

[Fl. 46, *em branco*]

[Fl. 46 v.

Statuimus praeterea ut in nostris conventibus in quibus plures quam octo religiosi conventuales degunt fiant electio discreti ad hunc modum: prior debito assignato die congregari faciat omnes fratres in capitulo et invocato Spiritu Sancto omnes simul dicant *Veni Crestor Spiritus* et exclusis his qui voce carent procedatur ad electionem discreti convenienter tres quae in nostris constitutionibus decreta et instituta sunt. Electo vero discreto, prior recedat e conventu fratrum ac tunc procedatur ad electionem prioris ita, *scilicet,* ut quoad fieri possit fiat electio canonica trium priorum qui huic oneri perferendo aptiores visi fuerint et ad administrandas res tum spirituales tum temporales prudentiores. Quod si electio canonica non extiterit tunc quisque electorum eligat tres priores in hunc modum: – *«Ego frater N. eligo fratrem N. in priorem huius conventus in prima voce et fratrem N. in 2ª et fratrem N. in 3ª. In cuius rei testimonium nomen meum adscripsi».* Haec prono electio obsignetur et sigillo conventus muniatur. Monemusque ut dent operam electores ut electio ante prandium si comode fieri possit finiatur neque in diem alterum differatur propter evitanda scandala quae inde orire consueverunt.

[Fls. 47 até 54*, estão todas em branco*].

[Fl. 54 v.]:

– «Actas do capítulo de 1558».

[Fl. 55]:

– «Pera Coymbra mandados os capitulos».

(*A meio da página, mas em sentido contrário ao habitual):*

– «Esto pertence a la casa de Coimbra».

[Fl. 55 v.]

"Prove..."

[Fl. 56]

"Anno Domini

Al muy Mag(nifi)co Senhor

Aag

Agravado."

(No fundo da página, invertida):

«Acta capituli 1560 confirmata a Patre Generali».

[Fl. 56 v., *em branco*]

N.º 9

[Fl. 57]

1560 – Lisboa

Versão latina, abreviada, das actas do capítulo provincial, reunido no convento de Nossa Senhora da Graça, no quarto domingo depois da Páscoa de 1560, seguidas da aprovação e confirmação do Padre Geral, Frei Cristóvão de Pádua (Patavino), feitas em Roma, no dia 25 de Agosto de 1560, e de algumas determinações anteriores.

Comitiis provincialibus anno Domini 1560 celebratis praefuit *per quam* Reverendus Pater Frater Ludovicus a Montoya vicarius generalis ordinis Eremitarum Divi Patris nostri Augustini in hac provincia Lusitaniae, nomine et vice Reverendissimi Patris nostri Generalis Fratris Christophori Patavini. Concilio ergo patrum congregato haec acta sunt:

Statuimus volumusque ut religiosi qui deinceps in hac provincia Lusitaniae sunt lectores instituendi et ad gradum doctoratus promovendi, praelegere teneantur in collegio nostro Conymbricensi tribus annis artes, totidemque Theologiam, intra cuius temporis spacium literárias omnes disputationes de more fieri solitas usque ad licenciaturam exequentur: septimo demum anno que quartus est Theologiae praelectioni Doctoratus et magisterii Laurea decorantur.

Volumusque ut qui aliter atque modo praescripsimus et statuimus promotus fuerit, omnibus privilegiis immunitatibusque huiusmodi dignitati ab Ordine concessis defraudetur.

[Fl. 57 v.]

Item visum est patribus ut qui fuerit per capitulum provinciale ad legendas artes electus et designatus, in Conymbricensi Universitate specimen publicum edat suae eruditionis, ponatque tum Logicas tum Physicas assertiones quas suscipiat edisserendas, cui quidem literariae disputationi praeerit praelector Theologiae antiquior.

Item hisce comitiis provincialibus lectores instituimus Fratrem Franciscum a Christo Theologiae praelectorem, et Fratrem Antonium a Iesu Artium lectorem ad doctoratus gradum promovendo.

Illud decretum est ut nulli liceat publice concionari, aut per capitulum provinciale designetur concionator nisi quatuor annos Theologiae studeat.

[Fl. 58]

In conventu nostro Olissipponensi dimittimus:
– in priorem reverendum patrem nostrum vicarium generalem Fratrem Ludovicum de Montoya;
– in conventuales vero:
Fratrem Ioannem de Turri vicarium et confessorem
Magistrum Fratrem Eduardum praedicatorem et confessorem
Fratrem Andream Torneiro confessorem
Fratrem Thomam de Iesu praedicatorem et confessorem et magistrum professorum ac noviciorum
Et alios ibidem existentes.

In conventu nostro Conymbricensi praeficimus:
– in priorem Fratrem Didacum de Sancto Michaele canonice electum
– in conventuales vero:
Fratrem Ludovicum Matris Dei vicarium praedicatorem et confessorem
Fratrem Franciscum de Cristo lectorem praedicatorem et confessorem
Fratrem Antonium de Iesu lectorem praedicatorem et confessorem
Et alios ibidem existentes.

In conventu nostro Elborensi praeficimus:
– in priorem Fratrem Gasparem de Regibus
– in conventuales vero:
Fratrem Ioannem de Sancto Ioseph vicarium et vonfessorem
Et alios ibidem existentes.

[Fl. 58 v.]

In conventu nostro de Vila Viçosa praeficimus:
– in priorem Fratrem Paulum de Iesu canonice electum;
– in conventuales vero:
Fratrem Andream de Gouvea vicarium et confessorem
Et alios ibidem existentes.

In conventu nostro de Torres Vedras praeficimus:
– in priorem Fratrem Franciscum de Resurrectione
– in conventuales vero:
Fratrem Georgium de Sancto Augustino vicarium et confessorem
Et omnes alios ibidem existentes.

In conventu nostro Montis Maioris praeficimus:
– in priorem Fratrem Dominicum de Trinitate;
– in conventuales vero:
Fratrem Didacum de Trinitate vicarium et confessorem
Et omnes alios ibidem existentes.

In conventu nostro de Penafirme dimittimus:
– in priorem Fratrem Amatorem de Sancta Maria
– in conventuales vero
Fratrem Alexium vicarium et confessorem
Et omnes alios ibidem existentes.

In conventu nostro Albi Castri dimittimus:
– in priorem Fratrem Ferdinandum de Sancto Nicolao;
– in conventuales vero:
Fratrem Alfonsum de Trinitate vicarium et confessorem
Et omnes alios ibidem existentes.

In conventu nostro de Tavira praeficimus:
- in priorem Fratrem Antonium de Passione;
- in conventuales vero:
Fratrem Ioannem de Christo vicarium et confessorem.



Grav. 12 – Convento da Graça de Tavira

[Fl. 59]

In conventu nostro Santarenensi dimittimus:

– in priorem Fratrem Petrum de Villa Viçosa canonice electum;

– in conventuales vero:

Fratrem Didacum da Lourinhãa vicarium et confessorem
Et alios ibidem existentes.

(*Assinam*):

Frater Ludovicus de Montoya, Vicarius Generalis

Frater Eduardus, Doctor Parisiensis, Difinitor

Frater Didacus a Sancto Michaele, Deffinitor

Frater Petrus a Sancto Augustino, Diffinitor

Frater Amator a Sancta Maria, Difinitor.

(*Aprovação do Padre Geral*):

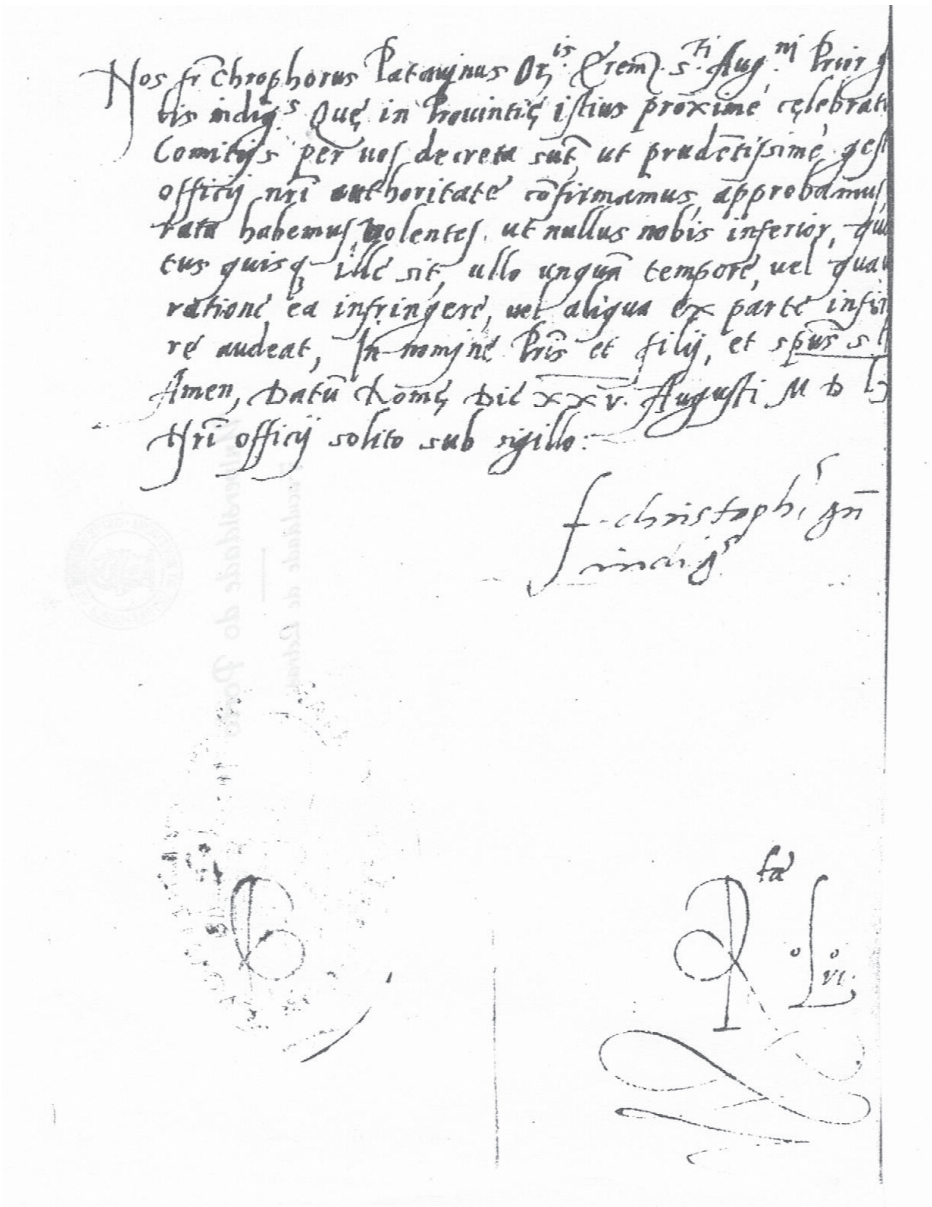
[Fl. 59 v.]

«Nos Frater Christophorus Patavinus Ordinis Eremitarum Sancti Augustini prior Generalis indignus quae in Provincia istius proxime celebratis comitiis per nos decreta sunt ut prudentissime gesta officii nostri authoritate confirmamus, approbamus, rata habemus volentes ut nullus nobis inferior quantus quisque ille sit ullo unquam tempore, vel quavis ratione ea infringere vel aliqua ex parte infirmare audeat. In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancri amen. Datum Romae die XXV Augusti MDLX.

Nostri officii solito sub sigillo:

Frater Christophorus, Generalis,
Indignus».

(Selo)



Grav. 13 – Códice, fl. 59 v.

(Seguem-se *decisões anteriores, entre elas uma aprovada, em Évora, em 26 de Avril de 1554*):

[Fl. 60]

Ordenarão os reverendos padres vigairos gerais e os padres difinidores que os moços que estam em o nosso convento de Coimbra seyam despedidos fora de casa posto que seyam sobrinhos e parentes de frades e isto mandão em virtude de sancta obediencia pera que asy se g<u>arde e que daqui em diante nam se receba ninhum. Dado este mandamento en nosso convento de Evora a XXVI de Abril de 1554[185]

(Assinam): *Fray Luis de Montoya.*

Frey Francisco de Villa Franca, Vigario Geral

Frey Fernando Campos

Fray Johan de la Torre

Fratre Petrus de Vila Viçosa.

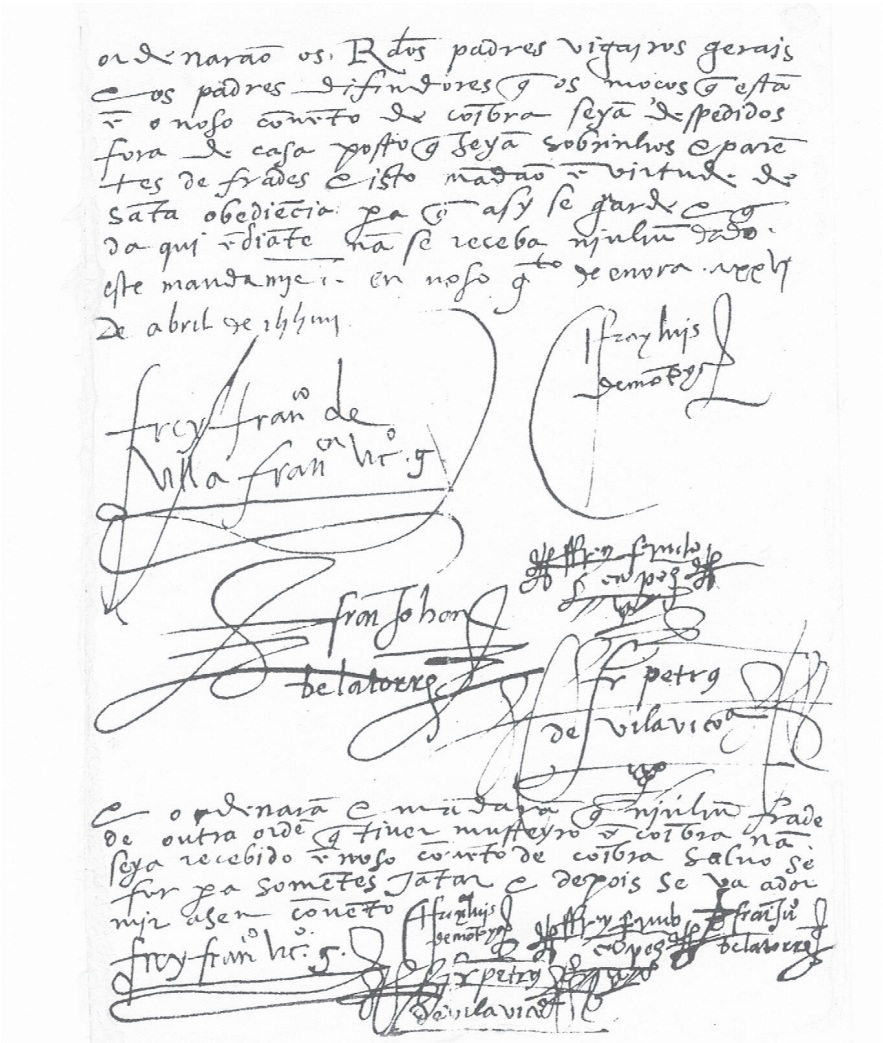
E ordenaram e mandaram que ninhum frade de outra ordem que tiver musteyro em Coimbra nam seya recebido em nosso convento de Coimbra salvo se for pera somentes jantar e depois se va a dormir a seu convento.

(Assinam):

Fray Luis de Montoya *Frey Fernando Campos* *Fray Johan de la Torre*

Frey Francisco, Vigario Geral *Frater Petrus de Vila Viçosa.*

[185] O valor do algarismo 4 está representado no original em números romanos: *IIII.*



Grav. 14 – Códice, fl. 60

[Fl. 60 v.]

Ytem mandamos que os seculares nam se *agasalhem* na hospedaria salvo se for pai ou irmão ou parente ou algum grande amiguo e benfeytor da Hordem como *verbi gratia* he Antonio Leyte ou outra pessoa semelhante.

(*O resto da página está em branco*).

[Fl. 61]

«Acta capituli 1560».

(O resto da página está em branco).

[Fl. 61 v.]

N.º 10

1560 – Lisboa
Actas integrais do capítulo provincial, reunido no convento da Senhora da Graça, em Lisboa, no quarto domingo depois da Páscoa, a que presidiu o Padre Frei Luís de Montóia, em nome do Geral da Ordem, Frei Cristóvão de Pádua (Patavino), que as aprovou e confirmou, em Roma, em 25 de Agosto de 1560.

In nomine Domini Nostri Ihesu Christi benedicti. Amen.

Em o capitulo provincial que se celebrou em Nosa Senhora da Graça de Lixboa a *dominica 4ª post Pascha* anno do Senhor de 1560 presidio o reverendo padre Frey Luis de Momtoya vigairo geral da Ordem de noso padre Sancto Augustinho em esta provincia de Portugal por o reverendissimo Padre noso Geral Frey Christovão Patavino. E foram ellegidos por difinidores os reverendos padres o Padre Mestre Duarte *doctor Paris*[186], e o Padre Frey Amador de Santa Maria prior de Penafirme e o Padre Frey Dioguo de Sam Miguel e o padre Frey Pedro de Santo Augustinho prior d'Evora, os quaes todos juntos de comum parecer determinam as actas seguintes:

Item primeiramente declaramos que não he nosa emtemção ordenar cousa algũa contraira a determinação da Sancta Madre Igreja nem contra os estatytos de noso Padre Geral.

[Fl. 62]

Vimos as Actas de todos os capitulos passados desta nossa provincia e pareceo nos bem copilar as cousas principaes e mais necessarias que nellas se contem. E assy queremos que cada prior

[186] Estas duas palavras estão cortadas.

em seu convento faça logo escrever e encorporar no livro das *constituições* estas seguintes. E assy mesmo os priores que forem ao diante farão no mesmo livro escrever as Actas dos capitulos que se fizerem. E ler se ão hũa vez no mes, no capitolo ou no refectorio. E queremos que asy os priores em seus conventos, como o provincial em toda provincia façam guardar estes nossos estatutos:

– Primeiramente ordenamos por evitar porfias e contendas no Coro sobre o modo de rezar que em cada capitolo provincial de mandado do Padre Provincial e definidores se faça hum calendario que dure por dous annos segundo o qual serão obrigados a rezar todos os religiosos desta provincia de Portugal.

Item ordenamos que todas as quintas feiras do anno em que nam cair santo proprio rezemos do Sanctissimo Sacramento. E se em algum mes nam ouver algũa 5ª feira vagua tirem hum santo simples, e rezem aquelle dia do Santo Sacramento. E nas quintas feiras

[Fl. 62 v.]

Lava pees acabada a missa se fara procissão solemne pela crasta, ou igreja, e levara a cruz outro religioso pera que o diacono e subdiacono acompanhem ao sacerdote, o que queremos que se guarde em todas as procissões.

Item ordenamos que quando no Evangelho de São João se diz *Verbum caro factum est,* e no Evangelho de São Matheus se diz *Et procidentes adoraverunt eum,* todos nos ponhamos de giolhos adorando c'os Santos Reis o Senhor.

Tambem nos poremos todos de giolhos ao *Gratias agamus,* que se diz nas missas cantadas. E aa oração quando se tanjem as *Ave marias*, todo anno posto que seja em Paschoa. Ao *homo factus est* do credo se ponhão todos de giolhos os sacerdotes e ministros do altar, asy nas missas cantadas com nas rezadas. E ordenamos que se digua *credo,* na octava de *Todos os Santos* e nas festas *Domini Sabaoth* como são das *Chagas* e do *Nome de Jesu* na quall festa se dira o prefacio do Natal, e nos hymnos *Gloria tibi* Domine *qui natus es de Virgine.*

Item queremos que se tenha muita reverencia ao *Santo Nome de Jesu,* e da *Virgem Maria Nossa Senhora* e de nosso padre *Santo Augustinho.* Assy que quando os ouvirmos nomear todos inclinemos as cabeças. E os que os nomearem em pulpito, lição, ou disputas, sempre acrecentem

[Fl. 63]

algũa palavra de reverencia dizendo, Nosso Redemptor Iesu Christo, Nossa Senhora a Virgem Maria, nosso Padre Santo Augustinho. E quando alegão os Doutores Santos nam digão isto diz Hieronymo, ou Gregorio, senam, isto diz Sam Hieronymo, o bem aventurado São Gregorio, o Espirito Santo por Esayas Propheta.

Item declaramos e ordenamos conforme ao ordinario no capitolo 19 que nas vesperas e matinas o hebdomadario acabada oração, e dito *Dominus vobiscum* tire a sobrepeliz e se va a seu lugar, e aly digua *Fidelium animae.* E queremos que os cantores nas festas dobres juntos comecem o canto no meo fo coro, e sentemsse nas primeiras cadeiras baixas.

Item ordenamos que sejão dias de *comunhão* a todos os nossos religiosos a 4º domingua da Coresma, dia de Santiago Mayor em Julho, dia da Conceição de Nossa Senhora no Advento.

Ordenamos que as antiphonas de Nossa Senhora que se dizem as *completas* e a Salve Regina que se diz acabadas as horas estem todos religiosos com as cabeças descubertas. No hymno das vesperas de Nossa Madre Santa Monica se emmendara hum verso nesta forma:

Cui Deus tantum nisi praestitisset
tanta scripsisset nisi tanto ille,
pervia minus sacra lex fidesque
nostra fuisset.

[Fl. 63 v.]

Item ordenamos por devação do Sanctissimo Sacramento que todos religiosos de nossa provincia jejuem a vigilia de *Corpus Christi* como jejuão a de nosso padre Santo Augustinho. E queremos que em os jejuns nos conformemos com os bispados onde estão nosos conventos.

Ordenamos que em todos os conventos de nossa provincia onde estiverem <nove>[187] religiosos professos ou mais <dos quaes ao menos os cinquo tenham voto>, se faça eleição de discreto e prior. E far se a desta maneira: – O dia que ao prior parecer ajuntar

[187] Esta palavra está sobreposta à palavra *oito,* que foi cortada.

se ão em capitulo invocando o Espirito Sancto dirão ho hymno *Veni Creator Spiritus.* E saidos do capitolo os que nam tem voz elegerão discreto conforme á nossa constituição, o qual eleito e saido o prior do capitolo procederão na eleição do prior como he custume. E se for possivel fação eleição canonica de tres priores que segundo Deos e suas conciencias lhes parecerem milhores pera ho bem espiritual e temporal do convento. E se por ventura nam poderem concordar na eleição canonica em tal caso cada hum dos eleitores elegera desta maneira: - *«Frey N. elege em primeira voz a frei foão, em 2ª a frei N. e em 3ª a frei N. E por verdade assinei aqui meu nome».* Com estes votos assy assinados de todos os electores se cerre a eleição antes que os religiosos vão a comer; e mandamos que não se deixe pera depois de comer por evitar offenças de Nosso Senhor que disso se podem seguir. E declaramos que não terão voz nas eleições salvo os sacerdotes que forem professos de 5 annos <compridos> como or-

[Fl. 64]

denou o nosso Padre Geral.

Item queremos que os priores procurem de saberem em seus conventos se algum religioso procurou pera sy ou pera outrem voto, por que dada emformação disto no capitolo lhe dem a pena da constituição no capitolo 30, *convem a saber*, 15 dias de disciplina e pão e agoa, e privação de voz por tres annos.

Item ordenamos que os definidores e os que se achão na mesa do definitorio sejão obrigados a guardar secreto de tudo o que ally passa, e se dalgum s'achar o contrairo seja emcarcerado por hum mes e privado perpetuamente de voz passiva pera definidor.

Item por evitar os enconvenientes que soem acontecer nos conventos entretanto que ho capitolo provincial se celebra, ordenamos e mandamos que neste tempo os vigairos que ficão nos conventos nam se entremetão em comprar, nem vender trigo, vinho, azeite, pão, nem outra cousa do convento antes acerca disto guarde os apontamentos que lhe deixar o prior. O vigairo que contra isto fizer, padecerá a pena da mais grave culpa por hum mes.

Item ordenamos que os discretos de nossos conventos que vem ao capitolo, ou os priores donde não vem discreto tragão hum rol assinado pelo vigairo e depositairos dos bens que ficão no

mosteiro, *convem a saber,* trigo, vinho, azeite e dinheiro, e tambem tragão outro rol dos bens de raiz e renda do mosteiro, e do que de novo se comprou

[Fl. 64 v.

ou vendeo, ou aproveitou. E declaramos que se nam pode vender fazenda de raiz dalgum convento sem licença do provincial ou prelado mayor.

Ordenamos que nenhum prior ou prelado de nossa provincia aceite judicatura algũa por comissão <geral> do Papa, ou doutro qualquer juiz pois temos privilegio <particular> que nos faz isentos pera que a isto nam possamos ser constrangidos *a causa* de evitar escandalos que dahy se costumão seguir.

Item encomendamos muito aos priores que em seus conventos fação que se guarde a *Regra* e as *Constituições* e bons *costumes* da religião, e como bons pastores vão diante de seus subditos em toda obra de virtude e sigão elles quanto lhes for possivel a vida comum com seus frades no coro, refeitorio, e silencio, e em não ir fora de seus mosteiros senão por grande necessidade, e evitem quanto for possivel as saidas dos religiosos fora. E quando o prior vai fora do convento pera tornar o mesmo dia o vigairo que fica em casa nam va fora nem mande a outro religioso algum sem licença particular do prior, ou necessidade mui urgente a qual fara saber ao prior quando vier. E acerca das saidas fora dos nossos religiosos estabelecemos e mandamos que se guarde a constituição no capitolo XXº no qual manda aos religiosos que ão d'ir fora que digão primeiro ao prior as casas e peçoas com que vão a negociar, e se acontecer ir a outra parte o digão ao prior quando vierem.

[Fl. 65]

Ho que contrairo fizer, os tres meses seguintes não lhe dem licença pera ir fora.

Item ordenamos que os priores de nossos conventos visitem as cellas de sus religiosos quando lhes parecer bem ao menos de dous em dous meses. E os religiosos em suas cellas nam tenham arcas, nem caixas nem outra cousa fechada com chave particular sob pena de perderem as mesmas caixas e o que nellas tiverem o qual sera pera a comunidade. E he mui bem que os religiosos deixem sempre suas cellas fechadas com chave.

Item mandamos que todos os priores comecem logo a fazer o tombo e demarcação das herdades de seus conventos e neste bienio procurem acabalo se for possivel

Item ordenamos que os vigairos de nossos conventos se assentem no primeiro lugar depois do prior no coro, capitolo, e refectorio, e procissões ainda que o prior este presente.

Item conforme ao indulto que temos do Summo Pontifice que no capitolo provincial se assinem os confessores e pregadores ordenamos e mandamos que nenhum religioso de nossa provincia pregue nem confesse sem licença do provincial e diffinidores que no capitolo os assinarão. E nossos pregadores pregarão em seus mosteiros ordinadamente. Poderão tambem pregar fora com licença se seus prelados quando forem a isso convidados sem demandarem interesse

[Fl. 65 v.]

algum por seus sermões salvo a gloria de Deos e saude das almas. E se aquelles a quem nossos religiosos pregão ou confeção derem de sua propria vontade algũa cousa venha tudo a poder do prior pera que o de a quem tiver mais necessidade. O que contra isto fizer *furti iudicio condemnetur.*

Item ordenamos que os pregadores e estudantes que estiverem fora do convento de Coimbra a somana que não pregarem vão ao coro todos os dias a missa maior e as vesperas, e nos domingos e festas de guardar irão as matinas e a todalas horas. Em Coimbra os pregadores e estudantes todos vão a todas as horas do coro.

Confeçarão seculares os que até gora estão assinados pella Ordem, e daqui por diante guardar se há a constituição que manda no 8 capitolo que os confessores de seculares sejão de idade de 30 annos e serão examinados conforme a constituição.

E olhem os nossos confessores bem o officio que tem de juizes arbitros entre Deus e os peccadores, e saibão bem o que fazem e o que absolvem porque *clave errante* nom estara Deus por sua sentença. E guardem se de ter especial affeição a hũas peçoas mais que a outras, mas procurem nesta parte ter e conservar em sy a liberdade e confessem geralmente aquellas peçoas que o prior mandar sem excepção de peçoas. E porquanto os dões cegão os olhos dos juizes, e porque livremente nossos confessores possão dizer a verdade aos que confeção, mandamos

[Fl. 66]

que nam peção nem recebão pera sy nem pera outrem, das peçoas (*sic*) que com elles se confessarem cousa algũa, nem ainda pera pobres; mas os que se confessão dem suas esmolas por suas mãos, ou por quem quiserem.

Item ordenamos que nos negocios em que s'an de pedir votos ao convento assy d'aforamentos como doutras quaesquer cousas sigua a menor parte aa mayor e assinem todos.

Item ordenamos que ho prior que he ou for do nosso mosteiro de Coimbra nam afore as propriedades do mosteiro de Ceite, nem faça naquelle mosteiro outra cousa notavel acerca do temporal, ou acerca das igrejas delle sem conselho e licença do nosso Padre Vigairo Geral. E o mesmo s'entenda de todas as administrações que tem aquella casa d'igrejas ou capellas. Isto mesmo fara o prior de Torres Vedras em todas as cousas que pertencem à gafaria.

Item ordenamos que em todos os conventos de nossa provincia se faça hum livro encadernado em tavoas no qual se escrevão claramente os emcargos de missas e anniversarios a que o tal convento he obrigado com as dotações que por taes encargos nos deixarão.

Ordenamos tambem que nas samcristias de nossos conventos aja hia arca cerrada com duas chaves hũa das quaes tera o prior, e outra o samcristão na qual por hũa fenda se lançara o dinheiro das missas assy como vem: e ao cabo do mes será

[Fl. 66 v.]

aberta, e o dinheiro das missas ditas se porá com o do convento e o outro se guardara no deposito pera se acabarem de dizer.

Item ordenamos que a nenhum religioso ordenem de missa até que aja cinquo annos compridos na religião depois de sua profição.

Item pera que os religiosos ocupem bem o tempo e saibão o que comvem pera suas conciencias, e pera que saibão confessar quando lho encomendarem todos os sacerdotes e os outros irmãos que estiverem desocupados s'ajuntarão co[*m o*] vigairo ou com padre vigairo acabadas as graças despois de jantar, e tratem algum caso de conciencia e determinem no em lingoajem como todos o entendão. O qual feito proverão o officio divino e a missa do dia seguinte e o que s'a de cantar assy em vesperas, como em matinas

o qual feito ficarão os mais novos co[*m o*] vigairo do coro e aprenderão a cantar, e passarão as lições de matinas.

Item nosso Padre Geral deixou mandado que os dormitorios dos religiosos se fechassem com chave de noite a qual tevesse so o prior e assy mandamos que se guarde em todos nossos conventos.

Item ordenamos que em nenhũa casa de nossa provincia se recebão noviços senão na de Lisboa, onde serão criados e doutrinados em bons costumes. E se outras pessoas abiles e de boas partes pedirem ser recebidos em outros conventos e de voto

[Fl. 67]

e parecer de todos os religiosos forem achados idoneos e proveitosos pera a Ordem sejão mandados ao nosso convento de Lisboa com letras do prior e casa donde vem pera que em seu nome sejão recebidos e criados ás quaes pertencerão suas legitimas se as tiverem.

Item ordenamos que em nossos conventos nam se recebão moços pequenos pera servir, senam os religiosos professos ajudem as missas. E a obediencia de varrer a casa vão todos os religiosos sem se escusar nenhum. E os moços que até gora tem nos conventos recebidos despedilos hão dentro d'hum mes pagando lhes o que hão servido. E se algum delles for idoneo pera se receber na religião mandalo ão a Lisboa pera que se receba.

Item ordenamos que depois da antifona que se diz em nossos conventos ao princípio da noite se guarde silencio, de maneira que o tanjer á antifona seja tanjer a silencio.

Item ordenamos que os religiosos que hão apostatado de nossa Ordem e andão nesta provincia com habito da religião ou sem elle, em nenhũa maneira se lhes de entrada em nossos conventos, nem nossos religiosos comuniquem, nem falem com elles so pena de 15 dias de carcere por cada vez que trespassarem este nosso mandamento. E os religiosos que sem licença se sairem de nossa provincia percão nella sua antiguidade assy que se tornarem a ser recebidos

[Fl. 67 v.]

tenhão o ultimo lugar dos sacerdotes se forem sacerdotes ou dos professos se forem professos.

Item ordenamos que nossos religiosos nam se vistão de pannos preciosos somente de panno de Covilham branco que custe até CC e L reaes, e de panno preto que valha a cruzado pouco mais ou menos segundo o uzo da terra. E quando este se nam poder achar seja outro do mesmo preço.

Item geralmente mandamos que nenhum religioso peça algũa cousa nem pera sy nem pera outrem sem especial licença do prior so pena de perderem o que assy lhes derem, pera a[188] comunidade e a mais pena em alvedrio do prior.

Item porque o peccado da lingoa he mui grave e facilmente se cae nelle[189] <mandamos que estreitamente se guarde a> nossa constituição que <manda que> nenhum religioso levante a outro falso testemunho, nem ho accuse diante dalgum official da Ordem de cousa falsa, nem presente testemunha falsa so pena da mesma constituição que he excomunhão e 6 meses de carcer.

Item ordenamos que os homisiados nam sejãm recebidos em nossos mosteiros por mais espaço que hum dia natural que são 24 horas[190]. E nam falara ninguem co[*m*] elles salvo o prior ou de sua licença.

[Fl. 68]

Item ordenamos que os priores de nosos conventos guardem e fação guardar o capitulo 24 de nosas constituições em que se manda que os religiosos nom vestão linho senão laam e quanto foor posivel fação que não tragão camisas nem jubões de linho nem carapuças senão for por evidente necessydade e que durmão com escapularios.

Item ordenamos que os priores de nosos conventos e seus frades quando vão a suas quintans ou a outras partes a tomar honesta recreação, não admitam comsiguo leygos nem outras pesoas de fora.

Item ordenamos que do pão ou dinheiros ou outras cousas que se recebem em os conventos não dem assynados soo o prior ou

---

188 Neste como noutros casos, no texto está *perá,* correspondendo o *á* final de *perá* à contracção de *pera a,* pelo que, para maior clareza, decidimos desdobrar em *pera a.*

189 A seguir foi cortado: *ordenamos conforme aa,* sendo substituódo pelo que aparece em parênteses angulosos.

190 A seguir foi cortada esta passagem: – «*na igeja poderão estar todo tempo que estiver aberta*».

procurador mas jumtamente prior e depositarios, e sem consemtimento destes não vendam[191] vinho nem triguo nem azeite nem emprestaram dinheiro, nem outras cousas.

Item ordenamos que daqui por diante nenhum religioso pregue em publico ao povo nem se asyne por pregador ate que aya ouvido ao menos quatro anos de Theologia.

[Fl. 68 v]

+ Ordenamos que todos los religiosos que por ser mudados o por otra razom alguna van com licençia de un lugar a otro vayam via recta adonde son enbiados dentro do termino que les señalaren, asi que si fuerem a otra parte, o se detubierem mas tiempo delo que su licencia les da, incurram en la pena de apostasia, y los priores les señalen el tienpo pera su camino.

Item por amor de Dios perdonamos y habilitamos[192] a todolos religiosos que se sayram de nosa provincia e se hão ya tornado a ella pera que possam elligir e ser ellejidos aos officios da Ordem. E quanto a sua antiguidade comtar se lhes am os annos que am estado debaxo da obediencia de nosa provincia antes que se saysem e despois que vierão.

(*O* item *seguinte foi cortado, pelo que o apresentamos em itálico*):

Item muitas petições nos derão em que nos pedião estudo mudanças e outras licenças e verdadeiramente que não podemos satisfazer a todos por o qual rogamos muito a todos os religiosos que se quietem em seus conventos omde vão assinados e perseverem em toda virtude porque adiante se fara com a ajuda de Deus tudo o que convenha a sua consolação e salvação de suas almas.

[Fl. 69]

Item mandamos que não confessem seculares salvo os que sam confessores por capitolo, posto que venham jobileus e os que fizerem o contrairo seram castigados como merecem.

---

[191] A seguir estão riscadas as palavras *nem comprem.*
[192] A seguir está repetido: *y habilitamos.*

In comventu nostro Uliponensi (*sic*) dimittimus:
– in priorem patrem Fratrem Ludovicum de Montoya vicarium generalem;
– in comventuales vero assignamus:
Fratrem Ioannem de Turribus vicarium et confesorem
Magistrum Fratrem Eduardum predicatorem et confesorem
Fratrem Amdream Torneyro confessorem
Fratrem Thomam de Ihesu predicatorem et confessorem et magistrum professorum et noviciorum
Fratrem Didacum de Sancta Anna predicatorem et comfessorem
Fratrem Antonium de Sancto Christophoro
Fratrem Petrum de Sancto Augustino predicatorem et confessorem

[Fl. 69 v.]

Fratrem Petrum de Plagis confessorem
Fratrem Leonardum comfessorem et sacristam
Fratrem Gomdiçalum de Sancti Iacobo
Fratrem Amtonium de Sancto Petro
Fratrem Ioannem Baptistam comfessorem
Fratrem Georgium de Sancto Iacobo
Fratrem Fernandum de Trinitate predicatorem et comfessorem
Fratrem Amdream de Conceptione
Fratrem Amtonium de Sancto Vincentio comfessorem
Fratrem Petrum de Insula comfessorem
Fratrem Valentinum predicatorem et comfessorem
Fratrem Antonium de Pietate
Fratrem <Antonium de Trinitate predicatorem et comfessorem>[193]
Fratrem Augustinum de Trinitate predicatorem comfressorem.
Fratrem Sebastianum de Cruce predicatorem comfessorem
Fratrem Emanuelem de Ihesu predicatorem comfessorem
Fratrem Nicolaum de Ihesu
Fratrem Nicolau de Santarem
Fratrem Antonium de [194] Sanctarena
Fratrem Ludovicum de Cruce
Fratrem Amtonium de Azeitão
Fratrem Christophorum de Ihesu

---

[193] A parte incluída entre colchetes angulosos está sobreposta à parte cortada: *Antonium de Trinitate confessorem predicatorem et confessorem,* o que revela um claro lapso do copista.

[194] A seguir está cortado *de Spiritu Sancto.*

[Fl. 70]

Fratrem Phelipum de Sancto Michaele
Fratrem Ioseph de Sancta Maria
Fratrem Gasparem de Christo
Fratrem Laurentium
Fratrem Ioannem de Spiritu Sancto

Prophessos:

Fratrem Alfomsum
Fratrem Gregorium
Fratrem Iheronimum de Sancta Maria
Fratrem *Emanuelem de Sancta Maria*[195]
Fratrem Simplicianum de Ihesu
Fratrem Amtonium de Purificatione
Fratem Iheronimum de Ihesu
Fratrem Martinum de Sancto Augustino
Fratrem Amtonium de Incarnatione
Fratrem Emanuelem de Angelis
Fratrem Ludovicum de Trinitate
Fratrem Ioseph de Sancto Spiritu
Fratrem Emanuelem de Christo
Fratrem Emanuelem de Regibus
Fratrem Petrum de Spiritu Sancto
Fratrem Ignatium de Trinitate

[Fl. 70 v.]

Fratrem Ieronimum de Cruce
Fratrem Gasparem de Gratia
Fratrem Gasparem de Sancta Monica
Fratrem Melchiorem.

In conventu nostro Conimbricensi perficimus:
– in priorem Fratrem Didacum de Sancto Micaele canonice ellectum

[195] A parte em itálico está riscada.

– in conventuales vero:

Fratrem Ludovicum Matris Dei vicarium predicatorem et confessorem

Fratrem Franciscum de Christo lectorem predicatorem et comfessorem

Fratrem Amtonium de Ihesu lectorem predicatorem et comfessorem

Fratrem Nunum comfessorem

Fratrem Simonem de Ihesu predicatorem et comfessorem

Fratrem Gasparem de Asumptione

Fratrem Augustinum de Gratia

Fratrem Emanuelem de Plagis

Fratrem Ferdinandum de Comceptione

Fratrem Dionisium de Ihesu

Fratrem Framciscum Matris Dei

Fratrem Georgium de Resurrectione

Fratrem Emanuelem de Cruce

[Fl. 71]

Fratrem Micaelem de Sanctis

Fratrem Alvarum de Comceptione

Fratrem Augustinum de Ihesu

Fratrem Ioannem de Passione

Fratrem Petrum de Purificatione

Fratrem Gasparem de Sancto Salvatore

Fratrem Aleixum

Fratrem Franciscum de Ihesu

Prophesos:

Fratrem Adeodatus de Sancto Augustino

Fratrem Hieronimum

Fratrem Didacum de Comceptione

Fratrem Christophorum de Gratia

Fratrem Melchiorem de Comceptione

Fratrem Franciscum de Sancta Monica

Fratrem Gasparem de Angelis

Frtarem Dominicum de Sancta Maria

Fratrem Antonium de Cruce

Fratrem Egidium de Presentatione

Fratrem Ludovicum de Sancto Augustino
Fratrem Simonem de Sancto Ioanne
Fratrem Christophorum de Cruce
Fratrem Ludovicum de Sancta Maria

[Fl. 71 v].

Fratrem Micaelem de Sancta Maria
Fratrem Nicolaum de Trinitate
Fratrem Micaelem de Angelis
Fratrem Eduardum
Fratrem Niculaum
Fratrem Petrum
Fratrem Petrum de Ihesu.

In comventu nostro Elborensi perficimus:
– in priorem Fratrem Gasparem de Regibus
– in conventuales vero:

Fratrem Ioannem de Sancto Ioseph comfessorem et vicarium
<Fratrem Gregorium de Sancta Maria>[196]
Fratrem Ambrosium de Presentatione predicatorem et comfessorem
Fratrem Franciscum de Angelis comfessorem
Fratrem Matheum de Pietate
Fratrem Emanuelem de Resurrectione predicatorem comfessorem
Fratrem Ioannem de Sancto Vincensio predicatorem et comfessorem
Fratrem Amtonium de Sancto Nicolao
Fratrem Ioannem de Spiritu Sancto[197]
Fratrem Emanuelem de Trinitate[198]
Fratrem Didacum de Spiritu Sancto
Fratrem Basilium de Pietate

[Fl. 72]

Fratrem Didacum de Sancta Anna
Fratrem Sebastianum de Conceptione

---

[196] Este nome está entrelinhado e sobreposto ao seguinte, que foi cortado e se apresenta em itálico.
[197] Sobre parte deste nome há um traço bastante leve que não permite saber se houve efectivamente intenção de o cortar.
[198] Este nome foi cortado.

Fratrem Baltesarem de Sancto Augustino
Fratrem Amtonium de Spiritu Sancto

Prophessos:

Fratrem Nicolaum de Sancto Laurentio
Fratrem Emanuelem de Sancta Maria
Fratrem Ignatium de Ihesu
Fratrem Gilhelmum de Sancto Augustino
Fratrem Matheum de Trinitate
Fratrem Didacum de Trinitate
Fratrem Emamuel[*em*] de Spiritu Sancto
Fratrem Nicolaum de Trinitate
Fratrem Christophorum de Asumptione.

In conventu nostro Sanctarenensi perficimus:
– in priorem fratrem Petrum de Villa Viçosa canonice ellectum;
– in conventuales vero:

[Fl. 72 v.]

Fratrem Didacum da Lourinham vicarium et comfessorem
Fratrem Ambrosium de Braga comfesorem
Fratrem Didacum de Turre comfessorem
Fratrem Raphaelem comfessorem
Fratrem Lupum sacristam et comfessorem
Fratrem Petrum de Christo
Fratrem Ioannem de Salvatore predicatorem et comfessorem
Fratrem Martinum de Trinitate
Fratrem Ioannem de Sancta Maria
Fratrem Amtonium Baptista
Fratrem Petrum Sardinha comfessorem
Fratrem <Paulum de Lisboa>[199]
Fratrem *Didacum de Meyjamfrio*[200]/ Paulum de Lisboa
Fratrem Ambrosium de Presemtatione predicatorem et comfessorem

---

[199] Este nome foi escrito à frente do que vem a seguir, em itálico, porque foi riscado.
[200] Foi cortado e substituído por *Paulum de Lisboa.*

Prophesos:

Fratrem Sebastianum de Borba
Fratrem Ludovicum de Sancta Ursula
Fratrem Gabrielem
Fratrem Sebastianum de Ihesu
Fratrem Amtonium de Sancto Micaele.

In comventu nostro de Villa Viciosa perficimus:
– in priorem Fratrem Paulum de Ihesu canonice ellectum
– in conventuales vero:
Fratrem Amdream de Gouvea vicarium et comfessorem

[Fl. 73]

Fratrem Ferdinandum de Campos vicarium monialium comfessorem
Fratrem Georgium do Machial comfessorem
Fratrem Amtonium da Eireyra comfessorem
Fratrem Didacum Cordeiro comfessorem
Fratrem Didacum Fernandez predicatorem et confessorem
Fratrem Franciscum Ferreira comfessorem
Fratrem Franciscum de Ihesu
Fratrem Ioseph de Sancto Salvatore comfessorem
Fratrem Petrum d'Oliveira[201]
Fratrem Amtonium de Trinitate predicatorem et comfessorem[202]
Fratrem Hieronimum de Incarnatione
Fratrem Ioannem de Madalena
Fratrem Thomam <de Sancto Augustino> sacristam
Fratrem Ioannem de Sancto Augustino comfessorem
Fratrem Gregorium de Sancta Maria[203]
Fratrem Emanuelem de Trinitate
Fratrem Amtonium de Santerena[204]
Fratrem Benedictum
Fratrem Amtonium de Paradiso predicatorem et comfessorem

---

[201] A seguir foi cortada a palavra *comfessorem.*
[202] Este nome foi riscado.
[203] Este nome foi cortado.
[204] Foi cortado.

Prophesos:

Fratrem Christophorum de Sancta Maria
Fratrem Franciscum de Cruce
Fratrem Emanuelem de Trinitate[205]
Fratrem Didacum de Anunciatione[206]
Fratrem Ioannem de Sancta Maria laycum

[Fl. 73 v.]

In comventu nostro de Torres Vedras perficimus:
– in priorem Fratrem Franciscum de Resurectione
– in comventuales vero:
Fratrem Georgium de Sancto Augustino vicarium et comfessorem
Fratrem Ioannem Matris Dei predicatorem et comfessorem
Fratrem Petrum de Comceptione sacristam
Fratrem Emanuelem laycum.

In comventu nostro Montis Maioris perficimus:
– in priorem fratrem Dominicum de Trinitate
– in comventuales vero:
Fratrem Didacum de Trinitate vicarium et comfessorem
Fratem Franciscum de Sancto Ioseph
Fratrem Didacum de Sancto Iacobo predicatorem et comfessorem
Fratrem Amtonium Montis Maioris predicatorem et comfessorem
Fratrem Amtonium de Cruce
Fratrem Bartolomeum de Angelis
Fratrem Franciscum de Sancto Paulo sacristam
Fratrem Stephanum de Martiribus.

---

[205] A palavra *Trinitate* foi acrescentada para substituir as de *Sancto Augustino,* que foram cortadas.
[206] A palavra *Anunciatione* substituiu as de *Sancto Ioseph,* que foram cortadas.



Grav. 15 – Igreja do convento da Graça de Montemor-o-Velho

In comventu nostro de Paenafirme dimittimus:
– in priorem Fratrem Amatorem de Sancta Maria
– in comventuales vero:
Fratrem Alexum vicarium et comfessorem
Fratrem Simonem praedicatorem et comfessorem
Fratrem Emanuelem de Borba

[Fl. 74]

Fratrem Petrum Firmum
Fratrem Ioannem Azedo comfessorem
Fratrem Blasium
Fratrem Emanuelem.

In comventu nostro Albi Castri dimittimus:
– in priorem Fratrem Ferdinandum de Sancto Nicolao
– in comventuales vero:
Fratrem Alfomsum de Trinitate vicarium et comfessorem et sacristam
Fratrem Amatorem Dei predicatorem et comfessorem

Fratrem Amdream de Amgelis predicatorem et comfessorem
Fratrem *Paulum de Lisboa*[207] / Didacum de Mosonfrio
Fratrem Emanuelem de Sancto Augustino.
Fratrem Gasparam de Amgelis comfessorem
Fratrem Augustinum.

In comventu nostro de Tavira preficimus:
- in priorem Fratrem Amtonium de Passione;
- in comventuales vero:

Fratrem Ioannem de Christo vicarium et confessorem
Fratrem Petrum de Villa Viçosa procuratorem et confessorem
Fratrem Augustinum
Fratrem Amtonium de Sancta Maria sancristam et confessorem

[Fl. 74 v.]

Fratrem Ioannem de Ihesu predicatorem et comfessorem
Fratrem Thomam Trigueiro
Fratrem Blasium laicum.

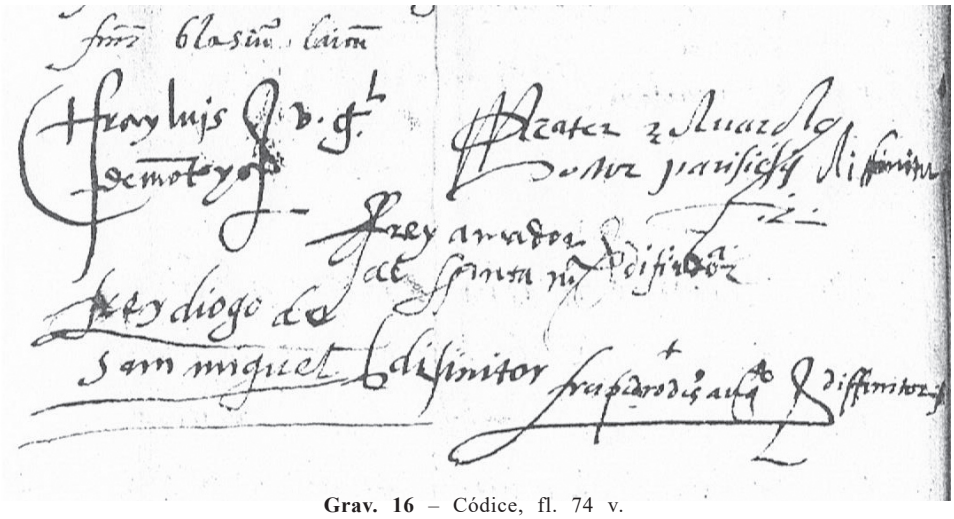
(*Assinam*):

Fray Luis
de Montoya, Vigario Geral *Frater Eduardus*
Doctor Parisiciis, Diffinitor

Frey Amador
de Santa Maria, Difinidor

Frey Diogo de
Sam Miguel, Difinitor Frei Pedro de Santo Augustinho, Diffinitor

[207] Foi cortado e substituído por *Didacum de Mosonfrio*, escrito a seguir.



Grav. 16 – Códice, fl. 74 v.

Hos defunctos que falecerão este bienio são os seguintes:

Em Lixboa:

O P^e^. Frey Belchior de Lixboa
O P^e^ Frey Bertino
O P^e^ . Frey Rodrigo
O P^e^ . Frey Johão de Sancta Anna
Frey Johão das Chagas.

Em Coimbra:

O P.^e^ Frey Pedro do Ceo
Frey Symão.

[Fl. 75]

Em Evora

O P.^e^ Fray Jorge de Sancto Estevão
Frey Manoel de Ihesu.

Em Villa Viçosa

O P.e Frey Afonso Ruivano.

Em Castello Branquo

O P.e Frey Amtão de Sancta Justa
O P.e Frey Dioguo de Santo Estevam
O P.e Frey Francisco de Guimarães.

Em Penafirme

Frey Dioguo leygo.

(Assinam):

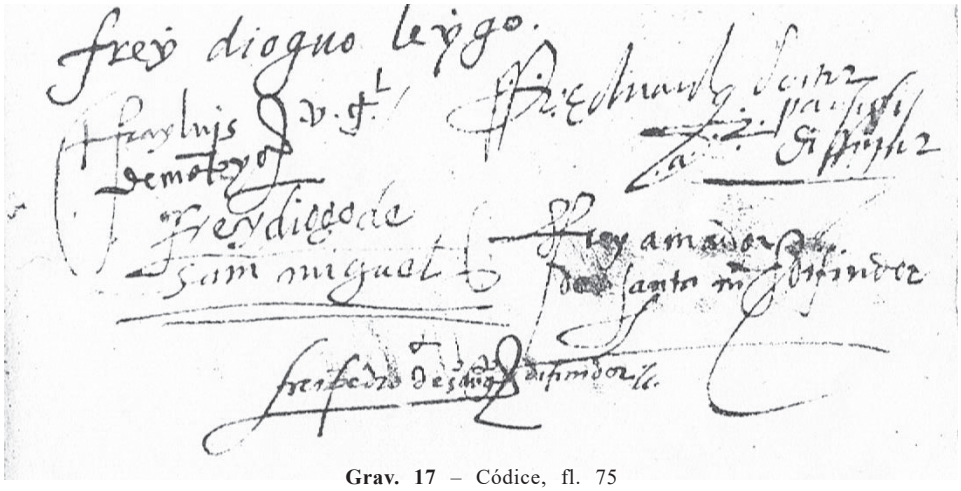
Fray Luis de Montoya, Vigario Geral

Frater Eduardus, Doctor Parisiis, Diffinitor

Frey Diogo de Sam Miguel, Difinitor

Frey Amador de Santa Maria, Difinidor

Frei Pedro de Santo Augustinho, Diffinitor.



Grav. 17 – Códice, fl. 75

[Fl. 75 v a 76 v., *em branco*]

[Fl. 77, *em posição vertical, de baixo para cima*]:

– «Acta Capituli Generalis 1562».

[Fl. 77 v., *em branco*]

[Fl. 78]

N.º 11

1562 – Trento

Determinações do Padre Geral dos Eremitas de Santo Agostinho, Frei Cristóvão de Pádua (Patavino), datadas de Trento, em 23 de Abril de 1562, procurando estabelecer uniformidade na vida comunitária dos conventos da Ordem.

Frater Christophorus Patavinus, Ordinis Eremitarum Sancti Augustini, Prior Generalis Indignus, venerabiles et nobiles in Christo dilecti salutem.

In primis divinum cultum die noctuque multum fervere volumus, neminemque in divino officio presertim ab horis omnibus in mane et vesperis exemplum esse statuimus, iis tamen actualiter legentibus, vel predicantibus exceptis, cuiuscunque gradus ac dignitatis fuerint, nisi gravis senectus impendiret. In medio vero versum psalmorum tam legendo, quam cantando debita pausa seu punctus fiat. Post quoque missa maiorem semper antiphona *Ave Regina coelorum* cantetur. Sacerdos vero ante altare orationem *Gratiam tuam quaesumus Domine*, etc. dicat. Debite etiam genuflexiones, et profunde ad *Gloria Patri* et aliis temporibus, inclinationes, similiter ab omnibus fiant.

Nemo ad sacristiam nisi cum cappa nigra accedere presumat. Nullusque etiam in mane ad *eandem* se conferat, nisi ad sacra facienda vocatus fuerit in qua ***v***itentur perpetuo a fratribus servari se nec diem divinis incumbitur sacrificiis per ipsa deambulationes et colloquia cum secularibus fieri statuimus et interius sacrista similiter nunquam in mane sine habitu nigro vadat et in vesperis etiam diebus festis.

Ad celebrandas missas omnes in tabula signentur, ac legantur, et si quis impeditus fuerit, quo minus suo loco missa dicere possit, alius post ipsum sequens celebret.

Per ecclesiam, cum portam eiusdem aperte fuerint, nullus spaciari

[Fl.78 v.]

audeat nec ulli per eandem, cum extra monasterium profecturus sit, ingredi, vel egredi fas sit, sub poena unius disciplinam pro prima vice, pro secunda a conventu expellatur.

Diebus festis, nulli, neque venerabiles magistri monasterium exeant regul*ariter.*

Post prandium omnes ad ecclesiam ex refectorio pro gratiis Deo agendis se conferant. Venerabiles vero magistri in titulo mense una cum venerabile priore concordent, nam in regulis alicuius mense nisi quis ipsorum Provincialis fuerit quam etiam in refectorio in capite alicuius mense comedere volumus.

Cum mulieribus nemo loqui in ecclesia extra confessionem presumat. Et qui cum mulieribus sub specie confessionis loqui presumpserit, nisi ille bone sint fame pro suspectis et irreligiosis haberi ac etiam puniri posse volumus

Cum pulsatur divinum officium presertim diebus festis hora vesperarum, omnes in sacristia congregari volumus, et cum ultimum signi pulsari ceperit, fratres bini et bini ad chorum accedant, quo finito, videlicet officio, bini et bini quoque discedant statim ad cameras suas vadant, neque mora in ecclesia, vel in claustruo cum secularibus *trahant.*

Fratres cum secularibus nimiam familiaritatem habere nolumus, nisi admodum graves persone fuerint. Nimia enim familiaritas (*uti probe nossis*) (?)[208] contempum, si secus expellatur a conventu, neque in civitate commorari patiantur.

Revelantes secreta conventus ac fratrum unde nota ac scandalum seu periculum conventui pervenire possit in perdam gravissime culpe adiudicamus, cum tamen de re clare constiterit vel vehemens suspitio fuerit. Si etiam de hoc quis vel de aliis criminibus vehementer suspectus quis fuerit Venerabilis Prior mox a conventu abiiciat et nos certiores reddat.

Clausura perpetuo servetur, neque seculares dormitorium

[208] Palavra que o estado do suporte não permite ler

[Fl. 79]

ingredi permittatur, neque in secundum inclaustrum. Qui vero vocati fuerint, ad primum inclaustrum accedant, nisi nobiles persone sint quibus id negari non possit. Porta secumdo inclaustrum clausa maneat.

Infirmorum maxima curam haberi decernimus. Omnia que medicus illis danda esse pro illorum sanitate recuperanda censuerit, ordinaveritque dari volumus.

Infirmariusque aliquis sit vir religiosus, ac timens Deum, patiens, et misericors, qui multa charitate illis inserviat. Quos infirmos per vices fratres ipsi visitent, ac consolent. Quos si gravius egrotare ceperint, ad consideracionem, reliquis omnibus aliis postpositis de salute sua adhortentur. Quos de bonis sibi ad usum concessis nequaquam disponere, quemadmodum vere non possunt, districte mandamus conscientiarumque illorum oneramus. Si quid cupiunt, beneplacito nostro vel successorum faciendum, et patrum sui conventus relinquatur alioquin nihil quod, quantum in se est, decreverit admittemus.

Die Mercurii carnes nequaquam comedantur.

Camiseis ita aptentur, ut nulla in parte, a secularibus videri possint et super hoc Venerabilis Prior invigilet.

Biretum per civitatem, neque in ecclesia, seu choro deferre nemo presumat. Biretum quoque ex pano lineo nemo in loco publico conventus deferre presumat, neque cum planettis extra conventus exire fratres permittimus, sed cum eis *provisione* fuerit, planetis amplius non utentur.

Exacta pecunia omnis a procuratore in deposito asservetur, neque apud ipsum remanere volumus, sed a depositariis cum opus fuerit, debita cautione ei dari statuimus.

Fratres per civitatem nisi semel in ebdomada ire permittantur, socio ad beneplacitum Venerabilis Prioris designato. benedictione eundo et

[Fl. 79 v.]

redeundo accepta, socii etiam qui cum Venerabilibus Magistris ituri sunt quoque eundo, et redeundo benedictionem accipiant.

In sero silentium certo tempore pulsetur, cum pulsato, commemoratio tam vivorum quam mortuorum fiat, sicuti Rome et alibi fieri consuevit. Tresque pulsato silentio ad suas camaras se recipiant.

Novitiorum et professorum diligentem curam haberi a Venerabili Priore cupimus, qui ea etate ad illicita proni sunt et propensi, freno propterea indigere illos scimus.

Magistum gramatices habeatur et cantus firmi, qui tamen non minus illos optimis moribus exortari quam bonis artibus imbui studeat.

Nolumus, preterea, illos per civitatem discurrere, sed a parentibus que sibi necessaria sunt ad conventum eis deferri.

Qui etiam nisi boni sint in dotis non recipiantur ad ordinem. Quas a conventu vestimenta habere decernimus, nisi cum pacto reccipiantur, que a parentibus vestiantur.

Stipendia pro officiis que exercuerint fratres nulla dare volumus, sed victu et vestitu dumtaxat contentos esse decernimus, quin tamen labore *suore aliqua talia* habeatur in aliquo vestimento illis copiosius tribuendo quam aliis non repugnamus, quin potius laudamus probamusque.

Advenis fratribus presertim iunioribus tocius ad eundum per civitatem detur, neque non solos ire et vagari per civitatem placet, quod absque scandalo et secularium murmuratione[209] fieri non posset, si tamen illos nulla negotia in scivitate habere certo sit, ire non permittantur, sed ad officium divinum et missa celebrandam cogi illos volumus, alioquin nihil habeant a conventu. In civitateque illi manere non permittatur, nec quicque faciant que Ordini scandalum futurum sit.

Fratres diebus festis omnibus horis dicendis in choro cum cappa nigra

[Fl. 80]

etiam ad completorium vadant.

Confessiones mulierum nisi graviores Patres audiant, non iuniores, Venerabilis Prior circa hoc maximam diligentam adhibeat.

Claves horrei, sive farine due sint, quarum unam teneat Venerabilis Pater, alteram vero alius pater de familia. Similiter olei, salis, carnis porcine, et casei due sint.

Quilibet claves comunes porte dormitorii et secundi claustri habeat.

Barbam nemo, exceptis Venerabilibus Magistris deferat.

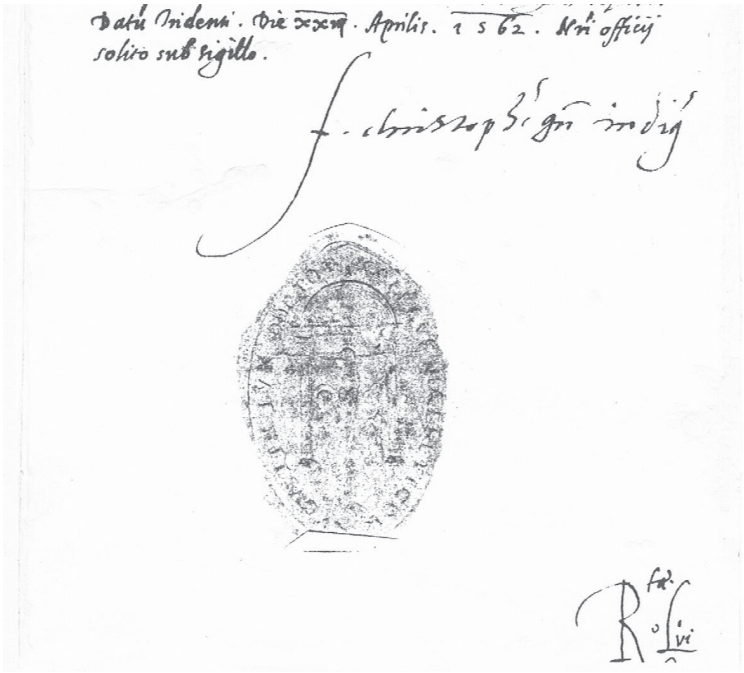
Datum Tridenti, die XXIII Aprilis 1562. Nostri officii solito sub sigillo.

---

[209] Leitura duvidosa, atendendo ao estado do suporte.

Frater Christophorus, Generalis Indignus.

(*Selo de chapa*) R^ta^ *L.º VI.º*.
(*Fac-simile da data e da assinatura*):



Grav. 18 – Códice, fl. 80.

[Fl. 80 v. até à 83 v., *em branco*]

[Fl 84]

N.º 12

1564 – Lisboa

Actas do capítulo celebrado no convento da Senhora da Graça, de Lisboa, no quarto domingo depois da Páscoa,de 1564, que, na sua brevidade, se fazem eco das determinações enviadas de Trento pelo Padre Geral, transcritas no número precedente (N.º 11).

In nomine Domini nostri Jesu Christi benedicti. Amen

Em o capitolo provincial que se celebrou em Nosa Senhora de Graça de Lisboa *a dominica 4 post pascha* ano Domini 1564 presidio o Reverendo padre frey Luis de Montoya Vigairo geral de noso padre S. Augustinho em esta provincia de Portugal por o Reverendissimo padre noso geral frey Cristovam Patavino e foram elegidos por difnidores os reverendos padres o padre mestre Duarte *doctor parisiensis* e o padre frey Amador de Sancta Maria e o padre Frey Pedro de Vila Viçosa e o padre Frey Joam do Salvador, os quais todos juntos de comum parecer determinaram as cousas seguintes:

– Primeyramente declaramos que nam he nosa imtenção ordenar cousa algũa contraira a determinação da Santa Madre Igreya nem contra os statutos do noso Padre geral.

Vimos as actas do capitulo passado e parecerão nos bem e mandamos que se guardem.

Item ordenamos que os theologuos e estudantes que sayrão fora do studo por espaço de tres annos primeyros em todas as cousas se ajam como os conventuais da casa onde estiverem asi em os oficios da tavoa como serviço do coro salvo se lhes mandarem pregar porque os tais a somana que pregarem iram somente a missa maior salvo se ao prior parecer que se deve em algũa cousa moderar em as casas grandes porque em as casas pequenas ninhũa exençaao devem ter os pregadores.

[Fol. 84 v.]

Item noso Padre Geral fez hum apontamento em esta forma:

– *«Cum ordinis decus et ornamentum in tribus precipue personarum generibus consistat predicatorum confessorum et simplicium sacerdotum mandamus ut ad duos primos gradus nemo assumatur nisi per diffinitores capituli provincialis. Et persone que ad hec Sancta exercenda officia promoventur sint vite honeste et inculpate et doctrina suficientes ne ludibrio simus populo qui a nobis pasci verbo vite et veritate spectat»* polo qual todos os nosos religiosos procurem viver bem e ser muito humildes obedientes devotos e recolhydos sabendo que os que ham dado ou daqui endiante derem mao exemplo ou scandalo com sua vida e custumes nam serao promovidos a comfessores nem pregadores e se ho forem seram privados desta dignidade e oficio.

Item os religiosos estudantes que forem inquietos ou negrigentes ou de maos custumes queremos que seyam privados do estudo especialmente em 4 casos o primeiro: se forem soberbos ou reveis a seu perlado ou a seu mestre tendo lhes pouca reverencia e acatamento o 2º se nam guardam a honestidade e recolhimento quando vam e vem ou stam em a lição da theologia a qual hao de ir e star e vir juntos e recolhydos e calados e atentos como servos de Deus, o 3º se tiverem particulares amistadinhas ou familiar e demasiada conversaçao hum com outro, o 4º se por negrigencia nam tiverem conclusões ou nam repetirem as lições em seus tempos como sta ordenado o religioso que for comprendido em algum destes 4 casos sera amoestado corrigido e castigado por seu perlado e por seu mestre a primeyra e 2ª vez, e se parecer que nao se emenda a 3ª vez, tirem-lhe os livros e nam ho dexem ir a lição mas ocupem no em os outros oficios do convento e se com isto nao se emendar e humildar dada conta ao superior muda lo am daquele convento e lhe tirarão de todo o estudo.

[Fl. 85]

Muitos nos ham pedido estudo de artes e theologia e ainda que deseyamos conceder a todos o que nos pedem nam ay oportunidade para isso rogamos muito a todos os nosos religiosos que se acordem que nam vierão a religiam a estudar letras senam a aprender virtudes e a servir ao Senhor Deus em ho que lhes a obediencia mandasse, façam todos ao que vierão temam e amem muito ao Senhor Deus e ocupem-se em as obediencias que lhes mandam e em outros excercisios Santos de oração e de virtude e com isto se contentem que abasta para salvar as sus almas e o estudo dar se a quando aja oportunidade pera isso aos que parecer que podem aproveytar em as virtudes com as letras.

Item rogamos muito aos padres priores que em seus conventos façam ler hum dia na somana em o refertorio as constituições e as actas e o ordinario e trabalhem muito per guardallas e fazellas guardar.

Item mandamos que as chaves da portaria e as da Igreja seyam dadas ao padre prior ou ao padre vigairo do convento todos os dias a noyte.

(*O resto da página ficou em branco*).

[Fol 85. v, *em branco*].

[Fol. 86

Provisiones conventuum:

In conventu nostro Lisbonensi dimittimus:
– in priorem patrem fratrem Ludovicum de Montoya canonice electum;
– in conventuales vero:

Patrem fratrem Jacobum de S. Michaele vicarium predicatorem et confessorem
Magistratum Eduardum predicatorem et confessorem
Magistratum Fratrem Sebastianum Toscanum confessorem et predicatorem
Fratrem Andream Torneyro confessorem
Fratrem Petrum de Vila Viçosa predicatorem et confessorem
Fratrem Didacum de Lourinham confessorem
Fratrem Antonium de S. Chrisphoro
Fratrem Petrum de Plagis confessorem
Fratrem Leonardum de Angelis sacristam et confessorem
Fratrem Gondisalvuum confessorem
Fratrem Antonium de São Petro
Fratrem Petrum de S. Augustino predicatorem et confessorem
Fratrem Petrum Firmum confessorem
Fratrem Iohanem de S. Joseph magistrum noviciorum et confessorem
Fratrem Antonium de Montemor predicatorem et confessorem
Fratrem Andream de Angelis predicatorem et confessorem
Fratrem Johanem de Sancta Maria
Fratrem Andream de Conceptione
Fratrem Thomam de Jesu predicatorem et confessorem
Fratrem Antonium de S. Vincentio confessorem

[Fol 86 v.]

Fratrem Antonium d'Azeytão confessorem
Fratrem Blasium confessorem
Fratrem Emanuelem de S. Augustino

Fratrem Fratrem Antonium de S. Stephano
Fratrem Antonium de Paradiso predicatorem et confessorem
Fratrem Laurentium de Conceptione
Fratrem Antonium de Salvatore
Fratrem Filipum de S. Michaele
Fratrem Johanem de Jesu predicatorem et confessorem
Fratrem Franciscum de Resurrectione predicatorem et confessorem et procuratorem provintie
Fratrem Johanem de Christo confessorem
Fratrem Christophorum de Jesu
Fratrem Alvarum de Conceptione
Fratrem Iheronimum de Cruce[210]
Fratrem Simplicianum de Jesu
Fratrem Antonium de Purificatione
Fratrem Sebastianum de Conceptione
Fratrem Martinum de S Augustino
Fratrem Antonium de Incarnatione
Fratrem Cromatium (*sic*) de Angelis
Fratrem Petrum de Salvatore
Fratrem Johanem de Plagis
Fratrem Antonium de Gratia
Fratrem Emanuelem de Bragua
Fratrem Emanuelem de Angelis
Fratrem Didacum de Spiritu Sancto

[Fol. 87]

Fratrem Alfonsum de Aldea Grande
Fratrem Gregorium de Lixboa
Fratrem Iheronimum de Sancta Maria
Fratrem Ludovicum de Trinitate
Fratrem Gasparem de S. Monica
Fratrem Marcum de Trinitate
Fratrem Simonem de Trinitate
Fratrem Michaelem de Sancta Maria[211]
Fratrem Emanuelem de Spiritu Sancto / Fratrem Petrum de S. Ana
Fratrem Damianum de S. Catherina

---

[210] Este nome foi cortado.
[211] Este nome está cortado.

Fratrem Marcum de Gratia
Fratrem Maximum de Visitatione
Fratrem Gondisalvum de Cruce
Fratrem Paulum de Purificatione
Fratrem Hilarium de Jesu
Fratrem Petrum de Gratia
Fratrem Cosmam de Presentatione
Fratrem Emanuelem de Conceptione
Fratrem Antonium de Ascentione
Fratrem Antonium de Sancta Maria
Fratrem Gondisalvum de Sancta Maria
Fratrem Constantinum de Presentatione
Fratrem Urbanum de Transfixione
Fratrem Ludovicum de Anuntiatione
Fratrem Nicolaum de Trinitate Pietate
Fratrem Simonem de S. Johane
Fratrem Georgium de Sancta Maria
Fratrem Simonem de Conceptione
Fratri Ignatium Trinitate

[Fol 87 v.]

In conventu nostro Coninbricensi perficimus:
– in priorem patrem Fratrem Gasparem de Regibus canonice electum;
– in conventuales vero:

Fratrem Michaelem de Sanctis vicarium predicatorem et confessorem
Magistrum Fratrem Franciscum de Christo predicatorem et confessorem
Fratrem Antonium de Jesu predicatorem et confessorem
Fratrem Nunium confessorem
Fratrem Georgium de Santiaguo procuratorem
Fratrem Amatorem Dei confessorem et predicatorem
Fratrem Augustinum de Trinitate confessorem et predicatorem
Fratrem Petrum de Purificatione
Fratrem Franciscum Matris Dei
Fratrem Georgium de Resurrectione
Fratrem Deodatum de S. Augustino
Fratrem Franciscum de Jesu

Fratrem Emanuelem de Cruce
Fratrem Didacum de Conceptione
Fratrem Dominicum de Sancta Maria
Fratrem Melchiorem de Conceptione
Fratrem Ludovicum de Cruce sacristam
Fratrem Gasparem de Angelis
Fratrem Alexium de Cruce
Fratrem Andream de Braaga confessorem
Fratrem Egidium de Presentatione
Fratrem Ludovicum de S. Augustino
Fratrem Antonium de Cruce
Fratrem Eduardum de Sancto Iohane
Fratrem Christoforum de Gratia

[Fol. 88]

Fratrem Emanuelem de Asumptione
Fratrem Petrum de Jesu
Fratrem Iheronimum Elborensem
Fratrem Melchiorem de Cruce
Fratrem Petrum de Sancta Maria laicum
Fratrem Christophorum de Cruce
Fratrem Ludovicum de Spiritu Sancto
Fratrem Athanasium de Cruce

In conventu nostro Elborensi perficimus:
– in priorem fratrem Ludovicum Matris Dei;
– in conventuales vero:
Fratrem Johanem Baptistam vicarium et confessorem
Fratrem Gregorium de Sancta Maria confessorem
Fratrem Franciscum de Angelis confessorem
Fratrem Dominicum de Trinitate predicatorem et confessorem
Fratrem Simonem de Jesu predicatorem et confessorem
Fratrem Didacum de S. Jacobo
Fratrem Matheum de Pietate confessorem
Fratrem Antonium de S. Nicolao
Fratrem Balthasarum de S. Augustino sacristam
Fratrem Emanuelem de Spiritu Sancto

[Fol 88 v.]

Fratrem Antonium Baptistam
Fratrem Emanuelem de Regibus
Fratrem Gasparem de Spiritu Sancto
Fratrem Rodericum de Trinitate
Fratrem Stephanum de <*Jesu*>[212]
Fratrem Didacum de Asumptione
Fratrem Dominicum de Ascentione
Fratrem Anselmum de Paradiso
Fratrem Joseph
Fratrem Chrisphorum de Asumptione

In conventum nostro Santarenensi dimittimus:
- in priorem Fratrem Johanem Salvatorem canonice electum;
- in conventuales vero:

Fratrem Didacum de Trinitate vicarium et confessorem
Fratrem Lupum sacristam confessorem
Fratrem Emanuelem de Borba
Fratrem Didacum de Turri confessorem
Fratrem Petrum de Christo
Fratrem Antonium de Passione predicatorem et confessorem
Fratrem Petrum Sardinha
Fratrem Johanem de S. Vicentio predicatorem et confessorem
Fratrem Tomam de S. Augustino
Fratrem Antonium de Spiritu Sancto
Fratrem Ludovicum de S. Ursula
Fratrem Franciscum de S. Monica

[Fol. 89]

Fratrem Sebastianum de Borba
Fratrem Didacum de Salvatore
Fratrem Antonium de S. Michaele
Fratrem Ignatium de Trinitate
Fratrem Nicolaum de Trinitate

---

[212] Sobreposto a outro denominativo que foi cortado e é ilegível.

In conventu nostro de Vila Viçosa dimittimus:
– in priorem fratrem Paulum de Jesu canonice electum;
– in conventuales vero:
Fratrem Andream Gouvea vicarium et confessorem
Fratrem Ferdinandum de Campos vicarium monialium et confessorem
Fratrem Petrum de Vila Viçosa confessorem
Fratrem Didacum Cordeyro confessorem
Fratrem Antonium da Ereyra confessorem
Fratrem Benedictum
Fratrem Johanem de S. Augustino confessorem
Fratrem Franciscum de Jesu
Fratrem Gasparem de Salvatore
Fratrem Didacum de Meyanfrio
Fratrem Augustinum de Jesu predicatorem
Fratrem Christophorum de Sancta Maria
Fratrem Martinum de Trinitate sacristam
Fratrem Guillelmum de S. Augustino

[Fol 89 v.]

Fratrem Antonium de Cruce[213]
Fratrem Bartolomeum de S. Augustino
Fratrem Josephh de Spiritu Sancto
fratrem Gasparem de Gratia
Fratrem Nicolaum de Trinitate
Fratrem Emanuelem de Trinitate
Fratrem Gabrielem de Sancta Maria
Fratrem Martialem
Fratrem Valerium de Sancta Anna.

In conventum nostro de Torres Vedras perficimus:
– in priorem fratrem Georgium de S Augustino;
– in conventuales vero:
Fratrem Johanem Matris Dei vicarium et predicatorem et confessorem
Fratrem Gasparem de Cruce

[213] No início da linha seguinte, antes de *Fratrem Bartolomeum*, foi cortado um nome que ficou completamente ilegível.

Fratrem Johanem de Passione predicatorem
Fratrem Dionisium de Jesu sacristam et predicatorem
Fratrem Emanuelem de S. Petro.



Grav. 19 – Igreja e convento da Sra. da Graça de Torrres Vedras

In conventu nostro de Montemor perficimus:
– in priorem fratrem Sebastianum de Cruce canonice electum;
– in conventuales vero:
Fratrem Antonium de S. Maria vicarium et confessorem
Fratrem Franciscum de S. Joseph
Fratrem Iheronimum de Incarnatione

[Fol. 90]

Fratrem Franciscum de Cruce
Fratrem Johanem de Spiritu Sancto
Fratrem Antonium de Trinitate
Fratrem Johanem de Magdalena sacristam
Fratrem Petrum de Conceptione
Fratrem Stephanum de Martiribus
Fratrem Simonem de Sancta Maria.

In conventu nostro de Penafirme perficimus:
– in priorem fratrem Ambrosium de Presentatione;
– in conventuales vero:
Fratrem Amatorem de S. Maria vicarium et confessorem
Fratrem Alexium confessorem
Fratrem Antonium Cordeyro
Fratrem Josephhum de Salvatore
Fratrem Emanuelem de Plagis
Fratrem Franciscum de Veyros
Fratrem Johanes de Gratia.

In conventum nostro de Castelo Branco dimittimus:
– in priorem fratrem Ferdinandum de S. Nicolao canonice electum;
– in conventuales vero:
Fratrem Ilefonsum de Trinitate vicarium et confessorem
Fratrem Franciscum de Trinitate sacristam et confessorem
Fratrem Emanuelem de Resurrectione predicatorem et confessorem

[Fol. 90 v.]

Fratrem.....[214]
Fratrem Gasparem de Christo predicatorem
Fratrem Emanuelem de Sancta Maria
Fratrem Emanuelem de S. Caterina
Fratrem.....[215]
Fratrem Basilium de Pietate

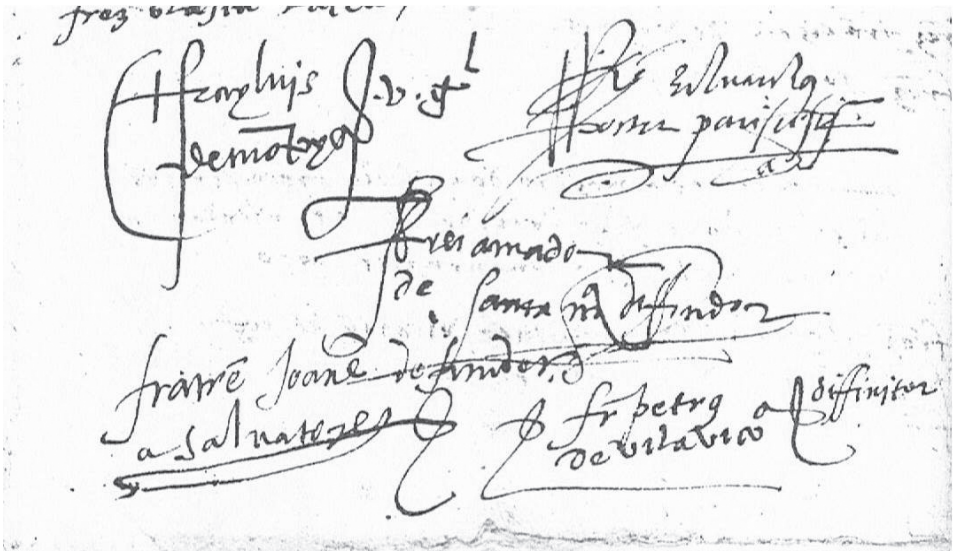
In conventu nostro de Tavilla perficimus:
– in priorem fratrem Emanuelem de Jesu;
– in conventuales vero:
Fratrem Augustinum de Gratia vicarium et confessorem
Fratrem Didacum de Sancta Ana sacristam
Fratrem Augustinum de Spiritu Sancto
Fratrem Nicolaum de Sancto Laurentio
Fratrem Matheum
Fratrem Emanuelem de Christo
Fratrem Blasium laicum

(Assinam):

Fray Luis
de Montoya, Vigario Geral. *Frater Eduardus*
Doctor Parisiisis (sic), Diffinitor
Frei Amador
de Santa Maria, Diffinidor

Fratrem Joanem *Frater Petrus*
a Salvatore, Definitor *de Vila Viçosa, Diffinitor*

[214] O nome foi cortado e ficou ilegível.
[215] O nome foi cortado e ficou ilegível.



Grav. 20 – Códice, fl. 90 v.

[Fl. 91 até à 94, *em branco*].

[Fl 94 v.]:

«Acta capituli anni Domini 1564».

[Fl. 95]

O capitulo

Cartas e patentes de Religiosos

Gracianos

Historia

570

[Fol. 95 v.]

Actas do Capitulo Perovincial que se celebrou no Convento de Villa Viçosa o anno de 1570

Actas de Villa Viçosa

P

Alma Redemptoris Mater
Quasi pupillam aquille

M

Pax
Christi

Q[u]*adernos (?)*

Imago Caesaris
et illa gratia

[Fl. 96]

N.º 13

1570 – Vila Viçosa

Actas do capítulo provincial, reunido no convento de Santo Agostinho de Vila Viçosa, em 1570, que, além dos aspectos litúrgicos, culturais e disciplinares a observar em todos os conventos portugueses, elegeu como provincial Frei Agostinho de Jesus, cujo prestígio era bem conhecido em Roma, tendo sido enviado como visitador aos conventos da Ordem na Alemanha

In nomine Domini Nostri Iesu Christi benedicti. Amen.

Em o capitulo provincial que se celebrou <o convento de> Santo Agostinho de Villa Viçosa o anno de 1570[216] no qual pello padre reverendissimo Mestre Thadeu Perusino vigayro geral da Ordem <do nosso padre Santo Agustinho> presidio o muito reverendo padre Frey Pedro de Santo Agostinho, foy eleyto em provincial o muito reverendo padre Frey Agostinho de Jesus e em definidores os muito reverendos padres Mestre Frey Sebastião Toscano Frey Pedro de Villa Viçosa Frey Diogo de São Miguel[217] e Frey Antonio da

[216] Imediatamente a seguir estão cortadas as palavras: *se determinou e.*
[217] A seguir foi cortado um nome que ficou elegível.

Paixão, os quais todos juntos em o definitorio de comum consentimento[218] determinarão que se vissem todas as actas dos nossos capitulos passados e revogando algũas que jaa não servião as copilarão nesta forma:

1 – Ordenamos que todos os religiosos desta provincia rezem conforme ao calendayro que se fara cada capitulo.

2 – Ordenamos que todas as quintas feiras do anno rezemos do Santissimo Sacramento se não cair em tal dia algũa festa solene que não convenha mudar de seu lugar.

3 – Por evitar controversias que custuma haver em alguns conventos acerca do rezar o officio menor de Nossa Senhora nas oitavas de Todos os Sanctos e d'Ancensão de Christo Nosso Senhor declaramos que se não reze jaa que são solenes.

Tambem declaramos que não são d'obrigação as laudes do Avento salvo quando as ha proprias e que se não digão as do Psalmista salvo no sabado do *Expectetur.*

[Fl. 96 v.]

Mandamos que daqui em diante em lugar dos suffragios de vesperas e matinas que acustumamos a dizer se digão as antiphonas *Alma Dei Genitrix* e o *Flos virginum* com seu verso e oração.

Item mandamos que aos sabbados quando se faz da Virgem Nossa Senhora[219] se não diga <o oficio menor> no coro posto que seja semedobre.

Ordemamos que todas as quintas feiras de *Lavapees* acabada a missa se faça procissão solene pella igreja ou crasta, e que leve a cruz outro religioso e não o subdiacono e isto queremos que se guarde nas outras procissões.

---

[218] A seguir foram cortadas três ou quatro palavras, que ficaram ilegíveis.
[219] A seguir está cortado: *o offício menor*.



Grav. 21 – Igreja da Graça de Vila Viçosa.
(*Ver também grav. 24*).

Ordenamos que se fação as procissões das ladainhas de Maio pellas crastas dos nossos conventos acabada a missa do dia e asi <mesmo> dia do Anjo Custodio e dia da Visitação se fara procissão.

Ordenamos que quando em o Evangelho de São João se diz *Verbum caro factum est,* e no de São Matheus *Ei procidentes adoraverunt eum* todos nos ponhamos de giolhos e o mesmo fazemos ao *Gratias agamus* e ao *Homo factus est* e as *Ave Marias* aynda que seja em tempo de Pascoa.

Item ordenamos que se diga *Credo* em a festa de Todos os Santos e em as festas *Domini Sabaoth* como são a das Chagas e a do *Nome de Jesu* na qual se dira o praefacio do Natal, e em os hymnos *Gloria tibi Domine qui natus etc.*

Ordenamos que sejão dias de comunhão a todos nossos religiosos a 4ª dominga da Quaresma e dia de Santiago o Maior e dia da Conceição.

[Fl. 97]

Item ordenamos por devoção do Santissimo Sacramento que todos os religiosos desta provincia jejuem a vigila da festa de *Corpus Christi* como qualquer outro jejum.

Item ordenamos que em os nossos capitulos provinciaes se assignem os pregadores e confessores asi que nenhum religioso pregue nem confesse sem especial licença dos padres provincial e definidores.

Item os confessores dos seculares que não terão menos de 30 anos de ydade sejão examinados da sufi[*cientia*][220] e aprovados em seus custumes e vida louvavel e porque os doens cegão os juizes pera que nossos confessores possão livremente dizer a verdade aos penitentes que com elles se confessão mandamos que não lhe peção nada nem recebão de nimguem dinheiro pera si nem pera outrem nem pera fazer esmolas nem aynda restituições secretas salvo se detnro de 24 horas o entregarem ao prior que o goarde no deposito, pera o restituir <a seu dono> com sua licença e authoridade.

Item mandamos que não se de estudo de Artes nem de Theologia aos religiosos se não forem virtuosos e de bons custumes e habiles pera o estudo e que tenhão tres anos cumpridos depois de professos e que sejão examinados da *sufficientia* por tres examinadores ajuramentados.

Item mandamos que os estudantes que se achar que não são humildes pacificos quietos virtuosos sejão privados do estudo.

[Fl. 97 v.]

Ordenamos e mandamos que no nosso colegio de Coymbra aya hum regente[221] que ordene todas as cousas do estudo com parecer do padre prior que asente o que se lee e como e veja as questões que se sustentão nas conclusões e não passe opiniões[222] escandalosas nem muito singulares ao menos em materias perigosas nem consinta que se leão questões sem proveyto.

---

220 Esta palavra, de que, no texto, constam apenas as duas primeiras sílabas, foi reconstituída a partir da mesma palavra que se encontra, por extenso, um pouco mais abaixo na mesma página.

221 A seguir estão cortadas as palavras: *dos estudos.*

222 Segue-se, cortada, a palavra *erroneas ou.*

Item mandamos que os estudantes d'artes <sejão> examinados <no fim do primeyro anno pouco mais ou menos> pello prior regente e seu leytor os quaes serão obrigados em virtude e merito de santa obediencia (jurando primeyro de falar verdade) <a> avisar o padre provincial de qualquer delles que não ouver sperança de poder aproveytar ao diante pera que seja tirado do estudo.

Assi mais mandamos que os que ficarem no studo não vão a Theologia sem primeyro serem examinados publicamente por tres examinadores, o qual exame se faraa ordinariamente acabante de ouvirem toda a Logica e 4 livros de physicos ao qual exame se acharão presentes o prior regente e leitor os quaes jurando de fallar verdade serão obrigados em virtude e merito de santa obedientia a avisar o provincial dos que devem[223] ser excluidos por insufficientes.

Item ordenamos que os theologos que sayrem do estudo por espaço dos tres anos primeyros se ajão em todas as cousas como qualquer dos conventuaes da casa onde os assinarem asi em os officios da taboa como em seguir o coro, salvo a somana que pregarem; podera contudo o prior dispensar com elles algũas horas nas casas

[Fl. 98]

grandes, porque nas pequenas nenhuum queremos que seja escuso do choro.

Item stricte mandamos que não se dee licença a nenhuum religioso senão com grande necessidade pera yr fora aos dias de goarda.

Rogamos muito aos padres priores que tirem em seus conventos quanto puderem as hospedarias de leigos ainda que sejão parentes dos frades pelo derramamento que day se acustuma a seguir e se for possivel não passem estas hospedarias de oyto dias.

Item ordenamos que os homiziados não sejão recebidos em nossos mosteiros por mais spaço de hum dia natural que são vinte e quatro horas salvo se for pessoa de muyta obrigação que podera estar oito dias ao mais.

Item ordenamos que os definidores e os que se achão na mesa do difinitorio sejão obrigados a goardar summo segredo de tudo o que ay se trata e se de alguum se achar o contrario (o que Deus

[223] A seguir está cortada a preposição *de*.

não queyra) seja privado por cinco anos de voz passiva pera definidor e seja encarcerado por hum mes. E por mais segurança tomem todos juramento.

Item por evitar os inconvenientres que soem acontecer nos conventos emquanto o capitulo provincial se celebra ordenamos e mandamos que os superiores que em este tempo ficão em os conventos não se antremetão em comprar nem vender trigo vinho ou azeite ou outras cousas do convento antes acerca disto goardem os apontamentos

[Fl. 98 v.]

que o prior lhes deixar. E o superior que contra isto fizer padecera a pena da mais grave culpa por hum mes.

Item ordenamos que os discretos de nossos conventos que vem ao capitulo ou os priores dos conventos que não tem discretos tragão hum rol assinado por o superior e depositarios dos bens que ficão em o mosteiro, *convem a saber,* trigo vinho azeite ou dinheyro e tragão outro rol dos bens de raiz e renda que o mosteyro tem, e do que de novo se vendeo ou se comprou e aproveytou em o convento. E declaramos que não se pode vender propriedade algũa de raiz senão pera evidente utilidade do convento e com special licença do padre provincial.

Ordenamos que nenhum prior ou prelado de nossa provincia aceyte judicatura algũa por comissão geral do Papa ou doutro qualquer juiz pois que temos privilegio pello qual não podemos ser a isto compellidos.

Item quando o prior vai fora de seu convento pera tornar o mesmo dia o superior que fica em casa não vaa fora nem mande fora religioso algum sem licença particular do prior ou com necessidade muy urgente a qual faraa a saber ao prior quando vier.

Item ordenamos que os priores de nossos conventos visitem as celas de seus religiosos quando lhes parecer bem ao menos duas vezes[224] <num> anno e se tiverem os religiosos scritorio arca ou canastra fechada com chave entregarão a chave ao padre prior mandando lha pedir.

---

[224] A seguir está cortado *do*.

[Fl.99]

Item ordenamos que os superiores de nossos conventos se assentem em o proprio lugar depois do prior no coro no capitulo e no refeitorio e em as procisões aynda que esteja o prior presente.

Item ordenamos que em os negocios em que se hão de pedir votos[225] ao convento assi de aforamentos como doutras cousas sempre siga a menor parte dos religiosos a maior. E assinem todos nas scrituras que se fizerem.

Item ordenamos que em todos os conventos de nossa provincia se faça hum livro encadernado em taboas em o qual se escrevão claramente os encargos de missas e anniversarios a que o tal convento he obrigado com as doações que per os taes encargos nos deixarão.

Item ordenamos que nenhum religioso nosso ordenem de missa atee que passem cinco anos cumpridos depois de sua profissão em os quaes aja dado bom exemplo de sua humildade e virtude.

Item porque os religiosos ocupem bem seu tempo e saibão o que convem pera suas consciencias e saibão confessar quando lho mandarem, todos os sacerdotes de nossos conventos e os outros professos que estiverem desocupados se ajuntarão com o padre prior ou com o padre superior acabadas as graça depois de jantar e tratem alguns casos de consciencia e determinem no em linguajem como todos o entendão. E ali poderão perguntar suas duvidaas dos casos mais difficultosos que occorrerem, salvo se ouver lição de casos no convento.

[Fl. 99 v.]

Item em todos nossos conventos tenhão lição de canto se for possivel e necessario e provejão as lições de matinas como não aja falta[226] acabadas as vesperas a porta do coro. E tambem tenhão lição de grammatica se for possivel e necessario.

Nosso Padre Geral Senpardo deixou mandado que os dormitorios de nossos conventos se fechassem com chave de noyte, a qual chave tivesse o padre prior. E assi mandamos que se goarde em todos nossos conventos do milhor modo possivel.

---

[225] A seguir está cortada a palavra *todos.*
[226] A seguir está cortado: *En o choro*.

Item ordenamos que depois d'antiphona que se diz em todos nossos conventos ao principio da noyte se goarde silencio de maneyra que o tenger a antiphona seja tanger a silencio.

Ordenamos que os religiosos que apostatarão percão em nossa provincia sua antiguidade.

Item ordenamos e emcomendamos muito aos priores que goardem e fação goardar o capitulo 24 de nossas constituições em que se manda que nossos religiosos não vistão linho senão lãa. Mas que se possa dispemsar com os fracos velhos e necessitados. E quanto for possivel fação que seus religiosos não tragão camisas nem gibões de linho nem carapuças de linho debaixo dos capellos nem durmão em lençoes senão for por enfermidade ou necessidade evidente e que durmão de *noite* com seus scapularios pequenos como manda a constituição.

Item ordenamos que os priores de nossos conventos e seus religiosos quaando vão a suas quintas ou a outras par-

[Fl. 100]

tes por tomar algũa honesta recreação não admitão consigo leigos nem outras pessoas de fora que não sejão da nossa religião.

Item porque o peccado da lingoa he muy perigoso e facilmente se cae em elle e tarde arestitue (*sic*)[227] o dano que faz mandamos que estreytamente se goarde nossa constituição que nenhum religioso levante a outro falso testemunho nem o acuse diante d'algum official da Ordem de cousa falsa nem com testemunhos falsos sob a pena da mesma constituição que he escomunhão e seis meses de carcere.

Item ordenamos que os conhecimentos de pão ou dinheiros ou outras cousas que se recebem em os conventos não os dem só o prior ou só o procurador mas juntamente o prior e depositayros.

Item ordenamos que todos os religiosos que forem mudados ou por outra rezão algũa vão com licença de hum lugar a outro vão via recta pera onde são mudados dentro do termino que lhes asinalarem asi que se forem a outra parte ou se detiverem mais tempo do que sua licença lhes daa incorrão em a pena da apostasia e os priores em as licenças lhes asinem o tempo de seu caminho.

---

[227] Deturpação de *restitue*.

Item mandamos que não confessem seculares salvo os que são asinados por confessores da Ordem aynda que venhão jubeleus e os que fizerem contario serão castigados por isso.

Item mandamos que as chaves da portaria e da igreija sejão dadas de noyte ao padre prior ou ao superior do convento.

[Fl. 100 v.]

Rogamos muito e mandamos que os pregadores que ordinariamente dias de festas e domingos pregão se algũa somana deixarem de pregar que vão a missa e as vesporas mas onde não pregarem oredinariamente dias de festas e domingos irão a todas as horas do dia a somanas que não pregarem.

Item[228] porque o santo synodo tridentino determina que todas as eleições se fação por votos secretos tomado maduro conselho com os padres a que isto pertencia foy determina<do> que por todos os conventos desta provincia se fação daqui em diante nossas eleições asi como se nesta acta que aqui vai escrita se veraa a qual mandamos a todas nossas casas. Dita pois hũa missa do Spiritu Santo solene se ajuntarão todos os religiosos em capitulo e invocada ai com o hymno *Veni Creator,* a graça do Spirito e a intercessão da Virgem Nossa Senhora e de nosso Padre Santo Agostinho estando posta hũa mesa no meio do capitulo e em a mesa hum vaso em que possão bem caber os scritos de todos seja elegido ante de todos *viva voce* hum escrivão que em mesa apartada[229] screva em igoaes scritos os nomes dos padres que os eleitores lhe dicerem aos quaes dara a tantos scritos quantos lhe pedirem bem que nunca dara a hum dous scritos dum mesmo nome. E os eleitores aquelle papel que escolherem deitarão no vaso da mesa e os outros scritos no outro que estará no chão. Este escrivão logo que for eleyto antes que se outra cousa faça jurara aos Santos Evangelhos de não votar por si nem dar hum mesmo nome em dous scritos aos eleytores

[Fl. 101

nem quando elle votar os tomar pera sy mas de goardar segredo e fazer tudo com summa fee. As quaes cousas se farão de tal maneira que todos se possão ver mas não ouvir.

---

[228] A seguir está cortado: *nenhum pregador.*

[229] A seguir está cão cortadas as palavras: *per si.*

Eleger se ão logo dous ouvidores cujos scritos deitados por os eleitores em o vaso contara o scrivão sem os ler e achando que os scritos excedem em dobro aos eleitores sem serem mais nem menos porque cada hum ha de deitar dous, então se achegarão à mesa onde o vaso estaa dous dos padres mais anciãos e velhos com o prior hum dos quaes a voz alta pronunciara os ouvidores que mais votos tiverem e se foram igoaes o prior elegera delles o que quiser[230].

A mesma maneyra se goardara na eleyção do discreto sem se mudar nada salvo que em lugar dos dous padres anciãos socederão os ouvidores. E se porventura hum dos ouvidores sayr eleyto em discreto então serra outro[231] elegido em seu lugar por aquella mesma maneyra que o discreto foy eleito. E se sayrem dous igoaes o prior elegera delles qual quiser[232] <conforme a constituçáo>, pello que mandamos que nestas duas eleições d'ouvidores e discreto <do convento> o prior não tenha voto senão pera escolher sayndo as vozes igoaes, mas na eleição que se faz viva voz a de escrivão teraa voto como qualquer dos outros <vogaes>[233]. E socedendo qua sayão alguns igoaes nos votos o mais antigo na ordem ficara por escrivão. O mesmo queremos

[Fl. 101 v.]

que se goarde no capitulo provincial em todas as eleições não canonicas nas quaes votara o presidente e sayndo ygaldade de votos o mais velho[234] ficara eleito.

Acabado isto sayr se a o prior do capitulo e procederão os eleytores na eleyção do prior por ordem de maneyra que sejão vistos mas não ouvidos estando pois o escrivão sempre em seu lugar, a elle se yrão os eleytores cada hum por si e recebidos delle todos os scritos que quiserem e deitado por elles hum em o vaso e

---

230 A seguir estão cortadas estas palavras: *E portanto declaramos que nem pera scrivão nem pera ouvidores.*

231 A seguir foi cortado: *ouvidor.*

232 Seguem-se quatro linhas cortadas: *E portanato declaramos que nem pera escrivão nem pera nem pera* (sic) *ouvidor nem pera discreto tenha voto o prior senão dividindo se o convento em partes igoaes isto mesmo qqueremos que se goarde em toda a eleição.*

233 Esta palavra está sobreposta à de *conventuaes,* que foi cortada.

234 A seguir está cortado: *será.*

rotos os outros perante todos[235] acabando todos de votaar se achegarão os ouvidores e discreto. E regularão os votos e achando se feita esta eleição canonica <em primeira voz> a escreverão distinctamente notificando o excesso de votos que leva o prior eleito[236] por certas rezões que <ha> pera asiim dever de ser. E[237] mandamos que ninguem renuncie seu voto[238] antes o prior os obrigue a todos a votar[239]. E o que dissemos da eleição do eleito em primeira voz isso mesmo queremos que se goarde na eleição dos eleitos em 2ª e em 3ª voz. De todas estas cousas darão fee os ouvidores e discreto *in scriptis.* E serrarão e cozerão a eleição e a celarão do celo do convento.

Tambem conforne as ordenações do Reverendissimo Seripando a nos dadas e athe o dia d'oye[240] por nos goardadas[241] se elegerão daqui em diante no difinitorio[242] superiores e sacristães dos conventos. E asi mesmo se fara ay a eleição

[Fl. 102]

dos priores daqueles conventos que por serem poucos religiosos carecerem de eleyção e tambem quando os que vierem eleitos ao capitulo por certas e justas causas não puderem ser admitidos[243].

Item ordenamos que o provincial de nossa provincia não seja reeleito e que quando acabar seu officio tenha voz em o capitulo e possa ser eleyto nos outros officios do mesmo capitulo[244].

Item ordenamos que nenhum prior daqui em diante possa ser reeleyto na mesma casa aonde acaba de ser prior aquelles dous annos que se seguem, mas bem podera ser eleyto nas[245] outras da provincia.

---

235 A seguir foi cortado: *os scritos que qui.*
236 A seguir está cortado: *por evitar.*
237 Na margem esquerda desta página está escrito: *«Mandamos que todas as casa que tiverem cinco votantes tenhão eleição de prior e discreto.*
238 Cortado a seguir: *seu voto.*
239 A seguir foi cortada esta parte: – *E que todas as casas em que ouver ccinccci eleitores tenhão eleição de prior e de didcreto.*
240 Segue-se, cortado: *de nos.*
241 A seguir, está cortado o espaço correspondente a uma linha, que é impossível ler.
242 Cortadas, a seguir, mais três ou quatro palavras.
243 Segue-se cortado: *Em o que doutra maneyra nos apartamos de nossas constituições.*
244 A seguir está cortado: *que não seja.*
245 No texto original está: *mas.*

Item mandamos que o prior que de novo soceder prosigua as obras que o prior que acaba deixa imperfeitas e que não comece outras de novo sem o consentimento do padre provincial.

Item mandamos que nossos religiosos não vão a mosteyros de freyras de qualquer Ordem sem special licença do prior a qual não dara sem causa razoavel e necessaria.

Ordenamos que os noviços sejão propostos ao convento aos seis meses e que se os acharem inhabiles sejão logo despedidos.

Item ordenamos que o padre provincial mande fazer hum livro bem encadernado em que elle e os visitadores escrevão os apontamentos que deixarem nos conventos pera por elle <se regerem>[246] nas visitas o qual livro o Provincial <trara consigo> [*e ao*] acabar (*o seu mandato*) entregaraa ao provincial eleito.

Tambem ordenamos que em cada convento aya[247] seu

[Fl. 102 v.][248]

livro em que os apontamentos do provincial e visitadores fiquem scritos, que estara em poder do prior pera que se não percão e se fação goardar.

Declaramos que os preceitos <ou leis> do provincial e visitadores tenhão seu vigor athee serem revogados por quem tiver authoridade para os revogar.

Item mandamos que os discretos ou priores das casas donde não vem discretos tragão hum livro em que fação escrever as actas do capitulo pera seu convento sem as[249] provisões das casas e que as fação asinar ao padre presidente provincial e definidores pera se lerem nos refectorios[250].

Ordenamos e mandamos que os visitadores da nossa provincia visitem hũa so vez no bienio por escusar gastos e que esta sera depois da ultima visitação do padre provincial e as culpas que nos conventos não deixarem castigadas trarão ao capitulo com as que

---

246 Esta parte que vai entre colchetes angulosos está sobreposta ao início do que foi cortado: *os visitarem o qual livro.*

247 A seguir está cortado: *outro.*

248 O texto correspondente às páginas [102 v. até 104] encontra-se em folhas que foram inseridas no códice.

249 A seguir, cortada a palavra *mudanças.*

250 A seguir está cortada uma linha e um quarto, onde ainda se pode ler: *Por evitar controversias que acustuma aver em alguns conventos.*

acharem do padre provincial e no capitulo provincial terão voto como qualquer dos vogaes.

Asinamos o capitulo provincial[251] futuro na casa de Santo Agostinho de Santarem.

(*Assinatura ilegível, por danificação do suporte*)

Hist.
Gracianos
1570

[Fl. 103]

N.º 14

1580 – Coimbra
Actas do capítulo provincial reunido em Coimbra, em Maio de 1580, sob a presidência de Frei Agostinho da Trindade, professor de Teologia na Universidade, em representação do Padre Geral Tadeu de Perúgia (Perosino).

Comitiis Conymbricae habitis anno Domini M.D.L.XXX. mense Maii praefuit loco et vice Rev.mi Patris Generalis Magistri Thadoei Perusini Universalis Magister frater Augustinus de Trinitate Sacrae Theologiae in eadem Conynbricensi academia publicus professor, antiquior praecedentis capituli diffinitor in provincialem canonice et summo fere omnium consensu electus fuit Reverendus Pater fratrem Michael de Sanctis, in diffinitores vero electi fuerunt universales patres magister frater Franciscus de Christo vesperarius Sacrae Theologiae in eadem academia praelector, frater Johanes de Sancto Josepho, frater Johanes de Jesu, frater Antonius de Sancta Maria, in visitatores autem electi sunt universales patres frater Georgius de Resurrectione et frater Antonius de Sancta Maria.

[251] A seguir está cortado: *vindoiro.*



Grav. 22 – Colégio da Graça – Coimbra

In conventu Olyssiponensi praefecimus in priorem universalem patrem Fratem Emanuelem de Christo canonice electum;

In collegio Conymbrycensi patrem Fratem Christophorum de Jesu canonice electum.

In conventu Eborensi Fratem Simonem de Trinitate canonice electum.

In conventu Sanctarenensi patrem Fratem Simplicianum de Jesu canonice electum.

In conventu de Villa Viçosa patrem Magistrum Fratem Egydium de Presentatione canonice electum

In aliis parvis domibus illi praefecti sunt qui canonice electi fuerant.

[Fol. 103 v.]

Haec a patribus diffinitorii decreta et sancita sunt:

Ut improborum ac malevolorum odiis obviemus, statuimus et mandamus ne deinceps universalis provincialis et visitatores inveteratas fratrum culpas et querelas in suis visitationibus suscitent nec accipiant alii qui ceu pacis provinciae perturbatores in capitulo provinciali a patribus gravissime arguantur et corripiantur – culpas inquam ante iam a provinciali seu visitatoribus examinatas et iudicatas.

Statuimus ut quicumque flagicium aliquod alteri verbo sive scripti imposuerit etiam si extra iuditium id fecerit quod inprobare nom possit paenam falsi testis in constitutionibus nostris cap.44 taxatam sine dispensatione sustinere cogatur.

Decernimus ut fratres qui ob culpas suas seu quia inquiete vivant a provincia expelluntur universali provinciali absque definitorum consensu recipi minime possint.

Quod si literas patris Reverendissimi attulerint quibus eos recipi iubeat universalis provincialis cum ipsis diffinitoribus diligenter examinet et expendat.

Decernimus ut deinceps nullus in hac provincia ex aliis provinciis recipiatur nisi in provincialibus capitulis a patribus diffinitorii.

[Fol. 104]

Innovamus vetus illud decretum ut scilicet priores omnino vendere nom praesumant frumentum vinum aut oleum: nisi presente ad minus uno ex depositariis domus.

Statuimus ut in toto biennio sui officii diffinitores et post diffinitores visitatores in omnibus publicis conventibus locum habeant post priores. Si qui vero magistri intererint, ex altero latere sedeant post priorem loci. Post supriores *(sic)* vero locum habeant patres illi qui provincialis munere perfuncti fuerint

[Assinam]:

Frater Michaelis de Sanctis, Provincialis *Frater Augustinus de Trinitate, Vicarius Generalis*

Frater Franciscus a Christo

Frater Ioannes S. Sancto Josepho
Diffinitor

Frater Joannes de Jesu, Diffinitor

Frater Sebastianus Tuscanus, Diffinitor.[252]

Frater Antonius de Santa Maria, Diffinitor.

[Fl. 104 v.]

(*Em posição transversal, do lado direito, ao fundo*):

Acta capituli
Conimbricensi 1580.

[Fl. 105]

N.º 15

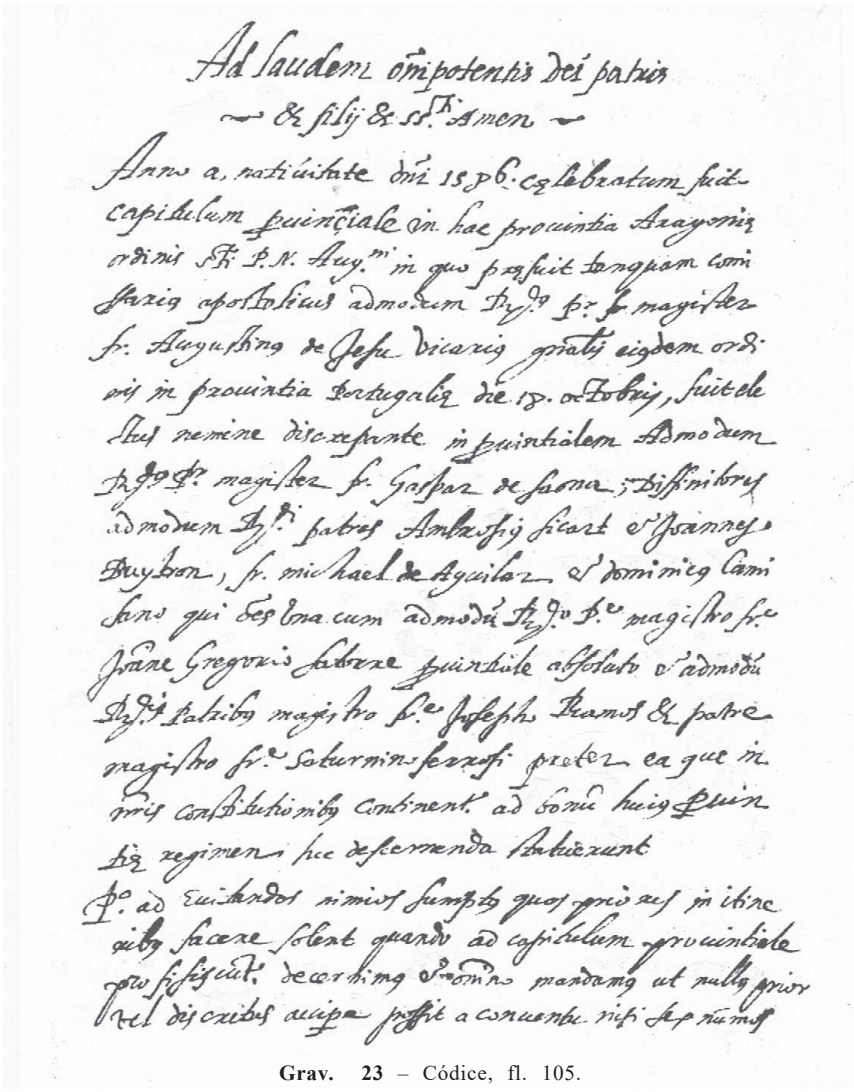
1586 – Aragão
Actas do capítulo provincial da província de Aragão dos Eremitas de Santo Agostinho, realizado em 1586, a que presidiu, como comissário apostólico, Frei Agostinho de Jesus, vigário geral da província portuguesa da mesma Ordem. Estas actas encontram-se em Braga por terem sido trazidas pelo referido comissário apostólico, depois, nomeado arcebispo de Braga (1588-1609).

Ad laudem omnipotentis Dei Patris et Filii et Spiritu Sancti. Amen

Anno a Nativitate Domini 1586 celebratum fuit capitulum provinciale in hac provintia Aragonis ordinis Sancti Patris Nostri Augustini in quo prefuit tanquam comissarius apostolicus ad modum Reverendus Pater Frater Magister[253] Augustinus de Jesu vicarius generalis eiusdem ordinis in provintia Portugalie die 18 Octobris, fuit electus nemi-

[252] No original, este termo *"Diffinitor"* está representado pelo sinal : **.** *I***.**
[253] A seguir foi cortada a abreviatura de *frater,* que seria uma repeticão inadequada.

ne discrepante in provintialem ad modum Reverendus pater magister frater Gaspar de Saona; diffinitores ad modum Reverendi patres Ambrosius Sicart et Joannes Buybon, frater Michael de Aguilar et Dominicus Camisano qui omnes una cum ad modum Reverendo Patre magistro fratre Johanne Gregorio da Torre provinciale absoluto et ad modum Reverendis Patribus magistro fratre Josepho Ramos et patre magistro fratre Saturnino Ferrosi preter ea que in nostris constitutionibus continentur ad bonum huius provintie regimen hec descernenda statuerunt.



Grav. 23 – Códice, fl. 105.

Pro ad evitandos nimios sumptus quos priores in itineribus facere solent quando ad capitulum provintiale profisiscunt decernimus et omnino mandamus ut nullus prior vel discretus accipere prossit a conventu nisi sex numos

[Fl. 105 v.]

argenteos pro singulis diebus et totidem pro discreto numeratis *recte* diebus quibus in itinere tardaverint intelligant absque nulla conductione.

Declaramus insuper imo potius districte precipimus ne aliquis audeat cellas aliorum fratrum ingredi preter cellas magistrorum eorum dumtaxat qui chathedras actu regunt et sub hoc patruum priorum conscientias omnino oneramus.

Quia in maximum et animarum huius provintie detrimentum vergit religiosos ex ea in provintiam Francie transmigrare idcirco gratum in nobis est huius modi aditum percludere volentes decermimus omnino idque post hac inviolabiliter observari precipimus ne religiosus qui in Franciam se contulerit ultra in hac provintia recepiatur imo potius perpetuo provintie ex illo multetur.

Quoniam Theologie scolastice exacta cognitio omnino necessaria est ad sacras literas recte intelligendas et ad contiones ad populum habendas propterea mandamus ne aliquis postac acudeat conditiones transcribere ex aliquo alveolo nisi postquam per tres annos Sacre Theologie cursum absolverit.

[Fl. 106]

Ut paupertati monasteriorum nostri Ordinis aliquomodo monialium consulamus precipimus totam illam pecunie partem que dotis nomine moniali assignari solet et a superioribus prelatis taxata est conventui applicari et nullo modo aliqui particulari persone dari posse pentionem aliquam singulis annis solvendam.

Ad tollendos varios religiosorum discursus et etiam fratres priores huius provintie aliqua molestia liberamus precipimus omnibus prioribus conventualibus ut subditis suis non concedant facultatem (imo neque concedere possint) domum exeundi atque extra ipsam manendi nisi dumtaxat per spatium octo dierum; si autem aliqua necessitas imminet Reverendus admodum pater provintialis eam concedet.

Quoniam et racioni et pietati consonum est nostro statui vehemeter convenit omnes religiosos nostri Ordinis quantum humana infirmitas patitur ut illorum devotio augeatur ad sacratissimum eucharistie sacramentum cepius accedere propria mandamus ut in hac re antiqua nostra constitutio observetur et in choro cuiusqumque conventus series apparatus continens dies in quibus fratres non sacerdotes comunicare debent.

Quoniam pene et discipline metus effrenatus aliquorum

[Fl. 106 v.]

impetus cohibere solet, declaramus priores conventuales huius provintie posse unam disciplinam vel plures fratribus et sacerdotibus imponere integram autem penam graviori culpe debitam absque concilio iuxta nostrarum constitutionum formam imponant.

Quia difficilimum esset patres diffinitores cepius (*sic*) congregare decermimus admodum Reverendum patrem provintialem posse predicatores et confessores examinare et approbare illique ad hoc plenariam concedimus facultatem si autem congregationis, *scilicet*, capituli provintialis tempus instet examinatos ab ipso congregatio, *scilicet,* capitulum approbet.

Quia novitiorum educatio totius religionis basis est et fundamentum et ut patet religiosorum premium inopia idcirco declaramus in omnibus his conventibus novitios recipi posse: Valentia Sancti Augustini Sucursus Setabi Algezira Alcodii Oriola Castilionis Planitiei Cathalonis Barchinona Ilarde Perpiniari, Podiceritani Maioricarum. In Aragonia Cesaraugusta Epile et Osce.

Quoniam presiosa res est tempus ut aliquo pacto reli-

[Fl. 107]

giosi otio non torpeant et in cognitionem literarum progressus aliquos facere possint volumus et mandamus ut in unoquoque conventu huius provintie exercitium aliquod Literarum vel Theologia vel Gramatice vel casuum concientie habeatur.

Mandato

Por quanto se a introdusido em esta nostra provintia va abuso muy grande y muy contrario a la simplicidad que proffessamos en

llamar a muchos paternidad portanto mandamos que de oy adelante, no se pueda llamar a nadie ni por cartas ni por conversacion, paternidad sino fuere al que es provincial, o lo ha sido, a los padres diffinidores en diffinitorio, y a los padres visitadores en la visita.

Ordenamos que la colleta que se suele dar por aiuda a un convento que por estos tres annos se aplique a Girona: desta manera quel conbento que terra susprior pague doze reales y el que no pague seis reales.

Socius admodum Reverendi Patris et Provintialis fuit asignatus: frater Didacus de Aguilar.

In Magistrum fuit electus Reverendus pater frater Hyeronimus de Saona. Fuit presentatus Reverendus pater frater Hyeronimus Moliner

[Fl. 107 v.]

qui privilegiis magistri utetur statim quando fuerit a patre Reverendissimo approbatus.

In visitatores fuerunt electi admodum Reverendi patres: frater Magister, frater Philipus Hernandez et Reverendus pater frater Antonius Bernat qui in sequenti congregatione corpus diffinitorii ingredientur iuxta nostrarum constitutionum formam.

Electus fuit in diffinitorem Capituli Generalis proximo Penthecostes festo celebrandi Rome admodum reverendus pater magister frater Joannes Gregorius *Satorre,* in discretum pater frater Petrus Paya licet absens.

Locus capitulo futuro celebrando assignatur conventus sancti Patris Nostri Augustini Herdensis. Capitulum autem celebrabitur anno Domini 1590.

[Fls. 108 a 110, *em branco*].

[Fl. 110 v., quase em branco, excepto]:

Gracianos
1586
Hist.
Armº 23

[Fl. 111]

N.º 16

1592 – Vila Viçosa

Actas do capítulo provincial, reunido em Vila Viçosa, em 19 de Abril de 1592, a que presidiu o Padre Frei Cristóvão Corte Real, por autoridade apostólica e mandato do Cardeal Alberto, Arquiduque, legado a latere*, nos Reinos de Portugal*

In nomine Domini nostri Iesu Christi benedicti. Amen.

Em o capitulo provincial que se celebrou em o convento de Santo Augustinho de Villa Vissosa a terceira dominga depois da Pascoa que foi 19 de Abril de 1592, presidio auctoritate apostolica de mandato do Serenissimo Cardeal Alberto Archiduque legado a latere nestes Reinos de Portugal o muito reverendo padre Frei Cristovão Corte Real e foi canonicamente ileito em provincial o muito reverendo padre Frei Nicolao da Trindade, Frei Diogo da Conceoção, Frei Guilherme de Santa Maria, e Frei Antonio da Ressurreição, os quaes juntamente com o reverendo padre Frei Dionisio de Jesus provincial absoluto e os reverendos padres visitadores Frei Bartolomeu de Santo Augustinho e Frei Manoel da Crus conforme as nossas constituições de comum consentimento ordenarão e definirão as cousas seguintes e as mandarão noteficar publicamente:

– Primeiramente declaramos que não he nossa intenção ordenar nem mandar cousa algũa contra os sagrados concilios e canones da Santa Madre Igreja nem contra as constituições de nossa Sagrada Religião.



Grav. 24 – Paço ducal e igreja do Convento de S.to Agostinho de Vila Viçosa.

Vimos as actas dos capitulos passados e todos os aprovamos e de novo confirmamos salvo ha acta 12 do capitulo de Santarem feito na Era de 84, que ordena que os priores não dem mais

[Fl. 111 v.]

que hum mes de licença a qual se riscara por estar provido de outra maneira nas constituições pollas quaes queremos que se governe. Tambem se riscara ha acta 8ª do capitulo de Lisboa[254] do anno de 86, que fala das eleições dos vigairos por ser contra direito. E declaramos que o prior que <vai a>[255] capitulo entra no numero dos tres eleitores de que fala a constituição. Riscar se ha tão beem ha acta 8ª do capitulo que se fez em Lisboa ho anno de 88, que ordena que o presidente do capitulo provincial regulara os votos com os esquadrinhadores. Riscar se ha mais ha acta decima nona do capitulo que se celebrou em Lisboa ho anno de 82[256] por estar parte dela provido doutra maneira que quando algum religioso for

---

254 As actas publicadas por ALONSO, OSA, Carlos, *O. c.,* p. 14, dizem, claramente, *«que se celebrou em Nossa Senhora da Graça de Evora dominica 3 post Pascha, a 27 d'abril de 1586»*.

255 O que aparece entre colchetes angulosos está sobreposto à palavra *no,* que foi cortada.

256 O último algarismo oferece alguma dúvida de leitura, embora nos pareça tratar-se do algarismo 2, emendado de 0. Esta observação é corroborada pelo facto de, em 1580, o capítulo provincial se ter reunido em Coimbra.

mandado de algum lugar a outro va via recta e dentro no termo que lhe for assinado e os padres priores lhe assinem as licenças e tempo de seu caminho.

Mandamos que os religiosos que vierem da India fora da Ordem que disserem na acta que delles trata sejão com rigor castigados e os tornem loguo a mandar pera la nas primeiras naos.

Por termos achado ser descredito da religião consultarem-se as duvidas de nossas constituições e das mais leis da Ordem que tocão ao governo della com pessoas fora da mesma Ordem e nascerem daqui mais

[Fl. 112]

duvidas das que com isso se atalhão mandamos em virtude e merito da Santa obediencia e sob pena da <privação> de voz activa et passiva por dous annos que nenhum religioso nosso seja ousado consultar as taes duvidas com pessoas fora da nossa profissão sem licença do padre provincial *in scriptis.*

Declarações e mandamentos geraes que não são actas

Ordenamos que por atalhar aos inconvenientes que avia de os padres visitadores acabarem a visitação muito tarde, comessem a visitar de meado de Novembro por diante e o padre provincial os mande prover do necessario pera isso neste tempo.

Declaramos que quando os padres visitadores visitarem, o que fizer o capitulo dara as licenças naquelle convento aos religiosos pera irem fora, per escusar confusão.

Porquanto temos achado por experiencia que ha muitos inconvenientes em nossos religiosos fazerem testamentos aos noviços de nossa Ordem mandamos em virtude e merito da santa obediencia e sob penna de escomunhão *latae sententiae* que nenhum religioso nosso se intermeta a fazer testamento a nenhum noviço nosso nem a quem estiver pera tomar o abito de nossa sagrada religião sem licença do padre provincial.

[Fl. 112 v.]

Por atalhar excesso que algũas vezes ha no modo que os parentes provem aos noviços quando vem a tomar o nosso habito

mandamos que daqui por diante se lhes não permita trazerem habitos senão do mesmo pano de que se vistir a comonidade e quanto a mais provisão seja sem nenhũa curiosidade e conforme a nossa pobreza e costume antiguo de nossos noviciados.

Por aver duvida como se entendia a acta 4ª que se fez quando o Padre Reverendissimo veo a este Reino ho anno de 89, declaramos que se entende que nenhum religioso possa comprar nenhũa cousa fiada sem licença do seu prior *in scriptis* sob as pennas nella declaradas.

Ordenamos que vista ha antiguidade do nosso convento de Penafirme daqui por diante tenha o sexto lugar nos capitulos provinciais que he o primeiro depois das casas grandes, he Leiria ficara no septimo e as outras pela ordem que ategora tinhão.

Mandamos que nenhum religioso de qualquer callidade que seja traga anel sem licença do padre provincial *in scriptis* a qual lhe não deve conceder sem notoria e mui urgente necessidade.

Mandamos que nenhum religioso em os conventos traga faca comsiguo e o que se souber que a traz escondida se castigara com rigor e perdera a faca.

[Fl. 113]

E os padres priores proverão de facas no refeitorios de maneira que tenha cada hum sua.

Mandamos que daqui por diante[257] os sacerdotes quando forem dizer missa levem sobre os calices bolsas de corporaes e os padres e sancristães proverão que as ajam ate a primeira visitação.

Mandamos que quando algum religiosos for mandado pello seu prior vender pão ou porcos a Lisboa não esteja no terreiro do triguo nem no assouge pera receber o dinheiro mas mande fazer isto por algum secular fiel por ser pouca auctoridade do habito estarem os nossos religiosos em semelhantes lugares.

Por nos parecer mais conforme a pobreza e as nossas constituições 2.ª parte cap. 5º trazer habitos de estamenha que de pano tosado fino ordenamos que daqui por diante os habitos pretos que os padres priores derem a seus religiosos sejão de estamenha grossa a que os castelhanos chamão xerga porque desta maneira mais facilmente poderão os conventos prover aos religiosos. E man-

[257] A seguir está cortado: *que.*

damos que se risquem as visitações que ha sobre habitos de estamenha brancos porque estes permetimos que possão trazer de estamenha grossa de cordão e não doutra.

Porquanto temos achado que os nossos religiosos tratão

[Fl. 113 v.]

pouco de saberem cantar ou ainda não querem aprender avendo que sendo bons cantores os não mandão estudar ordenamos que daqui per diante os que ouverem de entrar em cursos de Artes serão igualmente examinados de canto como de latim.

Concedem os padres do definitorio os dez mil reaes de foro <ou> [258] o que se achar que tem a provincia em Tavira pera se vender e o dinheiro destes foros se empregara nas obras da igreja do mesmo convento.

Dispusitiones conventuum

In conventu nostro Ulisypponensi praeficimus:
– in priorem reverendum patrem Fratrem Alixium de Iesu praedicatorem et confessorem canonice electum**;**
– in superiorem vero patrem Fratrem Emanuelem de <Ascensione>[259] confessorem. *De Castro Viegas*[260]*.*

In conventu nostro Conibricensi praeficimus:
- in priorem reverendum patrem[261] Emanuelem de Christo praedicatorem et confessorem;
- in superiorem vero patrem Fratrem Augustinum de Angelis praedicatorem confessorem.

[Fl. 114]

In conventu nostro Elborensi praeficimus:
– in priorem reverendum patrem Fratrem Marcum de Incarnatione praedicatorem et confessorem canonice electum;

---

[258] Esta palavra está sobreposta a *em,* que foi cortado.
[259] Sobreposta à palavra *Asumptione*, que foi cortada.
[260] Em letra de outra mão.
[261] A seguir cortada a palavra: *fratrem.*

– in superiorem vero patrem Fratrem Christophorum de Sancto Andrea confessorem et magistrum noviciorum

In conventu nostro de Vila Vissosa praeficimus:
– in priorem reverendum pafrem Fratrem Ioanem de Nasareth praedicatorem et confessorem canonice electum;
– in superiorem vero patrem Fratrem Theodorum de Iesu confessorem.

In conventu nostro de Santarem praeficimus:
- in priorem reverendum patrem Fratrem Simonem de Trinitate praedicatorem et confessorem canonice electum;
- in superiorem vero patrem fratrem Luduvicum de Iesu confessorem.

In conventu nostro de Penafirme praeficimus:
– in priorem reverendum patrem fratrem Ioanem de Magdalena confessorem canonice electum;

In conventu nostro de Leiria praeficimus:
– in priorem reverendum patrem fratrem Didacum de Resende praedicatorem et confessorem canonice electum.



Grav. 25 – Igreja do convento dos Eremitas de Santo Agostinho de Leiria

In conventu nostro de Tavira praeficimus:
– in priorem reverendum patrem fratrem Petrum de Conceptione praedicatorem et confessorem canonice electum.

[Fl. 114 v.]

In coventu nostro de Torres Vedras praeficimus:
– in priorem reverendum patrem fratrem Ioanem de Santis <d'Abranches> praedicatorem et confessorem canonice electum.

In conventu nostro de Monte Maior praeficimus:
– in priorem reverendum patrem fratrem Sebastianum de Conceptione canonice electum.

In conventu nostro de Castelo Branco praeficimus:
– in priorem reverendum patrem fratrem Niculaum de Tolentinum praredicatorem et confessorem canonice electum;
– in superiorem vero patrem fratrem Didacum de Resurrectione.

In conventu nostro de Arronches praeficimus:
– in priorem reverendum patrem fratrem Rochum de Incarnatione praedicatorem et confessorem canonice electum.

In conventu nostro de Loule praeficimus;
– in priorem reverendum patrem fratrem Petrum Matris Dei praedicatorem et confessorem canonice electum.

In conventu nostro de Angra praeficimus:
– in priorem reverendum patrem fratrem Bernardum de Spe praedicatorem et confessorem canonice electum.

Asinamos por companheiro do muito Reverendo Padre Provincial o Padre Frei Antonio da Esperança pregador et confessor.

Damos as colectas deste bienio ao convento de Santo

[Fl. 115]

Augustinho de Villa Vissosa pera se empregarem em bordos pera forro do dormitorio e selas da mesma casa.

Declaramos o capitulo futuro no nosso convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa.

Forão eleitos em visitadores os muito reverendos Padres Frei Simão de Iesu e o Padre Frei Pedro do Spirito Santo.

(*Assinado*):

Procurador da Provincia o Padre Frei Alvaro.

Defuntos deste bienio:

O P.e Frei Francisco de Jesu *Marques*
O P.e Frei Francisco Ferreira
O P.e Frei Antonio do Spirito Santo
O P.e Frei Balthasar
O P.e Frei Duarte dos Anjos
O P.e Frei Francisco da Graça
O P.e Frei Pedro Galego
O P.e Frei Phelipe de Tentugal
O P.e Frei Lucas da Graça
O P.e Frei Simpliciano Milanes
Duas religiosas de Santa Crus <*de*>Villa Vissosa

(*Em letra de outra mão*):

O P.e Frei Aurelio de Santo Agostinho, estando em capitolo.

[Fls. 115 v. a 118, *em branco*].

[Fl. 118 v]:

(*Em letras posterior*):

Actas do capitulo de Villa
Viçosa de 1592.

Gracianos
Hist.

Armario n.º 26

1592

Capitulo
dos Gracianos.

[Fls. 119 – 120, *em branco, pois já são folhas de guarda*].

(FIM)